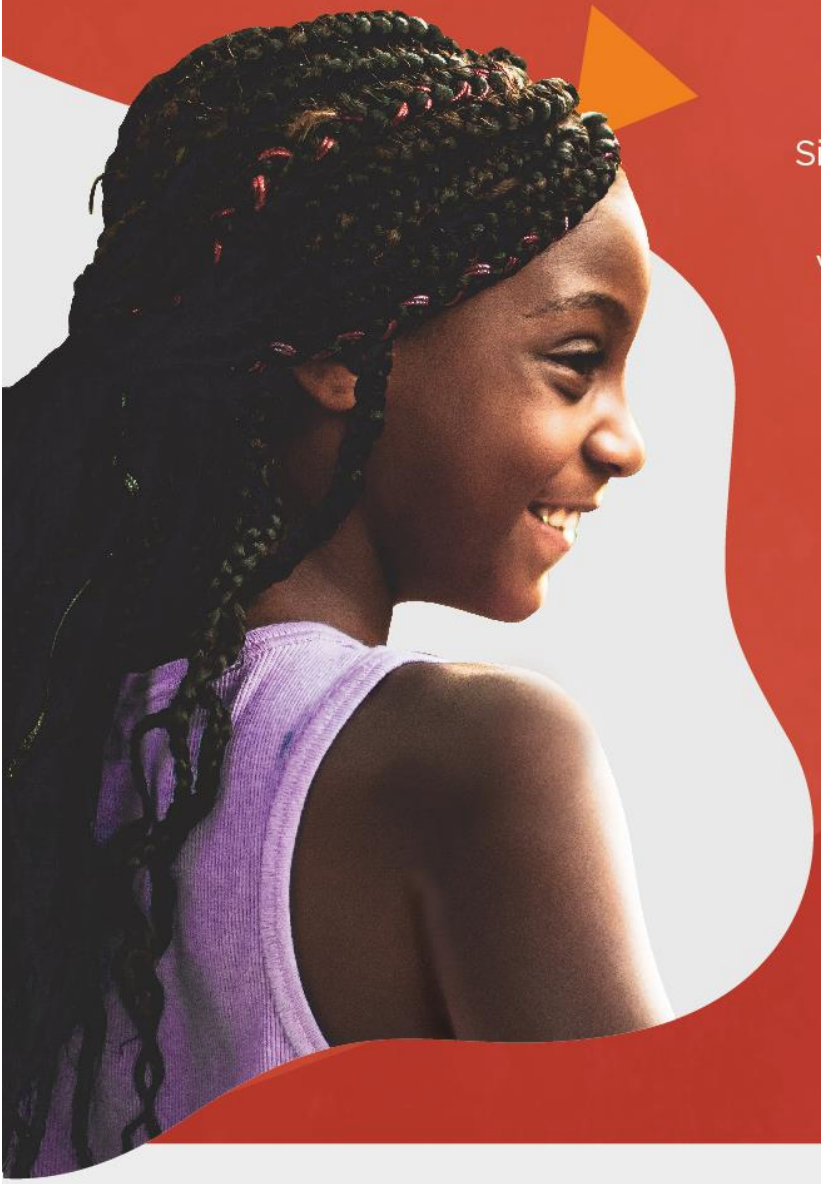
TECENDO NOVOS CAMINHOS



PROJETO TECENDO REDES: PROTEÇÃO E DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Sistematização da prática das ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes na área de abrangência do COMPERJ nos municípios de Itaboraí e Maricá/Rio de Janeiro

Autores:
Marisa Chaves de Souza
E equipe Tecendo Redes

Realização: MOVIMENTO DE MULHERES · TECENDO REDES
Apoio: BR PETROBRAS

MOVIMENTO DE MULHERES EM SÃO GONÇALO
PROJETO TECENDO REDES - PROTEÇÃO E DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Sistematização da prática das ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes na área de abrangência do COMPERJ nos municípios de Itaboraí e Maricá/Rio de Janeiro

Coordenação: Marisa Chaves de Souza

Equipe Técnica:

Ana Cristina Pedro Brito
Bruno Oliveira da Silva
Carolina da Silva Frade
Cristiane Neves Pereira
Erica Ferreira Peçanha Nunes
Gracione Oliveira dos Santos
Jéssica Maria Monteiro Assis dos Santos
Márcia Natalina de Paula
Maria Eduarda Carneiro Marques
Renata Fernandes Caldas
Valdeci Nogueira Freitas
Verônica Maria de Alcântara

Apoio:
Programa Petrobras Socioambiental

São Gonçalo

2020

Chaves, Marisa. Projeto Tecendo Redes - Proteção e Defesa e Crianças e Adolescentes: Sistematização da prática das ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes na área de abrangência do COMPERJ nos municípios de Itaboraí e Maricá/Rio de Janeiro. Marisa Chaves de Souza. 2020. 221p.

ISBN: 978-65-00-00654-4

1. Violência contra crianças e adolescentes. 2. Grandes obras e violação de direitos de crianças e adolescentes. 3. Sistematização de metodologia e resultados de projeto Social.

CDD – 362.76

Capa: Instituto Ekloos
Projeto Gráfico: Erica Ferreira Peçanha Nunes
Fotos: Acervo Projeto Tecendo Redes

Todos os direitos reservados ao Movimento de Mulheres em São Gonçalo

AGRADECIMENTOS

À Petrobras pelo compromisso ético-político em defesa da proteção integral de crianças e adolescentes ao financiar as ações previstas no Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes no período de outubro de 2017 a março de 2020.

À Diretoria, Conselho Fiscal, associadas e colaboradores do Movimento de Mulheres que de forma incansável apoiaram as ações do projeto ao mesmo tempo que contribuíram com o trabalho e motivação; essenciais para persistir em defesa da proteção integral e dos marcos legais que envolvem e embasam os direitos humanos de crianças e adolescentes.

Aos conselheiros(as) de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCAs) e aos conselheiros tutelares (CTs), dos municípios de Itaboraí e Maricá, por acreditarem no potencial e na intersetorialidade do projeto em defesa da garantia e da promoção de direitos de crianças e adolescentes em situação de risco.

Aos integrantes do Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes que deram o que possuem de melhor para o alcance dos objetivos e superação de dificuldades; inerentes aos trabalhos em comunidades que apresentam níveis de risco pessoal e social elevados.

Às crianças e adolescentes atendidas(os), bem como os familiares residentes nas cidades de Itaboraí e Maricá, por acreditarem em nossa intervenção profissional em busca da proteção integral de crianças e adolescentes.

Aos profissionais inseridos nas diversas linhas de cuidado dos municípios de Itaboraí e Maricá dedicados ao acolhimento e acompanhamento psicossocial de casos suspeitos ou confirmados de violências.

Por fim, sem hierarquias, resta agradecer à população brasileira que embora sofrida, com limites de acesso aos bens e serviços coletivos, é resiliente e dedicada à proteção integral de crianças e adolescentes brasileiros(as),

Desejamos boa leitura e replicação desta tecnologia social em novas comunidades, sobretudo por ter gerado impactos positivos durante o período em que desafiou realidades marcadas pela desigualdade e exclusão social.

SUMÁRIO

Apresentação..... 06

Movimento de Mulheres em São Gonçalo..... 07

Projeto Tecendo Redes..... 09

Introdução à temática da violência infantojuvenil..... 13

Sistematização das ações do Projeto Tecendo Redes..... 22

Objetivo Específico 01 - Ação A: Levantamento dos equipamentos públicos e privados de atendimento às crianças e adolescentes. 23

Objetivo Específico 01 - Ação B: Pesquisa sobre a incidência de violência doméstica e exploração sexual. 39

Objetivo Específico 01 - Ação C: Oficinas sobre a violência doméstica e exploração sexual com a comunidade e instituições. 49

Objetivo específico 02 - Ação B: Realizar reuniões de articulações interinstitucionais. 82

Objetivo Específico 02 - Ação C: Grupos de estudo e intervenção técnica para o enfrentamento da violência doméstica e exploração sexual..... 98

Objetivo específico 03 - Ação A: Ações de mobilização nos municípios de Maricá e Itaboraí para divulgação das ações do projeto..... 108

Objetivo específico 03 - Ação B: Criar e implantar um selo para as empresas e instituições parceiras. 123

Objetivo específico 03 - Ação C: Campanhas educativas sobre o dia 18 de Maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) e divulgação do Disque 100..... 131

Objetivo específico 04 - Ação A: Cursos de capacitação profissional..... 145

Objetivo Específico 04 - Ações B e D: Realizar 02 seminários sobre a violência doméstica e exploração sexual; Realizar 02 seminários de prestação de contas ao final do projeto nos municípios de Itaboraí e Maricá..... 166

Objetivo Específico 04 - Ação C: Realizar encontros de consultoria e supervisão nas instituições que atendem crianças e adolescentes. 182

Objetivo Específico 05 - Ação A: Atendimentos interdisciplinares e itinerantes para crianças, adolescentes e familiares. 190

Objetivo Específico 05 - Ação B: Encaminhar as notificações de violência oriundas dos atendimentos para a vigilância epidemiológica e Conselhos Tutelares. 209

Anexo – Consolidado total número de atividades e participantes..... 220

APRESENTAÇÃO

A violência é um elemento presente em diferentes sociedades, manifestando-se de diversas maneiras nos mais heterogêneos segmentos/sujeitos sociais. Em cada momento histórico e formação social, a violência se manifesta de uma forma diferente, direcionada a determinados grupos sociais.

Trata-se de um fenômeno abrangente, que desumaniza as pessoas tornando-as em objetos, impactando-as psíquica, cultural, econômica e socialmente, podendo atingir as diversas dimensões da vida social.

Dentre os grupos sociais mais vulneráveis encontram-se as crianças e os adolescentes, que historicamente vêm sendo as vítimas preferenciais de abuso e opressão, principalmente no âmbito doméstico, questão que produz muitos agravos e um impacto significativo ao seu desenvolvimento.

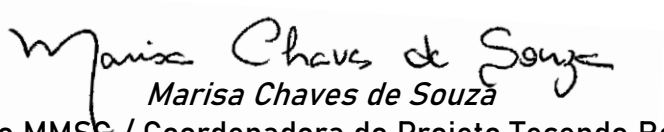
O Movimento de Mulheres em São Gonçalo tem envidado esforços para o enfrentamento a todas as formas de violência contra a população infantojuvenil. Seja através do atendimento interdisciplinar, campanhas de sensibilização e informação pública, mobilização de redes, capacitação dos atores e atrizes do Sistema de Garantia de Direitos, representação nos espaços públicos participativos como Conselhos e Conferências, ou por meio da produção teórica de publicações que possam subsidiar ações e práticas para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Esta publicação tem como objetivo sistematizar o desenvolvimento do Projeto Tecendo Redes – Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes, bem como, apresentar os resultados obtidos com suas ações.

Foram 2 anos e 5 meses de atuação nos municípios de Itaboraí e Maricá, no estado do Rio de Janeiro, onde foi possível desenvolver ações articuladas e em rede para o enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Muitos foram os desafios, mas com muito ânimo e dedicação o projeto alcançou resultados muito além dos esperados.

Com esta publicação o MMSG renova o compromisso institucional de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, sobretudo por acreditar no fortalecimento das redes locais de proteção e na articulação regional das ações de prevenção e serviços de atendimento.

Cordialmente,



Marisa Chaves de Souza

Gestora do MMSG / Coordenadora do Projeto Tecendo Redes

Movimento de Mulheres em São Gonçalo

O Movimento de Mulheres em São Gonçalo (MMSG) é uma instituição organizada da sociedade civil sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal e estadual, com certificação do CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social).

Sua **fundação** data de 1989, a partir de um processo de mobilização em defesa dos direitos das mulheres no município de São Gonçalo. A conjuntura da época exigia que o governo apresentasse respostas urgentes e ações afirmativas voltadas à garantia dos direitos das mulheres e que viessem a ser incorporadas na agenda política, tais como, políticas públicas na área da segurança, assistência à saúde integral da mulher e uma política de assistência social que incluísse as mulheres e assegurasse seus direitos. Destas necessidades surgiram mobilizações sociais no município que culminaram na organização das mulheres e na fundação do Movimento de Mulheres em São Gonçalo, enquanto espaço coletivo para reflexão e articulação de ações promotoras de direitos e de atendimento das demandas apresentadas pela comunidade feminina.

A **missão** principal da instituição é a defesa intransigente dos direitos humanos, priorizando ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento de todas as formas de violência, de liberdade no campo dos direitos sexuais e reprodutivos e de superação de qualquer preconceito e/ou discriminação baseado no gênero.

Os **princípios** que norteiam as ações da entidade são a democracia, transparência na gestão e na aplicação dos recursos e participação democrática dos usuários/as.

Quanto aos **objetivos** cabe destacar a defesa dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes, a luta contra todas as desigualdades e discriminações, a articulação e mobilização de redes de garantia de direitos; a prevenção à violência doméstica, sexual e de gênero e o exercício do controle social sobre as políticas públicas.

No que tange ao **trabalho efetivo na temática relacionada aos direitos das crianças e adolescentes** destacam-se os projetos Resgatando a Infância (2003), Territórios Livres - Mapeamento das crianças e adolescentes em situação de risco social (2007), o NEACA – Promovendo a Cidadania e o Protagonismo de Meninas e Adolescentes (2009 a 2012); o PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes no município de São Gonçalo do RJ (2009 a 2011); o NACA - Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Maus Tratos (2003 – em andamento); o NEACA - Núcleo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (2006 – em andamento), o Projeto Articulando Redes Locais e Ampliando o Sistema de Proteção à Criança e ao Adolescente (2013-2015) e o projeto em tela: Tecendo Redes – Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes (2017 – 2020).

No que se refere ao histórico de **participação em redes**, conselhos de direitos e outras interfaces estatais vinculadas à temática do enfrentamento à violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, o Movimento de Mulheres tem uma vasta experiência, seja através da atuação nos fóruns da Sociedade Civil, participação nas Redes Criança, nas Conferências Municipais, Estadual e Nacional da Criança e do Adolescente, nos Conselhos de Direitos Municipais e Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, fóruns DCAs e audiências públicas.

Atualmente a instituição é referência na temática dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes e pessoas vivendo com HIV/AIDS, tendo se destacado ainda pela execução de ações na temática da prevenção às IST/HIV, direito ao esporte, lazer, trabalho e renda, formação e capacitação de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos e alimentação alternativa.

MOVIMENTO DE MULHERES

Projeto Tecendo Redes

O principal objetivo do projeto Tecendo Redes foi contribuir para a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes na área de abrangência do COMPERJ, em especial, nos municípios de Maricá e Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro.

Objetivos específicos:

1. Realizar uma análise de situação da violência doméstica e exploração sexual de crianças nos municípios de Maricá e Itaboraí;
2. Promover articulações interinstitucionais;
3. Mobilizar e sensibilizar o público alvo para a prevenção, promoção e defesa de crianças e adolescentes;
4. Capacitar e fortalecer os profissionais que integram as redes de garantia e defesa e;
5. Prevenir e enfrentar a violência doméstica e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Justificativa do Projeto

Com o adensamento das cidades e o crescimento populacional são necessárias diversas intervenções para melhoria das condições de vida e trabalho das populações residentes nos territórios. Tais melhorias perpassam a construção de equipamentos sociais públicos, obras de infraestrutura entre outros que promovem o desenvolvimento econômico e social tanto do país quanto das diversas regiões que compõem cada base territorial.

Entretanto, as intervenções que se processam nos territórios afetam de diferentes formas o cotidiano dos sujeitos sociais que ali residem e vivenciam sua reprodução. Por um lado, as intervenções tendem a promover melhorias como acesso ao mercado de trabalho, a equipamentos públicos e a infraestruturas sociais, entre outros. Por outro, o processo de implantação altera a dinâmica existente entre o território e os sujeitos sociais, exigindo a localização de estratégias que minimizem os transtornos e os impactos gerados pelos mesmos.

Para ilustrar a dinâmica dos espaços geográficos, podemos utilizar como referência Milton Santos que diz que o espaço geográfico "é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente" (SANTOS, 2006, p. 39) numa ampla escala de eventos e interações históricas. O espaço é composto por objetos técnicos que são anteriores ao presente, porém influenciam nas ações dos sujeitos que ali vivenciam e se reproduzem material, social e culturalmente. Ao mesmo tempo, esses objetos são produto da ação humana, numa relação dinâmica, seja dos sujeitos do território onde estão sendo implantados os objetos, sejam de outros atores sociais. As ações dos sujeitos intervêm sobre o território e sobre esses objetos que são "postos", afirmando ou negando tais objetos.

Dentre os exemplos de intervenções que promovem transformações no cotidiano das famílias dos territórios, temos o Projeto ROTA 3 da Petrobras que contempla a implantação de um gasoduto que engloba a Bacia de Santos ao COMPERJ em Itaboraí, cuja extensão divide-se em um trecho submarino de 184 Km e um trecho terrestre de 48 Km.

As intervenções nos territórios e nos espaços urbanos tendem a alterar a dinâmica vivenciada pelos sujeitos sociais, fortalecendo ou rompendo os vínculos que os mesmos estabeleceram ao longo de suas jornadas históricas. Isso se deve tanto pela implantação de objetos quanto pela presença de novos sujeitos que, desconhecendo as relações sociais e de poder ali existentes, podem constranger os laços de solidariedade e vínculos sociais de identidade e pertencimento.

Nesse contexto, as crianças e os adolescentes são os sujeitos de direitos e

pessoas em desenvolvimento mais vulneráveis e, consequentemente, correm o risco de terem os direitos violados. Como exemplo cabe citar o estudo realizado pela UNIR que identificou um aumento vertiginoso de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Porto Velho (Rondônia/Brasil), durante o período de pico das obras das usinas do Madeira. De acordo com a pesquisa, em 2009, foram registrados 356 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na região. Já em 2010, os números saltaram para 636 ocorrências[1].

O relatório da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil[2] - aponta que, em virtude dessas obras, em Porto Velho, o número de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, no período de 2007 a 2010, cresceram 18% e o número de estupros 208%. Devido aos alarmantes números ocorreu em 2011 uma auditoria realizada pela Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, ocasião em que a ministra da época, Sra. Maria do Rosário, esteve em Porto Velho para verificar as razões pelas quais a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes cresceram vertiginosamente após o processo de construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, na capital de Rondônia. A auditoria concluiu que dos "942 casos apresentados à ministra, 41% estavam relacionados a violência sexual extrafamiliar, ou seja, fora do círculo familiar, e 13,9% corresponderam à exploração sexual. Quase 70% da base de dados utilizada nesta pesquisa foram extraídos dos registros colhidos pelos pesquisadores do Projeto Girassol, seja nos boletins de ocorrência como nas fichas de atendimento que são preenchidas quando é realizado atendimento social e de saúde; permitindo maior fidedignidade das informações.

Em 2009, a Childhood Brasil desenvolveu uma pesquisa – em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e apoio do Instituto Camargo Corrêa – para entender qual o contexto de vida e trabalho dos profissionais que atuam nas "grandes obras" no Brasil e também investigar seu (possível) envolvimento com situações de exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA).

Para a pesquisa, foram entrevistados 316 trabalhadores do sexo masculino dos mais diversos setores de obras nos estados de Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rondônia. Um universo de 288 questionários válidos trouxe os seguintes resultados:

- 57,3% dos entrevistados relataram presenciar ou já ter presenciado crianças e adolescentes sendo exploradas perto das obras;

[1] Fonte: http://www.rondoniadinamica.com/arquivo/grandes-obras-pesquisadora-alerta-sobre-violencia-sexual-contra-criancas-em-porto-velho,130887.shtml

[2] A Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil – é uma rede formada por 40 organizações da sociedade civil, que desenvolve ações de promoção e defesa dos direitos humanos, bem como de reparação de violações de direitos. Seu objetivo geral é contribuir para a construção e fortalecimento de uma cultura de direitos, desenvolvendo estratégias de exigibilidade e justiciabilidade dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como incidir na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais.

- 25,4% afirmaram já terem feito programa uma ou mais vezes com crianças e/ou adolescentes.

Conclui-se que, com o advento das grandes obras de desenvolvimento no País, os impactos sociais precisam ser levados em consideração. Como exemplo podemos mencionar o Projeto ROTA 3 da Petrobras, em suas várias etapas e fases, que poderão gerar efeitos e impactos negativos no cotidiano e nas condições de vida da população local, sobretudo em crianças e adolescentes que poderão ser vítimas preferenciais de práticas abusivas.

É fundamental prevenir e evitar que as implicações geradas pelas políticas de desenvolvimento econômico recaiam e/ou influenciem as dinâmicas de vida de crianças e adolescentes, pois de acordo com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990) este segmento deve ter prioridade absoluta e sua condição peculiar de desenvolvimento deve ser respeitada. Nesse intuito foi elaborado e desenvolvido o Projeto Tecendo Redes, para garantir ações de proteção a crianças e adolescentes nos municípios de Itaboraí e Maricá, sobretudo nas localidades de Itambi, Sambaetiba, Porto das Caixas, Alto Jacu, Recreio de Itapacorá, Reta Velha, Perobas/Chácara Iguá, Picos (Itaboraí) e Jaconé, Ponta Negra, Bananal, Manoel Ribeiro e Ubatiba (Maricá).

Introdução à temática da violência infantojuvenil

A construção da criança e adolescente como sujeitos de direitos é algo histórico e que nos remete a era contemporânea, em especial, nos finais do século XX. No Brasil, esse processo ocorre nos anos 1990, quando é lançado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA através da lei nº 8.069. Esta lei inova na compreensão desses sujeitos na medida em que substitui a lei nº 6.697/1979. Isso porque, com a edição do ECA, as crianças e os adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos sob o paradigma da proteção integral.

A legislação anterior ao ECA não tinha como objetivo garantir os direitos desse grupo populacional, mas – a partir da concepção de "menor" – visava aqueles que se encontravam em "situação irregular". Este eram tratados de forma discriminatória e segregacionista.

Mas então o que seria ser criança e ser adolescente? Frota aponta que existe uma percepção comum, ou melhor, um senso comum sobre esses grupos populacionais, no qual:

> existe a compreensão de que ser criança resume-se em ser feliz, alegre, despreocupado, ter condições de vida propícias ao seu desenvolvimento, ou seja, a infância é considerada o "melhor tempo da vida". Já a adolescência se configura como um momento em que, naturalmente, o indivíduo torna-se alguém muito chato, difícil de se lidar e que está sempre criando confusão e vivendo crises (FROTA, 2007, s/p).

Entretanto, estes não podem ser os elementos definidores deste grupo. Pois, estas excluem os fenômenos do cotidiano como a violência doméstica e sexual, bem como a exploração de crianças e adolescentes.

De acordo com o ECA, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente, aquela entre doze e 18 anos de idade (BRASIL, 1990, s/p).

Direitos Infantojuvenis: A mudança de paradigma

A emergência da luta a favor dos direitos das crianças e adolescentes nos remete aos anos 1970 por parte dos movimentos sociais, quando as reivindicações extrapolam a relação capital x trabalho.

A Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança e do adolescente (1989) é um tratado que inaugura uma nova concepção sobre estes segmentos, na qual são reconhecidos a estes o estatuto de sujeito e a dignidade da pessoa. Este tratado entre os países inaugura uma nova fase de compreensão sobre a vida das crianças e adolescentes.

O Brasil constitui signatário deste tratado e ratificou seus princípios na Constituição Federal de 1988. Contudo, somente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, que as inovações consubstanciadas na Carta Magna foram materializadas. Assim, observamos que há uma mudança de

paradigma na legislação que irá fundamentar as políticas públicas destinadas a este segmento.

Em síntese, podemos afirmar que: se o Código de Menores tinha um caráter punitivo e assistencialista, o ECA preconiza ações socioeducativas de caráter emancipatório, tendo como alvo os direitos das crianças e adolescentes.

> Ao longo da história a criança e o adolescente foram tratados com base em ações que oscilaram entre negligência, punição e medidas puramente assistencialistas. Instituições como a FEBEM, voltadas a crianças e adolescentes em "perigo social", nascem desestruturadas para alcançar tal objetivo. Consequentemente, transformam-se em espaço físico para manter a "ordem social" sem se preocupar em assegurar aos menores uma reinserção social. Esta, pela forma estigmatizante como atua, é vista, muitas vezes de forma negativa, pois construiu uma imagem alicerçada na tortura, superlotação e negligência com a população infanto-juvenil atendida (CARVALHO et all, 2008, p. 162).

A violência contra crianças e adolescentes é hoje entendida como uma questão de direitos humanos, saúde e segurança pública que deve ser combatida por toda sociedade.

Compreendendo a questão da violência contra crianças e adolescentes

Se perguntarem a uma pessoa o que é violência, com certeza, todas terão uma lembrança sobre alguma situação violenta que viveu ou que alguma outra pessoa vivenciou e foi presenciada. A violência contra crianças e adolescentes é mais comum do que se pode imaginar e, muitas vezes, é silenciada.

Qualquer tipo de violência constitui um fenômeno doloroso e presente em diversas regiões. A necessidade de visualizar esse fenômeno é fundamental para a criação de política públicas, tanto de prevenção quanto de atendimento, que desvele o que ainda persiste na invisibilidade social. A violência é reconhecida tanto pelo Ministério da Saúde quanto pela Organização Mundial da Saúde como um grave problema de saúde pública (ALVES et all, 2016, p. 26).

Segundo a OMS violência,

> É o uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 1996).

É a ação efetuada por pessoas, grupos, classes ou nações que provoca danos físicos, emocionais ou morais, a si próprio ou a outros. Ocorre também por omissão, quando omite ajudar, cuidar e auxiliar a quem precisa.

Quanto a violência contra crianças e adolescentes, a OMS trata que existem diversos fatores que se relacionam com a violência contra a criança e os adolescentes:

> os fatores relacionados com a violência contra a criança e o adolescente são classificados em fatores estruturais (social, econômico, pobreza, violação dos direitos humanos, perda da ética e valores morais, corrupção, guerras, guerrilhas, fatores demográficos), fatores institucionais (diminuição do nível de educação, impunidade, exposição à violência, quebra familiar) e fatores diretos ou facilitadores (álcool, drogas, repetição da violência) (MARTINS, 2010, p. 664).

A violência infantojuvenil configura-se como um fenômeno multicausal (social, econômico, cultural e político) e dinâmico, cuja intervenção deve ocorrer de forma interdisciplinar de forma a não reduzir ao plano individual para que cada vez menos crianças e adolescentes sofrem violações.

Quanto à natureza a violência contra crianças e adolescentes pode ser

negligência, violência física, violência psicológica, e violência sexual

Negligência

A negligência também é concebida como uma forma de violência contra a criança e adolescente, visto que esta é compreendida como o ato de omissão da família, seja dos pais e/ou dos responsáveis, no que tange aos cuidados com esse sujeito em processo de desenvolvimento e formação. Os cuidados podem ser desde as necessidades físicas mais básicas até as necessidades emocionais deste ser.

É claro que, diante do agravamento das condições de vida e trabalho que a sociedade brasileira atravessa, a situação socioeconômica da família não representa, em si, negligência. Isto é, constitui negligência quando as ações são consideradas abusivas decorrentes de causas que não se relacionam com as condições de reprodução social.

Assim, temos que negligência se divide em abandono, autonegligência, negligência em alimentação, negligência em amparo e responsabilização, negligência em medicamentos/assistência à saúde e outros.

Ao longo dos anos, observamos que a negligência que é mais denunciada é a "negligência em amparo e responsabilização", seguida da negligência em alimentação.

Violência Física

De acordo com Azevedo e Guerra, a violência física é definida como "toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal" (2006, p. 16). A violência física pode ser autoinfligida, isto é, quando a própria criança e/ou adolescente pratica algum ato de se machucar ou infligida por outrem.

Quando essa violência é causada pelos seus pais e/ou por quem exerce a autoridade no âmbito familiar, configura-se a violência doméstica. Isso porque além de ocorrer dentro do âmbito doméstico em seu sentido mais amplo, reproduz a relação de poder disciplinador do adulto para com a criança e/ou adolescente, numa relação de desigualdade.

As causas da violência física podem ser os mais variados possíveis.

Violência psicológica

Quantas vezes estamos no ônibus ou na rua próxima a nossa residência e presenciamos algum adulto direcionando palavras ofensivas e abusivas contra crianças e adolescentes? Quantas vezes ouvimos o adulto dizendo que sua agressividade é provocada pelo comportamento da criança?

Como aponta Ferreira: "perder a paciência, ocasionalmente, na difícil tarefa de educar os filhos é normal, porém quando esse descontrole faz parte da rotina, e abrange uma gama de violências, como gritos e insultos, é hora de parar e avaliar o que está acontecendo" (2017, s/p; grifos da autora).

Toda essa situação é agravada pelas condições de vida que atravessamos, promovendo reações cada vez mais abruptas e de descontrole no processo de educação/socialização da criança. É importante avaliar tais ações, pois estas têm efeitos nocivos no desenvolvimento.

De acordo com Malta (2002), a violência psicológica é caracterizada como "atitude do adulto em depreciar e inferiorizar de modo constante a criança ou o adolescente, causando-lhe sofrimento psíquico e interferindo negativamente no processo de construção da sua identidade" (BIDARRA e GREGORIO, 2008, p. 2).

Para Minayo, também conhecida como tortura psicológica, ocorre quando "quando os

adultos sistematicamente depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade"

A conceituação de Minayo reforça a compreensão acima, visto que demonstra algumas expressões deste fenômeno na realidade. Todavia, apesar dos efeitos perversos que pode promover no desenvolvimento psíquico e emocional das crianças e adolescentes, este tipo de violência é difícil de ser mapeado e estudado.

Como podemos observar, o Disque 100 recebe mais denúncias de violência psicológica contra crianças e adolescentes que o Instituto de Segurança Pública. Muitas vezes não se reconhece a forma como o responsável trata a criança e/ou o adolescente como algo violento. Ou, ainda, existe um "mito" de que não podemos nos envolver na educação prestada pelos responsáveis.

Violência Sexual

Apesar de presente na história da sociedade, nem sempre a relação sexual entre um adulto e uma criança e/ou adolescente foi considerada algo abusivo. Essa percepção de violação dos direitos sexuais da criança e do adolescente constitui uma construção social devido ao amadurecimento das sociedades modernas e da luta do movimento feminista nos anos 1970. Essa é uma questão tão séria que diversas organizações nacionais e internacionais buscam formas de coibir a violência e promover os direitos deste segmento.

A violência sexual pode ser definida como toda a ação que tem como objetivo o estímulo sexual da criança e/ou do adolescente, cujos autores se encontram em estágio de desenvolvimento psicossexual mais adiantado em relação àqueles e no qual estas crianças e estes adolescentes se tornam objeto de satisfação de sexual do autor. A relação que se estabelece entre vítima e autor pode ser tanto homossexual quanto heterossexual. Fica evidente que há uma relação de dominação e poder que é utilizada em favor do autor para satisfação de suas necessidades sexuais, configurando uma violação aos direitos deste segmento.

Por se configurar numa relação de dominação e poder sobre o corpo da criança e/ou do adolescente, nas situações de violência sexual, estes sujeitos são vítimas da ação do autor.

De acordo com Martinho, a violência sexual pode ser dividida em dois tipos: o abuso sexual e a exploração sexual. Vejamos:

> o abuso sexual trata-se da utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual, sendo geralmente praticada por uma pessoa 19 com quem a vítima possui uma relação de confiança, e pode se manifestar dentro do ambiente doméstico (intrafamiliar) ou fora dele (extrafamiliar). A exploração sexual acontece através da utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais mediados por lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca, podendo acontecer através de prostituição, pornografia, redes de tráfico e turismo sexual (MARTINHO, 2016, p. 18-19).

Quando apreendemos a violência sexual de forma mais ampla, ações que não incluem a manipulação física da criança passam a se tornam abuso e/ou exploração sexual. Isto é, constituem formas de violência sexual contra crianças e adolescente: a pornografia, pedofilia, manipulação da genitália, mamas, ânus, com ou sem penetração, o *grooming*, a divulgação de imagens de crianças e adolescentes por meios digitais (*sexting*), voyeurismo etc.

O ECA preconiza que nenhuma criança ou adolescente pode ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão

por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, s/p). Entretanto, observa-se diversos estudos e banco de dados que apresentam referencias – ainda que de forma superficial – sobre o fenômeno no país.

Um estudo da UNICEF, de 2008, aponta que, "mundialmente, quase 3.500 crianças e adolescentes morrem anualmente por maus-tratos (físico ou negligência)" (apud MARTINS, 2010, p. 661).

Como vimos debatendo, estratégias de enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes constituem um elemento fundamental que o Estado e toda a sociedade devem se responsabilizar. Esse fenômeno não pode mais se restringir a uma questão jurídica e/ou "caso de polícia". Devido a suas consequências para a sociedade e para o indivíduo, precisa ser alvo de políticas públicas intersetoriais de modo a compreender e enfrentar o fenômeno em sua multicausalidade, para que as redes de proteção e os sistemas de garantia de direitos possam ser mais efetivos no combate.

Ações de proteção a este grupo, como de promoção de direitos não podem se restringir a este grupo, mas também à família. Isso porque, i) família, em seus mais diversos tipos e formatos, constitui-se enquanto núcleo básico de formação e socialização e, portanto, o local onde "a criança efetiva e estabelece seus laços de parentesco com indivíduos consanguíneos ou não, e faz deste seu elemento referencial" (CAMARGO, 1996, p. 18); ii) a família constitui o nível de relações no qual ocorre a violência doméstica. Vejamos alguns dados:

> Para cada morte por maus-tratos em menores de 15 anos, estimam-se 150 casos de abuso físico. No mundo todo, calcula-se um coeficiente de mortalidade por maus-tratos de 2,2 por 100.000 crianças do sexo feminino e de 1,8 por 100.000 crianças do sexo masculino, sendo os maus-tratos perpetrados pelo pai biológico (em 41,3% dos casos), pela mãe biológica (38,9%), pelo padrasto (11,1%), pela madrasta (3,4%), por outros parentes (4,9%) e por famílias e parentes adotivos (0,4%). Só por homicídios, no ano de 2000, 57 mil crianças e adolescentes menores de 15 anos morreram em todo o mundo (MARTINS, 2010, p. 662).

A construção da percepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos relaciona-se com a difusão da Doutrina da Proteção Integral (DPI) que inaugura uma nova percepção – progressista – sobre as diferentes fases de desenvolvimento da criança e do adolescente. Esta doutrina reconhece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e por isso merecem atenção especial.

> Mais do que qualquer outro tipo de violência, a cometida contra a criança não se justifica, pois as condições peculiares de desenvolvimento desses cidadãos os colocam em extrema dependência de pais, familiares, cuidadores, do poder público e da sociedade (NUNES e SALES, 2016, p. 872).

Diante disso, o Estado brasileiro visando promover os cuidados com este segmento, desenvolveu tanto um canal para denúncias de casos de violações aos direitos humanos quanto um sistema para notificação de casos de suspeita e/ou violação de direitos.

Estes instrumentos dividem as denúncias por várias categorias. Aqui nos restringiremos a três tipos de violência: i) violência física, ii) violência psicológica e iii) violência sexual. A violência física constitui "o uso da força física contra a criança e o adolescente, causando-lhes desde uma leve dor, passando por danos e ferimentos de média gravidade até a tentativa ou execução do homicídio" (MINAYO, 2001). Já a violência psicológica é aquela que "também [é] denominada tortura psicológica, que ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e realização, ou as

ameaçam de abandono e crueldade". Enfim, violência sexual "se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um adulto (ou mais) contra uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimulá-los sexualmente e obter estímulo para si ou outrem" (MINAYO, 2001).

O canal de denúncias de casos de violações aos direitos humanos é o Disque 100. De acordo com Sousa (2013):

> é um canal de comunicação entre a sociedade civil e o poder público para o recebimento de denúncias de situações de violência e exploração sexual infantojuvenil. O serviço visa a orientar a população sobre o sistema de proteção dos direitos das crianças e adolescentes e, principalmente, obter dados para a elaboração de políticas públicas (apud MEDEIROS, 2014, p. 22).

A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) realizou 125.352 atendimentos pelo Disque Direitos Humanos – Disque 100 no primeiro semestre de 2019 (último disponível para consulta). Em comparação ao mesmo período do ano passado, a ouvidoria registrou um aumento de 19,12% de denúncias pelo canal. O balanço geral foi divulgado nesta segunda-feira (11/11).

Fazem parte dos números as ligações que geram novas denúncias (76.529), as respectivas complementações (11.548) e os atendimentos especializados (9.253). O serviço de disseminação de informações sobre direitos humanos gerou 24.977 registros no primeiro semestre.

No âmbito da defesa dos direitos da criança e do adolescente, o balanço registrou 42.585 denúncias. Negligência (68,85%), violência psicológica (43,30%), violência física (38,91%), violência sexual (21,32%), exploração do trabalho infantil (4,63%) e abuso financeiro (2,09%) foram os principais tipos de violação registrados.

Abuso sexual (80,15%) e exploração sexual (14,85%) estão como as violações mais denunciadas de 2019 para este grupo, seguidos por pornografia infantil (12,10%) e sexting – prática de enviar mensagens, fotos ou vídeos sexualmente explícitos pelo celular – (1,64%). As vítimas têm, em sua maioria, de 4 a 11 anos (42,07%).

O balanço destaca, ainda, que grande parte das violações contra crianças e adolescentes são cometidos dentro de casa, pelo padrasto ou madrasta (39,46%), pelo pai (18,45%) ou pela avó da vítima (3,43%). A relação do suspeito com a vítima não foi informada em 17,62% das denúncias.

O balanço destaca, ainda, que grande parte das violações contra crianças e adolescentes são cometidos dentro de casa, pelo padrasto ou madrasta (39,46%), pelo pai (18,45%) ou pela avó da vítima (3,43%). A relação do suspeito com a vítima não foi informada em 17,62% das denúncias.

Denúncias no Estado do Rio de Janeiro

No período do balanço foram registradas 4451 denúncias no estado do Rio de Janeiro, representando 10,45% das denúncias, aparecendo em 3º lugar no ranking de denúncias, ficando atrás somente do estado de São Paulo (1º) e Minas Gerais (2º).

Quanto ao tipo de violação[3] no RJ o balanço aponta:

- Negligência: 3234
- Violência psicológica: 2092
- Violência física: 1947
- Violência sexual: 676[4]
- Violência institucional: 222
- Exploração do trab. infantil: 196
- Abuso financeiro e econômico/ violência patrimonial: 89
- Discriminação: 35
- Outras violações/outros assuntos relacionados a direitos humanos: 41
- Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes: 04

Tráfico de pessoas: 02

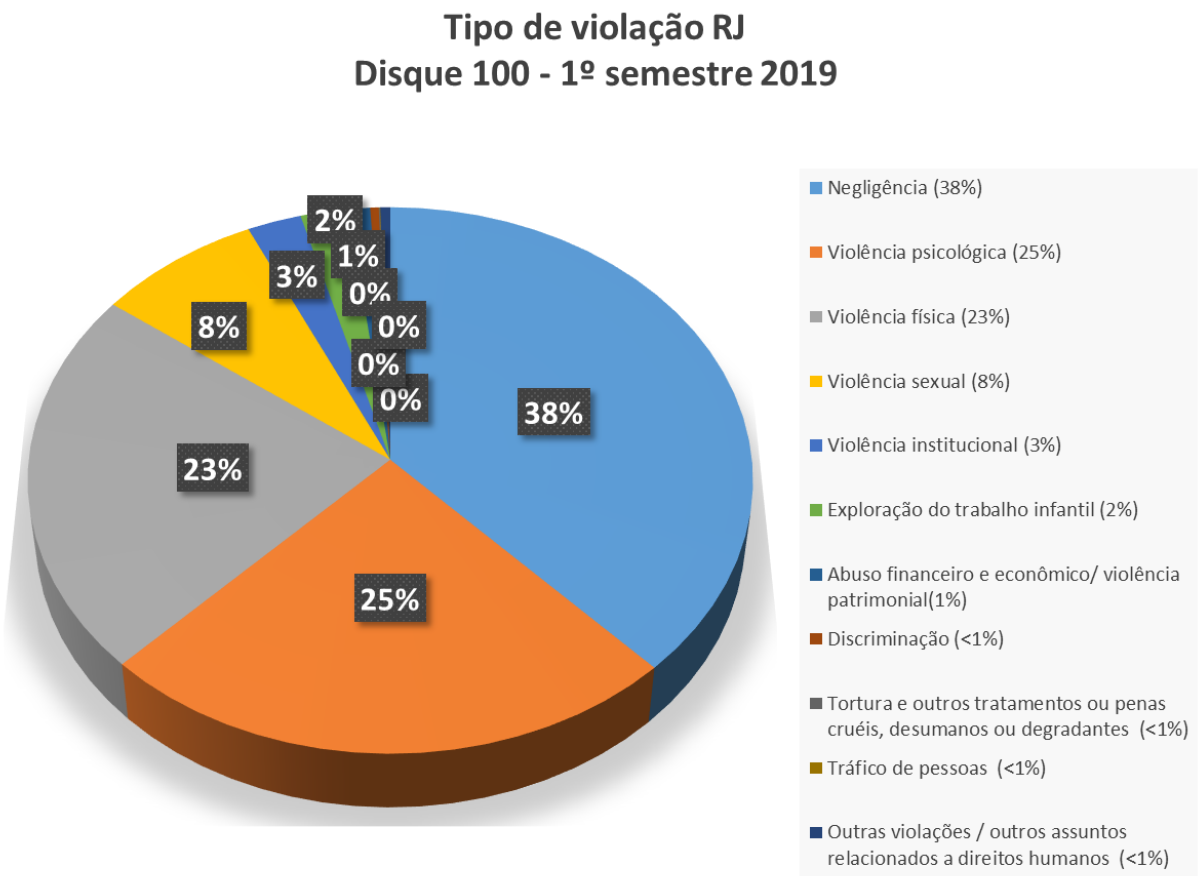


Figura 1 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Disque 100

Quanto ao perfil das vítimas no Rio de Janeiro 48,40% era do sexo feminino, 39,89% do sexo masculino, 11,71% não há informação. 95,49% da identidade de gênero não foi informada.

[3] Ressalta-se que algumas vítimas sofreram mais de um tipo de violência.

[4] A violência sexual mais notificada foi a exploração sexual.

Em relação à faixa etária 10,37% não foi informada a idade, 0,22% era nascituro, 0,77% era recém-nascido, 17,74% estava na idade entre 0 a 3 anos, 21,84% estava na idade entre 4 a 7 anos, 20,23% estava na idade entre 8 a 11 anos, 16,72% estava na idade entre 12 a 14 anos, 12,11% estava na idade entre 15 a 17 anos. Prevalecendo a faixa etária de 04 a 07 anos.

Fonte: Site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/novembro/disque-100-registra-aumento-de-19-12-no-numero-de-denuncias

Cumpre ressaltar a presença de casos de violência institucional, de tratando daquela que ocorre dentro das instituições por meio de regras, normas de funcionamento e relações burocráticas, reproduzindo as injustiças da estrutura social. Acontece quando são negados ou negligenciados e na forma como são oferecidos os serviços públicos ou privados. A presença deste tipo de violência contra crianças e adolescentes demonstra que a garantia de precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública preconizada no ECA não está sendo cumprida.

Este tipo de violência articula-se com uma dimensão das violências que é a violência estrutural. A violência estrutural é caracterizada pelas condições adversas e injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida da população. Se expressa pelo quadro de miséria, má distribuição de renda, exploração dos trabalhadores, crianças vivendo nas ruas, falta de dignidade, cidadania e de assistência em diversos setores, tais como, educação e saúde.

A crise, que perpassa o país, acirrada pelas políticas de ajuste fiscal tem impactado, especialmente, as políticas sociais de diversas formas. Assim, o acesso e o atendimento à população são prejudicados, podendo provocar situações de violência institucional nos equipamentos de atendimento.

Adendo sobre a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil

De acordo com matéria do Jornal O Globo veiculada em 02/03/2020 três crianças/adolescentes são abusadas sexualmente no país a cada hora. Segundo a notícia o índice de notificações em 2018, é o maior registrado desde 2011.[5]

A matéria diz ainda que o Brasil registrou ao menos 32 mil notificações de abuso sexual contra crianças e adolescentes no 2018, o maior índice de notificações já registrado pelo Ministério da Saúde. O índice equivale a mais de três casos por hora – quase duas vezes o registrado em 2011, desde então há um total de 177,3 mil notificações em todo país.[6]

[5] Período no qual os agentes de saúde passaram a ter obrigação de computar atendimentos.
[6] Site do Jornal O Globo. Disponível em Fonte: https://oglobo.globo.com/sociedade/tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-brasil-cada-hora-24280326 Acesso em 02/03/2020

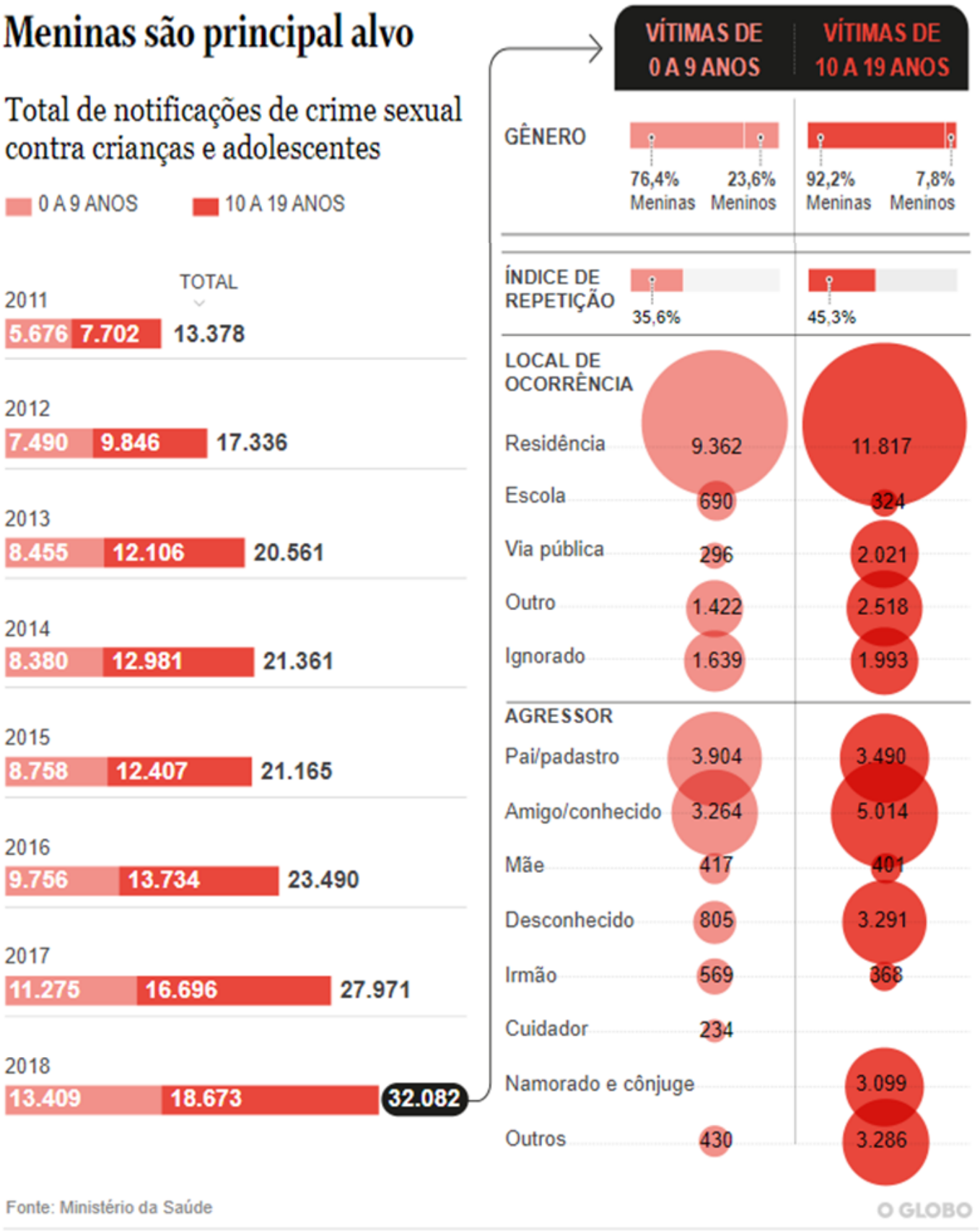


Figura 2 Fonte: Jornal O Globo a partir dos dados informados pelo Ministério da Saúde - 02/03/2020

Sistematização das ações do Projeto Tecendo Redes

O projeto Tecendo Redes foi desenvolvido por meio das seguintes ações principais:

1A-Levantamento dos equipamentos públicos e privados de atendimento às crianças e adolescentes.

1B - Pesquisa sobre a incidência de violência doméstica e exploração sexual.

1C - Oficinas sobre a violência doméstica e exploração sexual com a comunidade e instituições.

2A - Seminário para lançamento oficial do projeto.

2B - Reuniões de articulações interinstitucionais.

2C - Grupos de para o enfrentamento da violência doméstica e exploração sexual

3A - Ações de mobilização nos municípios de Maricá e Itaboraí.

3B - Criação de um selo para as empresas e instituições parceiras.

3C - Campanhas educativas sobre o dia 18 de Maio.

4A - Cursos de capacitação profissional.

4B - Seminários workshops sobre a violência doméstica e exploração sexual.

4C - Consultoria e supervisão técnica nas instituições que atendem crianças e adolescentes.

4D - Seminários de prestação de contas do projeto.

5A- Atendimentos interdisciplinares e itinerantes para crianças, adolescentes e familiares

5B - Notificações de violência para a vigilância epidemiológica e conselhos tutelares

PROJETO TECE ESA : S de prevenção e enfrentamento à ua e a os de Itaboraí e Maricá/Rio de Jan

Objetivo Específico 01

Ação A:

Levantamento dos equipamentos públicos e privados de atendimento às crianças e adolescentes.

Introdução

Um dos objetivos específicos do Projeto Tecendo Redes foi a identificação do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente no âmbito dos municípios de Itaboraí e Maricá. Essa ação ocorreu por meio do mapeamento das instituições e dos serviços que os integram, visando a necessidade de conhecimento das instituições dedicadas ao enfrentamento da violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes em cada município.

Para contribuir para prevenção e o enfrentamento às violências domésticas e a exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas de abrangência do projeto, é necessário conhecer sua rede de serviços e atendimentos a esse público a qual se convencionou chamar de Sistema de Garantia de Direitos (SGD)

O SGD da criança e do adolescente configura-se como a materialização da "Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente", visto que está voltada à efetivação dos direitos por meio dos mais diversos órgãos e agentes que zelam pelo atendimento a esse público específico.

De acordo com Farinelli e Pierini,

> O SGDCA tem a finalidade de promover, defender e controlar a efetivação integral de todos os direitos da criança e do adolescente (direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos). Trata-se de um sistema estratégico, para além de um sistema de atendimento, complexo em sua estruturação, que deve promover ações que viabilizem a prioridade do atendimento à infância em qualquer situação (FARINELLI E PIERINI, 2016, p. 65).

Esse mapeamento demonstrou o ordenamento municipal para o atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência doméstica e exploração sexual, evidenciando a distribuição espacial dos equipamentos e serviços realizados tanto pela esfera pública quanto privada e, ainda, terceiro setor. Isso porque, uma rede bem estruturada de equipamentos e serviços tende a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, além de promover estratégias de prevenção à violação dos direitos e de redução dos agravos às vítimas.

Diante disso, se parte do pressuposto de que, concordando com Milton Santos (2006), o espaço materializa-se como um conjunto indissociável, interativo e solidário de sistema de objetos e sistema de ações dentro do contexto histórico-social da realidade vivenciada pelos sujeitos. Para o referido autor:

> Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 39).

Logo, o espaço é composto por objetos fixado em cada lugar que interage com os sujeitos desses espaços, assim como os sujeitos agem provocados por esses objetos, modificando o espaço. Contudo, as relações sociais que se estabelecem na dinâmica do espaço não são livres de conflitos e tensões, como também, de relações de poder.

Nesse sentido, podemos pensar o SGD como objetos que integram os territórios e atuam na provisão de ações que fortalecem tanto o protagonismo infanto-juvenil, mobilizam a população a se apropriar da "doutrina da proteção integral", quanto da concepção de sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Esses objetos (concebidos tanto como equipamentos quanto serviços) ofertados pelos mais diferentes agentes sociais (projetos sociais, prefeituras, ONGs etc) interagem com os sujeitos dos territórios, provocando ações, assim como é provocado por elas. Isso porque, não existe ação humana sem que ocorra, num determinado espaço geográfico, uma relação com objetos (naturais ou técnicos) que o condicionem a determinada ação. Ação humana que constitui um "deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do meio" (SANTOS, 2006, p. 50), modificando o meio no qual se insere o sujeito.

A identificação dessas potencialidades dos territórios permitiu que o projeto pudesse atuar de forma mais abrangente, atingindo um maior número de pessoas. Além disso, possibilitou o reconhecimento de ações necessárias para que se promova com maior efetividade a proteção integral de crianças e adolescentes.

Nesse quadro, foram levantadas as instituições relacionadas à área da criança e do adolescente, como também aquelas que atuam na área dos direitos humanos. Isso porque, um mundo sem violações perpassa o reconhecimento de ações transversais com as instituições que possuam trajetória na construção de novas relações de gênero, combate à homofobia e à intolerância religiosa, superação do racismo e inclusão das pessoas com deficiências.

Do Planejamento à Execução

Um projeto constitui as orientações acerca do que deve ser feito para que sejam atingidos determinados objetivos. Para se realizar a análise da situação de violência doméstica e exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios abrangidos pelo projeto, foi estruturada a ação: "levantamento dos equipamentos públicos e privados de atendimento às crianças e aos adolescentes". O produto do levantamento seria um guia com os serviços de cada município a ser distribuído às instituições do território.

De acordo com o projeto elaborado, estava previsto na metodologia:

> O mapeamento das instituições e redes sociais para atualização das informações referentes aos serviços identificados, através de contatos telefônicos e visitas institucionais, tendo como finalidade melhorar o conhecimento dos serviços e critérios de elegibilidade adotados pelas instituições que realizam o atendimento. O mapeamento será sistematizado e publicado em formato de guias locais, cujos serviços, endereços e finalidades estarão descritos (PROJETO TECENDO REDES, 2017).

Em relação às instituições a serem identificadas, temos:

- escolas da rede pública de ensino;
- Conselhos Tutelares (CT);
- Promotorias da infância e juventude;
- equipamentos de proteção social básica como os Centros de Referência em Assistência Social;
- equipamentos de proteção social especial como os Centros de Referência Especializado em Assistência Social, os equipamentos de acolhimento institucional, Programas de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
- Conselhos de Direitos e Políticas Públicas;
- Serviços de atendimento especializado públicos e do terceiro setor;
- Delegacias;
- Hospitais e pronto-socorro, entre outros.

A princípio, para cada instituição levantada, visando identificar os serviços, critérios de elegibilidade adotados, público-alvo, setores de atuação, área de abrangência, vinculação a conselhos de direitos e/ou políticas públicas, seria realizada uma visita institucional para a coleta de dados com um roteiro de entrevista estruturada a ser realizada com os gestores das instituições. O roteiro elaborado para a aplicação da entrevista nas visitas institucionais encontra-se em anexo.

Contudo, devido à abrangência, eminência de um projeto territorial e o prazo de execução do mesmo, verificou-se a impossibilidade de aplicação do roteiro.

Além disso, no cronograma de execução das atividades, a entrega estava prevista para o segundo período[7] (meses 5 a 8), pós início do projeto. Entretanto, a conclusão dessa meta perpassava uma interação entre os agentes do projeto e os agentes das instituições que começavam a ser conhecidas.

[7] O projeto estruturado em 6 quadrimestres, cada qual representando um período de atuação.

O primeiro período (meses 1 a 4) de execução foi destinado à "abertura de portas", sendo realizadas, prioritariamente, reuniões com as instituições identificadas nas quais era apresentado o projeto com seus objetivos, metas e produtos. Para divulgação da entrada do projeto no município, foi realizado também um seminário para que mais instituições fossem atingidas.

Antes de "tecer a rede" para o enfrentamento à violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, requeresse uma articulação com as instituições, estabelecimento de laços de confiança e parceira com o território e com os sujeitos sociais, com os agentes públicos e privados, lideranças locais e comunitárias. Enfim, a identificação dos sistemas de objetos e ações, as relações sociais que transitam no mesmo e, ainda, a integração a esses sistemas, sempre com muito cuidado e respeito. Logo, a aplicação dos roteiros de entrevista com as instituições no primeiro e segundo períodos era inviável.

Por outro lado, a equipe já dispunha de um roteiro que permitia, durante a realização das apresentações do projeto nas instituições, identificar os elementos primordiais para mapear os serviços existentes. À medida que o projeto ia avançando e sendo recebido pelas instituições, a equipe coletava os dados, de forma leve e não na forma mais de uma entrevista com as instituições.

Apresentação dos dados coletados

Com os dados coletados, passamos à fase de sistematização e elaboração de um documento que materializasse as informações. Era necessário que esse documento fosse prático e de fácil acesso aos atores do sistema de garantia de direitos. Portanto, optou-se pela elaboração de guia de referência impresso com os dados coletados, visando sua distribuição aos referidos atores.

Todavia, a partir do contato dos profissionais do projeto com os profissionais da rede que se estava tecendo, verificamos a importância de apresentar além dos equipamentos, outras informações, divididas da seguinte forma:

1. Dialogando sobre alguns conceitos: apresentar alguns conceitos sobre violência, assim como as dimensões existentes, os tipos e a natureza, de forma prática e rápida para que os profissionais pudessem se orientar. Nesse mesmo item, buscando assessorar os profissionais na identificação de situações em que há suspeita de violência contra criança e adolescentes, optamos por incluir indicadores que evidenciam tal situação como indicadores físicos, comportamentais e sobre a sexualidade. Essas orientações permitem que os profissionais, no momento me que os observarem, possam tomar as providências necessárias;
2. Sistema de garantia de direitos: apresentar o SGD com seus objetivos e formas de atuação da rede. Este item foi dividido em:

a. Conhecendo a rede de proteção à criança e ao adolescente vítima de violência doméstica e sexual: que apresenta a rede de proteção às vítimas com suas funções dentro da proteção à criança e ao adolescente, isto é, os conselhos tutelares, o Ministério Público, o Disque 100, as

Delegacias Policiais e o Disque Denúncia;

b. Mecanismos de atendimento, prevenção, proteção e promoção: que apresenta os equipamentos responsáveis e suas funções como: Núcleo Especial de Atendimento à Criança e Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e/ou Sexual (NEACA), Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente Vítimas de Maus Tratos (NACA), Centro de Referência Especializado de Assistência Social e o Acolhimento Institucional.

3. O que fazer diante de um caso suspeito ou confirmado de violência, para onde encaminhar/notificação compulsória dos casos de violência contra crianças e adolescentes – SINAN: apresenta os procedimentos a serem adotados nos casos de suspeita e/ou confirmação de violação dos direitos das crianças e adolescentes. Esclarece as diferenças entre notificar e denunciar e o papel da notificação compulsória para fins epidemiológicos com as orientações sobre o encaminhamento da ficha;
4. Rede de referência e contrarreferência para os casos de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes – proteção social especial: apresenta as instituições levantadas durante o processo de implementação do projeto.

Cumpre ressaltar que foi elaborado apenas um guia, com os dados dos municípios de Maricá e Itaboraí e, considerando a sede do Movimento de Mulheres e o atendimento dessa instituição aos usuários dos serviços dos municípios, introduziu-se no guia a rede de referência e contrarreferência do município de São Gonçalo.

O guia foi organizado da seguinte forma:

Apresentação do Movimento de Mulheres em São Gonçalo
Apresentação do Projeto Tecendo Redes
I – Introdução
II – Dialogando Acerca de Alguns Conceitos
III – Sistema de Garantia de Direitos
IV – O que fazer diante de um caso suspeito ou confirmado de violência, para onde encaminhar/ notificação compulsória em casos de violência contra crianças e adolescentes
V – Rede de referência dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí e Maricá
VI – Considerações finais
Bibliografia
Anexos:
1. Modelo Ficha Única de Notificação Compulsória
2. Serviços municipais de Atendimento à Mulher
3. Secretarias Municipais
4. Rede Municipal de Educação de São Gonçalo, Itaboraí e Maricá

Considerações Finais

A proposta do guia é contribuir para a comunicação entre os serviços, facilitar o fluxo de encaminhamento e atendimento de crianças e adolescentes, expostos à violência doméstica e/ou sexual, evitar a duplicidade de ações entre as instituições, a revitimização de crianças e adolescentes e socializar conhecimentos sobre a detecção precoce dos casos ainda não notificados nos Conselhos Tutelares e na rede de garantia e defesa da criança e do adolescente.

A expectativa foi que o guia fosse uma ferramenta útil de trabalho para todos/as técnicos/as que integram as instituições vinculadas ao sistema de garantia de direitos da criança e adolescente.

Referências Bibliográficas

FARINELLI, C. C. e PIERINI, A. J. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. In: O Social em Questão. Ano XIX. N.º 35. Rio de Janeiro, 2016. P. 63-86.

SANTOS, M. A natureza do espaço.

Anexos

Anexo I – Roteiros

.

Mapeamento das Entidades/Programas que atuam, direta ou indiretamente, com criança e adolescente em situação de violência sexual						
Entidade/Programa	Telefone	E-mail	Bairro/sede	Beneficiários		
				Crianças Adolesc. Jovens	Família	Suposto Agressor
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

Roteiro I - Visita Institucional

Roteiro I - Visita Institucional

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Instituição: _____
Endereço: _____
Município: _____ **CEP:** _____ **Telefone:** _____
Site: _____ **E-mail:** _____
Gestor: _____
Horário de Funcionamento: _____
Tempo de existência/fundação: _____
A instituição é: ( ) pública ( ) privada ( ) ONG ( ) Instituição religiosa

2. INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO

2.1 Qual o critério para admissão e/ou permanência para atendimento na Instituição?

2.2 Quais são os setores em que a Instituição atua?	
( ) Educação	( ) Assistência Social
( ) Saúde	( ) Direitos Humanos
( ) Conselhos de Direitos e Políticas Públicas	( ) Segurança
( ) Jurídico	( ) Outros _____

2.3 Quais são os serviços oferecidos pela Instituição?

2.4 Qual é a faixa etária dos participantes?	
( ) 0 a 6 anos	( ) 18 a 29 anos
( ) 7 a 12 anos	( ) Maior que 60 anos
	( ) Outros
( ) 13 a 17 anos	_____

2.5 Qual a área de abrangência da instituição?

2.6 A quais conselhos a Instituição é ligada?	
( ) Educação	( ) Assistência Social
( ) Saúde	( ) Direitos Humanos
( ) Criança e Adolescente	( ) Mulher
( ) Idoso	( ) Pessoa com Deficiência
	( ) Outros
( ) Igualdade Racial	_____

Roteiro II - Dados quantitativos

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Instituição: _____
Endereço: _____
Município: _____ **CEP:** _____ **Telefone:** _____
Site: _____ **E-mail:** _____
Gestor: _____
Horário de Funcionamento: _____

2. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ÁREA DE ATUAÇÃO

2.1 O município possui um fluxo no atendimento de crianças, adolescentes e jovens vítimas de violência doméstica e/ou sexual contra crianças e adolescentes e jovens?

2.2Ordene as violências mais recorrentes identificadas/observadas no município e/ou área de abrangência do equipamento

Tipo de Violência	Nº	Tipo de Violência	Nº
Abuso sexual intrafamiliar		Turismo sexual	
Abuso sexual extrafamiliar		Violência física	
Exploração sexual		Violência institucional	
Negligência		Violência psicológica	
Pornografia infanto-juvenil		Outros[2]	
Tráfico para fins de exploração			

2.3Quais os bairros mais vulneráveis com relação à origem de crianças, adolescentes e jovens vítimas de violência doméstica e/ou sexual?

Tipo de Violência	Bairros
Abuso sexual intrafamiliar	
Abuso sexual extrafamiliar	
Exploração sexual	
Negligência	
Pornografia infanto-juvenil	
Tráfico para fins de exploração	
Turismo sexual	
Violência física	
Violência institucional	
Violência psicológica	
Outros[3]	

[2] Especificar quais outras violências

2.4 No ano de 2016, dos casos de violência doméstica e sexual contra crianças, adolescentes e jovens que chegaram à instituição/ao equipamento, quantos foram NOTIFICADOS?	
Tipo de Violência	Quantidade
Abuso sexual intrafamiliar	
Abuso sexual extrafamiliar	
Exploração sexual	
Negligência	
Pornografia infanto-juvenil	
Tráfico para fins de exploração	
Turismo sexual	
Violência física	
Violência institucional	
Violência psicológica	
Outros[2]	

2.5 No ano de 2016, dos casos de violência doméstica e sexual contra crianças, adolescentes e jovens que chegaram à instituição/ao equipamento, quantos foram ATENDIDOS neste mesmo equipamento/instituição?	
Tipo de Violência	Quantidade
Abuso sexual intrafamiliar	
Abuso sexual extrafamiliar	
Exploração sexual	
Negligência	
Pornografia infanto-juvenil	
Tráfico para fins de exploração	
Turismo sexual	
Violência física	
Violência institucional	
Violência psicológica	
Outros[3]	

2.6 Distribuição dos casos de violência doméstica e/ou sexual conforme faixa etária e sexo						
Sexo: FEMININO						
Tipo de Violência	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 29 anos	Acima de 30 anos	Total
Abuso sexual intrafamiliar						
Abuso sexual extrafamiliar						
Exploração sexual						
Negligência						
Pornografia infanto-juvenil						

[2] Especificar quais outras violências

[3] Especificar quais outras violências

Tráfico para fins de exploração						
Turismo sexual						
Violência física						
Violência institucional						
Violência psicológica						
Outros[4]						

2.7 Distribuição dos casos de violência doméstica e/ou sexual conforme faixa etária e sexo						
Sexo: MASCULINO						
Tipo de Violência	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 29 anos	Acima de 30 anos	Total
Abuso sexual intrafamiliar						
Abuso sexual extrafamiliar						
Exploração sexual						
Negligência						
Pornografia infanto-juvenil						
Tráfico para fins de exploração						
Turismo sexual						
Violência física						
Violência institucional						
Violência psicológica						
Outros[5]						

2.8 Outras informações que gostaria de prestar

[4] Especificar quais outras violências

[5] Especificar quais outras violências

Roteiro III - Entrevista com gestores e ou equipe técnica

Roteiro III – Entrevista semiestruturada com gestores e/ou equipe técnica

1. **INFORMAÇÕES GERAIS**

Instituição: _____
Endereço: _____
Município: _____ **CEP:** _____ **Telefone:** _____
Site: _____ **E-mail:** _____
Gestor: _____
Horário de Funcionamento: _____

2. **OBSERVAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS NAS ÁREAS EM QUE ATUA**
3.

2.1 Como são em geral as relações de vizinhança dos moradores da área (confiança, abertura, ajuda recíproca)?

2.2 Quando uma família tem algum tipo de dificuldade, a quem recorre?
2.3 Como é a segurança na área?

2.4 Os moradores da área, quando identificam alguma forma de violência doméstica e/ou sexual contra criança,adolescente e jovens, como se comportam?

2.5 Qual a violência doméstica e/ou sexual contra crianças, adolescentes e jovens mais presente na área de abrangência e a que atribui?

4. AÇÕES RELACIONADAS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU SEXUAL CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

3.1 Já houve e/ou participou de curso de capacitação voltado ao atendimento da violência doméstica e/ou sexual contra crianças, adolescentes e jovens?

3.2 Existe demanda em termos de capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento à crianças, adolescentes e jovens vítimas de violência doméstica e/ou sexual?

3.3 Principais atividades de prevenção à violência doméstica e/ou sexual contra crianças, adolescentes e jovens realizada		
Realizadas 2016/2017	Em andamento (2017)	Planejadas em 2018

3.4Possui sugestões para a melhoria do enfrentamento da violência doméstica e/ou sexual contra crianças, adolescentes e jovens?

6.7 Outras informações que gostaria de prestar

Roteiro IV - Entrevista com lideranças locais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Instituição: _____
Endereço: _____
Município: _____ **CEP:** _____ **Telefone:** _____
Site: _____ **E-mail:** _____
Presidente: _____
Horário de Funcionamento: _____

2. OBSERVAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS NA ÁREA

2.1 Como são em geral as relações de vizinhança dos moradores da área (confiança, abertura, ajuda recíproca)?

2.2 Quando uma família tem algum tipo de dificuldade, a quem recorre?
2.3 Como é a segurança na área?

2.4 Os moradores da área, quando identificam alguma forma de violência doméstica e/ou sexual contra criança,adolescente e jovens, como se comportam?

2.5Qual a violência doméstica e/ou sexual contra crianças, adolescentes e jovens mais presente na área de abrangência e a que atribui?

2.6Tem conhecimento de ações desenvolvidas no município para enfrentamento da violência doméstica e/ou sexual contra crianças, adolescentes e jovens? Se sim, qual (is)? Como avalia essas ações?

2.7Possui sugestões para a melhoria do enfrentamento da violência doméstica e/ou sexual contra crianças, adolescentes e jovens?

2.7 Outras informações que gostaria de prestar

Objetivo Específico 01

Ação B: Pesquisa sobre a incidência de violência doméstica e exploração sexual.

Introdução

Uma das ações desenvolvidas no Projeto Tecendo Redes foi a elaboração de uma pesquisa sobre a incidência de violência doméstica e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

A elaboração de uma pesquisa constitui um caminho ávido para o conhecimento da realidade social. Conhecimento esse que permite desvendar as expressões da questão social, suas raízes e identificar e/ou construir formas de intervenção, "permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica" (GUERRA, 2009, p. 01).

Essa compreensão da pesquisa auxilia na elaboração de políticas públicas, pois entendendo as especificidades do fenômeno pesquisado na realidade histórico-particular, podemos construir uma agenda mais efetiva de intervenção.

Dentro desse referencial, a pesquisa teve como objetivo identificar a incidência de abuso e exploração sexual, com destaque no Rio de Janeiro para os municípios de Maricá e Itaboraí, buscando verificar o perfil das vítimas, principais agressores, tipos de violência mais ocorrentes, dentre outros.

Para a realização da pesquisa, de acordo com a metodologia do projeto, haveria a coleta de dados e informações dos órgãos e instituições existentes nos municípios como Delegacias, Conselhos Tutelares, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), instituições de acolhimento, Secretarias Municipais de Assistência e Direitos Humanos e Secretarias de Saúde. Além dessas instituições, seriam coletados dados de outros mecanismos de denúncia como o Disque 100 e SINAN-Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

O primeiro passo: a elaboração de um projeto de pesquisa

Considerando que a pesquisa social envolve elementos não somente quantitativos, mas também qualitativos, ou seja, "ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes" (MINAYO, 2002, p. 22), a construção de um projeto de pesquisa foi fundamental para orientar seu processo. Para a referida autora, as fases de construção de uma trajetória investigativa são (MINAYO, 2002, p. 32): escolha do tópico de investigação, delimitação do problema, definição do objeto e dos objetivos, construção do marco teórico conceitual, escolha dos instrumentos de coleta de dados e exploração do campo.

Enfim, tínhamos que responder basicamente a quatro perguntas: o que pesquisar, por que pesquisar, para que pesquisar e como pesquisar no desenho do projeto:

- O que pesquisar: esse ponto já estava dado no PTR, visto que teríamos que pesquisar a violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes nas áreas de intervenção do Projeto Rota 3 nos municípios abrangidos pelo projeto.

- Por que pesquisar: considerando a execução do Projeto Rota 3 da Petrobras e os possíveis impactos no cotidiano da população dos territórios, em especial, os relacionados à violência doméstica e exploração sexual de crianças e adolescentes, que grandes empreendimentos podem proporcionar.

- Para que pesquisar: conhecer como se expressa o problema da violência doméstica e exploração sexual de crianças e adolescentes para que possamos desenvolver ações de prevenção mais efetivas.

- Como pesquisar: a metodologia previa coletar dados e informações nos órgãos/instituições existentes nos municípios, tais como, Delegacias, Conselhos Tutelares, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), instituições de acolhimento, Secretarias Municipais de Assistência e Direitos Humanos e Secretarias de Saúde, bem como, buscar informações nos demais mecanismos de acolhimento de denúncia como o Disque 100, Disque-Denúncia, SINAN-Sistema de Informação de Agravos de Notificação e outras fontes de informações relevantes que forem identificadas no processo de exploração de fontes

Tendo definido nosso Norte, passamos ao levantamento bibliográfico, visando sustentar nossos argumentos sobre as questões pertinentes à temática. Partimos da compreensão de criança e adolescente como sujeitos de direitos sob o paradigma da proteção integral. Assim, optamos por livros e teses de doutorado que dessem suporte a essa concepção.

A coleta de dados

Considerando a importância de compreender o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes nos municípios e as formas de enfrentamento, os dados não poderiam ser restritos a dados quantitativos, mas deveriam abarcar elementos qualitativos.

Para a coleta dos dados, num primeiro momento, entramos em contato com o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic[8]), o qual disponibiliza acesso às informações de órgãos e entidades do governo federal. Assim, abrimos um requerimento na plataforma on-line, solicitando o balanço geral de 2011 a 2017[9] dos municípios do estado do Rio de Janeiro ao, na época, Ministério dos Direitos Humanos, os dados do Disque 100 do módulo criança e adolescente. A utilização do Disque 100 como fonte de dados decorre do reconhecimento deste canal como

> é um canal de comunicação entre a sociedade civil e o poder público para o recebimento de denúncias de situações de violência e exploração sexual infantojuvenil. O serviço visa a orientar a população sobre o sistema de proteção dos direitos das crianças e adolescentes e, principalmente, obter dados para a elaboração de políticas públicas (*apud* MEDEIROS, 2014, p. 22).

No requerimento, discriminamos os elementos que buscávamos, quais foram:

- Número de denúncias por município anual;
- Número de denúncias por município por habitantes;
- Número de denúncias por tipo de violação por município, por tipo de violência contra criança e adolescente;
- Violações por negligência em criança e adolescente por município;
- Violações por violência psicológica em criança e adolescente por município;
- Violações por violência física em criança e adolescente por município;
- Violações por violência sexual em criança e adolescente por município;
- Perfil das vítimas por município por sexo, identidade de gênero, faixa etária e cor;
- Perfil dos suspeitos por município por sexo, faixa etária, cor;
- Relação suspeito x vítima por município;
- Relação demandante x vítima por município; e
- Local da violação por município.

Essas informações já demonstravam – de forma preliminar – a situação de violência contra crianças e adolescentes nos municípios por nós abrangidos (Itaboraí e Maricá), por meio das denúncias realizadas pela população.

Diante disso, partimos para os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP[10]) que é uma autarquia do governo estadual do Rio

[8] https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx

[9] Na atualização da pesquisa em 2020 foram solicitadas informações sobre os anos 2018 e 2019.

[10] https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/grupos.html

de Janeiro que produz informações sobre a segurança pública no estado com diversos recortes para produção de pesquisa. Optamos pelo perfil das vítimas de grupos vulneráveis com recorte no grupo etário de 0 a 17 anos, isto é, abrangendo crianças e adolescentes.

Tendo como referência os parâmetros do Disque 100 para consolidação dos dados, fomos escolhendo o "crime de análise[11]" e agrupando de acordo com o tipo de violência para estabelecer comparações entre as duas plataformas conforme tabela a seguir:

Tipos de violação aos direitos da criança e do adolescente	
Negligência	Abandono
	autonegligência
	negligência em alimentação
	negligência em amparo e responsabilização
	negligência em limpeza/higiene
	negligência em medicamentos ou assistência à saúde
	outros
Violência psicológica	Ameaça
	Calúnia, injúria, difamação
	Chantagem
	Destruição de bens
	Hostilização
	Humilhação
	Infalitização
	outros
	Perseguição
	Subtração de incapaz
Violência física	Autoagressão
	Cárcere privado
	Chacina/massacre
	Genocídio
	Homicídio
	Homicídio decorrente de oposição à intervenção policial
	Latrocínio
	Lesão Corporal
	Maus tratos
	outros
	sequestro
	Tentativa de Homicídio
Violência sexual	Abuso sexual/Estupro
	Exploração sexual
	Exploração sexual no turismo
	Grooming
	outros
	Pornografia infantil
	Sexting

[11] Esta é a terminologia utilizada pelo site para escolha dos tipos de violação.

Assim, podíamos comparar as denúncias de violação e os registros de ocorrência nas delegacias.

Em seguida, partimos para a coleta dos dados quantitativos dos Conselhos Tutelares, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Contudo, observamos que não existia uma sistematização dos dados de atendimento no que tange à violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes.

Devido à pesquisa não se reduzir à elementos quantitativos, foi elaborado um questionário[12] para que os gestores e/ou responsáveis pelos equipamentos públicos e privados de atendimento e, ainda, lideranças locais e comunitárias, respondessem sobre a situação de violência doméstica e sexual contra criança e adolescente. Contudo, observamos que grande dificuldade no retorno dos questionários com as respostas para a tabulação e análise das respostas.

Os questionários foram entregues pela equipe do projeto, logo no início da execução do projeto, explicitando o que estava sendo feito, o tipo de pesquisa, por que estava sendo feito e com quais objetivos. Acreditamos que, devido à importância da criação de laços de confiança e parceria com os sujeitos sociais, os questionários não foram respondidos. Dessa forma, optamos por realizar grupos focais com a própria equipe do projeto.

Ao longo de 25 meses de execução do projeto, com a participação da equipe em reuniões institucionais, grupos de estudos, consultorias, era possível ter o conhecimento sobre algumas questões pertinentes ao enfrentamento à violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes nas áreas de abrangência.

Buscamos compreender:

- Como cada município aborda o problema da violência e da violação de direitos a partir de estudos de caso?
- Quais são os principais êxitos de cada município na proteção à criança e/ou ao adolescente? e
- Quais são os principais desafios de cada município na proteção à criança e/ou ao adolescente?

[12] O questionário encontra-se anexo.

Apresentação do Resultado da Pesquisa

Tendo sistematizado e analisado os dados coletados das diversas fontes, passamos a elaboração do documento com as informações que obtivemos. Como qualquer documento científico, a pesquisa abrangeu: i) introdução, ii) desenvolvimento e iii) conclusão. Os resultados foram apresentados em dois documentos, dividindo as especificidades de cada município.

As informações foram apresentadas nos documentos na seguinte forma:

1. Introdução
2. Direitos Infantojuvenis: A mudança de paradigma
3. Compreendendo a questão da violência contra crianças e adolescentes
4. O município de Itaboraí
5. Violência contra crianças e adolescentes em Itaboraí
6. Dados do Instituto de Segurança Pública
7. Notificação Compulsória de Violência
8. Notificação no SINAN dos casos atendidos pelo PTR em Itaboraí
9. Análise dos dados do Censo MCA 2019
10. Considerações Finais
11. Referências Bibliográficas
12. Notas Metodológicas

De forma preliminar, nos dois documentos, apresentamos a mudança de paradigma na compreensão da criança e do adolescente e, em seguida, demonstramos onde se situa a nossa compreensão de violência. Feita essa apresentação das nossas considerações, passamos para as particularidades de cada município.

Através da base de dados do IBGE, evidenciamos a população e os rendimentos, tanto municipais quanto das áreas de abrangência do projeto. Utilizamos a ferramenta do IBGE que agrega por setor censitário as informações do último CENSO, no caso, o CENSO de 2010.

Além disso, considerando a importância da política de assistência social para o enfrentamento da violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, apontamos o papel da política e os equipamentos existentes na área de abrangência e, ainda, as particularidades existentes.

No final do primeiro ano da execução do projeto foi apresentada a pesquisa no seminário realizado em cada município. Em fevereiro/2020 a pesquisa foi atualizada com informações mais recentes disponíveis e a pesquisa de cada município foi impressa em gráfica 500 unidades de cada, e distribuída aos participantes dos seminários de prestação de contas do projeto realizados em março/2020. A pesquisa está disponível no site da instituição para acesso a quem interessar.

Considerações Finais

Apesar da reconhecida importância do desenvolvimento de levantamentos e pesquisas sobre a incidência de violência contra crianças e adolescentes para a elaboração de políticas públicas e outras ações referentes à promoção, defesa e garantia dos direitos infantojuvenis, os municípios não possuem pesquisas próprias produzidas a partir dos registros nos órgãos municipais de Assistência, Saúde, Educação (CT, CREAS, escolas etc). O que teria contribuído de forma considerável para o resultado das pesquisas.

Cabe sensibilização quanto à compreensão da relevância e o investimento na sistematização de tais dados.

Referências Bibliográficas

FARINELLI, C. C. e PIERINI, A. J. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. In: O Social em Questão. Ano XIX. N.º 35. Rio de Janeiro, 2016. P. 63-86.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf Acesso em 24/02/2020

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

Anexos

Anexo I – Roteiro de Visita Institucional

Roteiro de Visita Institucional

1. **INFORMAÇÕES GERAIS**

Instituição: _____
Endereço: _____
Município: _____ **CEP:**_____ **Telefone:**_____
Site: _____ **E-mail:**_____
Gestor:_____
Horário de Funcionamento: _____
Tempo de existência/fundação: _____
A instituição é: ( ) pública ( ) privada ( ) ONG ( ) Instituição religiosa

2. **INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO**

2.1 Qual o critério para admissão e/ou permanência para atendimento na Instituição?

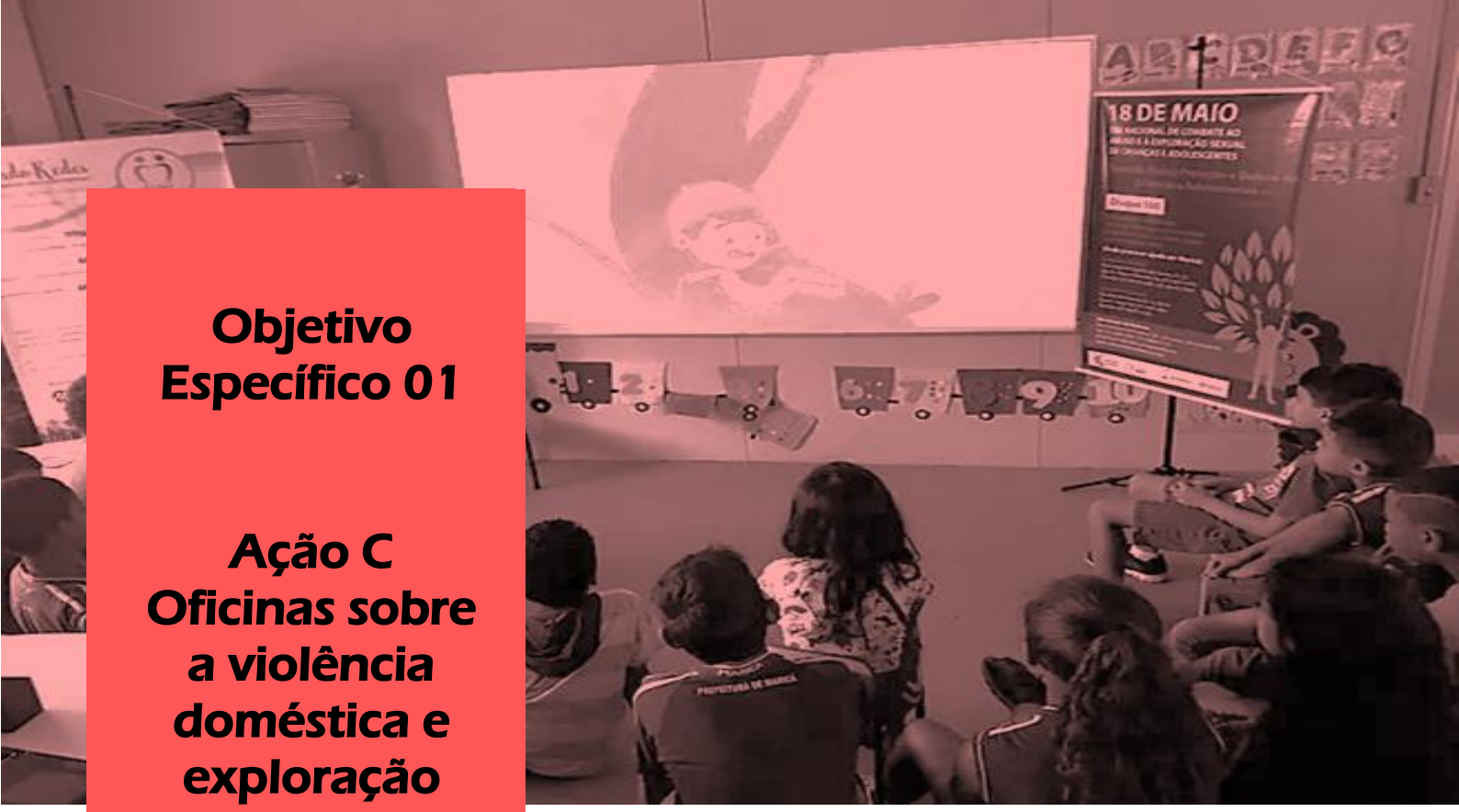
2.2 Quais são os setores em que a Instituição atua?	
( ) Educação	( ) Assistência Social
( ) Saúde	( ) Direitos Humanos
( ) Conselhos de Direitos e Políticas Públicas	( ) Segurança
( ) Jurídico	( ) Outros _____

2.3 Quais são os serviços oferecidos pela Instituição?

2.4 Qual é a faixa etária dos participantes?	
( ) 0 a 6 anos	( ) 18 a 29 anos
( ) 7 a 12 anos	( ) Maior que 60 anos
( ) 13 a 17 anos	( ) Outros _____

2.5 Qual a área de abrangência da instituição?

2.6 A quais conselhos a Instituição é ligada?	
( ) Educação	( ) Assistência Social
( ) Saúde	( ) Direitos Humanos
( ) Criança e Adolescente	( ) Mulher
( ) Idoso	( ) Pessoa com Deficiência
( ) Igualdade Racial	( ) Outros _____



Objetivo Específico 01

Ação C
Oficinas sobre a violência doméstica e exploração sexual com a comunidade e instituições.

Introdução

No Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no seu eixo prevenção, preconiza-se o desenvolvimento de ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, "fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa" (Eixo Prevenção, 2013). A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990), a prevenção é parte integrante da Política de Atendimento dos direitos da criança e do adolescente, de acordo com o que preceituam os artigos 86 e 87, inciso III, do ECA, a saber:

> Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
> Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:
> I - políticas sociais básicas;
> II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;
> III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

> IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
> V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
> VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;
> VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Esta sessão priorizará a apresentação das ações preventivas de sensibilização e promoção realizadas através de oficinas, palestras e rodas de conversa, compreendendo que a informação deve estar na base das atividades de sensibilização do projeto para enfrentar a violência doméstica e sexual.

No plano de trabalho do Projeto Tecendo Redes apresentado à Petrobras, foi prevista a realização de "12 oficinas sobre violência doméstica e exploração sexual com a comunidade e instituições" (PROJETO TECENDO REDES, 2017), a serem desenvolvidas nos primeiros 8 meses de execução.

Inicialmente, o objetivo da ação "Oficinas" era promover a discussão sobre a questão da violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes com a comunidade dos municípios beneficiários do projeto, a fim de "identificar elementos importantes para o planejamento das ações e para a pesquisa sobre a incidência de abuso e exploração sexual em Itaboraí e Maricá" (PROJETO TECENDO REDES, 2017), buscando conhecer a percepção da comunidade a respeito da violência, obter as informações sobre as áreas, dentre outras. Ou seja, as oficinas tinham como pretensão contribuir para o levantamento de informações para a análise de situação da violência doméstica e exploração sexual de crianças nos municípios e para o diagnóstico das áreas.

Quando a equipe iniciou o trabalho em campo, compreendeu que o encontro com aqueles que estavam presentes nos órgãos de proteção localizados nas áreas de abrangência do projeto seria o grande norteador e construtor das ações que seriam realizadas. O projeto estava entrando em campo alheio, em histórias construídas, em lutas estabelecidas, e em primeiro lugar deveria ouvir para conhecer as demandas de cada município, de cada bairro da área de abrangência, de cada órgão presente ali, de cada família, de cada criança.

À medida que o projeto foi se estabelecendo, foi sendo reconstruído e reformulado para atender às demandas: 1) da própria execução do projeto; 2) das instituições parceiras e 3) da população usuária do projeto. As oficinas passaram a ser objeto não só de fonte de informações para os diagnósticos, mas se tornaram parte fundamental do projeto, sendo ampliadas consideravelmente em número de atividades e período de duração na execução do projeto.[13] O objetivo das oficinas também foi ampliado, buscando por meio dessas ações promover a sensibilização, educação e defesa dos direitos infantojuvenis. O público também foi ampliado, sendo incluídas crianças, adolescentes, profissionais da rede, comunidade em geral e os funcionários das empresas que aderiram ao selo "Empresa que Protege"[14]

Além da ampliação da atividade "Oficinas", outras atividades foram incluídas durante a execução do projeto, tais como, palestras e rodas de conversa. As temáticas também se expandiram, abrangendo a discussão sobre gênero, direitos das mulheres, sexualidade, diversidade, trabalho infantil, bullying, suicídio, dentre outros.

[13] Ao invés de serem realizadas somente nos primeiros 8 meses do Tecendo, as oficinas foram realizadas em todo período de execução do projeto.
[14] Sobre o Selo "Empresa que Protege" consultar neste documento a sistematização referente à atividade.

Do Planejamento à Execução

Sendo as oficinas, palestras e rodas de conversa instrumentos de grande importância e procura, eram elaboradas de acordo com cada realidade e público. *A ideia poderia ser até a mesma, mas a linguagem, a forma de abordar, como iniciar, como tocar.... Ah, isso era único para cada público e lugar!*

Cabe destacar no que tange ao planejamento das oficinas, palestras e rodas e conversa, que no início, e ao longo do projeto, as articulações com a rede foram essenciais para que a equipe pudesse construir a proposta de enfrentamento à violência, tendo como base a metodologia do projeto articulada com as realidades do campo de trabalho. Da mesma forma, os encontros de consultoria foram fundamentais para que a equipe, junto com os profissionais dos órgãos do sistema de garantia de direitos de cada município, pudesse pensar na ação de prevenção e promoção adequadas à região, ao próprio equipamento e ao público-alvo.

Dentre as temáticas trabalhadas nas oficinas, palestras e rodas de conversa estão:

Para Professores e Funcionários das escolas:	Para Alunos:	Para Mulheres em parceria com os equipamentos da assistência social:	Para Responsáveis nas escolas:	Para Colaboradores das Empresas (em sua maioria do gênero masculino)
– Sinais de Violência Doméstica e Sexual; – Direitos e Deveres da Crianças e Adolescentes; – Cuidando de quem Cuida	– Toque Bom e Toque Ruim (Tipos de Violência Doméstica e Sexual para crianças); – Direitos e Deveres de Crianças e Adolescentes; – Bullying; – Sexualidade; – Percepção de Si e do Outro e Expressividade para trabalhar a temática da automutilação e suicídio com adolescentes	– Violência Doméstica Contra a Mulher; – Direitos da Mulher; – Empoderamento; – Cuidando de quem Cuida	– Família Responsável; – Direitos e Deveres de Crianças e Adolescentes; – Desenvolvimento Infantil;	– Negligência Afetiva realizada nas empresas para os seus colaboradores, maioria do gênero masculino; – Paternidade Responsável; – Abuso e Exploração Sexual Infantojuvenil; – Direitos da Criança e do Adolescente; – Trabalho Infantil; – Violência Doméstica contra a Mulher; – Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente; – Assédio Sexual; – Prevenção ao Suicídio.

Cabe pontuar que cada escola que recebeu as ações de prevenção, passou pelas seguintes etapas:

1º) Encontros de Consultoria

2º) Oficinas de Capacitação para os Profissionais sobre Sinais de Violência

3º) Palestras ou Rodas de Conversa com Responsáveis

4º) Oficinas com os alunos

5º) Atendimentos Psicossociais.

A prevenção deve se dá em todos os níveis, e assim o projeto teve a preocupação de preparar os profissionais das escolas para que pudessem acolher as demandas que poderiam surgir após as ações que seriam realizadas com os alunos. Tal como preconiza o inciso III do Artigo 70 do ECA (Brasil, 1990), umas das principais ações para prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente é

> a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente (BRASIL, 1990)[15]

Sendo assim, os funcionários das escolas nas quais a equipe do projeto atuou, foram atingidos diretamente e sensibilizados com informações e orientações pertinentes para a identificação da violência e para o acolhimento e procedimentos necessários a cada caso. Tornar conhecida e desnaturalizar a violência doméstica foi o passo mais importante junto ao corpo docente. A violência estava presente em todas as escolas, mas em muitas não era percebida, talvez sentida, porém a ausência de informação, de escuta especializada, os desafios do território se apresentavam como instrumentos para o sentimento de impotência.

Embora as oficinas, palestras e rodas de conversas, da forma como passaram a ser desenvolvidas, não estivessem previstas no projeto, a equipe não podia fechar os olhos para tamanha demanda que se desvelava nesse processo, quando tinha expertise, instrumentos e compromisso ético com a causa de enfrentar a violência, compartilhando o saber para o bem, para que ele se tornasse maior, multiplicado por cada um que escuta o projeto.

Esse é o poder do encontro nessas ações descritas aqui. O filósofo Espinosa já refletiu sobre a beleza do encontro dizendo que podemos afetar e ser afetados. E os afetos em movimento são estes encontros pontuais entre um corpo e outro. Somos corpos que se relacionam com outros corpos quando nos deixamos afetar por estes, e assim sofremos uma alteração, nossa potência aumenta ou diminui. Num encontro, as relações podem se compor e aumentar a sua capacidade de agir. E foi isso que aconteceu com a equipe do Tecendo Redes. *A cada encontro, um afeto que aumentava a potência da equipe para agir! E para pensar! E para criar! E para produzir conhecimento!*

A cada oficina, a cada palestra e a cada roda de conversa, foram abertas possibilidades para acessar o outro, o desconhecido, o estranho que se ocultava por falta de oportunidade de escuta, de cuidado,

[15] Inciso incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

de olhar. A partir dessas atividades foram construídos vínculos, a equipe se tornou conhecida por aqueles que se encontravam com ela e assim, mobilizou-se, de forma lúdica e reflexiva, todas as vontades de dizer, de contrapor, de testar, de questionar, de denunciar! Com muito cuidado, tocou-se nas questões mais difíceis de serem tocadas, lembradas, assumidas! Principalmente com crianças e adolescentes.

Não é tarefa fácil conversar com crianças e adolescentes sobre temáticas tão complexas quanto estas. Mas em equipe foi possível! Embora sejam oficinas pedagógicas, a interdisciplinaridade foi essencial e especial nos momentos de construção das atividades: planejando, escolhendo e definindo os instrumentos capazes de despertar a expressividade a respeito dos tipos de violência, dos canais de denúncia e dos direitos. Assim, juntos, verificou-se formas de levar as crianças a brincarem e ao mesmo tempo pensarem e debaterem toda essa complexidade.

Não foi preciso falar de violência com os pequenos! Não foi preciso falar de sexo e suicídio com os adolescentes! Foram abertos caminhos para que eles pudessem trazer essas temáticas até a equipe. Falou-se de respeito, de direitos, de toques bons, toques ruins, da importância da expressividade, da percepção de si, da percepção do outro, sobre como nos relacionamos, sobre o que necessitamos, mas não se tornou o difícil mais difícil para eles, permitindo que sejam verdadeiramente cidadãos de direitos e agentes transformadores da sociedade. A equipe se preocupou com a linguagem, com a forma de afetar, de tornar leve e divertido. E assim, o projeto chegou aos mais de 400 atendimentos psicossociais e mais de 100 notificações de violência doméstica e autoprovocada, também metas do projeto.

Outra vertente das oficinas, palestras e rodas de conversa foi a sensibilização e a mobilização dos homens para o enfrentamento às violências tanto contra mulheres quanto contra crianças e adolescentes. Esse encontro, tão significativo para o trabalho de prevenção e diminuição dos índices de violência, precisava ser realizado com cuidado. Embora os homens apontem nas estatísticas como maior parte dos supostos agressores, a equipe não podia perceber os homens como sendo agressores em potencial, mas sim como cuidadores em potencial. E esta foi a forma escolhida pelo projeto para estar com eles, convidando-os a serem parceiros na luta pelo fim da violência e sensibilizando-os para o cuidado com suas esposas, filhos e crianças, adolescentes e mulheres da sociedade.

Desta forma, as temáticas pensadas e escolhidas para esse público, constituído por trabalhadores da obra do gasoduto - Rota 3, grande em número, levaram em consideração a reflexão sobre a responsabilidade com a paternidade, em ser ativo e participativo no cuidado com a prole e com a companheira, sendo esta temática disparadora para refletir sobre o machismo, a desigualdade de gênero e diminuição nos índices de violação dos direitos de mulheres e crianças. Sendo assim, envolver os homens nessa discussão torna-se fundamental para promover a equidade de gênero, prevenir violência contra mulheres e crianças e contribuir para uma melhor saúde materna e infantil.

Compreendemos que dentre as oficinas planejadas, aquelas que se tornaram essenciais, de fácil replicação e amplo resultado são:

Oficinas Pedagógicas para Crianças e Adolescentes

Justificativa:	Apresentação:	Objetivo Geral:
A problemática da violência contra crianças e adolescentes no mundo, torna esses sujeitos vulneráveis, cotidianamente submetidos às mais variadas expressões da violência, refletindo aspectos históricos, culturais, estruturais e conjunturais. No Brasil, estes sujeitos são amparados por um Estatuto próprio, afirmando em seu artigo 5º que: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (BRASIL, 1990); questão essa polêmica e de responsabilidade da família, da sociedade, do Estado e também da escola, garantir os direitos humanos destes cidadãos.(art.4º-ECA,1990).	Na perspectiva de realizar ações de prevenção à violência doméstica e/ou sexual e à exploração sexual de crianças e adolescentes, o Projeto Tecendo Redes propõe, no espaço escolar e/ou comunitário, oficinas temáticas, lúdicas, culturais e sociais que promovam o diálogo, o fortalecimento da autoestima, a inclusão social, bem como o protagonismo infanto-juvenil, permitindo que crianças e adolescentes sejam verdadeiramente cidadãos de diretos e agentes transformadores da sociedade.	Organizar atividades de prevenção e promoção de Direitos Humanos de crianças, adolescentes e jovens, possibilitando a estes sujeitos de direitos assumirem atitudes críticas e reflexivas sobre as diversas situações de violência que possam estar cerceando de terem vida plena e digna em todos os espaços sociais em que vivem.

Conteúdo	Objetivos Específicos
– Violência Doméstica: – Quais são os sinais? – Quem pode proteger? – O que fazer?	– Criar momentos interativos e de reflexão. – Perceber os possíveis sinais de violência observando o que é toque bom e toque ruim – Através de jogos, conhecer os direitos fundamentais da criança e do adolescente. – Apresentar a família e a escola como redes de proteção de crianças e adolescentes. – Divulgar o Disk 100.

Desenvolvimento

1. Dinâmica de apresentação:
Jogar a bola para um colega e este ao receber irá dizer seu nome bem alto.
2. Dinâmica de Recorte e Colagem:
Crianças e/ou adolescentes sentados em círculos, irão escolher uma das figuras distribuídas no centro da sala.
Organizar grupos de trabalho com os seguintes materiais didáticos: cola, colorset, hidrocor, adesivos de toque bom e toque ruim.
Colar figuras em papel 40k identificando com os adesivos, para quais toques no nosso corpo podemos dizer “sim” e quais devemos dizer ”não”.
3. Roda de conversa:
Em círculo crianças e/ou adolescentes serão convidados a dizer o que sentiram com a atividade; quais as formas de toques que são boas e saudáveis para um bom desenvolvimento; se alguém já tocou o corpo deles de forma errada; o que devemos fazer?
4. Vídeo da Campanha Não “Engula o Choro”:
Apresentação do vídeo
Explicar sobre o Disk 100
Apresentar a família e a escola como redes de proteção e defesa da criança e do adolescente.

2-OFICINA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Conteúdo	Objetivos Específicos
– Direitos de crianças e adolescentes – Direitos X Deveres	– Apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente e os Direitos Fundamentais garantidos por esta lei. – Relacionar direitos e deveres como práticas fundamentais para um pleno desenvolvimento biopsicossocial. – Entender que crianças e adolescentes têm direito a proteção e não podem sofrer violência. – Conhecer o Disk 100 como canal de comunicação, proteção e denúncia

Desenvolvimento

Apresentação dos profissionais do Projeto e dos alunos enquanto o ESTATUTO é passado por cada criança ou adolescente;

Apresentação do Projeto Tecendo Redes: proteção e defesa de crianças e adolescente.

1. VÍDEOS

VÍDEO 1 - SUPER ECA (música)- Apresentar os direitos fundamentais estabelecidos pela Lei 8069/90 através da música;
DINÂMICA: relacionar Direitos e Deveres através de figuras e frases, possibilitando momento de reflexão a partir da compreensão do material utilizado. Construir o cartaz com os Direitos/Deveres das crianças e adolescentes;

VÍDEO 2: CAMPANHA DE ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - através de conversa informal, auxiliar @s alun@s a perceber quais atores de proteção há próximo deles; conhecer sobre os vários tipos de violência e explicar dos sinais que mostram quando há violência doméstica ; divulgação do Disk 100 para que conheçam este canal de comunicação como meio de proteção(direito) e de denúncia (dever);

Sugestão de atividades a serem desenvolvidas pelos professores após o Projeto Tecendo Redes: proteção e defesa de crianças e adolescentes, realizar a oficina sobre "Promoção dos Direitos de crianças e adolescentes".

VÍDEO 3: MÚSICA DIREITOS E DEVERES –TOQUINHO – respeito as diferenças de raça, etnia, cultura, religião no ambiente escolar;
Ouvir a música, cantar, destacar as diversas formas de preconceito que geram a prática do *Bulliyng*, a baixa-estima, a depressão e muitas outras formas de violência e doenças traumáticas;

2. Colorir as figuras do cartaz construído em grupo (Fixar Direitos/Deveres);
3. Para os professores: Texto do Prof. Murillo José Diácom (Compreender e promover o Estatuto da Criança e do Adolescente)

3- OFICINA PEDAGÓGICA PARA HOMENS - PATERNIDADE RESPONSÁVEL

Oficina	Objetivos Específicos
– Que pai eu tive? Que pai eu sou? – Construindo uma paternidade ativa e responsável	– Trabalhar a paternidade responsável através de um processo reflexivo sobre as posturas e comportamentos dos homens em relação à este papel social, afetivo e educativo, entendendo que este é um processo atrelado a relações que foram construídas historicamente, permeadas por valores e cultura, portanto passiveis de mutações e ressignificações voltadas a afirmação e potencialização da participação ativa do homem no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Desenvolvimento

Recursos: oficina com utilização de dinâmicas e vídeos impulsionadores de debates e reflexões.

Didática: questões chaves impulsionadores de debates e reflexões a partir de dinâmicas e vídeos, com as intervenções da nossa equipe técnica a partir da revisão das ideias e conceitos levantados pelos participantes, estimulando-os a um processo reflexivo.

Desenvolvimento: a oficina inicia-se com uma breve explanação sobre o tema seguido por um engajamento com a Dinâmica 1.

1. Dinâmica 1: Que pai eu tive? Que pai eu sou?

Os participantes recebem uma folha tamanho A4 branca e desenharão o pai que tiveram. Posteriormente, escreverão os pontos positivos e negativos desta paternagem recebida. Em seguida, avaliam o que reproduzem e o que modificaram. O objetivo é estimular uma reflexão sobre a estrutura social, cultural e educativa da paternidade, uma estrutura mutável e passível de ressignificações. Tempo da atividade: 3 a 5 minutos.

Após esta dinâmica, recurso audiovisual "Melhores Pais – Marcos Piangers" (https://www.youtube.com/watch?v=n32rp06PqfQ) seguido de um debate sobre o vídeo. Este recurso audiovisual aborda as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes que não possuem esta figura paterna, além de alternativas para construção de uma paternidade ativa e responsável de acordo com a personalidade e características de cada filho(a), família e realidade social, cultural e econômica. Tempo da atividade 5 a 10 minutos

2. Dinâmica 2: Construindo uma paternidade ativa e responsável

Os participantes recebem um coração em papel vergê em formato de quebra-cabeça e tem que escrever o que podem realizar para o exercício da paternidade ativa e responsável de acordo com sua realidade e condições físicas, materiais, afetivas e educativas.

O fechamento da atividade ocorrerá com recurso audiovisual "O poder do Eu te amo – Marcos Piangers" (https://www.youtube.com/watch?v=Wsd_h2efFeU). Este vídeo aborda a importância do afeto e das demonstrações deste afeto, fatores que podem ser difíceis para o homem, uma vez que a sociedade machista e patriarcal reforça um papel de homem que estas demonstrações de afeto associadas à fraqueza e questionáveis da masculinidade.

4. OFICINA PEDAGÓGICA PARA FAMÍLIAS – FAMÍLIA RESPONSÁVEL

Conteúdo	Objetivos Específicos
– Família responsável – De quem é a Responsabilidade pelo cuidado de crianças e adolescentes	– Informar sobre a importância da prevenção e promoção de Direitos Humanos de crianças, adolescentes e jovens, possibilitando aos pais e responsáveis o entendimento sobre o comprometimento e responsabilização com a garantia dos direitos fundamentais para uma vida digna e plena deste público específico. – Apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente como lei garantidora dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, bem como instrumento de promoção dos deveres destes com a família, a sociedade e o Estado. – Compreender que "proteção" é direito. – Concluir que a família é importante garantidor dos direitos e para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. – Conhecer o Disk 100 como canal de comunicação, proteção e denúncia

Desenvolvimento

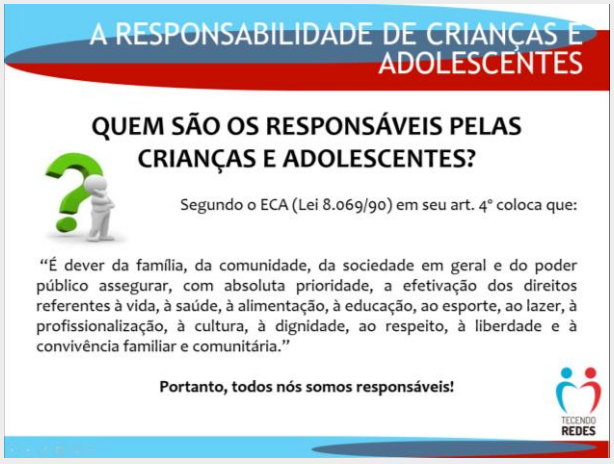
1. Apresentação dos pais e responsáveis com referência aos filh@s e ano escolar; apresentação das técnicas do projeto;
2. Apresentação do Projeto Tecendo Redes: proteção e defesa de crianças e adolescentes;
3. VÍDEO "O Farol da Responsabilidade" (3 min de duração): Reflexão inicial sobre Responsabilidade – de quem? Para que?
4. Slide: Apresentação do tema Família Responsável a partir dos artigos (7º, 16º, 53º, 60º) do Estatuto da Criança e do Adolescente).

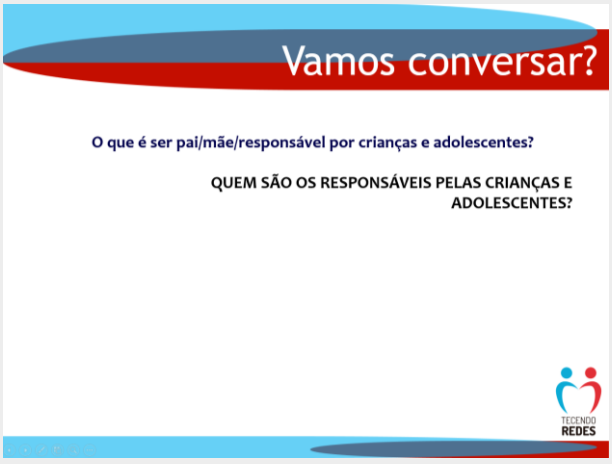
O que entendem por "ser pai, ser mãe"?
O que é responsabilidade familiar?
De quem é a responsabilidade da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes?

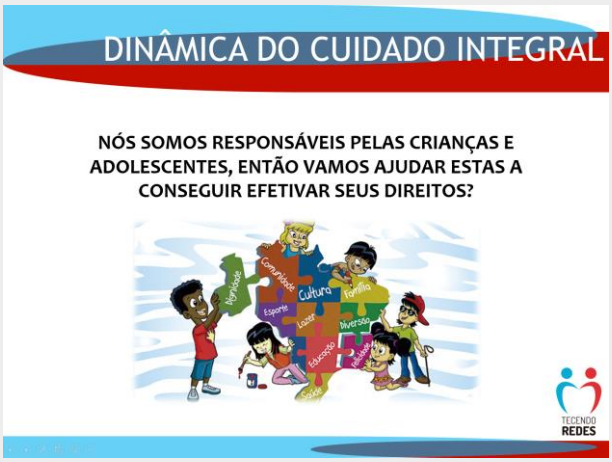
5. Oficina Como garantir os direitos fundamentais?

Fornecer pranchas relacionadas aos direitos fundamentais e solicitar que preencham com o que acreditam ser necessário pra preencher cada direito. Promover a reflexão sobre as ações garantidoras de direitos que são de responsabilidade da família.

Slides Família Responsável







DINÂMICA DO CUIDADO INTEGRAL

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ESTABELECE ALGUNS DIREITOS FUNDAMENTAIS. MAS COMO EFETIVAR ESTES DIREITOS?

DINÂMICA DO CUIDADO INTEGRAL

O DIREITO À VIDA E À SAÚDE, COMO PODEMOS EFETIVAR?

DINÂMICA DO CUIDADO INTEGRAL

O DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE?

DINÂMICA DO CUIDADO INTEGRAL

O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA?

DINÂMICA DO CUIDADO INTEGRAL

O DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER ?

DINÂMICA DO CUIDADO INTEGRAL

O DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO?

O CUIDADO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ASSEGURAR E EFETIVAR OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO O CAMINHO PARA UM CUIDADO INTEGRAL.
TODOS NÓS TEMOS RESPONSABILIDADE!
VOCÊS PAIS, MÃES, RESPONSÁVEIS PARTICIPEM DA VIDA TOTAL DE SUAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES!
NÃO SE ESQUEÇAM QUE ELES ESTÃO NAS SUAS MÃOS

OBRIGADA

5. RODA DE CONVERSA SOBRE NEGLIGÊNCIA AFETIVA

A Roda de Conversa é uma possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva entre os participantes. Promove a exposição e troca de ideias, reflexões com base nos valores próprios de cada um, mas também abre a possibilidade para o aprendizado de novos conceitos.

Conteúdo	Objetivos Específicos
– Negligência afetiva – uma violação de direitos	– Reflexão sobre Negligência Afetiva

Desenvolvimento

1. Introdução do Tema:

- A Organização Mundial de Saúde define os maus-tratos infantis como um conceito muito amplo que compreende os abusos e a desatenção em relação à crianças e adolescentes. Além disso, inclui todos os tipos de maus-tratos físicos e emocionais, abuso sexual, descuido ou negligência ou exploração comercial ou de qualquer outro tipo. A questão é que estes originem um dano real ou potencial para a saúde da criança, sua sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e poder (OMS, 2003).

- A negligência é definida como a forma de maus-tratos que consiste no fracasso repetido, por parte dos pais ou cuidador da criança, de proporcionar o mínimo básico e necessário de alimentação, vestuário, atenção médica, educação, segurança ou afeto

- A falta de convívio dos pais com os filhos, em face do rompimento do elo de afetividade, do abandono e sentimento de dor, pode gerar sequelas psicológicas que venham a comprometer o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. A negligência do genitor em cumprir os encargos decorrentes do poder familiar, deixando de atender as necessidades afetivas do filho, pode vir a produzir danos emocionais merecedores de reparação.

- A ausência de cuidados com os filhos, o abandono moral, afetivo, viola a integridade psicofísica dos filhos, bem como a solidariedade familiar, a paternidade responsável e a dignidade da pessoa humana, valores protegidos constitucionalmente. Esta violação, quando devidamente comprovada, configura dano moral.

- O art. 227 da Constituição Federal atenta para o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar, demonstrando uma mudança de paradigma, em que se deixa de tutelar exclusivamente os interesses patrimoniais para se priorizar a busca da afetividade nas relações familiares.

- De acordo com o ECA (1990):

> O art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao prever os princípios constitucionais que regulam as relações familiares, especificamente o convívio entre pais e filhos, determina entre os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, o direito delas possuírem um desenvolvimento sadio e harmonioso, e de serem criados e educados na sua família.

6. RODA DE CONVERSA COM CARDS NO TEMA “CONECTE-SE AO QUE IMPORTA”

Conteúdo	Objetivos Específicos
– Violência virtual – Negligência dos pais e cuidadores – Exposição exagerada à internet e aos aparelhos eletrônicos	– Refletir sobre uma das formas atuais do abandono, caracterizada como violência virtual, que se inicia com a negligência dos pais e cuidadores de grande parte das crianças e adolescentes pelo desvio de seus olhares e atenção para as telas do mundo virtual. – Refletir sobre a exposição exagerada à internet e aos aparelhos eletrônicos, as crianças podem apresentar problemas graves como déficit de atenção, obesidade, privação do sono, atrasos cognitivos e introspecção.

Desenvolvimento

O grupo deve ser dividido em subgrupos com a distribuição dos cards para cada subgrupo (1 card por subgrupo). Dar 5 a 10 minutos para cada subgrupo pensar, refletir e debater sobre o conteúdo de cada card.
Posteriormente a este tempo, cada subgrupo expõe suas percepções sobre o card.
As intervenções técnicas da equipe devem ser feitam a partir destas percepções.

Cards utilizados:

No final da atividade é exibido o vídeo "O verdadeiro valor do tempo" – duração 3min59s como fechamento da atividade.
Link do vídeo na internet: https://www.facebook.com/watch/?v=2217168615183034

7. RODA DE CONVERSA COM ADULTOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Oficina	Objetivos Específicos
– Gênero – Desigualdades entre homens e mulheres – Violência doméstica contra mulher – Lei maria da penha	– Trabalhar a questão da violência contra mulher a partir da percepção dos adultos sobre a temática, impulsionando-os a reflexão sobre um possível processo de naturalização, de gênero, desigualdade de gêneros e instruindo-os sobre violência contra mulher bem como importância da quebra do ciclo desta violência e os serviços dos órgãos responsáveis pela proteção e defesa deste público alvo.

Desenvolvimento

Didática: tempestade de ideias, também conhecida como "brainstorming", uma técnica para explorarmos as ideias e os conceitos que os adultos possuem sobre violência livremente, sem qualquer crítica e/ou censura e, posteriormente, as intervenções da nossa equipe técnica é realizada a partir da revisão das ideias e conceitos levantados, estimulando-os a um processo reflexivo.

Desenvolvimento: O grupo deve ser dividido em subgrupos com a distribuição dos cards para cada subgrupo (1 card por subgrupo). Dar 5 a 10 minutos para cada subgrupo pensar, refletir e debater sobre o conteúdo de cada card.

Posteriormente a este tempo, cada subgrupo expõe suas percepções sobre o card.

As intervenções técnicas da equipe devem ser feitam a partir destas percepções, lembrando que:

- Card 1: traz uma reflexão sobre gênero e que diferenças biológicas não devem justificar as desigualdades entre homens e mulheres
- Card 2: traz uma reflexão sobre uma desigualdade entre homens e mulheres, além de um questionamento sobre como podemos diminuir e extinguir esta desigualdade
- Card 3: traz reflexão sobre os tipos de violência doméstica contra mulher.
- Card 4: traz reflexão sobre os 12 anos da Lei Maria da Penha e um questionamento sobre a percepção do grupo sobre esta lei.
- Card 5: traz reflexão sobre o direito de vivermos sem violência e o Programa Justiça pela Paz em Casa é promovido pelo CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero.

Cards utilizados:

VIOLÊNCIA MORAL CONTRA MULHER:
ATOS QUE CONFIGUREM CALÚNIA, DIFAMAÇÃO OU INJÚRIA.
@#~!
#DIREITOFACIL
TJDFT

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL
SÃO ATOS QUE CAUSEM DANO, PERDA, SUBTRAÇÃO, DESTRUIÇÃO OU RETENÇÃO DE OBJETOS, DOCUMENTOS PESSOAIS, BENS E VALORES
#DIREITOFACIL
TJDFT

Psicoló gica
Sexual
Patrimo nial
Moral
Física

LEI
12 anos
MARIA DA
PENHA

E aí?
VIVER
sem violência
é direito de toda mulher

Justiça pela
Paz em Casa
O Judiciário está com você no enfrentamento à violência doméstica
#NÃO SE CALE

8. RODA DE CONVERSA COM ADOLESCENTES

Conteúdo	Objetivos Específicos
– Tema Sugerido: Automutilação – Tema Planejado: Percepção acerca de si e do outro e expressividade	– A equipe do Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes, tendo o tema sugerido pela equipe do CRAS da Reta – Automutilação – a ser abordado com os adolescentes, sem desconsiderá-lo, priorizou abordar a temática do cuidado consigo e com o outro e a importância de se falar sobre os sentimentos, como estratégia cuidadosa para evitar a estimulação à automutilação. Sendo assim, não apresentaremos formas de autoagressão, mas incentivaremos o falar sobre o que se sente e a busca de ajuda quando o adolescente optar por formas autoagressivas de expressão da dor emocional ou psíquica (protocolo do CVV – Centro de Valorização da Vida).

Desenvolvimento

1- Vídeo 1 – Paródia "Hoje eu fiz Selfie"
https://www.youtube.com/watch?v=4KTqAmv_q3E

Reflexão: Iniciar de forma divertida a roda de conversa, trazendo os jovens para refletirem sobre a importância que se dá à realidade virtual e sobre a percepção a respeito de si e dos outros; o que postar e o que não postar; preservar a vida e a intimidade; não se expor; valorizar a si mesmo; consequências das exposições virtuais; dependência das curtidas;
Perguntas gancho para o próximo recurso:
Com o tempo que dirijo para a realidade virtual, tenho tempo para perceber meu amigo e os meus sentimentos?
Consigo conviver ou fico preocupado com as curtidas ?
Como resolvo as minhas questões reais?

2- Cards – Situações problema

Os adolescentes reunidos em grupo deverão refletir sobre um card e dizer o que compreenderam e como fariam se estivessem na mesma situação. Cada card traz uma situação em torno de um sentimento, tais como tristeza, baixa autoestima, nervosismo.

A reflexão maior que deverá ser transmitida através dos cards é que "falar é sempre a melhor solução" e "buscar ajuda também".

Cards utilizados:

Card 1:

– Qual sentimento vocês identificam nesse card?
– Se vocês se sentissem assim ou percebessem que um amigo está nessa situação, o que vocês poderiam fazer?

<u>Reflexão que deve ser feita:</u>

– Card 1: Sentir-se sozinho; tristeza; desamparo.
– Estimular a expressividade; formas de expressão;

Card 2:

– Qual sentimento vocês identificam nesse card?
– Se vocês se sentissem assim ou percebessem que um amigo está nessa situação, o que vocês poderiam fazer?

<u>Reflexão que deve ser feita:</u>

– Card 2: Dor da separação. Tristeza.
– Estimular a expressividade; formas de expressão;

Card 3:

– Qual sentimento vocês identificam nesse card?
– Se vocês se sentissem assim ou percebessem que um amigo está nessa situação, o que vocês poderiam fazer?

Reflexão que deve ser feita:

– Card 3: Se passar por forte, quando há um problema.
– Estimular a expressividade; formas de expressão; orientar a buscar ajuda.

Card 4:

– Qual sentimento vocês identificam nesse card?
– Se vocês se sentissem assim ou percebessem que um amigo está nessa situação, o que vocês poderiam fazer?
–

Reflexão que deve ser feita:

– Card 4: Tristeza intensa; está tentando lidar com o sentimento, mas não está conseguindo. Hora de buscar ajuda!
– Estimular a expressividade; formas de expressão; orientar a buscar ajuda.

Card 5:

– Qual sentimento vocês identificam nesse card?
– Se vocês se sentissem assim ou percebessem que um amigo está nessa situação, o que vocês poderiam fazer?
–

Reflexão que deve ser feita:

– Card 5: Não deixar o problema vencer você! Viver momentos necessários para o fortalecimento de si.
– Estimular a expressividade; formas de expressão; orientar a buscar ajuda.

Card 6:

– Qual sentimento vocês identificam nesse card?
– Se vocês se sentissem assim ou percebessem que um amigo está nessa situação, o que vocês poderiam fazer?

Reflexão que deve ser feita:

– Card 6: Autoestima Baixa; explorar os sentimentos que acompanham a autoestima baixa.
– Pode-se trabalhar depois a perspectiva do espelho. O gato pode estar do outro lado se vendo como leão.
– Estimular a expressividade; formas de expressão; orientar a buscar ajuda.

Exibição do Vídeo de prevenção ao suicídio do CVV: https://www.cvv.org.br/blog/cvv-lanca-serie-de-videos-para-prevencao-do-suicidio-com-apoio-do-unicef/

Concluir a Roda de Conversa, transmitindo informações para ajuda e de valorização da vida.

Resultados

As oficinas, rodas de conversa e palestras se tornaram as ações mais solicitadas como instrumentos de sensibilização, educação e defesa, eleitas pelos profissionais dos equipamentos da assistência social, educação e saúde, como necessárias em suas rotinas. E eleitas pelos próprios profissionais do projeto como instrumentos para disseminar informação, orientar, identificar a violência doméstica e situações de vulnerabilidade social e atender.

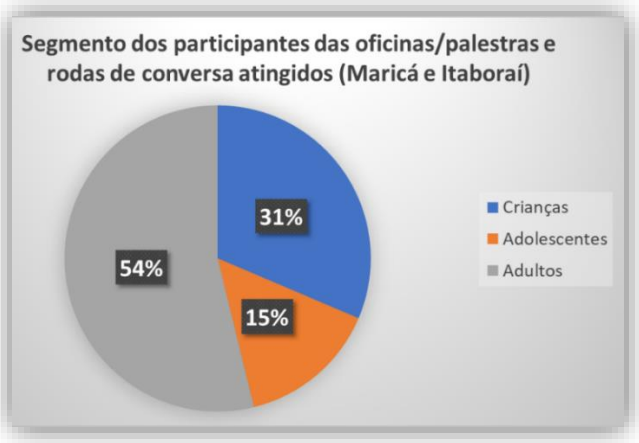
Essas ações se tornaram essenciais ao projeto, tendo em vista que foram aliadas:

1. Dentro das escolas, junto aos professores que precisavam de informações para detectar sinais de violência e saber acolher o aluno;
2. Para dar voz aos pequenos, aos alunos, e movimentarem eles para a expressividade, autodefesa e protagonismo;
3. Junto às mulheres que precisavam de reflexões para interromper ciclos de violência e serem multiplicadoras das informações para outras mulheres;
4. Para sensibilizar os homens e convidá-los a serem parceiros no cuidado e no enfrentamento às violências contra mulheres, crianças, adolescentes e jovens.

Diante do exposto, é possível avaliar a importância das atividades descritas para o enfrentamento da violência nas áreas de abrangência do projeto. As parcerias conquistadas, as solicitações para continuidade, a identificação de violência, a solicitação de atendimento pós realização das oficinas, rodas de conversa e palestras, os abraços que a equipe recebeu, a alegria com que foi recebida, demonstram o resultado alcançado dentro dos objetivos propostos.

Em relação aos resultados qualitativos, o projeto realizou nos municípios de Itaboraí e Maricá 145 oficinas que atingiram 2847 participantes, 41 palestras, que atingiram 1540 participantes e 17 rodas de conversa, que atingiram 469 participantes, totalizando o número de 203 atividades e 4.856 participantes.

As oficinas/palestras/rodas de conversa atingiram 1525 crianças, 718 adolescentes e 2613 adultos. A seguir gráfico do alcance das atividades por seguimento:



Quanto à distribuição por município foram realizadas 149 atividades em Itaboraí, com o total de 3.814 participantes e 54 atividades em Maricá, com o total de 1042 participantes.

ATIVIDADES REALIZADAS POR MUNICÍPIO

Itaboraí

Oficinas

Tema	Número de Oficinas Realizadas	Número de pessoas atingidas
Violência Contra a Mulher	02	110 adultos
Sexualidade	12	298 adolescentes
Música	21	365 crianças e adolescentes
Direitos e Deveres	02	42 profissionais do ensino
Direitos e Deveres	07	138 crianças
Sinais de Violência	19	299 profissionais do ensino
Contação de História	09	152 crianças de 3 a 5 anos
Toque Bom Toque Ruim	31	669 crianças de 6 a 12 anos
Percepção de si, do outro e expressividade	04	88 adolescentes
Gravidez na Adolescência	01	30 adolescentes
Educação sem violência	01	07 crianças
Sinais de Violência	01	22 colaboradores de empresa
Família Responsável	03	71 adultos
Trabalho infantil	02	49 adultos
Bullying	01	72 adolescentes
Total: 15 temas	116 oficinas	2412 participantes

Palestras

Tema	Número de palestras Realizadas	Número de pessoas atingidas
Violência Doméstica	04	200 adultos
Exploração Sexual Infantojuvenil	01	98 adultos
Paternidade Responsável	09	485 adultos, na maioria homens
Violência contra a Criança e o Adolescente	01	21 adultos
Família Responsável	03	116 adultos
Tolerância	01	37 adultos
Prevenção sobre ISTs/HIV-AIDS	01	16 adultos
Influência Africana na Cultura Brasileira	01	71 adultos
8 temas	21 palestras	1044 participantes

Rodas de Conversa

Tema	Nº de atividades	Nº de pessoas atingidas
Violência Contra a Mulher	05	172 adultos
Exploração Sexual	02	60 adultos
Desenvolvimento Infantil	01	16 adultos
Negligência Afetiva	02	53 adultos
Direitos das Criança e Adolescentes	01	25 adultos
Trabalho Infantil	01	32 adultos
6 temas	12 atividades	358 participantes

Maricá

Oficinas

Tema	Nº de atividades	Nº de pessoas atingidas
Toque Bom Toque Ruim	07	109 crianças de 06 a 12anos
Contação de História	05	85 crianças de 3 a 5 anos
Família Responsável	03	53 adultos
Sinais de Violência	09	126 profissionais do ensino
Bullying	02	23 adolescentes
Violência Doméstica	02	34 adultos
Empoderamento	01	06 mulheres
7 temas	29 oficinas	435 participantes

Palestras

Tema	Nº de atividades	Nº de pessoas atingidas
Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher	01	45 adultos
Violência Contra a Mulher	01	20 adultos
Percepção de si, do outro e expressividade	10	207 adolescentes
Paternidade Responsável	02	54 adultos
Direitos e Deveres	01	38
Família Responsável	01	17
Prevenção ao Suicídio	04	115
7 temas	20 palestras	496 Participantes

Rodas de Conversa

Tema	Nº de atividades	Nº de pessoas atingidas
Violência Contra a Mulher	01	17 adultos
Assédio Sexual	02	53 adultos
Empoderamento da Mulher	02	41 adultos
3 temas	05 atividades	111 participantes

Considerações Finais

Na elaboração de um projeto social é preciso considerar que um projeto não é algo estático, constante, ao contrário, durante a execução ocorrem diversos fatores que demandam sua reorientação e definição de novas estratégias, novos instrumentos, novas metodologias. De acordo com Armani (2006, p.24) "para que um projeto tenha maiores chances de êxito, é fundamental que o estilo e a cultura de gestão que o orienta sejam baseados em:"

> ... flexibilidade para experimentar, adaptar e para inovar, de forma que os instrumentos metodológicos usados para gerir um projeto [...], não se tornem uma camisa-de-força (ARMANI, 2006:25)

Sendo assim, na elaboração e execução de um projeto, é essencial considerar sua dinamicidade para que seus resultados não sejam prejudicados. Como evidenciado inicialmente, o Projeto Tecendo Redes precisou flexibilizar, ampliar e redirecionar a finalidade de algumas ações para expandir seus efeitos, com destaque para a ação "oficinas". O que não é algo fácil, pois interfere no orçamento e na própria dinâmica do projeto, mas foi possível com muito planejamento, parceria com as redes locais e dedicação da equipe técnica.

Bibliografia

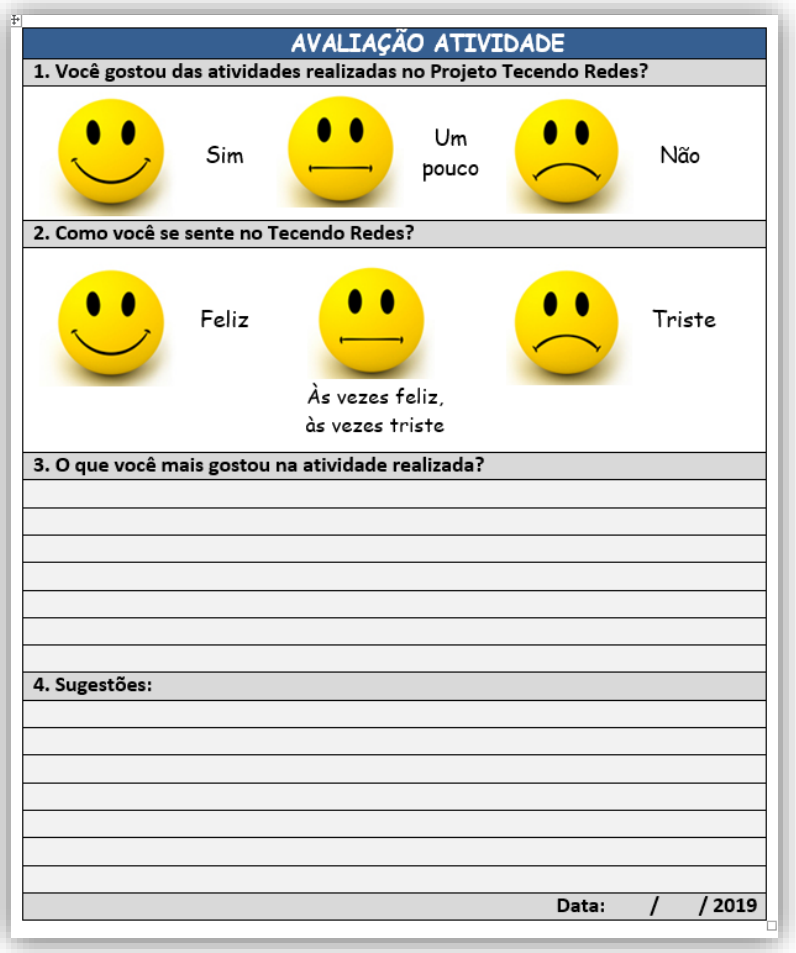
ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial; 2006

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266 . Acesso em: 15/02/2020.

_____. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual InfantoJuvenil, Brasília, SEDH/DCA, 2002. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf . Acesso em 15/02/2020

Anexos

Anexo 01 – Modelo Ficha de avaliação infantil (a ficha de avaliação para adultos é o mesmo modelo apresentado nas atividades cursos e seminários)



AVALIAÇÃO ATIVIDADE				
1. Você gostou das atividades realizadas no Projeto Tecendo Redes?				
	Sim		Um pouco	Não
2. Como você se sente no Tecendo Redes?				
	Feliz	Às vezes feliz, às vezes triste		Triste
3. O que você mais gostou na atividade realizada?				
4. Sugestões:				
Data: / / 2019				

Oficina de Prevenção à violência Toque Bom Toque Ruim para crianças

25.04.2019

Projeto Tecendo Redes realiza Oficinas Bullying para alunos da E.M. Prefeito Símaco Ramos de Almeida

05.07.2019

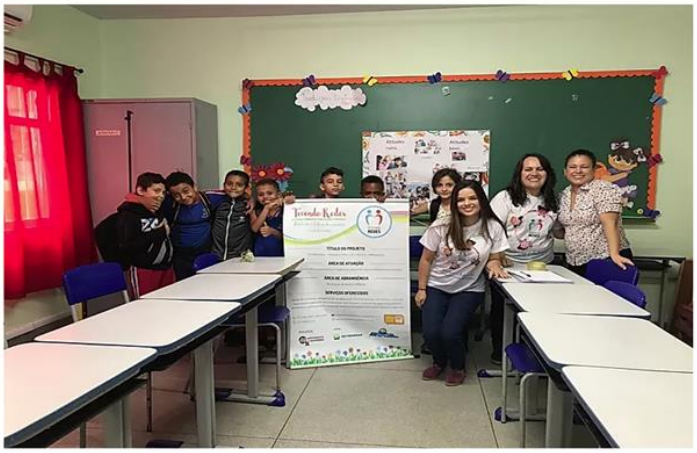
Oficina Toque Bom Toque Ruim com alunos da E.M. Benvindo Taques Horta

24.05.2019

Oficina Toque Bom Toque Ruim para alunos da E. M. Santos Dumont

Oficinas Pedagógicas na E. M. Espraiado - Maricá/RJ

17.09.2019



O Projeto Tecendo Redes realizou Oficinas de Contação de História para os alunos da Educação Infantil

07.05.2019

E na a
enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes na área de abrangência do COMPERJ nos municípios de Itaboraí e Maricá/Rio de Janeiro

Oficinas Pedagógicas na E. M. Espraiado - Maricá/RJ

17.09.2019

Roda de conversa e oficina com mulheres, mães e profissionais da Pestalozzi, em Maricá

08.08.2018

Palestras sobre prevenção ao suicídio para alunos da E. M. Joana Benedicta Rangel - Maricá/RJ

22.10.2019

Roda de Conversa com Mulheres sobre Violência Doméstica no CRAS Itambi/Itaboraí.

Oficina de prevenção à violência Toque Bom Toque Ruim na Escola Municipal Enérito Costa

13.05.2019

Oficina para responsáveis da Escola Municipal João Pedro Machado - Maricá/RJ

27.08.2019

Roda de conversa e oficina com mulheres, mães e profissionais da Pestalozzi, em Maricá

08.08.2018

Roda de Conversa com Mulheres sobre Violência Doméstica no CRAS Itambi/Itaboraí.

18.06.2019

Roda de Conversa com Mulheres na Inauguração do Centro Especializado de Atendimento à Mulher no município de Itaboraí

27.12.2019

Oficina Pedagógica sobre Sinais de Violência para Professores da E. M. Brasilina Coutinho - Maricá/RJ

Oficina Sinais de Violência com profissionais da E.M Enerito Costa e CEMEI Sagrada Família

26.04.2019

Oficina "Sinais de Violência" realizada para profissionais do ensino na E. M. Prefeito Símaco Ramos de Almeida

S E
dolescentes na área de abrangência do COMPERJ nos municípios de Itaboraí e

Oficina "Sinais de Violência" realizada para profissionais do ensino na E. M. Prefeito Símaco Ramos de Almeida

18.06.2019

Projeto Tecendo Redes esteve nas frentes de trabalho da Empresa GTR-3

28.08.2019

Projeto Tecendo Redes realiza Oficina de sensibilização para os sinais de violações de direitos na Empresa Kerui Método

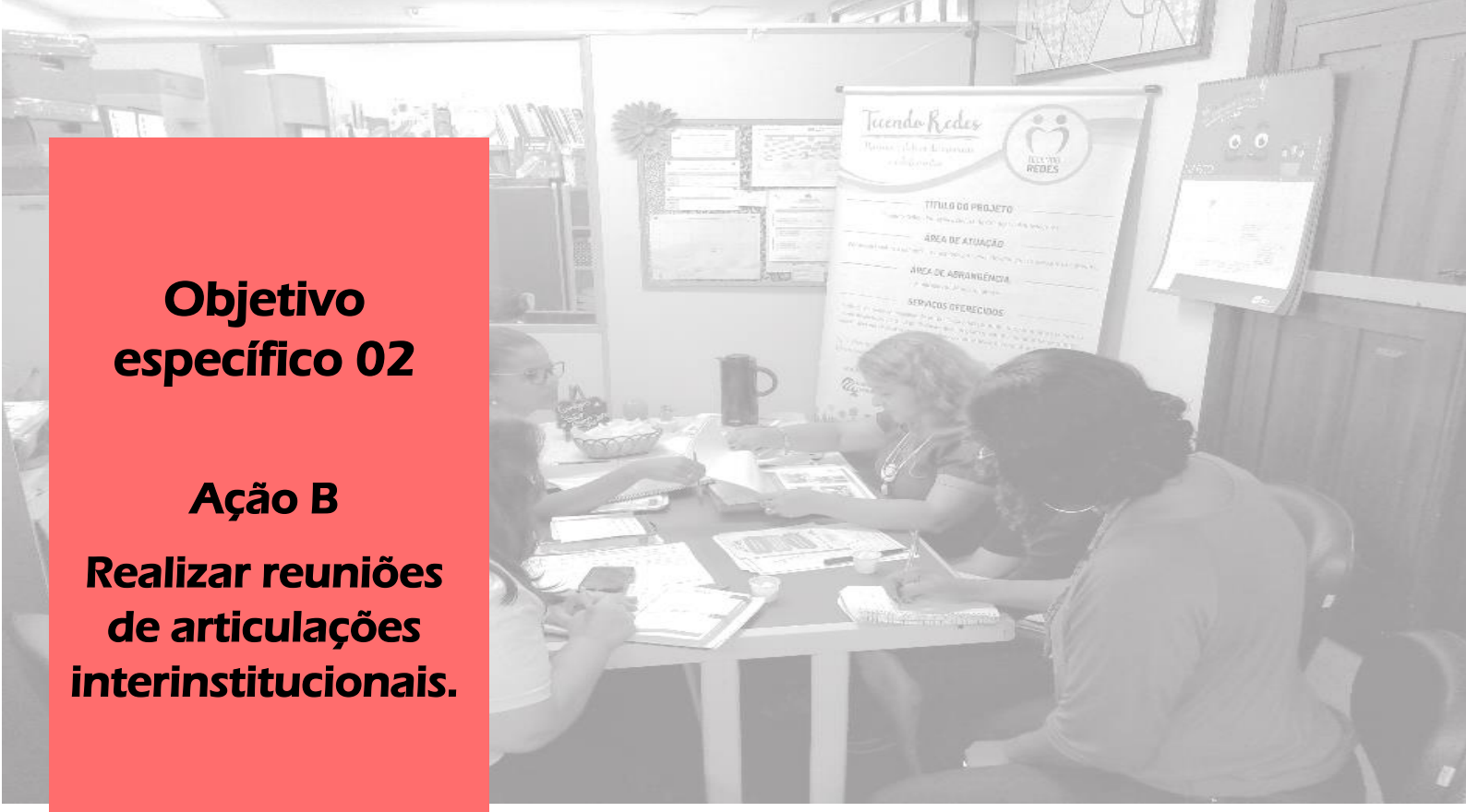
28.02.2019

Oficina aborda Paternidade Responsável com Colaboradores da Empresa PENNOIL em Jaconé/Maricá

20.08.2019

Paternidade Responsável em discussão com colaboradores da Empresa G&E em Itaboraí/RJ

21.08.2019



Objetivo específico 02

Ação B

Realizar reuniões de articulações interinstitucionais.

Introdução

Em todos os municípios que o Movimento de Mulheres desenvolve ações e projetos, prioriza o trabalho articulado em redes e o diálogo com os diversos agentes sociais de cada território.

Com o Projeto Tecendo Redes não foi diferente, o projeto pautou suas ações na concepção do trabalho em redes, prezando a articulação, a comunicação e o intercâmbio entre as instituições de atendimento dos diversos setores de Itaboraí e Maricá.

O envolvimento comunitário foi considerado em todas as etapas do projeto, no intuito de compartilhar ações, escolhas e atitudes para o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

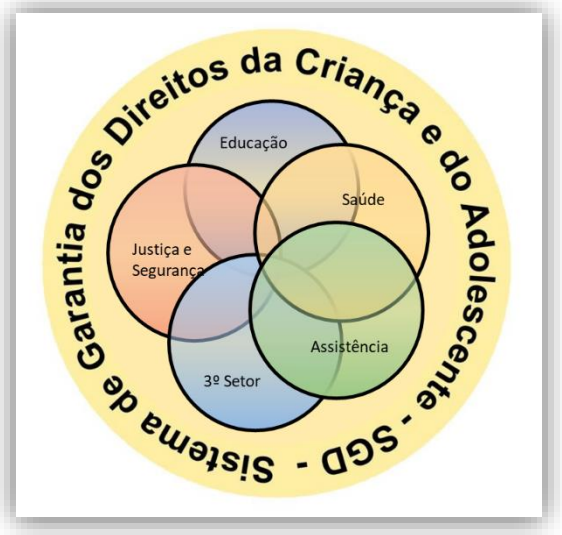
Inserida no campo da intersetorialidade, a articulação procura inicialmente compreender a dinâmica local e envolver as redes de serviços locais na busca de uma finalidade em comum.

Pensar articulação requer fundamentalmente a compreensão da noção de espaço. Quanto a isso, SANTOS (1978) analisa que,

> O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Para Santos (2006) o espaço geográfico "é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente" (SANTOS, 2006, p. 39) numa ampla escala de eventos e interações históricas. O espaço é composto por objetos técnicos que são anteriores ao presente, porém influenciam nas ações dos sujeitos que ali vivenciam e se reproduzem material, social e culturalmente. Ao mesmo tempo, esses objetos são produto da ação humana, numa relação dinâmica, seja dos sujeitos do território onde estão sendo implantados os objetos, sejam de outros atores sociais. As ações dos sujeitos intervêm sobre o território e sobre esses objetos que são "postos", afirmando ou negando tais objetos.

Dentro desse conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações encontram-se os diversos agentes sociais que compõem um espaço e território, como as instituições e atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA).



O SGDCA é composto por órgãos de diferentes políticas setoriais, bem como entidades não governamentais que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, tais como: Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Sistema de Justiça (composto por Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Juizado da Infância e Juventude, Defensoria Pública), dispositivos da Assistência Social (Proteção Social Básica – CRAS e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade – CREAS, Programa Criança Feliz, entre outros), Saúde (Estratégia Saúde da Família - ESF, Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF, Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente - PAISCA, Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil - CAPSI e Educação (Unidades de ensino), Secretarias Municipais e seus programas voltados à criança e ao adolescente, organizações não governamentais entre outros dispositivos.

Sobre a finalidade do SGDCA, Farinelli e Pierini (2016) expõem,

> O SGDCA tem a finalidade de promover, defender e controlar a efetivação integral de todos os direitos da criança e do

> adolescente (direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos). Trata-se de um sistema estratégico, para além de um sistema de atendimento, complexo em sua estruturação, que deve promover ações que viabilizem a prioridade do atendimento à infância em qualquer situação. (FARINELLI E PIERINI, 2016, p.65)

O MMSG, com o projeto Tecendo Redes, entrou nos municípios para contribuir com esse sistema de garantia de direitos, priorizando em todas as etapas do projeto o trabalho articulado e a intersetorialidade.

Na próxima sessão será apresentado como ocorreu o processo de articulação com as instituições nos municípios de Itaboraí e Maricá.

Do planejamento à execução

Primeiramente, é importante sinalizar, dentro dos agentes facilitadores, que o MMSG é uma instituição com 30 anos de atuação notória em São Gonçalo e em municípios adjacentes, como Itaboraí e Maricá, municípios onde já havia desenvolvido ações anteriormente, com destaque para o período de 2013 a 2015, ocasião onde promoveu atividades na área da criança e do adolescente. Em Itaboraí através do projeto *NEACA fase III: Ampliando o atendimento para o CONLESTE*, onde foram realizados cursos de capacitação para os profissionais da rede de atendimento e reuniões para a construção do fluxo de atendimento aos casos de violência contra crianças e adolescentes. Em Maricá, através do projeto *Articulando Redes Locais*, onde implantou no período um Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica (NEACA), promovendo atendimento interdisciplinar, cursos de capacitação, seminários, palestras, oficinas, ações de mobilização, dentre outros. Há ainda o NACA Niterói (Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Maus Tratos), programa do Governo do Estado do RJ, gerido pelo MMSG, cujo atendimento interdisciplinar contempla o município de Maricá.

Sendo assim, quando a instituição apresentou aos municípios em 2017 o projeto Tecendo Redes, não representou um agente estranho à rede de atendimento. Cabe considerar as mudanças nas gestões e nos quadros profissionais que ocorrem periodicamente, gerando impactos consideráveis a qualquer processo de articulação.

Pontua-se que, mesmo com o que podemos chamar de uma prerrogativa, o MMSG encontra-se situado no município de São Gonçalo, e mesmo com sua reconhecida expertise na temática dos direitos infantojuvenis, a localização geográfica foi um fator de resistência por parte de alguns representantes dos municípios de Itaboraí e Maricá.

Quanto a isso Soares (2007) analisa que,

> De forma diferente das instituições, as redes não supõem necessariamente um centro hierárquico e uma organização vertical, sendo definidas pela multiplicidade quantitativa e qualitativa dos elos entre os seus diferentes membros, orientada por uma lógica associativa. Sua estrutura extensa e horizontal não exclui a existência de relações de poder e de dependência nas associações internas e nas relações com as unidades externas. (SOARES, 2007, n.p.)

Cabe considerar a questão histórica da setorialidade da política pública, e o peso que isso significa, sendo assim, a inserção da

equipe do PTR em ambos os municípios foi cautelosa, evidenciando que a proposta do projeto era baseada na troca de saberes e práticas entre os diversos agentes sociais presentes naqueles territórios e na soma de esforços para o enfrentamento da violência infantojuvenil.

Pereira e Teixeira (2013) ressaltam que o SUAS garante o desenvolvimento de um trabalho articulado em suas ações e reforça a necessidade de se estabelecer atividades interinstitucionais e intersetoriais com as demais políticas sociais no atendimento das demandas da população. Entretanto,

> (...) além de eliminar obstáculos – como um ambiente de intervenção estatal historicamente setorial e especializado e de uma cultura política nacional marcada pelo clientelismo, paternalismo e assistencialismo, o apoio dos gestores é de extrema importância para efetivação da ação intersetorial, uma vez que esta remete a uma reflexão que vai além da esfera operacional terminal das políticas, suscitando análises acerca dos aspectos políticos e estruturais que permeiam o modelo de intervenção das políticas sociais. (PEREIRA E TERIXEIRA, 2013, p.125)

Chaves (2013) diz que ao estabelecer relações de parcerias que se sustentam na responsabilidade compartilhada e na confiança mútua, rompe-se antigos vícios da cultura política brasileira, marcada pelo comando vertical, pela fragmentação dos serviços e pela ausência ou superposição de ações. Esses entraves se justificam quando analisamos historicamente o nosso país, onde os pactos sociais e políticos se davam – e ainda se dão – através de relações fortemente marcadas pelo clientelismo e fisiologismo. O enfrentamento dessas dificuldades, todavia, se dá à medida que se consegue agregar pessoas e grupos, estabelecer objetivos a médio e longo prazo e manter a constância de propósitos. Aspectos estes produtores do "capital social" necessário à continuidade de uma ação integrada em rede.

Coube à equipe do projeto a definição de estratégias para enfrentar os obstáculos que se apresentavam para a consolidação das parcerias.

O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO NO PROJETO TECENDO REDES

O processo de articulação no PTR foi estruturado em quatro etapas principais:

1) O mapeamento das instituições

Esse foi o primeiro passo para o processo de articulação no projeto. O mapeamento buscou identificar as instituições nos municípios, seus contatos, endereços, gestores e finalidades.

2) Contatos e visitas

Realizado o mapeamento, a equipe iniciou o contato com as instituições para agendamento de reuniões. O objetivo das reuniões nesse momento era a apresentação do projeto e da equipe, para tanto era disponibilizado material com informações (folder, portfólio)

3) Continuidade da articulação

Progredindo o desenvolvimento do projeto, as articulações se intensificaram, ampliando seu objetivo, buscando o planejamento articulado de atividades, a discussão de casos e procedimentos, a socialização de informações, a construção de parcerias, dentre outras demandas que surgiram durante a execução do projeto.

Em conjunto com os serviços dos dois municípios, foram mapeadas as demandas, considerando os fatores de vulnerabilidade e risco para a ocorrência de violência

doméstica e exploração e/ou abuso sexual de crianças e adolescentes. Destaca-se que durante esse processo, foram envidados maiores esforços para dar visibilidade ao projeto e construir relações de confiança e de credibilidade para que assim firmasse alianças e alcançasse a adesão por parte dos gestores, lideranças comunitárias e profissionais dos equipamentos públicos que integram a rede de serviços.

O trabalho foi estruturado no sentido de soma de forças e potencialização das ações já desenvolvidas nos municípios de Itaboraí e Maricá, respeitando-se as particularidades e especificidades da rede de cada município. Para tanto, coube ao projeto, primeiramente, a reflexão sobre algumas questões: espaço e território, sentido de rede, o que depende para que uma rede seja articulada, como trabalhar para promove-la, e etc. Tendo sempre o entendimento de que,

> Uma rede não é uma associação, é um espaço por onde se transita, emitindo, recebendo informações ou fazendo-as circular. Um espaço de troca e construção coletiva. Portanto, não existe na rede um centro, que emana ordens. Existe – e é necessária – uma coordenação que sinalize para prioridades, fomente a ação articulada, dê conta da intensa dinâmica da rede para motivar os pontos a se engajarem na rede.(PRAZERES, 2015, n.p.)

Nesse processo os investimentos em comunicação foram de suma importância para a adesão dos profissionais dos serviços ao projeto. Através das reuniões interinstitucionais foi possível agregar esforços e refletir de forma conjunta sobre alternativas e caminhos para os desafios enfrentados pelo SGD de cada município.

Cabe destacar que no plano de trabalho e orçamento do projeto foi prevista a contratação de uma profissional para assumir a função de "articuladora de redes", que, apesar de não ser função exclusiva desta profissional, promovia a articulação interinstitucional no projeto. Era a pessoa de referência e que envidava maiores esforços para a promoção da articulação do projeto com as instituições da rede. A articuladora de redes era responsável pela relação de parceria com os representantes das instituições, a facilitadora da comunicação, exercia o reconhecimento das áreas, fazia a análise de conjuntura nos municípios, buscando situar a coordenação e equipe do projeto quanto às situações importantes em cada território. A articuladora exercia também o papel de relações sociais, muitas vezes representando a equipe em eventos em que o projeto era convidado a participar (festas institucionais, cerimônias, dentre outros).

Em suma, o processo de articulação no projeto Tecendo Redes se deu por meio de quatro eixos principais: Integração, Comunicação e diálogo, Troca de saberes e construção coletiva e Horizontalidade das ações.

Estes quatro eixos garantiram a adesão das instituições do governo e da sociedade civil organizada, com maior adesão no município de Itaboraí, onde a equipe do projeto encontrou maior abertura e parceria, com destaque para o setor Educação, por meio das escolas públicas, onde as ações foram intensificadas no decorrer no projeto por demanda das próprias unidades, que passaram a identificar no projeto um parceiro importante para o enfrentamento das questões relacionadas à garantia dos direitos dos alunos e alunas.

4) Monitoramento e avaliação

As atividades destinadas aos profissionais das instituições parceiras - oficinas, palestras, cursos, seminários, GT's, eram avaliadas pelos participantes. Nos últimos meses de execução foi implementada uma pesquisa de opinião sobre a parceria com o PTR junto às instituições.

Resultados

O plano de trabalho do PTR previa a realização de 30 reuniões interinstitucionais nos municípios de Maricá e Itaboraí, no entanto foram realizadas o total de 105 reuniões interinstitucionais, atingindo 1184 participações.

No total de reuniões 55 foram realizadas em Maricá, 48 em Itaboraí e 02 em outros municípios[16].

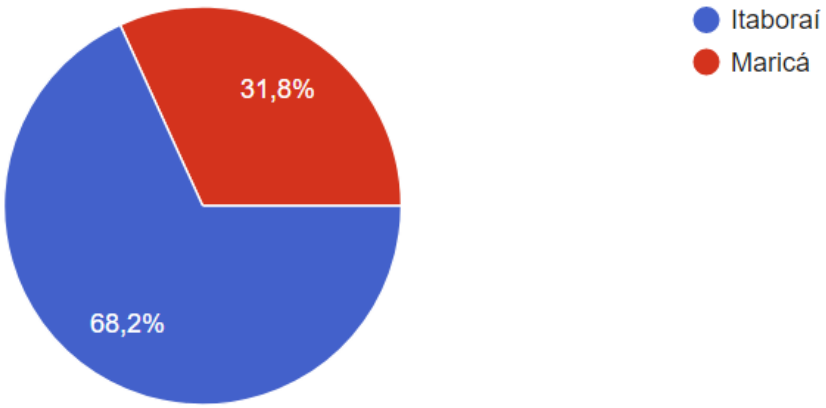
[16] Foi necessária articulação com o CMDCA São Gonçalo e com o CEDCA Rio de Janeiro para tratar de assuntos relativos ao projeto.

As articulações promoveram a adesão das instituições e profissionais ao projeto, viabilizaram as parcerias e impulsioram a realização e ampliaçao das atividades.

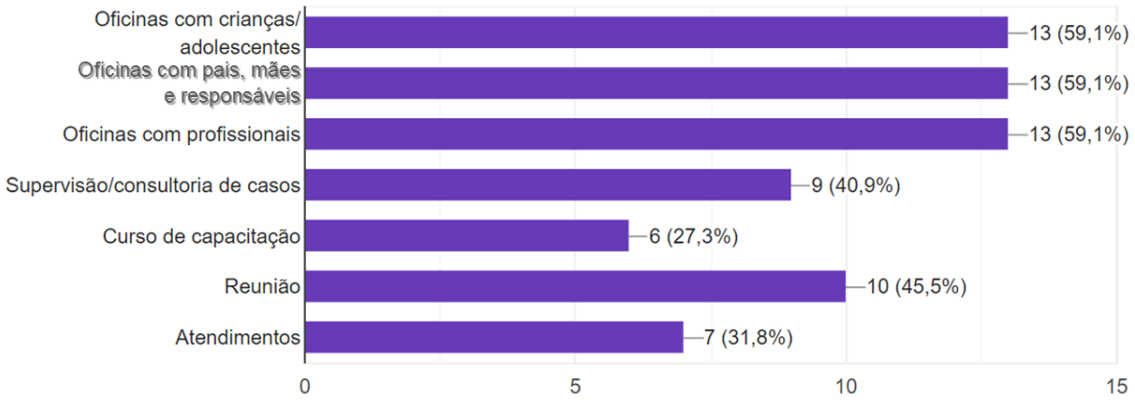
Desenvolver um projeto social implica necessariamente promover ações para seu monitoramento e avaliação. Para tanto, o PTR realizou uma pesquisa de opinião, por meio de um formulário[17] com questões semiestruturadas, que foi entregue nos últimos meses de execução do projeto às intituições.

Resultado da pesquisa de monitoramento e avaliação com as instituições parceiras:
Município do profissional que realizou a avaliação:

Município:

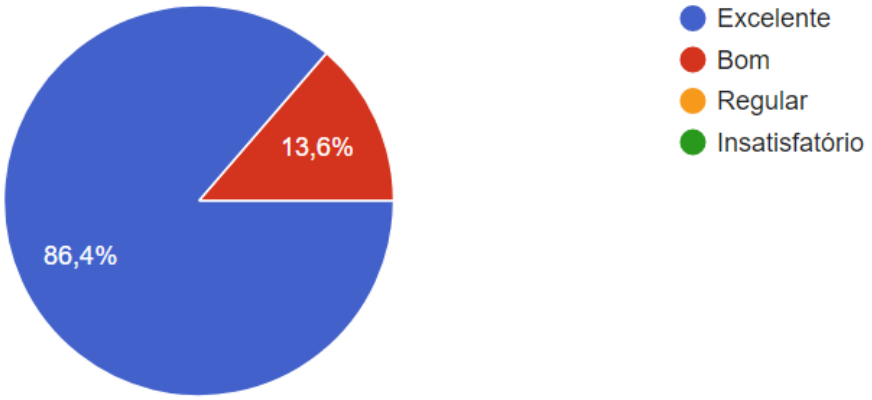


1) Atividades que foram realizadas pelo projeto TECENDO REDES na instituição:

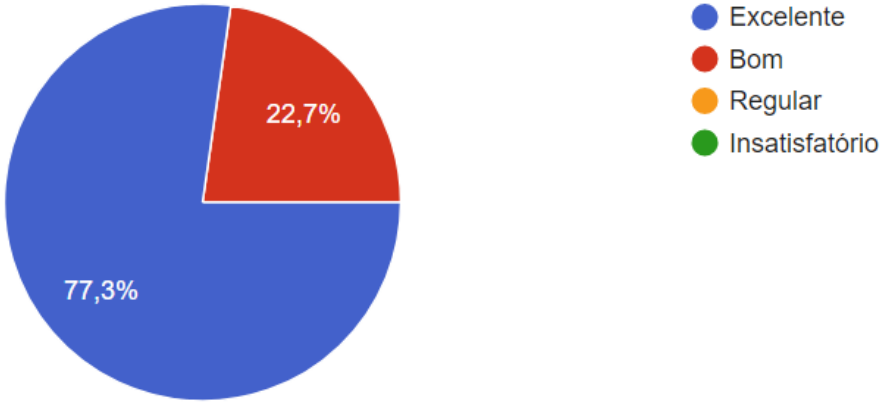


[17] Modelo do formulário utilizado em anexo.

2) Avalie as atividades realizadas pelo projeto TECENDO REDES na instituição:



3) Avalie os instrumentos e técnicas utilizadas nas atividades realizadas pelo projeto TECENDO REDES na instituição:

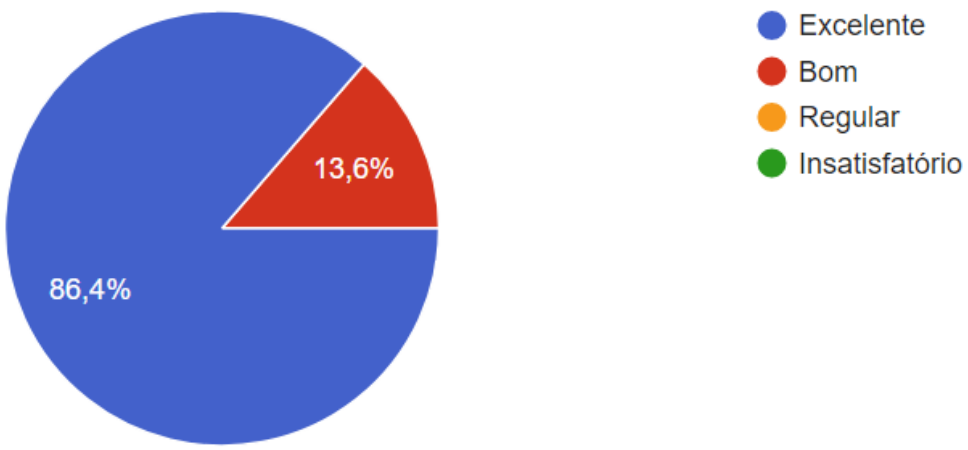


4) Gostaria de acrescentar sugestões para melhoria das atividades ou sugerir novas atividades?

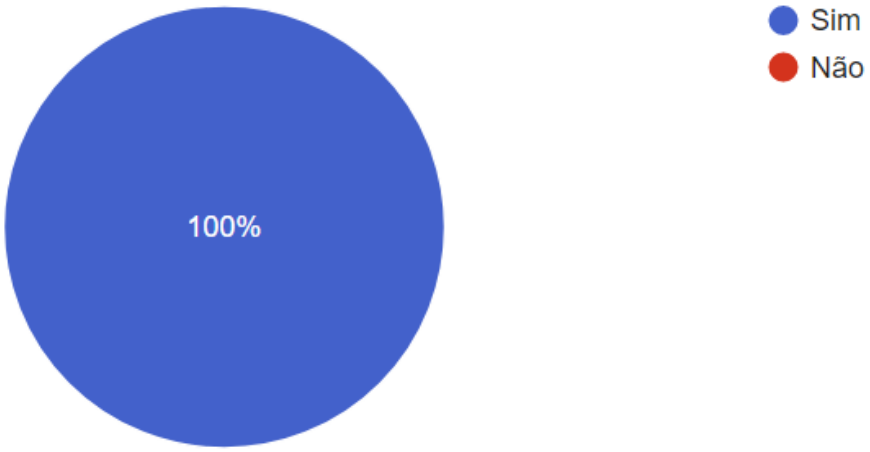
- O projeto é muito bom. Bem dinâmico e com clareza
- Seria interessante o aumento desses profissionais dentro das escolas atendendo
- Seria de grande relevância a ampliação do projeto para outras escolas da rede
- Poderia acontecer mais vezes na escola
- Que o projeto tenha continuidade
- Apenas sugerir que o Tecendo Redes continue com o trabalho e volte para realizar outros trabalhos

- Capacitação no manejo das violências para os profissionais de saúde, manejo dos casos e importância do sigilo na condução dos casos e da rede de proteção
- Palestras e dinâmicas para os responsáveis pelos alunos
- Gostaria que fosse realizado o projeto "descobrindo os territórios", onde a equipe pudesse visitar as casas e conhecer as famílias para o melhor desenvolvimento de nosso trabalho.
- Sugerimos que as atividades devem se desdobrar em outras individuais para os alunos que apresentarem questões mais profundas (psicologia)

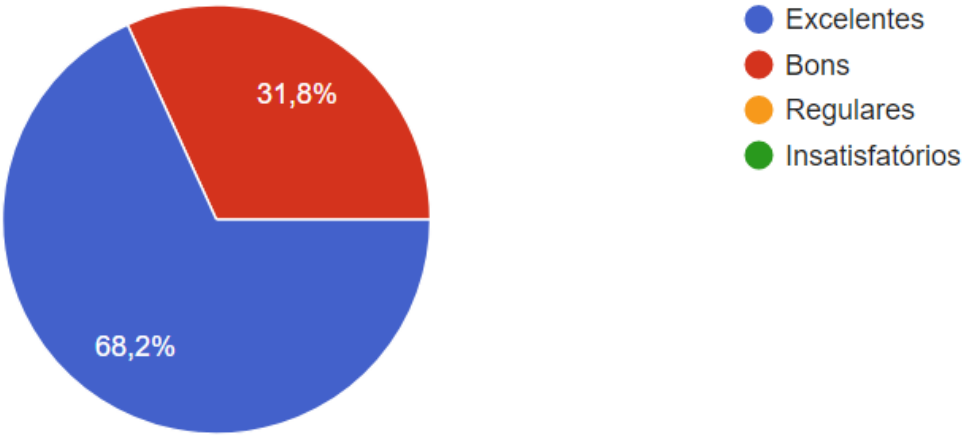
5) O relacionamento entre o projeto e a instituição foi:



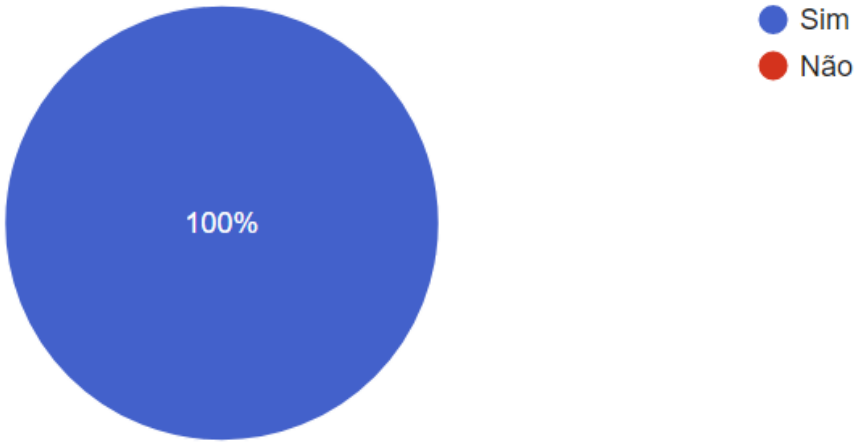
6) O projeto trouxe benefícios para a instituição?



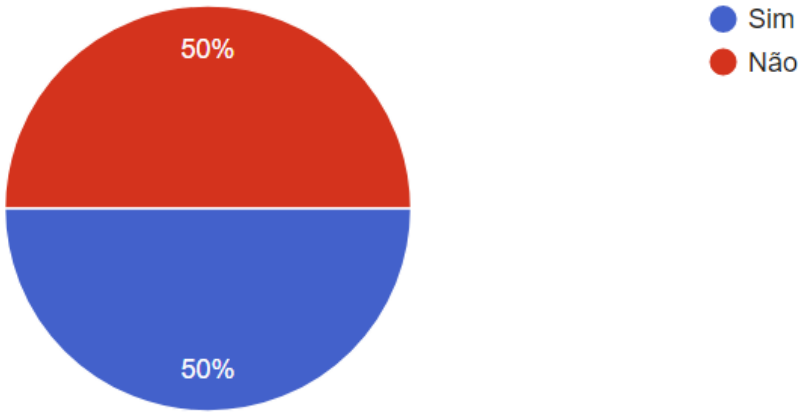
7) Considera os resultados proporcionados pelas ações do projeto na instituição:



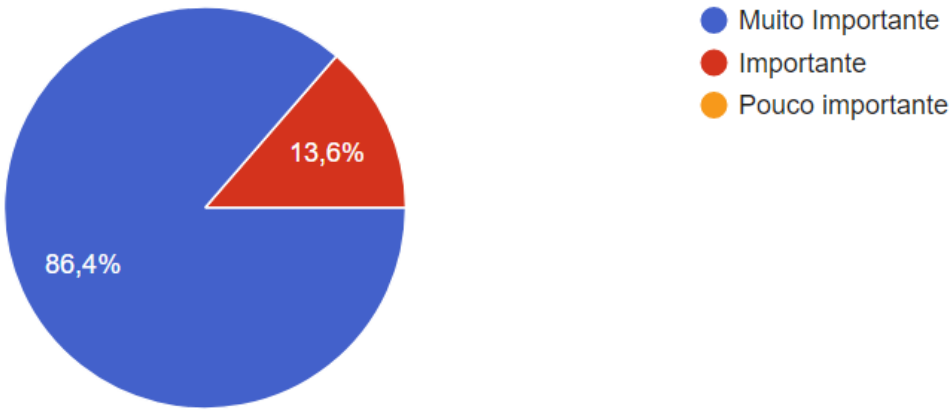
8) É de interesse da instituição que a parceria com o projeto tenha continuidade?



9) Existe no município outras ações como as ofertadas pelo Projeto Tecendo Redes disponíveis para sua instituição?



10) Como avalia a importância do projeto para o município:



Fale sobre a importância do projeto

- A importância significa em conhecimento tanto para os funcionários como para os usuários do equipamento. Através do projeto tivemos bons resultados

- O projeto auxilia famílias e crianças a identificarem maus tratos, por isso é de suma importância o seu papel dentro da escola, mostrando de forma lúdica e criativa esses conhecimentos abordados com pouca frequência nas escolas. Ajudaram muitos alunos a identificar situações de maus tratos.

- O projeto Tecendo Redes realizou um excelente trabalho junto às nossas escolas da rede municipal, trabalhando com um tema muito importante na garantia de direitos de nossas crianças e adolescentes. Além de abordarem o tema da prevenção e combate à violência doméstica e à exploração sexual, proporcionaram reflexão sobre o assunto e possibilitaram a instrumentalização dos profissionais para identificarem os casos, fazerem abordagem e os encaminhamentos devidos.

- O projeto Tecendo Redes têm sido um importante parceiro na construção, articulação da rede de proteção à criança no município de Itaboraí.

- O projeto foi de muita valia para nossa unidade escolar, nos fortaleceu quanto as demandas assim como facilitou o acesso as famílias e crianças por meio das atividades diversificadas

- O projeto possibilitou ao abrigo a fazer melhor utilização das informações colhidas no ato das entrevistas, além de auxiliar na realização de planejamento de projetos, estudos qualitativos/quantitativos. Sendo assim, a partir deste projeto propor novos projetos para a instituição.

- É a forma que nossos colaboradores têm de conscientização nos temas de responsabilidade social. Vemos resultados dessas atividades no dia a dia do trabalho com eles.

- O referido projeto é de grande importância, pois nos apoia e ajuda na melhoria da educação do município.

- O projeto tem uma grande relevância no município, pois mais de 80% dos nossos trabalhadores são do município de Itaboraí e levam para si e familiares todos os conhecimentos adquiridos. Para a empresa, fazer parte deste projeto, representa nosso compromisso com todas as causas defendidas por essa instituição

- A realidade é que há necessidade de tecer as redes entre as instituições que trabalham com a criança e adolescente, pais e responsáveis na perspectiva plenamente humana da preservação dos direitos.

- O projeto nos abriu o olhar sobre nossos alunos e o entendimento sob cada dificuldade encontrada e nos fez juntamente com o projeto ajudar algumas crianças.

- O projeto significou para nós um olhar a mais para nossas dificuldades. Houve muito acolhimento dos profissionais do projeto para com nossos alunos, professores e comunidade escolar em geral. Sou grata a todos os profissionais que por aqui passaram para nos ajudar.

- Temos outros parceiros na saúde do município, mas a demanda é grande e fica difícil conseguir vaga.

- O projeto é de suma importância para a massa populacional que não tem conhecimento sobre assuntos abordados: violência doméstica e a exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens. Em uma comunidade onde a população masculina cresce instantaneamente, devido à grande oferta de empregos, a explanação de taus temas se torna de grande valor à comunidade.

- O projeto tem ajudado bastante na reconstrução dos elos/parceiros da rede. Vem empoderando os profissionais no reconhecimento das diversas formas de violência.

- Nossa comunidade escolar é composta em sua maioria de pessoas humildes e sem grandes possibilidades de cultura e diversão. O projeto conseguiu aliar as duas coisas, proporcionando, através de palestras, dinâmicas e conversas informais, a interação entre comunidade, professores e palestrantes, com temas relevantes e de grande importância em nosso dia-a-dia. Queremos cada vez mais.

- Em nossa comunidade existem muitas mães que sofrem e clamam por ajuda. A equipe Tecendo Redes trouxe o projeto para nos ajudar e abrir os caminhos nos orientando quanto as novas buscas e novos equipamentos para ajudar a estas famílias. Pedimos que o projeto continue em nossa escola, trazendo sempre esta alegria e competência para nos orientar.

- Com o projeto foi possível trocar experiências, aprender novos conhecimentos, capacitar e atualizar profissionais. Tivemos alguns palestrantes maravilhosos. Agradeço peça dedicação de toda equipe. Quem participou foi atualizado, poderá ajudar o próximo.

- O projeto é muito importante, pois visa conscientizar e sensibilizar professores, família e os alunos com relação à violência e suas diferentes formas e manifestação na sociedade de uma forma geral.

- O projeto Tecendo Redes veio acrescentar experiências bem sucedidas, para socializar com nossos técnicos da secretaria. Também participou de vários projetos, atividades, conferências, estudos de casos e reuniões realizadas pelos equipamentos da secretaria, sempre contribuindo.

- O trabalho desenvolvido pelo projeto é muito importante, pois desenvolve os temas de maiores demandas nas unidades escolares na atualidade, envolvendo profissionais capacitados para esse trabalho. Necessitando sempre de uma continuidade para que as feridas abertas não acarretem problemas ainda maiores.

- O projeto é de grande relevância, pois abordou temas de extrema necessidade para a nossa escola e nossos alunos

Considerações Finais

Conclui-se que a "Articulação" foi a ação indutora do projeto, pois sem ela praticamente nenhuma outra seria possível e/ou não teria o resultado pretendido. Foi através dela que o projeto obteve visibilidade, que as parcerias foram estabelecidas e as atividades foram planejadas e concretizadas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

FARINELLI, Carmen. PIERINI, Alexandre. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. O Social em Questão - Ano XIX - nº 35 – 2016. Disponível em http://docplayer.com.br/26408688-O-sistema-de-garantia-de-direitos-e-a-protecao-integral-a-crianca-e-ao-adolescente-uma-revisao-bibliografica.html Acesso em 25/02/2020

PEREIRA, Karine. TEIXEIRA, Solange. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013. Disponível em file:///C:/Users/Cliente/Downloads/12990-55394-1-PB.pdf Acesso em 25/02/2020

PRAZERES, Michelle dos. Desafios da atuação em Rede. Observatório da Educação. 2015

Disponível em http://www.parceirosvoluntarios.org.br/desafios-da-atuacao-em-rede/ Acesso em 25/02/2020

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editorada Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

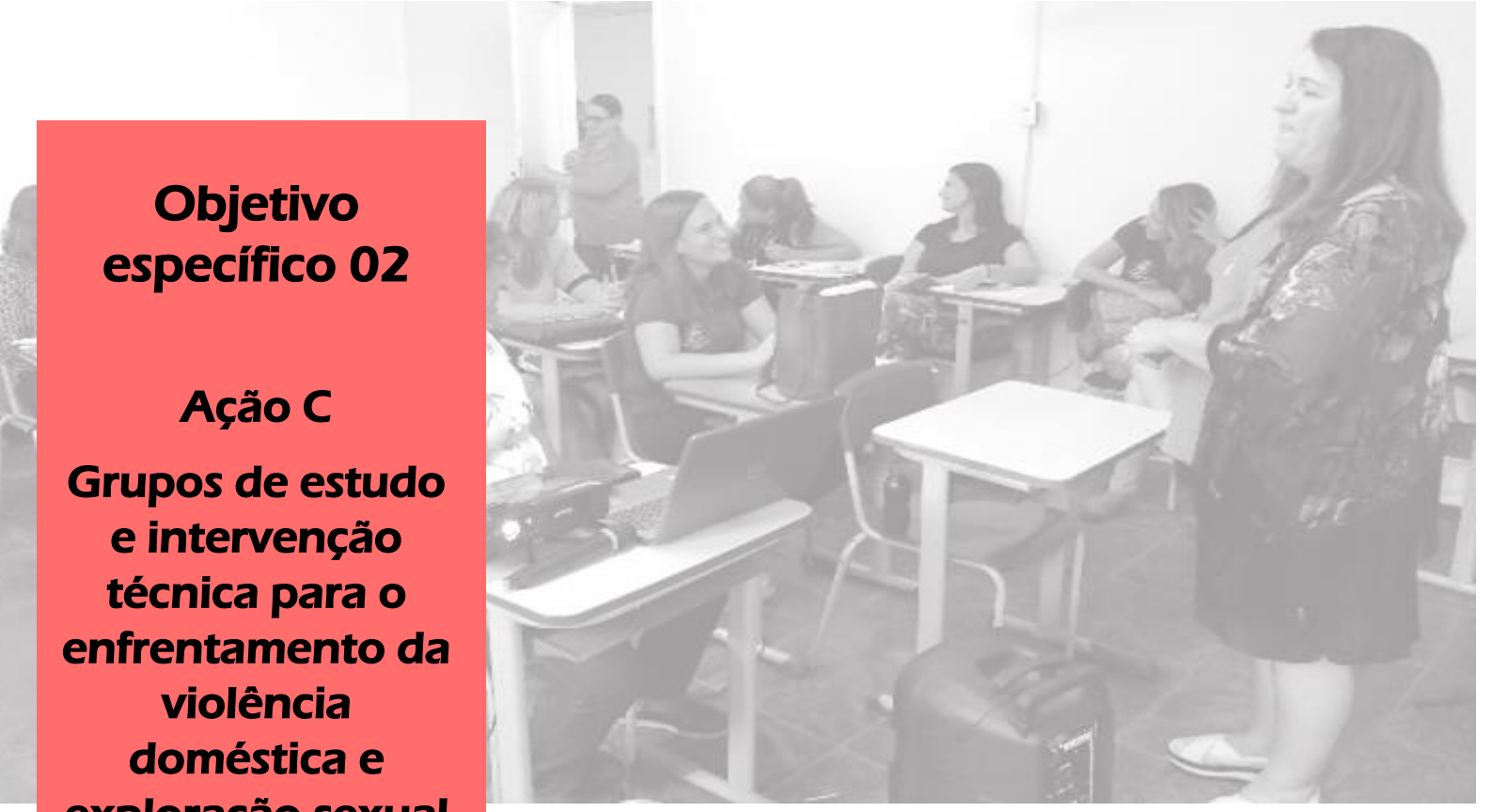
SOARES, Waldemir. Trabalho em Rede, um conceito que precisa ser aprofundado. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em http://recid.redelivre.org.br/2007/01/26/trabalho-em-rede-um-conceito-que-precisa-ser-aprofundado-3/ Acesso em 25/02/2020

Tecendo Redes

18 DE MAIO

Tecendo Redes
TÍTULO DO PROJETO
ÁREA DE ATUAÇÃO
ÁREA DE ABRANGÊNCIA
SERVIÇOS OFERECIDOS

O QUE EU VOU SER QUANDO CRESCER?
Tecendo Redes



Objetivo específico 02

Ação C

Grupos de estudo e intervenção técnica para o enfrentamento da violência doméstica e exploração sexual

Introdução

O Projeto Tecendo Redes delineou como uma de suas metas contribuir para a promoção da intersetorialidade entre as instituições situadas na área de abrangência do projeto: Maricá e Itaboraí. Nesse sentido, uma das ações propostas foi a implantação e o acompanhamento de Grupos de Estudo e de Intervenção Técnica, os chamados "GTs", em ambos os municípios.

O objetivo principal dos GTs foi articular, informar, sugerir e apoiar ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças, adolescentes, jovens e mulheres adultas.

Para o alcance desse objetivo, o projeto teve como premissa a concepção do trabalho em redes, visando melhorar a comunicação e o intercâmbio entre os diversos atores/atrizes e demais profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA) nos dois municípios de atuação do projeto. Embora o PTR tenha sido o principal articulador dos grupos, o intuito foi que estes permanecessem atuantes após o término do projeto. Para tanto, os integrantes foram capacitados e receberam orientação técnica, a fim de promover sua sustentabilidade.

Do Planejamento à Execução

Os grupos foram implementados a partir do 2º quadrimestre do projeto (mês 05 a 08), e os encontros tiveram início nos meses de junho e dezembro de 2018 nos municípios de Maricá e Itaboraí, respectivamente. A periodicidade dos encontros foi mensal e os dois grupos foram compostos por representantes das instituições de atendimento de cada território (Saúde, Educação, Segurança e Assistência Social), sociedade civil organizada, pessoas da comunidade representantes da sociedade civil e movimentos sociais, sobretudo estudantes dos cursos de Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, lideranças comunitárias e profissionais do PTR, tendo como preocupação envolver e estimular a participação de adolescentes nas reuniões.

Após a implementação dos grupos nos dois municípios, a integração de novos membros foi incentivada a partir das oficinas, seminários, cursos e reuniões realizadas pelo projeto. É importante ressaltar a importância da inclusão e da participação ativa de adolescentes na condição de sujeitos de direitos e deveres nos espaços de debates, proposição e tomada de decisões sobre assuntos que dizem respeito a suas vidas. Todavia, não houve a adesão desse público aos encontros de GTs.

Tendo como pressuposto a gestão democrática, os temas abordados nos encontros foram sugeridos de acordo com as demandas expressas pelos grupos, bem como propostos pelos técnicos do PTR, valendo-se dos marcos legais e das campanhas mensais temáticas, como o "Dia da Visibilidade Trans" e o "Setembro Amarelo: Prevenção ao Suicídio", que servem de alerta para a prevenção, conscientização, fomento de debates, educação do público e troca de experiências. O principal eixo temático foi a Violência Doméstica e a Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, mas, considerando-se que diferentes aspectos estão mutuamente relacionados, foram incluídos como temas transversais a equidade de gênero, a igualdade racial e a inclusão de pessoas com deficiência.

Em relação aos meios de divulgação, inicialmente, foi enviado um convite virtual via WhatsApp e e-mail. Posteriormente, além da utilização dos meios de comunicação virtuais, a divulgação foi reiterada por contato telefônico, com vistas a oferecer uma abordagem mais personalizada e fazer com que as pessoas se sentissem mais conectadas com o convite e, portanto, mais motivadas a participar. Foi possível observar uma melhora parcial na participação quando adicionamos as ligações.

Além desses recursos, foi desenvolvido um Formulário de Inscrição para preenchimento online através da ferramenta "Formulários Google". O link com o formulário foi disparado juntamente com o convite virtual. Apostamos nesse método, pois conjecturamos que a realização prévia da inscrição poderia gerar um maior comprometimento das pessoas em efetivamente participar, tendo em vista que o número de inscrições era limitado. No entanto, foi possível verificar que essa estratégia não atendeu às expectativas para essa finalidade, pois apesar do grande número de inscritos, também houve uma expressiva quantidade de faltas. Apesar disso, o Formulário de Inscrições proporcionou algumas vantagens, pois a partir das respostas, a equipe do PTR conseguiu saber previamente a quantidade de pessoas inscritas, facilitando a organização do evento, a adequação do local da reunião ao número estimado de participantes e a

sistematização dos dados pessoais e profissionais dos inscritos, gerando automaticamente gráficos e planilhas.

O último encontro do ano de 2019 foi destinado à avaliação e ao planejamento dos GTs para o ano de 2020. Portanto, foram revistas as preferências de dia da semana e horário para a realização das reuniões e as temáticas a serem abordadas. No GT de Itaboraí, os participantes manifestaram a preferência de que as reuniões fossem realizadas no período da manhã, pois durante o horário de expediente nos equipamentos, muitas vezes apareciam demandas urgentes que impossibilitavam os profissionais de se ausentarem do setor para participar do grupo.

O mesmo procedimento foi realizado em Maricá, porém, considerando o número reduzido de participantes, não foi possível analisar as preferências e os possíveis entraves para uma participação mais expressiva do grupo. A partir disso, observamos um aumento significativo em termos quantitativos de participantes no município de Itaboraí, inclusive com a adesão de novos membros. Portanto, consideramos que essa estratégia foi eficaz para adequar a programação das reuniões dos GTs às necessidades e preferências do grupo.

A equipe do PTR elaborou duas fichas para serem preenchidas pelos participantes durante as reuniões dos GTs. A Ficha Cadastro teve como finalidade o armazenamento das informações pessoais e profissionais dos participantes para constituir um banco de dados, portanto, foi solicitado à todos(as) o seu preenchimento na primeira participação. A partir da Ficha Avaliação objetivou-se obter um retorno dos participantes e acompanhar suas opiniões, sugestões e críticas, visando o constante aprimoramento e atendimento às demandas e expectativas do grupo. Para tal, as fichas eram entregues aos participantes para serem preenchidas e recolhidas ao final de cada encontro. Além disso, em cada reunião era passada uma Lista de Presença, com o intuito de monitorar a frequência dos participantes.

Inicialmente, a equipe do PTR não pretendeu certificar as participações nos encontros dos GTs, tendo em vista que sua proposta inicial era a construção de um Grupo de Estudos e Intervenção Técnica, e não de empreender capacitações permanentes. No entanto, diante da mudança de dinamicidade que foi se apresentando em ambos os municípios, a equipe avaliou que a certificação seria uma forma de incentivar a participação e agregar ao currículo dos participantes.

Intersetorialidade e Interdisciplinaridade

De acordo com a Política Nacional de Promoção da Saúde (2014), a intersetorialidade "se refere ao processo de articulação de saberes, potencialidades e experiências de sujeitos, grupos e setores na construção de intervenções compartilhadas, estabelecendo vínculos, corresponsabilidade e cogestão para objetivos comuns". A intrassetorialidade, por sua vez, "diz respeito ao exercício permanente da desfragmentação das ações e serviços ofertados por um setor, visando à construção e articulação de redes cooperativas e resolutivas" (BRASIL, 2014). Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade versa sobre a compreensão dos limites e das potencialidades de cada disciplina, propondo-se a possibilitar um fazer interativo e, ao mesmo tempo, que não anule as especificidades de cada disciplina.

Em razão de seu caráter multifacetado, a violência contra crianças e adolescentes é um problema social, político, econômico e de saúde, portanto, seu enfrentamento não pode limitar-se a ações desarticuladas e pautadas na linearidade (GOMES; DINIZ; FILHO; SANTOS, 2009). Diante da complexidade desse fenômeno, a ação intersetorial surge como uma alternativa mais efetiva para lidar com os problemas que incidem sobre a população de determinado território, demandando a integração de conhecimentos e serviços.

Resultados

Nos encontros mensais dos GTs e nas demais atividades de campo desenvolvidas pelo projeto, foram recorrentes as queixas e a preocupação dos profissionais no que concerne ao escasso aprofundamento sobre a temática em questão, à insuficiência de estrutura para lidar com os casos, à falta de qualificação técnica, ao desconhecimento do fluxo e das motivações da notificação de casos, à fragmentação do atendimento, dentre outras.

Cabe ressaltar que a proposta inicial idealizada pelo PTR foi a implementação de dois Grupos de Estudo e de Intervenção Técnica, sendo um em Maricá e o outro em Itaboraí, com o objetivo principal de articular, informar, sugerir e apoiar ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios beneficiários do projeto. No entanto, no decorrer da atuação do projeto, foi possível observar em ambos os municípios que a dinâmica se aproximou mais de um grupo de estudos e de capacitação, em que professores especialistas nas temáticas estabelecidas eram convidados para realizar uma palestra e, posteriormente, era aberto um espaço para perguntas, debates e reflexões.

Reconhecemos a importância do oferecimento de capacitações e de espaços que tragam ao debate as diferentes formas de sensibilizar, conscientizar, prevenir, lidar e diminuir os agravos da violência doméstica e da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Portanto, nas reuniões dos GTs, o PTR objetivou oferecer subsídios para orientar a qualificação e o estímulo da ampliação das ações do SGDCA, bem como a integração mais efetiva dos serviços em redes intersetoriais sensíveis a essa problemática.

Ao longo do projeto, foram realizadas trinta e seis reuniões[18], sendo vinte em Maricá e dezesseis em Itaboraí, com 637 participações, sendo 280 em Itaboraí e 357 em Maricá. Nesse percurso, o PTR esforçou-se em empreender um paradigma baseado em um saber interdisciplinar e em um fazer intersetorial, que possibilitasse, a partir da problematização da realidade, o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva, a articulação entre teoria e prática, e, consequentemente, a formação de profissionais capazes de identificar e contribuir para a eficácia no enfrentamento e na prevenção de todos os tipos de violência infantojuvenil.

[18] Não foram incluídos aqui os encontros realizados pelo GT já existente em Itaboraí. A contagem inclui somente os encontros realizados a partir da criação do GT do Projeto Tecendo Redes.

Temas abordados[19]

Município: Itaboraí / Início: Dezembro de 2018
Total de Reuniões: 16

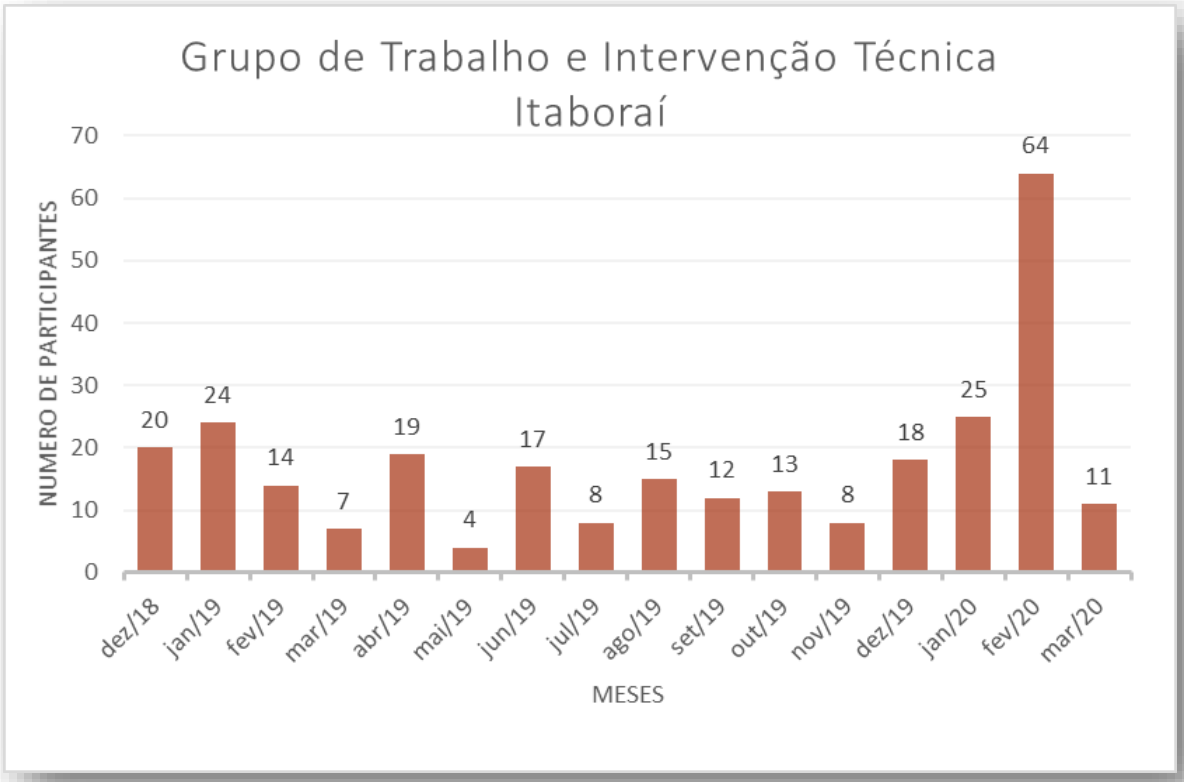
1. Implantação do Grupo de Trabalho e Estudos sobre Violência Doméstica e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Itaboraí;
2. Notificação Compulsória de Maus Tratos e outras Violências;
3. Trabalho em Rede e Fluxo de Atendimento;
4. Medidas Socioeducativas;
5. O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Rede de Proteção;
6. Preenchimento da Ficha Única de Notificação Compulsória de Maus Tratos e outras Violências;
7. Indicadores Físicos e Comportamentais quando Crianças e Adolescentes são Vítimas de Violência Doméstica e Sexual;
8. O Paradigma da Proteção Integral e o Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares;
9. Profilaxia de IST/HIV/AIDS e Aborto Legal em casos de Violência Sexual;
10. Setembro Amarelo: Prevenção ao Suicídio;
11. Feminicídio;
12. Legislação que ampara o enfrentamento ao Racismo;
13. Avaliação do GT, Certificação dos participantes e planejamento para 2020;
14. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e seus Eixos;
15. Oficina "Técnicas de Atendimento: Escuta Ativa e Sensível";
16. Diversidades: Identidade de Gênero e Orientação Sexual.

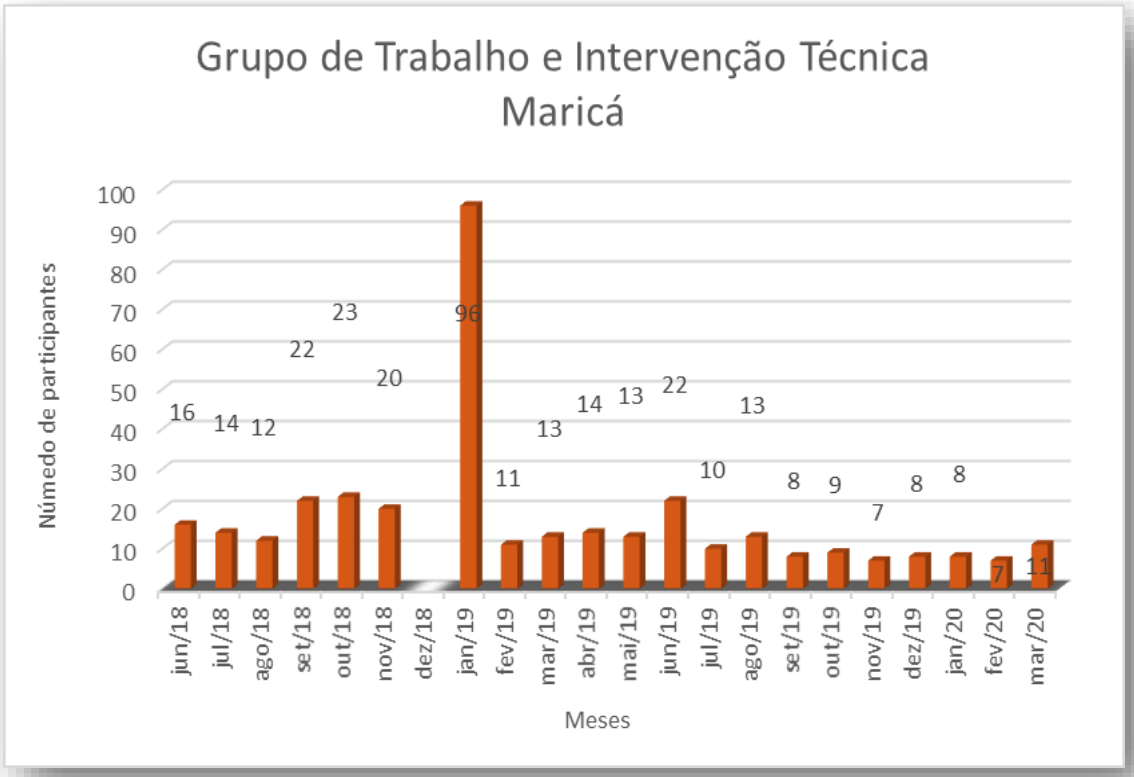
[19] Alguns encontros dos grupos não tiveram uma temática específica, pois foram realizadas discussões sobre ações a serem realizadas.

Município: Maricá / Início: Junho 2018 / Total de Encontros: 20

1. Implantação do Grupo de Trabalho e Estudos sobre Violência Doméstica e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Maricá;
2. Violência Doméstica e Sexual Contra a Criança e o Adolescente;
3. A Cultura do Estupro, Gênero e Sexualidade
4. Diversidade Étnico Racial;
5. Acolhimento e Legislações para o Público LGBT;
6. Dia da Visibilidade Trans;
7. Direitos das Crianças e dos Adolescentes após Convenção Internacional;
8. Continuação do tema Direitos das Crianças e dos Adolescentes após Convenção Internacional;
9. Notificação Compulsória de Maus Tratos e outras Violências;
10. Preenchimento da Ficha Única de Notificação Compulsória;
11. Indicadores Físicos e Comportamentais quando Crianças e Adolescentes são Vítimas de Violência Doméstica e Sexual;
12. O Paradigma da Proteção Integral e o Processo de Escolha de Cons. Tutelares;
13. Profilaxia de IST/HIV/AIDS e Aborto Legal em casos de Violência Sexual;
14. Prevenção ao Suicídio;
15. Feminicídio;
16. Legislação que ampara o enfrentamento ao Racismo;
17. Avaliação do GT, Certificação dos participantes e planejamento para 2020;
18. Plano Nacional de Enfrentamento à Viol. Sexual contra Crianças e Adolescentes;
19. Diversidades: Identidade de Gênero e Orientação Sexual;
20. Continuação do tema Diversidades: Identidade de Gênero e Orientação Sexual.

Gráficos Mês/Ano X Número de Participantes





Considerações Finais

Ao longo do período de execução o Projeto se deparou com diversas dificuldades, entraves e desafios, no que tange à execução da ação Grupo de Estudos, dentre eles: a logística para a execução das atividades, tendo em vista a dinâmica itinerante do projeto, onde muitas vezes aconteciam ações simultâneas; a inconstante participação dos profissionais; o baixo incentivo dos gestores à participação dos profissionais; o interesse restrito a temas específicos; pouca disponibilidade de alguns profissionais para se engajarem em um processo de capacitação permanente e de realmente empreender o trabalho em rede; a baixa coesão do grupo; reivindicações por uma rede de serviços mais integrada e por uma comunicação mais efetiva entre profissionais, mas pouca percepção de que eles são os próprios agentes dessa mudança de panorama.

Apesar dos obstáculos, também foi possível observar diversos pontos positivos e potencialidades nos grupos, tais como: participação ativa durante as palestras; interesse pelas temáticas abordadas; espaço para reflexões sobre a prática cotidiana dos profissionais que integram o SGDCA; percepção da importância de discutir o estabelecimento do fluxo referenciado; diálogo permanente e troca de informações; esclarecimento de dúvidas; favorecimento da integração dos serviços que são disponibilizados nos municípios em questão, propiciando a intersetorialidade e a integração de diferentes disciplinas, resultando em um novo enfoque sobre a problemática da violência.

Face à complexidade e o impacto das violências sobre a saúde física e emocional de crianças e adolescentes, ressalta-se a relevância dessa meta alcançada pelo PTR, tendo em vista a importância da articulação intersetorial e da capacitação continuada dos profissionais no sentido de melhor prepará-los para o enfrentamento dos inúmeros desafios que se apresentam no cotidiano. Além disso, demandam-se práticas e estratégias bem determinadas envolvendo os profissionais, os gestores e a sociedade.

Embora os participantes de ambos os GTs tenham recebido incentivo e orientação técnica da equipe do PTR com o propósito de viabilizar a continuidade dos grupos após a saída do projeto como principal articulador dos grupos, no último quadrimestre de atuação do projeto, foi possível observar uma maior coesão entre os participantes do GT de Itaboraí. Portanto, consideramos que esse grupo tenha um maior potencial para perdurar. No entanto, apostamos que isso aconteça em outra configuração, isto é, que esse espaço seja voltado para a realização de estudos de casos, debates sobre temas específicos, reflexões sobre as práticas, discussão e estabelecimento do fluxo de atendimentos, integração dos profissionais, entre outros. Por outro lado, em Maricá não percebemos um movimento favorável para uma possível continuidade das reuniões, tendo em vista que já existe no município esse espaço de diálogo entre os profissionais e a rede de serviços.

Por fim, concluímos que são necessárias ações intersetoriais e interdisciplinares que propiciem o trabalho colaborativo e, dessa forma, a promoção de uma assistência menos passiva. Nessa perspectiva, o enfrentamento da violência exige a articulação efetiva entre diferentes setores: Saúde, Segurança Pública, Justiça, Assistência Social, Educação, Conselhos Tutelares e de Direitos, assim como requer o envolvimento da sociedade civil organizada em redes integradas de atendimento.

Avaliação Final

Além das avaliações de cada reunião de GT por meio do preenchimento da Ficha Avaliação, foi desenvolvido um formulário de Avaliação Final, com o objetivo de verificar a percepção dos participantes acerca do desempenho das atividades do GT em sua totalidade, desde a sua implantação até o encerramento da atuação do PTR como principal articulador dos grupos. Para tal, desenvolvemos uma avaliação online através do "Formulários Google", que foi enviada por e-mail e por mensagem de WhatsApp para todos os participantes cadastrados. Optamos por deixar o preenchimento dos campos de identificação (Nome e Instituição em que Trabalha) como facultativo, a fim de resguardar o sigilo da avaliação dos participantes que optassem por não se identificar. A profissão e a quantidade de encontros em que o integrante esteve presente eram campos de preenchimento obrigatório, bem como a resposta aos seguintes itens de múltipla escolha:

- Avalie as atividades do GT (Insatisfatório, Regular, Bom ou Excelente);
- Avalie os instrumentos e técnicas utilizadas nas atividades (Insatisfatório, Regular, Bom ou Excelente);
- As atividades acrescentaram novos conhecimentos e habilidades profissionais? (Sim, Não ou Um pouco);
- Considera os resultados proporcionados pelas atividades (Insatisfatórios, Regulares, Bons ou Excelentes);
- Considera importante que as atividades tenham continuidade? (Sim ou Não);
- Existem no município outras ações como a realizada pelo PTR na temática da Violência Doméstica e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes? (Sim ou Não);
- Como avalia a importância do GT para o município? (Pouco Importante, Importante ou Muito Importante).

Além dos itens de múltipla escolha, o questionário também abrangeu duas perguntas com respostas abertas para que os integrantes pudessem ter um espaço para manifestar suas opiniões e sugestões sobre o GT, caso desejassem. São elas:

- Se desejar, fale sobre a importância do GT.
- Gostaria de acrescentar sugestões para melhorias das atividades[20].

[20] Até o fechamento desse documento não havia sido realizada a avaliação final

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. em 25/11/19. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DINIZ, N. M. F.; FILHO, C. C. da S.; GOMES, N. P.; SANTOS, J N. B. Enfrentamento Da Violência Doméstica contra a Mulher a partir da Interdisciplinaridade e Intersetorialidade. Revista Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, pp. 14-17, 2009.

Fotos

DÊ VOZ À INFÂNCIA

Objetivo específico 03

Ação A

Ações de mobilização nos municípios de Maricá e Itaboraí para divulgação das ações do projeto

Introdução

A década de 80 no Brasil se caracterizou pela redemocratização e abertura política, o que possibilitou a organização de muitos trabalhos que tornaram pública a violência que era cometida contra crianças e adolescentes.

Os movimentos iniciados da década de 80 culminaram na inserção na Constituição Federal de 1988 do art. 227, que atribui à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, tornando-se estes legalmente sujeitos de direitos e demandantes de proteção integral, o que respaldou a elaboração da Lei 8069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente.

A violência, o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes é, atualmente, uma questão de saúde e segurança pública e uma violação aos direitos humanos, que exige intervenções para além dos governos, terceiro setor e instituições privadas. Dessa forma, requer a participação da família, comunidade e sociedade em geral na construção de estratégias para prevenção das violações e para a efetivação dos direitos.

As ações de mobilização da população constituem, portanto, um importante elemento na construção de estratégias para a prevenção de violência contra crianças e adolescentes, principalmente, devido à cultura do disciplinamento por meio do uso do castigo físico. No ano de 2017, a violência física foi a segunda violência mais denunciada no Disque 100, estando atrás apenas de negligência.

De acordo com o Disque 100, no ano de 2017, analisando a relação entre suspeito x vítima (independentemente do tipo de violência praticado), verificamos que em 64,97% dos casos, a violência foi praticada por avó, avô, pai ou mãe, isto é, alguém que exerce uma relação de responsabilidade nos cuidados da vítima. Em 71% dos casos, o local da violação é a casa da vítima ou do suspeito.

Nesse quadro, um dos objetivos específicos do Projeto Tecendo Redes foi a realização de ações de mobilização nos municípios da área de abrangência do projeto para divulgação de suas ações, mobilização da comunidade para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, orientação profissional, divulgação dos serviços de atendimento à criança e ao adolescente.

Tendo como referência a discussão de Santos (2006) sobre o sistema de objetos e ações e a interação entre ambos na construção do espaço, ações de mobilização e sensibilização, especialmente, em parceria com as instituições dos territórios, permite a intensificação da promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Isso porque a centralidade do território na construção de estratégias para a prevenção perpassa o reconhecimento e a identificação das situações de vulnerabilidade e risco social para enfrentamento aprimorado, aumentando a efetividade e os impactos do projeto.

Contudo, por si só, a mobilização não tem efeitos. São necessárias ações diretas de profissionais capacitados para sensibilizar a população sobre os direitos das crianças e adolescentes. Essa sensibilização tem fundamento no caráter educativo da orientação que os profissionais dispensam à população da área de abrangência, que interfere na reprodução material e social, visto que tendem a interferir diretamente na subjetividade dos sujeitos.

Dessa forma, de acordo com Mioto: "postula-se a orientação e o acompanhamento como ações de natureza socioeducativa que, como os próprios nomes indicam, interferem diretamente na vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias" (2009, p. 02).

Cumpre ressaltar que a orientação é marcada por um referencial teórico-metodológico e ético-político dos profissionais que a realizam. A depender deste referencial podemos fortalecer ações conservadoras e, até reacionárias, ou progressistas no campo dos direitos da criança e do adolescente.

Do Planejamento à Execução

Antes da realização das ações de mobilização em si, foi necessário promover capacitações e treinamentos sobre os direitos da criança e do adolescente com a equipe do projeto. O debate sobre referencial teórico-metodológico e ético-político que orienta a instituição e as ações por ela promovidas foram fundamentais para um aprofundamento dessas questões. Essa é uma prática constante na instituição e foi permanente durante a execução do projeto.

Assim, essas questões foram levantadas durante as reuniões de equipe semanais do projeto, na participação da equipe em seminários e outros eventos, participação da equipe nos grupos de estudos promovidos pelo projeto, nos estudos de caso, convite a profissionais alinhados com os valores da instituição para ministrar palestras e aulas, entre outros. As temáticas discutidas foram:

- A forma como as crianças e os adolescentes foram concebidos historicamente;
- A criança e o adolescente na sociedade moderna;
- Os princípios da pessoa em desenvolvimento, princípio do melhor interesse da criança e princípio da proteção integral;
- Os direitos das crianças e dos adolescentes com base na legislação brasileira e convenções internacionais;
- O sistema de garantia de direitos e o papel das instituições dele componentes;
- Os tipos de violência impetrados contra crianças e adolescentes, etc.

Nesse quadro, foi dado início ao planejamento das ações sociais. As ações sociais, dentro do escopo do projeto, eram previstas para serem realizadas "em espaços públicos de amplo acesso da população, tais como praças, shoppings, escolas, clubes, dentre outros" (PROJETO TECENDO REDES, 2017), com orientação e distribuição de informativos para a população do território.

As ações sociais foram realizadas em parceria com postos de saúde, CREAS, CRAS e escolas da região, em áreas públicas por onde transitavam bastante pessoas. Foram estabelecidas parcerias com outras secretarias para garantir a segurança da população durante a realização da ação como as Secretarias de Segurança Pública dos municípios. Além dessas ações, o projeto participou de ações promovidas por outras instituições.

Em relação à estrutura física das ações, a implementação perpassou a estruturação de uma tenda e exposição de banners temáticos com logotipo do projeto e orientações sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Cabe destacar a padronização da equipe de profissionais que se apresentavam com a camisa do projeto.

Em relação aos instrumentos e técnicas utilizados, temos a abordagem aos transeuntes com informativos e orientação quanto aos direitos da criança e do adolescente.

A abordagem era voltada para orientação dos direitos das crianças e

adolescentes, com entrega de informativos em que constam os órgãos responsáveis pela proteção e defesa deste público, bem como canais de denúncia.

A abordagem e orientação não se restringiram aos adultos e/ou responsáveis pelos cuidados com crianças e adolescentes. Visando contribuir para o protagonismo infanto-juvenil, este grupo foi também interpelado, orientando sobre os tipos de violência, desigualdade de gênero, motivações socioculturais para a violência etc.

Para a realização das ações eram escolhidas, principalmente, temáticas envolvendo as datas comemorativas e de enfrentamentos na área de crianças e adolescentes.

Datas Marco:

- 08 de março – Dia internacional da Mulher[21]
- 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil
- 01 de junho – Dia Internacional da Criança
- 04 de junho – Dia Mundial das Crianças Vítimas de Agressão
- 12 de junho – Dia Mundial contra o Trabalho Infantil
- 13 de julho – Aniversário do Estatuto da Criança e Adolescente
- 24 de agosto – Dia da infância
- 23 de setembro – Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças
- 12 de outubro – Dia das Crianças
- 19 de novembro – Dia Internacional de Prevenção à Violência Sexual contra Criança e Adolescente
- 20 de novembro – Dia Universal das Crianças
- 20 de novembro – Dia da Proclamação dos Direitos das Crianças

[21] Data importante para se trabalhar a questão da violência contra meninas e adolescentes

Resultados

Dentro do escopo do projeto, estavam previstas apenas 2 ações de mobilização da população. Contudo, devido aos excelentes resultados que as ações proporcionaram, vislumbramos que essa era uma estratégia que sua replicação poderia proporcionar mais resultados exitosos.

Foram realizadas 19 ações de mobilização, nas quais foram atingidas 1488 pessoas diretamente. Cada pessoa abordada recebia orientação e material socioeducativo sobre a temática dos direitos infanto-juvenis, rede de serviços.

O feedback dos sujeitos era instantâneo. Muitos relatavam que não conheciam os tipos de violência e os serviços disponíveis na rede de atendimento. Nas ações foram realizados também muitas orientações técnicas.

Considerações Finais

A violência contra crianças e adolescentes é uma questão que exige esforços dos diversos agentes sociais e setores da sociedade. Cabe hoje a definição de estratégias intersetoriais e a implementação de ações para a mobilização, sensibilização e informação da sociedade em geral. As ações itinerantes realizadas pelo Projeto Tecendo Redes buscaram precisamente isso, envolver a sociedade e disseminar informações sobre a prevenção, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, evidenciando a urgência do compromisso e esforços de todos, instrumentalizando os atores e fortalecendo as redes locais.

Referências Bibliográficas

MIOTO, R. C. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009

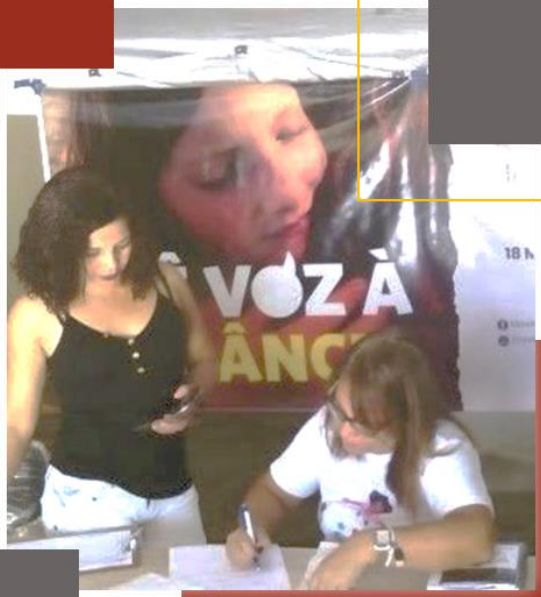
SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

18 DE MAIO

CityLar

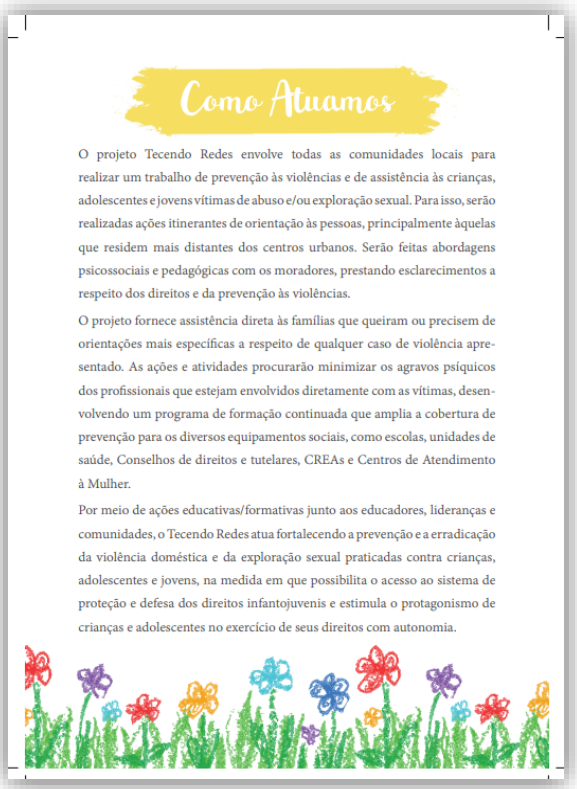
Unopar

18 DE MAIO

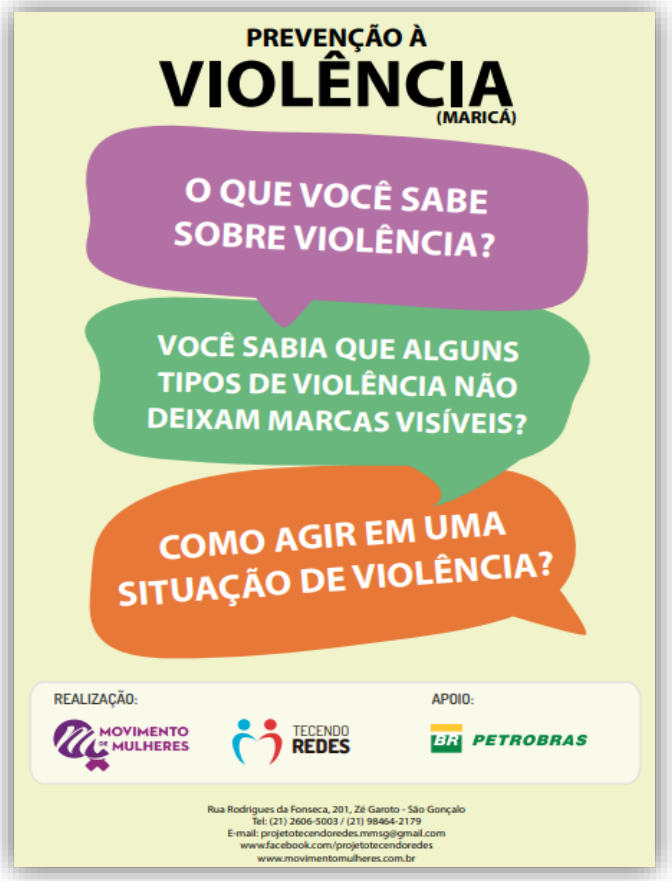


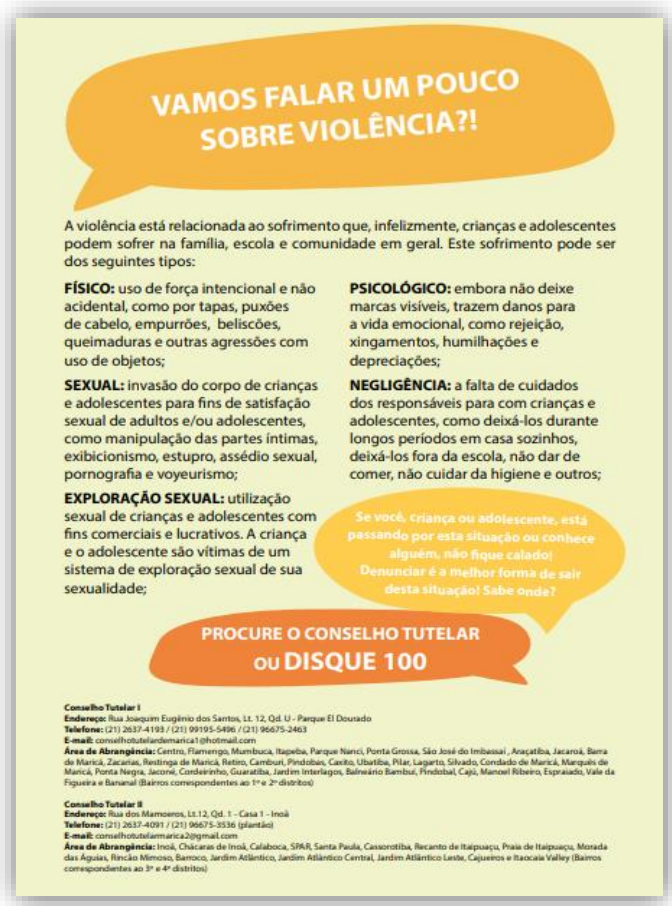
Anexos: Peças criadas para as ações de mobilizações nas comunidades e ações de mídia

- **“Tecendo Redes”** – criado para divulgar o projeto



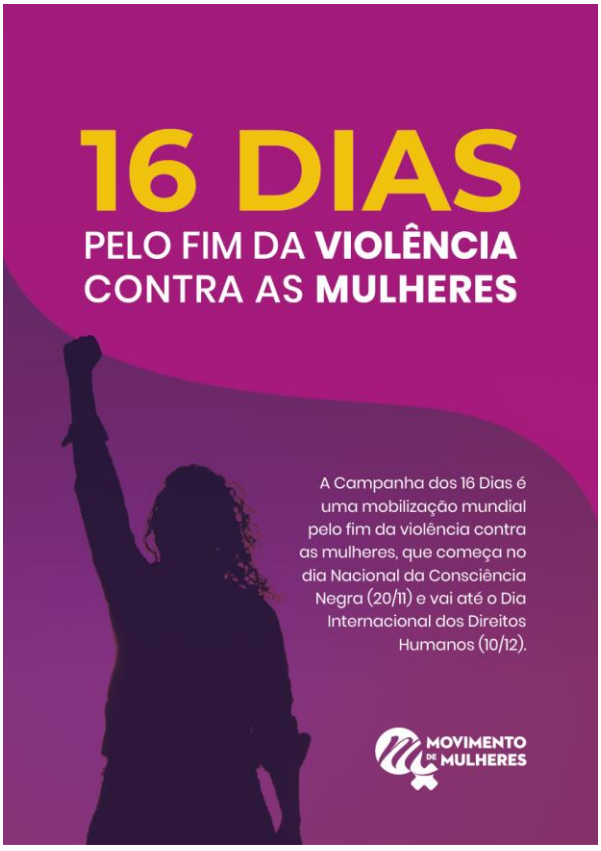
- **“Prevenção à violência”** – desenvolvido para tratar da questão da violência contra crianças e divulgar o Disque 100 e contatos dos Conselhos Tutelares





- **"O que eu vou ser quando crescer"** - desenvolvido para tratar dos direitos de crianças e adolescentes a uma vida livre de violência e exploração:

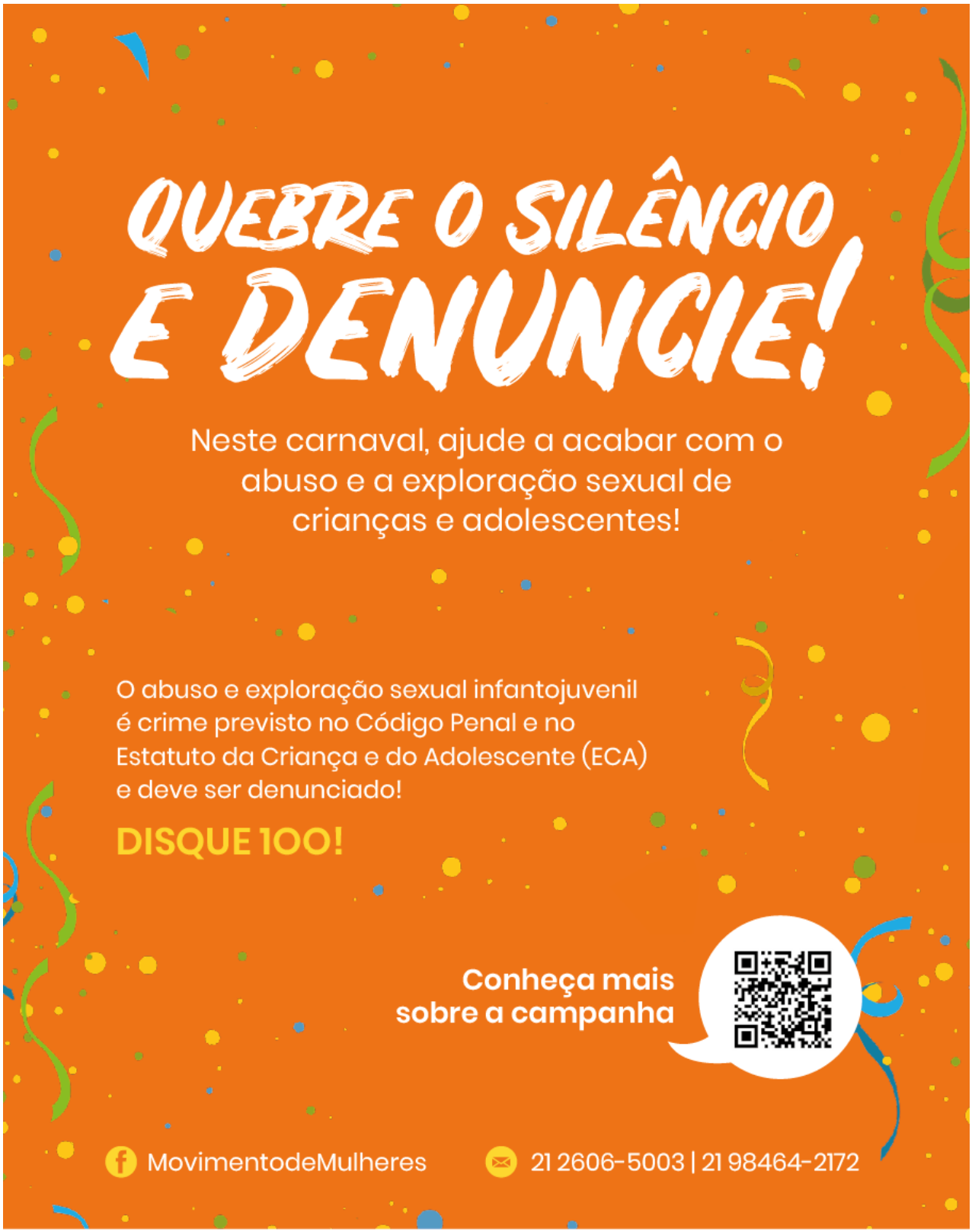
- **"16 Dias pelo fim da violência contra as mulheres"** – desenvolvido para tratar a questão da violência contra meninas e mulheres.



- **“28 Anos do ECA”** – desenvolvido para comemorar o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente e promover os direitos das crianças e adolescentes.

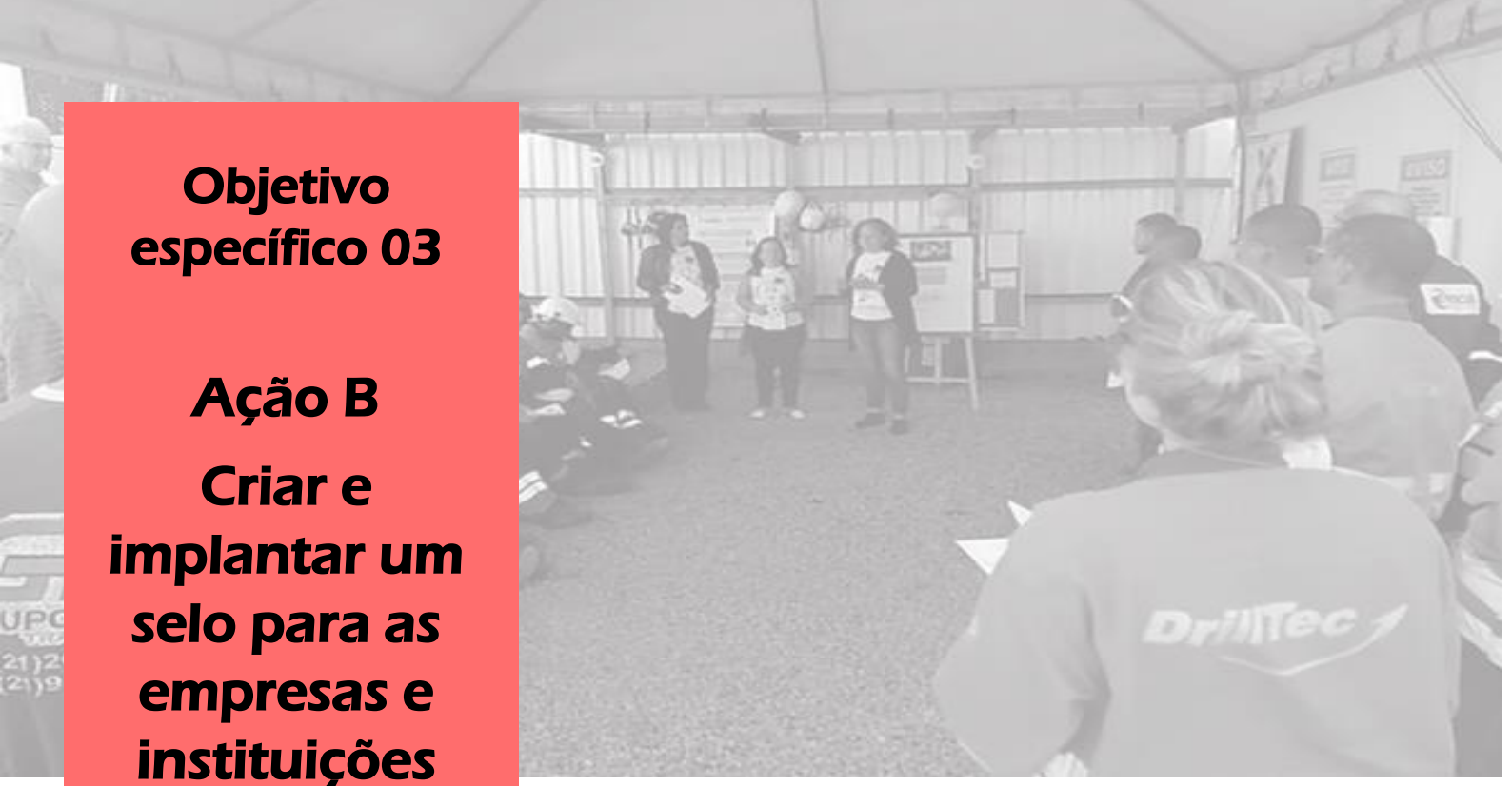
- **“Saiba escolher quem cuida de nossas crianças”** – criado para sensibilizar e informar a população a respeito da importância da participação no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares.

- **“Quebre o silêncio e denuncie!”** – Criada para ser disseminada no período de carnaval, com o objetivo de trabalhar a temática do abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.



Abanadores

Viseira



Objetivo específico 03

Ação B

Criar e implantar um selo para as empresas e instituições parceiras.

Introdução

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013) preconiza em dois dos seus eixos a atuação voltada para empresas do território nacional. No Eixo prevenção, que tem por objetivo "assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa" (p.27) e no Eixo Comunicação e Mobilização Social, que tem por objetivo "fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de enfrentamento e pela eliminação do abuso e/ou exploração sexual, envolvendo mídia, redes, fóruns, comissões, conselhos e outros" (p.41).

Buscando promover a integração de empresas dos municípios de Itaboraí e Maricá nas ações do PTR foi criada uma estratégia para incentivá-las a desenvolverem atividades que contribuíssem para o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Para tanto, foi desenvolvido o "Selo Empresa que Protege", para reconhecer os esforços das empresas para a proteção de crianças e adolescentes.

Selo "Empresa que Protege"

No plano de trabalho do PTR foi colocado como meta a adesão de 05 empresas ao selo, e definidos os alguns critérios para que a empresa obtivesse o selo, a saber:

- A participação de empresas com fins lucrativos de todos os portes e ramos de atuação, exceto aquelas que comprovadamente tivessem desrespeitado os direitos humanos infantojuvenis;
- Era necessário a empresa apresentar as estratégias adotadas para a prevenção de violência contra crianças e adolescentes;
- Para recebimento do selo a empresa deveria cumprir alguns compromissos, como: desenvolver ações (palestras, oficinas, ações sociais) com os funcionários sobre prevenção ao abuso e a exploração sexual infantojuvenil e/ou apoiar algum projeto na área da proteção da criança/adolescente;
- Para participar a empresa deveria preencher uma ficha cadastral, receber a visita da equipe do projeto e apresentar interesse para realização de ações para o seu funcionários;

A empresa deveria assinar um termo de compromisso com o projeto.[22]

[22] Modelo do termo em anexo.

Do Planejamento à Execução

Para o desenvolvimento da ação foram delimitadas as seguintes principais etapas:

1. Elaboração do Termo de Compromisso;
2. Levantamento das empresas;
3. Triagem das empresas a serem contactadas;
4. Contatos e agendamentos;
5. Visitas para apresentação da proposta para empresas;
6. Preenchimento da ficha cadastral;
7. Assinatura do Termo de Compromisso;
8. Planejamento de ações;
9. Desenvolvimento de ações nas empresas;
10. Recebimento do trofeú.

A primeira etapa para o desenvolvimento da atividade foi a elaboração do Termo de Compromisso pela equipe técnica do projeto, que deixava evidente o objeto, os critérios, os compromissos das empresas, dentre outros.

Consecutivamente, era realizado o levantamento das empresas localizadas nos municípios de Itaboraí e Maricá, via internet e contatos locais com pessoais, para, em seguida, ser realizada uma triagem das empresas a serem contactadas e os contatos e agendamentos para a apresentação da proposta do "Selo Empresa que Protege".

Com o levantamento realizado, diversos contatos e visitas foram realizados com vistas à apresentação da proposta do Selo. Cabe sinalizar que o número de empresas nos dois municípios era bem amplo, porém uma meta foi estabelecida no projeto e a equipe se planejou para o alcance desta meta, pois seria inviável o contato e visitação a um número muito grande de empresas, tendo em vista os limites humanos e materiais do projeto. Foi preciso se planejar para não assumir compromissos os quais o projeto não teria condições de realizar, sendo assim, essa ação não priorizou o alcance de um grande número de visitas e empresas.

A adesão das empresas não se deu ao mesmo tempo. As empresas foram aderindo ao Selo paulatinamente durante a execução do projeto e, no último período, chegou-se à 7ª empresa.

A cada empresa que aderia ao Selo e assinava o Termo de Compromisso era iniciado o planejamento de ações (palestras, oficinas, rodas de conversas), que foram realizadas pela própria equipe do Tecendo Redes, que promoveu diversas ações nas empresas parceiras visando conscientizar os funcionários e funcionárias sobre a temática dos direitos infantojuvenis e temáticas afins.

Principais temáticas trabalhadas nas empresas:

- Negligência Afetiva;
- Paternidade Responsável;
- Abuso e Exploração Sexual Infantojuvenil;
- Direitos da Criança e do Adolescente;
- Trabalho Infantil;
- Violência Doméstica contra a

Mulher;
- Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente;
- Assédio Sexual;
- Prevenção ao Suicídio.

As palestras, oficinas e rodas de conversa aconteciam no horário de trabalho e não tinham duração muito extensa (entre 20 e 40 minutos). O desenvolvimento destas ações está melhor explanado na sistematização da atividade "Oficinas".

A maioria dos participantes das ações nas empresas era do sexo masculino. Portanto a equipe buscou trabalhar a sensibilização e a mobilização dos homens para o enfrentamento às violências tanto contra mulheres, quanto contra crianças e adolescentes e, como pode ser verificado na sistematização da atividade "Oficinas", *foi um trabalho que precisou ser realizado com cautela pois, apesar de os homens aparecerem nas estatísticas como os principais autores de violência contra mulheres, crianças e adolescentes, a equipe estigmatizar aquele público, e sim percebe-los como cuidadores em potencial.*

As temáticas pensadas e escolhidas para o público das empresas buscaram refletir sobre a responsabilidade com a paternidade, sobre o machismo, desigualdade de gênero e violência no âmbito doméstico. Envolver os homens nessa discussão é fundamental para promoção da equidade de gênero e prevenção de violências.

No final do projeto estava prevista uma cerimônia de entrega do troféu "Empresa que Protege Crianças e Adolescentes", àquelas que cumpriram os critérios e compromissos estabelecidos no Termo assinado. A cerimônia seria realizada em cada município, no seminário de prestação de contas do PTR, que foi cancelado por conta da pandemia do Novo Coronavirus.

Resultados

Das empresas contatadas 09 aderiram ao Selo, sendo que 07 promoveram ações voltadas aos direitos infanto-juvenis, a saber:

1. Consórcio GTR-III
2. G&E Manutenção e Serviços
3. Keruí Método
4. Maza Box Mercado
5. Pennoil Tech Serviços
6. Rotary Club de Itaboraí
7. Shopping Itaboraí Plaza
8. Trevão de Manilha
9. Perci Castro Academia Feminina

Foram realizadas 52 atividades com as empresas, atingindo o total de 1302 Participantes

Anexos

Anexo 01 – Modelo de termo de compromisso

TERMO DE COMPROMISSO

O Movimento de Mulheres de São Gonçalo, instituição sem fins lucrativos, com sede em São Gonçalo, na Rua Rodrigues da Fonseca, 201, bairro Zé Garoto, inscrita no CNPJ sob o nº 39.259.098/0001-31, doravante denominada INSTITUIÇÃO; e a _____, com sede em _____, na Rua _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada na forma de seu contrato social/estatuto, por seu representante legal, doravante denominada EMPRESA têm entre si, justo e acordado o quanto segue:

1. Constitui objeto do presente termo de compromisso o credenciamento da empresa no Programa XXXXX, elaborado e disponibilizado pelo Movimento de Mulheres de São Gonçalo, na figura do Projeto Tecendo Redes a empresas interessadas no propósito do projeto, qual seja engajar empresas para atuação social em favor da criança e do adolescente, em especial na promoção dos direitos da criança e do adolescente.
2. O credenciamento da EMPRESA no Projeto será realizado nos termos do presente compromisso e de acordo com as condições adiante estabelecidas.
3. Constituem obrigações da empresa:
    a. Contribuir para o respeito ao artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina:
        i. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;
    b. Promover palestras, oficinas e/ou atividades reflexivas sobre fim da violência doméstica e exploração sexual das crianças e adolescentes com os funcionários em parceria com a INSTITUIÇÃO semestralmente;
    c. Criar condições para que, pelo menos, 70% do seu corpo de funcionários participem das ações enunciadas no item "b";
    d. Encaminhar para acompanhamento psicossocial os casos de violação aos direitos da criança e do adolescente dos quais tomar conhecimento na empresa;
    e. Contribuir, pelo menos, na divulgação de campanhas de promoção dos direitos da criança e do adolescente em suas áreas de abrangência;
    f. Assegurar que os funcionários matriculem seus filhos menores de 18 anos no ensino fundamental e empreender esforços para que todos frequentem a escola;
    g. Assegurar que os funcionários mantenham em dia a carteira de vacinação das crianças;
    h. Afixar em locais visíveis cartazes de promoção dos direitos da criança e do adolescente como exemplo Disque 100;
    i. Não explorar o trabalho infantil e não permitir em sua cadeia produtiva
4. Constituem direitos da empresa:
    a. Obter da INSTITUIÇÃO o selo de XXXX;
    b. Obter da INSTITUIÇÃO autorização de uso do selo em seus produtos e materiais de divulgação;
    c. Contratar adolescentes maiores de 14 anos na condição de aprendiz;

§1º - A marca da EMPRESA será incluída nas redes sociais e sítio eletrônico da INSTITUIÇÃO sem custo.

5. Quanto a utilização do selo em produtos e materiais de divulgação, a EMPRESA declara ter conhecimento de que:
    a. O Selo XXXX só poderá ser utilizado pela empresa a partir do recebimento do e-mail de credenciamento, sendo, portanto, proibido o seu uso anterior por parte da empresa;

b. Se a imagem do Selo XXXX for utilizada de forma inadequada por algum funcionário da empresa, a mesma assumirá a responsabilidade perante a INSTITUIÇÃO;
c. O Selo deve ser reproduzido de acordo com o modelo fornecido pela INSTITUIÇÃO, sendo que o uso do selo em outras condições somente será possível diante da expressa autorização, por escrito, da INSTITUIÇÃO;
d. O uso do Selo deve se restringir aos materiais institucionais da EMPRESA, como papelaria, *folders*, anúncio e *site*, sendo que o uso em outras condições somente será possível mediante expressa autorização, por escrito, da INSTITUIÇÃO;

§1º - Ao utilizar o selo, a EMPRESA, sempre que possível, se compromete a informar seus parceiros, funcionários, consumidores e público em geral acerca do significado de sua condição de EMPRESA XXX e os motivos pelos quais recebeu esse título.

6. O presente Termo de Compromisso entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e será válido por XXXXXX ou prazo indeterminado.
7. É facultado à INSTITUIÇÃO rescindir, a qualquer momento, o presente Termo de Compromisso na hipótese de constatar que a EMPRESA deixou de cumprir uma ou mais de suas obrigações supra relacionadas;
   §1º - Na hipótese de rescisão prevista nesta cláusula poderá a EMPRESA pleitear novo ingresso no Programa XXXX, cujo pedido será objeto de análise da INSTITUIÇÃO, que se resguarda o direito de aprová-lo ou não.
8. Observadas as exceções expressamente previstas neste Termo de Compromisso, o mesmo é celebrado em caráter irrevogável, irretratável e intransferível e qualquer outra modificação em relação a seu texto somente terá validade mediante instrumento escrito e assinado por ambas as partes.
9. As partes se obrigam pelo presente Termo de Compromisso, em todos os seus termos e condições, por si e seus sucessores.

As partes, justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e na presença de duas testemunhas para que produzam os efeitos legais.

São Gonçalo, _____ de _____ de _____.

_____	_____
Movimento de Mulheres em São Gonçalo	Nome da Empresa Nome do Representante Legal
Testemunhas:	
_____ Nome Documento	_____ Nome Documento

Roda de Conversa com o Projeto Tecendo Rede e os colaboradores da Empresa GTR- III sobre a Campanha Janeiro Branco

Roda de Conversa com colaboradores da Empresa Keruí Método sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

Oficina aborda Paternidade Responsável com Colaboradores da Empresa PENNOIL em Jaconé/Maricá

07/08/2019 - Oficina Paternidade responsável - Empresa G&E

Projeto Tecendo Redes realiza Oficina de sensibilização para os sinais de violações de direitos na Empresa Keruí Método

Roda de Conversa com colaboradores da Empresa PENNOIL sobre Trabalho Infantil

Objetivo específico 03

Ação C

Campanhas educativas sobre o dia 18 de Maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) e divulgação do Disque 100

Introdução

A proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes e sua prioridade é tratada em diversos dispositivos legais, tendo relevância na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, parágrafo 4º, que assim dispõe: "A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente".

O combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, portanto, deve se constituir objeto de intervenção, com absoluta prioridade, dos diversos agentes sociais: família, sociedade, Estado, organizações da sociedade civil, empresas, visando garantir a proteção aos direitos desse público.

A partir do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, estabeleceu-se um consenso sobre o conceito de violência sexual, o qual expressa o abuso sexual e a exploração sexual, tendo como base que essas ações se manifestam como desrespeito aos direitos humanos das crianças e adolescentes.

Este documento sistematiza alguns eixos a serem observados para o enfretamento à violência, como prevenção, atenção, defesa e responsabilização, participação e protagonismo, comunicação e mobilização social, estudos e pesquisas. As campanhas perpassam os eixos prevenção, comunicação e mobilização social.

Podemos compreender campanhas educativas como um conjunto de ações que visam não apenas divulgar uma determinada temática, mas construir processos reflexivos nos sujeitos que por ela são atingidos. Dessa forma, não se reduzem a construção de uma marca e divulgação da mesma. Na verdade, envolve atuações diretas na comunidade nas quais tais marcas são utilizadas como instrumentos para evidenciar a problemática alvo.

Para além de configurar a prevenção à violência, pela forma como foi proposta e implementada, abrangem também o eixo comunicação e mobilização social. Isso porque, as campanhas educativas previstas no projeto foram concebidas da seguinte forma: "As ações de prevenção às violências a serem desenvolvidas priorizarão as campanhas de massa e ações de visibilidade pública a partir da mobilização social dos municípios e beneficiários (PROJETO TECENDO REDES, 2017, p. 22)".

Do Planejamento à Execução

As campanhas educativas promovidas pelo Projeto Tecendo Redes tiveram como base o Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescentes. Logo, as estratégias tiveram como foco os meses de maio, visto que valorizam "as datas comemoradas historicamente para mobilização da sociedade, visando firmar conquistas e experiências exitosas que norteiam o novo marco legal" (PROJETO TECENDO REDES, 2017, p. 22), com destaque aqui para o Dia 18 de Maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi estabelecido oficialmente no Brasil por meio da lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000.

A escolha da data se deu em memória do crime cometido contra a menina de 8 anos Araceli Crespo, cruelmente abusada sexualmente e assassinada em 18 de maio de 1973.

Na ocasião, são promovidas nacionalmente diversas ações, com o objetivo de mobilizar a sociedade pelo enfrentamento à violência sexual infantojuvenil. São campanhas de mídia, produção de material informativo e de orientação sobre a temática, eventos, ações sociais, palestras em escolas, e diversas outras atividades com o intuito de sensibilizar a sociedade e lembrar a situação de vulnerabilidade a que estão expostas crianças e adolescentes.

O sentido das campanhas educativas desenvolvidas pelo projeto, além de sensibilizar um maior número de pessoas, é também promover a integração das instituições públicas, privadas e do terceiro setor na construção de práticas preventivas como podemos ver

> As ações serão realizadas em articulação e parcerias com as demais instituições dos municípios e empresas/comércios no entorno. Acontecerão em espaço que são usados para socialização de informações, conscientização e sensibilização da população e orientação profissional (PROJETO TECENDO REDES, 2017, p. 22).

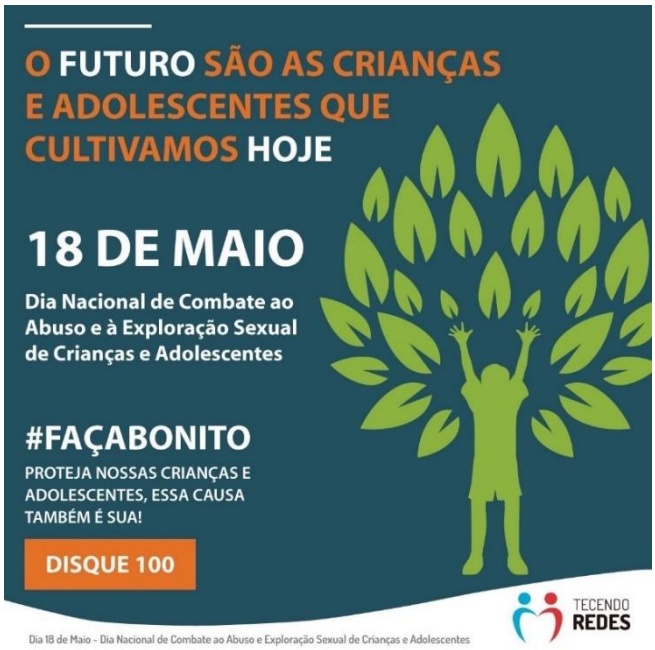
As campanhas buscaram ainda sensibilizar a população quanto ao dever de denunciar qualquer suspeita ou confirmação de violação de direitos de crianças e adolescentes, promovendo a divulgação do Disque 100 - sistema de atendimento telefônico vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) para receber, analisar e encaminhar denúncias de violações de direitos humanos relacionadas a diversos grupos e/ou temas, incluindo crianças e adolescentes.

Para isso, foram realizadas diversas ações pelo projeto:

- Criação de uma marca de comunicação;
- Participação na organização e implementação do V Seminário

Municipal de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças em Itaboraí;
- Caminhada com distribuição de panfletos pelo 18 de Maio em Itaboraí;
- Estruturação de espaço de acolhimento e mobilização em praça pública em Maricá com orientação e distribuição de informativos;
- Oficinas, palestras e rodas de conversa de prevenção à violência;
- Campanha de mídia nas redes sociais.

Criação de uma marca de comunicação



A criação de estratégias de comunicação como logotipos, cartazes, *banners* e slogans perpassam esse processo. A primeira campanha (Maio/2018) realizada teve como o tema o cultivo de práticas de proteção às crianças e aos adolescentes como podemos visualizar na imagem ao lado. Dentro dessa temática, foram produzidos folders informativos para evidenciar os espaços onde se pode realizar tais boas práticas em cada município. A segunda campanha (Maio/2019) teve como slogan "Dê voz à infância", incentivando a quebra do silêncio que envolve as violências praticadas contra crianças e adolescentes.

Integração entre os diversos atores

As ações desenvolvidas como a organização do seminário e a caminhada foram acordadas entre as diversas instâncias dos municípios. No que tange à organização do seminário, o PTR participou da construção da agenda do seminário, auxiliando na escolha da temática e, ainda, disponibilizando folders e banners para divulgação dos canais de denúncia e, ainda, a coordenadora do PTR, Marisa Chaves, ministrou uma palestra sobre violência doméstica e exploração sexual, enfatizando os sinais que indicam a violência e a importância da notificação. As ações foram destinadas, não exclusivamente, aos profissionais da Rede de Proteção e Garantia de Direitos. Os parceiros na implementação do seminário foram a Vigilância Epidemiológica, a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, a Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de

Janeiro e o Projeto Tecendo Redes, cada qual com uma responsabilidade na condução do seminário.

A caminhada e o espaço de acolhimento e mobilização buscaram socializar informações, conscientizar e sensibilizar e, ainda, orientar a população sobre os direitos das crianças e adolescentes. A organização de uma caminhada requer a articulação com outras secretarias, em especial, as de segurança pública para garantir que transcorra sem riscos para os participantes.

A utilização de estratégias em espaços públicos como a caminhada e a estruturação do espaço de acolhimento e orientação em praças e logradouros públicos é fundamental, visto que possibilita maior visibilidade da questão, à medida, saindo do espaço privado de ação e restrito de profissionais, amplia-se para toda a população.

Cumpre ressaltar a importância da utilização dos materiais comunicação criados com tal finalidade.

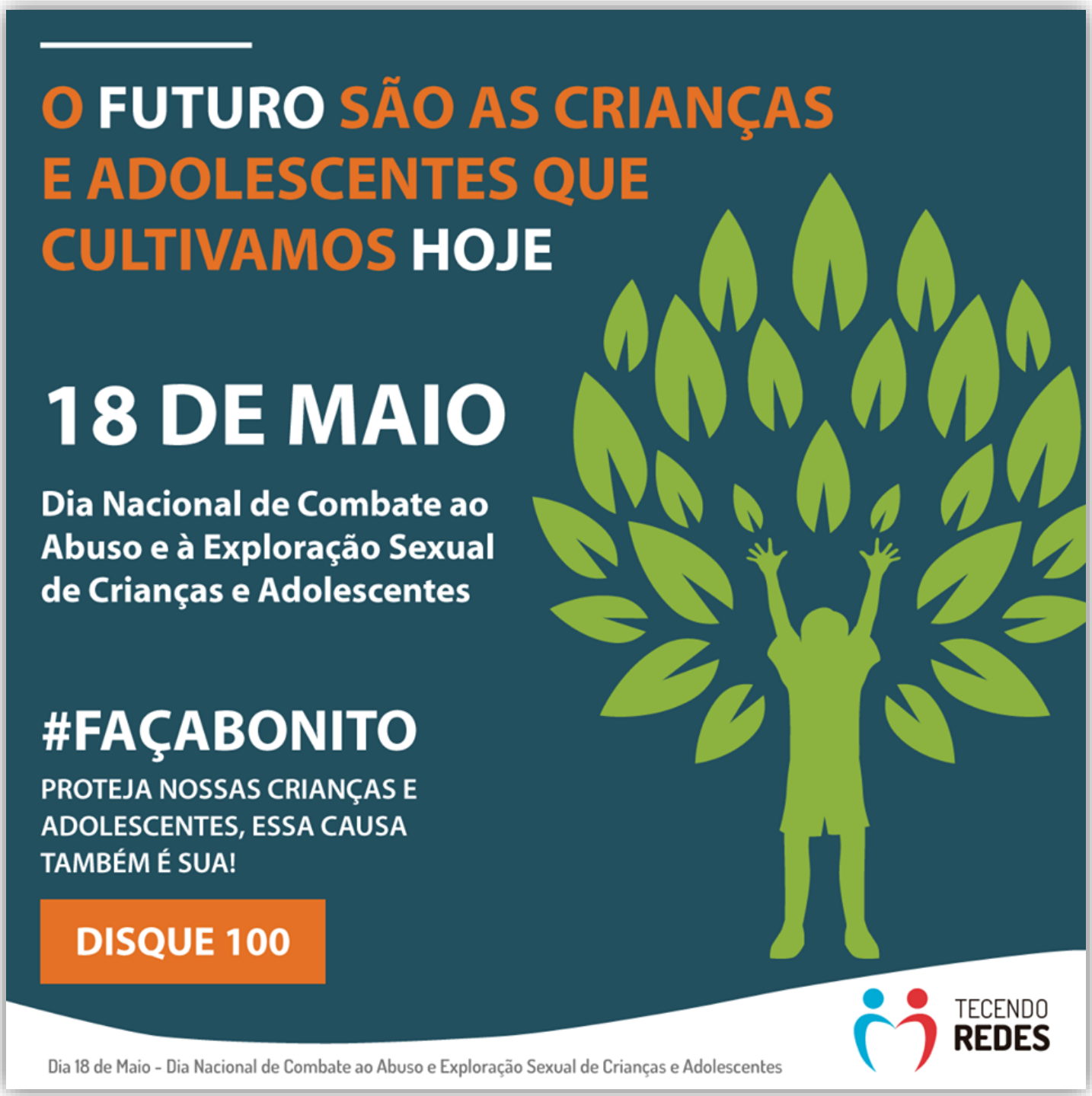
Resultados

O projeto Tecendo Redes promoveu duas campanhas sobre o 18 de Maio. Uma em 2018 e uma em 2019.

Nas campanhas foram realizadas 04 ações de rua que atingiram o total de 701 participantes.

As campanhas atingiram ainda cerca de 6000 pessoas pelas mídias sociais.

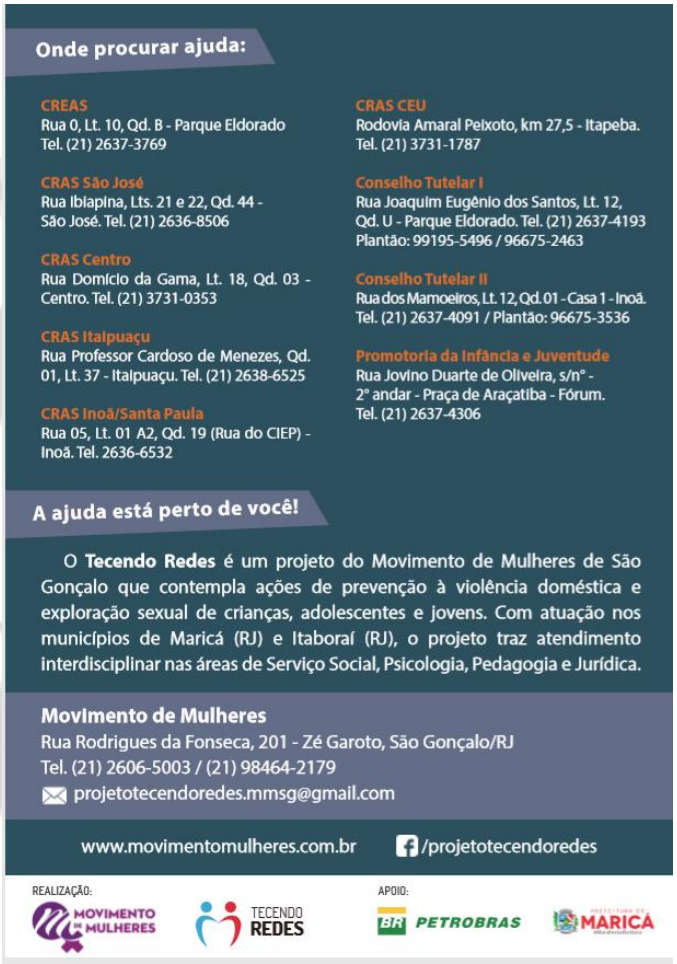
Campanha 18 de Maio – 2018
Tema: “O Futuro são as crianças e adolescentes que cultivamos hoje”



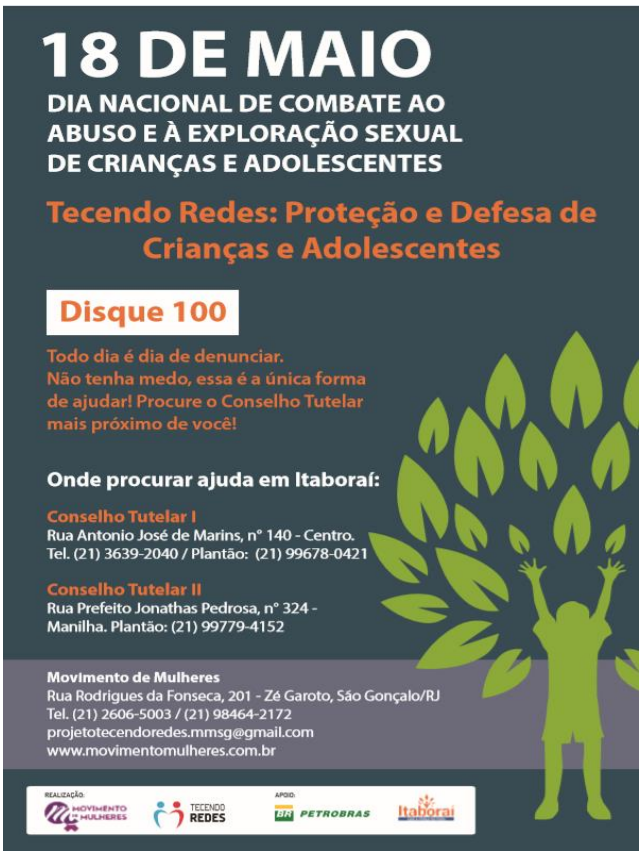
1- Material de divulgação:

Panfleto Itaboraí

Panfleto Maricá



Banner Itaboraí



Banner Maricá

Campanha 18 de Maio – 2019

Tema: “Dê Voz à Infância”

1- Material de divulgação:

Cartaz A3

FLYER A5

BANNER 80X120cm

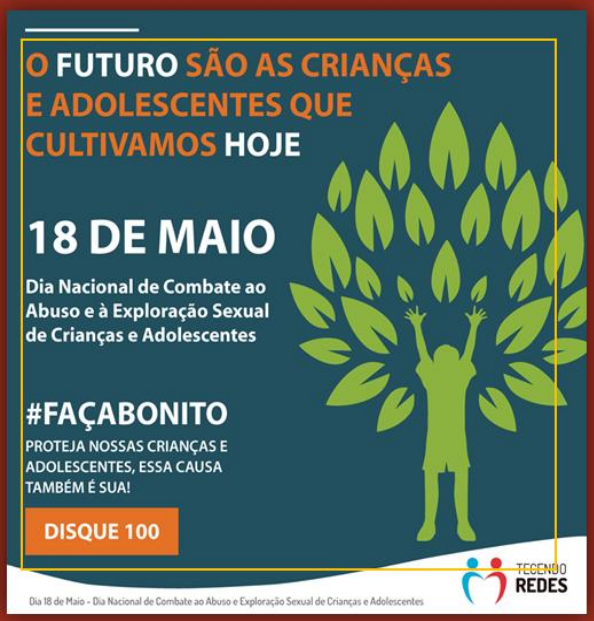
FAIXA 300X120cm

POST REDES SOCIAIS

Considerações Finais

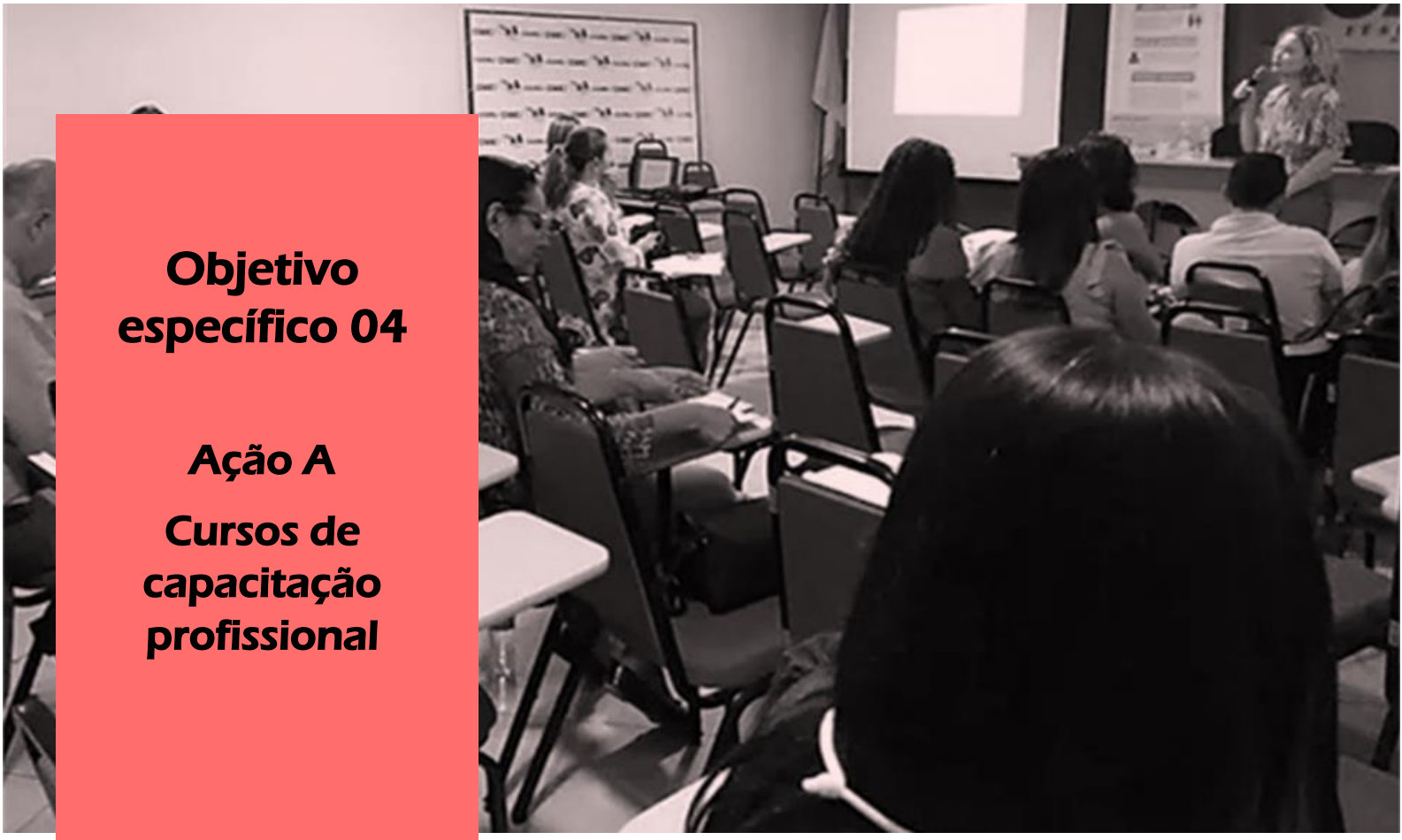
O processo de mobilização e sensibilização social sobre as questões sociais que envolvem crianças e adolescentes cotidianamente é importante e necessário, pois o combate às violações dos direitos infantojuvenis deve ser compromisso dos diversos agentes sociais e não só de um setor da sociedade. As campanhas de mobilização social são instrumentos notórios de visibilização da problemática e disseminação de informações.

O desenvolvimento das Campanhas pelo Dia 18 de Maio envolveu processos de articulação, participação e mobilização, onde o projeto Tecendo Redes buscou envolver e fortalecer as redes locais e sensibilizar a sociedade a respeito da temática da violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Se evidenciaram enquanto estratégias integrais de atuação na problemática da violência infantojuvenil, por abrangerem a prevenção, promoção e defesa dos direitos, além de envolverem os diversos atores do SGD, governo, empresas e a sociedade em geral.



enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes na área de abrangência do COMPETE nos municípios de Itaboraí e Maricá/Rio de Janeiro

enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes na área de abrangência do COMPERJ nos municípios de Itaboraí e Maricá/Rio de Janeiro



Objetivo específico 04

Ação A

Cursos de capacitação profissional

Introdução

Dentre as ações propostas pelo Projeto Tecendo Redes foram promovidos cursos de capacitação na perspectiva dos Direitos Humanos para os profissionais e operadores do direito que integram o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes nos municípios de Itaboraí e Maricá.

Os cursos tiveram como principal objetivo ampliar o debate acerca da garantia dos direitos humanos da população infantojuvenil, a fim de fortalecer as ações das instituições, profissionais e operadores do direito. Foram trabalhados, dentre outros assuntos, os marcos conceituais, legais e situacionais da temática do projeto, a notificação compulsória dos casos de violência sexual, o papel das instituições dentro do sistema de garantia de direitos, fluxos de atendimento.

As capacitações foram construídas de forma a promover a reflexão sobre o cotidiano de atendimento às demandas da população infantojuvenil; sobretudo quando técnicas baseadas no positivismo e funcionalismo comprovam a ineficácia dos seus resultados diante do desafio de localizar estratégias que sejam alternativas às propostas assimétricas de relações de poder e verticalizadas. A proposta foi orientar o olhar, a escuta e o atendimento a ser oferecido às crianças e aos adolescentes atendidos a partir de novos paradigmas de convivência humana.

Partindo da premissa de que as adequações das rotinas e práticas institucionais devem estar respaldadas no ordenamento jurídico-legal dos direitos humanos, os cursos buscaram discutir a temática e suas transversalidades, a fim de contribuir para o fortalecimento das ações institucionais e profissionais, no sentido da garantia de direitos e contribuir para a adoção dentro do SGD de propostas fundamentadas nos direitos como metodologia, possibilitando, por assim, a promoção de um impacto real no modo como as organizações e suas equipes trabalham, por meio da aquisição de habilitadas para executar coisas novas e para fazer outras de maneira diferente.

Na proposta inicial do plano de trabalho do projeto foram previstos dois cursos, no entanto, frente à inserção cuidadosa do PTR e a adesão dos profissionais e operadores de direito de ambos os municípios, e consequentemente, a visibilidade alcançada pelo projeto, ao total foram promovidos seis cursos, quatro além do que fora previsto nas metas iniciais do projeto. Dos seis cursos organizados, quatro foram realizados na cidade de Itaboraí e dois promovidos junto à rede de serviços de Maricá.

Foram promovidos dois cursos de formação para conselheiros de direitos e dois cursos de formação para conselheiros tutelares, sendo um em cada município da área de atuação do projeto. Além dessas capacitações também foram organizados o curso de formação de lideranças comunitárias e o curso de capacitação para conselheiros tutelares, ambos no município de Itaboraí.

Destaca-se ainda que além da propositura pedagógica, outros objetivos dos cursos foram propiciar uma maior integração entre a sociedade civil e os trabalhadores que atuam na rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, além de fomentar o exercício do controle social, conforme previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988) no art. 214, que prevê no âmbito da política de assistência social a *"participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis".*

Do Planejamento à Execução

A perspectiva educativa e formativa sempre deu o tom dos encontros proporcionados nos diferentes cursos. Portanto, para além de um conteúdo elaborado através do conhecimento obtido a partir da inserção do PTR nos municípios de Itaboraí e Maricá, buscou-se uma perspectiva pedagógica visando a reflexão acerca dos processos de trabalho e casos do cotidiano vivenciados pelas equipes dos diversos dispositivos da rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.

Quanto ao planejamento, organização e desenvolvimento compreendia as seguintes etapas:

1. Verificação da demanda nos municípios e temas de interesse junto à Rede;
2. Definição do tema das aulas e dos professores, datas/horários, locais de realização;
3. Convites aos professores, organização de material de divulgação e didático;
4. Divulgação dos cursos e inscrições;
5. Realização das aulas.

1 - Verificação da demanda nos municípios e temas de interesse junto à Rede

É muito importante na realização de qualquer ação que vise a capacitação profissional a identificação dos assuntos e temáticas que demandem o público alvo das atividades, sendo assim, por meio das reuniões de articulação com as instituições parceiras, a equipe do projeto discutia e verificava em cada município os temas de interesse dos profissionais, melhor horário e local para realização das aulas e divisão da carga horária dos cursos, buscando atender à demanda local por capacitação sobre a temática dos direitos infanto-juvenis.

Essa identificação permite a promoção de uma atividade com maior adesão da rede e alcance dos resultados.

2 - Definição do tema das aulas e dos professores, datas/horários, locais de realização

Verificada a demanda das instituições parceiras foi definido em reunião de equipe técnica do projeto, entre os temas identificados com afinidade com o Projeto Tecendo Redes, o que seria objeto do curso. Definidos os professores que seriam convidados, de acordo com a expertise de cada um, os locais e horários de realização.

A relação com a rede parceira dos municípios de Itaboraí e Maricá é um ponto a ser destacado. Os contatos com Secretarias de Governo e com outras instituições que possuem espaços físicos, como por exemplo auditórios, que comportassem a quantidade de participantes estimados. Nesse sentido, a partir da avaliação processual da equipe do PTR, os últimos cursos foram organizados e

planejados com o suporte de um formulário virtual onde era possível quantificar previamente o número de inscritos, a procura dos profissionais de diferentes campos sócio ocupacionais, e, sobretudo, a viabilidade e maior facilidade em sistematizar dados e formular planilhas com os dados dos inscritos.

3 - Convites aos professores, organização de material de divulgação e didático;

Os convites aos professores[23] que ministraram as aulas dos cursos foram pensados de forma a garantir a qualidade e excelência das aulas, sendo priorizados convites a profissionais de notório reconhecimento nas áreas correlatas aos conteúdos específicos dos cursos.

Quanto ao material de divulgação, foram elaborados informativos, cartas convites e material para divulgação digital.

O material didático incluiu pasta com etiqueta do curso, caneta, bloco de papel, exemplares do ECA, Lei Maria da Penha e guia de referência produzido pelo projeto, folder institucional e materiais de campanhas do projeto.

O material do curso incluía ainda formulário de inscrição (Digital[24]), formulário de registro de presença e de avaliação, certificado dos professores e dos alunos e ficha cadastro (modelos em anexo).

4 - Divulgação dos cursos e inscrições

A divulgação era realizada de forma presencial e digital. Na primeira a equipe realizada visitas institucionais levando convite e material de divulgação dos cursos. Essa divulgação se dava ainda nas demais atividades do projeto como, supervisões/consultorias e grupos de estudos. A divulgação digital era feita via Whatsapp, Facebook, E-mail e Site institucional.

A partir da divulgação eram iniciadas as inscrições, com pelo menos um mês de antecedência.

5 - Realização das aulas.

O projeto Tecendo Redes promoveu 06 cursos de capacitação com carga horária de 20 horas ou 24 horas cada. A carga horária era dividida em 05 ou 06 encontros de 4 horas/cada, com exceção do 5º e 6º cursos, onde a carga horária foi dividida em três dias, atendendo a pedido das instituições parceiras.

A dinâmica dos cursos foi praticamente a mesma, tendo um professor por aula, que abordava o conteúdo com auxílio de projetor de slides, trazendo ao público as informações mais importantes sobre a temática. Ao final de cada aula era disponibilizado espaço para perguntas dos participantes.

Todas as aulas eram avaliadas individualmente por cada participante. A avaliação processual por parte dos/as

[23] É importante prever no orçamento do projeto valor para pró-labore dos professores

[24] A internet disponibiliza diversos recursos para construção do formulário digital

participantes sempre foi uma preocupação que apareceu nas reuniões de equipe do PTR com vistas ao aprimoramento e qualidade das capacitações organizadas. Dessa forma, foram elaboradas fichas de avaliação que eram entregues a todos participantes para serem preenchidas e entregues ao final de cada encontro. Tinha como objetivo receber o retorno e devolutiva dos participantes para que os mesmos fizessem suas considerações, sugestões e críticas a respeito das capacitações promovidas.

A equipe do PTR também dedicava atenção especial aos certificados fornecidos aos participantes dos cursos, enquanto uma justificativa do motivo da ausência em seus respectivos serviços, da mesma maneira que pudesse ser utilizada como uma comprovação futura da qualificação profissional.

Para cada curso foi elaborada uma apostila com o conteúdo das aulas entregue aos participantes no final do curso. Eram produzidas com os conteúdos dos slides dos professores e outros documentos pertinentes (legislações, artigos...)

Quanto à logística, vale registrar que a equipe do PTR se deslocava do município de São Gonçalo, sede do Movimento de Mulheres para organizar e desenvolver as atividades nos municípios adjacentes, a saber, Itaboraí e Maricá. Apesar dos atendimentos e oficinas nas unidades de ensino e as atividades nas frentes de trabalho ocorrerem em áreas afastadas do Centro de ambos os municípios, os cursos foram organizados em espaços localizados na região central, tanto em Itaboraí quanto em Maricá. Tais espaços eram pensados de forma a garantir acessibilidade dos participantes.

Cursos Realizados

Curso 01

Tema: Curso Conselheiros de Direitos de Maricá
Professores/as: Andréa Ledig - Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense; Sérgio Henrique Teixeira - Psicólogo, Assessor Técnico da Acterj – Associação de Conselheiros Tutelares do RJ; Alexandre Nascimento - Psicólogo Doutor em Ciências - Saúde Coletiva IFF/FIOCRUZ; Marisa Chaves de Souza - Coordenadora do Projeto Tecendo Redes; Fernanda Nunes
Público alvo: Conselheiros de Direitos, Profissionais do SGD e lideranças comunitárias
Data: 22/03/18, 28/03/18, 05/04/18, 12/04/18, 19/04/18 e 26/4/18
Carga Horária: 24h Local: Auditório do Ministério Público de Maricá Nº de participantes: 66
Aulas:

TEMA	CONTEÚDO
Democracia Participativa no Brasil	– Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – Processo Pré-Constituinte e lutas sociais em defesa de um Estado de Direito Democrático – Constituição Federal de 1988 – Democracia Participativa através de um novo sistema de participação popular na gestão de políticas públicas: Conselhos de Direitos
Conselhos de Direitos no Brasil	– Importância, finalidades e atribuições dos Conselhos de Direitos: – Leis Ordinárias que fundamentam a criação dos Conselhos – Constituição dos Conselhos – A função das Secretarias Executivas e do Presidente do Conselho – Regimentos Internos, Fundos Especiais
Conhecendo a função de Conselheira (o) de Direito	– A importância do protagonismo: – O que é ser conselheira (o) de direitos; – Representatividade dos Conselheiros; – Direitos e Deveres da (o)s conselheira (o)s; – Como, quando e porque ser conselheira (o)
Indicadores sociais: A ficha única de notificação compulsória de maus tratos e outras violências enquanto disparador de políticas públicas	– Como definir indicadores sociais de processo, resultados e impactos nos programas e projetos sociais – Legislação social que norteia o preenchimento da Ficha Única: SUS, SUAS, LDB, Lei Maria da Penha, ECA/Lei no. 8.069/90 e Lei da Inclusão Social – Ficha única de notificação compulsória: preenchimento e análise
Políticas Públicas Municipais	– Descentralização e Municipalização – Gestão Democrática e Participativa – Monitoramento e Fiscalização dos Programas, Projetos, Ações e Atividades – Impactos Gerados junto aos participantes
Elaboração do Ciclo Orçamentário Municipal	– Plano Plurianual (PPA) – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Lei Orçamentária Anual (LOA) – Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD)

Curso 02

Tema: Curso Conselheiros de Direitos de Itaboraí
Professores/as: Dr. Mario Felipe de Lima Carvalho - NEPP-DH/UFRJ; Drª. Andréa Ledig Sérgio Henrique Teixeira; Marisa Chaves; Ariane Rego de Paiva - Mestre em Serviço Social pela UFF; Anderson Freitas de Azevedo - Procurador Municipal e Advogado na SUESC/Prefeitura de Itaboraí
Público alvo: Conselheiros de Direitos, Profissionais do SGD e lideranças comunitárias
Data: 03, 10, 17 e 24 de maio e 07 e 14 de junho de 2018
Carga horária: 24h
Local: Itaboraí
Nº de participantes: 69

Aulas:

TEMA	CONTEÚDO
Democracia Participativa no Brasil	– Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – Processo Pré-Constituinte e lutas sociais em defesa de um Estado de Direito Democrático – Constituição Federal de 1988 – Democracia Participativa através de um novo sistema de participação popular na gestão de políticas públicas: Conselhos de Direitos
Conselhos de Direitos no Brasil	– Importância, finalidades e atribuições dos Conselhos de Direitos: – Leis Ordinárias que fundamentam a criação dos Conselhos – Constituição dos Conselhos – A função das Secretarias Executivas dos Conselhos e do Presidente do Conselho de Direitos – Regimentos Internos – Fundos Especiais
Conhecendo a função de Conselheira (o) de Direito	– A importância do protagonismo: – O que é ser conselheira (o) de direitos; – Representatividade dos Conselheiros; – Direitos e Deveres da (o)s conselheira (o)s; – Como, quando e porque ser conselheira (o).
Indicadores sociais: A ficha única de notificação compulsória de maus tratos e outras violências enquanto disparador de políticas públicas	– Como definir indicadores sociais de processo, resultados e impactos nos programas e projetos sociais – Legislação social que norteia o preenchimento da Ficha Única: SUS, SUAS, LDB, Lei Maria da Penha, ECA/Lei no. 8.069/90 e Lei da Inclusão Social – Ficha única de notificação compulsória: preenchimento e análise
Políticas Públicas Municipais	– Descentralização e Municipalização – Gestão Democrática e Participativa – Monitoramento e Fiscalização dos Programas, Projetos, Ações e Atividades – Impactos Gerados junto aos participantes
Elaboração do Ciclo Orçamentário Municipal	– Plano Plurianual (PPA) – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual – Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD)

Curso 03

Tema: Curso de Capacitação de Formação para Lideranças Comunitárias
Professores/as: Prof. Dr. Mario Felipe de Lima Carvalho - NEPP-DH/UFRJ, Anderson de Freitas - Procurador Geral do município de Itaboraí, Marisa Chaves de Souza – Assistente Social, coordenadora do Tecendo Redes
Público alvo: Operadores do SGD e lideranças comunitárias.
Data: 04, 11, 18, 25 de agosto e 01 de setembro de 2018
Carga Horária: 20h
Local: Escola Estadual Visconde de Itaboraí e no Shopping Plaza - Itaboraí
Nº de participantes: 43

Temáticas abordadas:

TEMA	CONTEÚDO
Disciplina I – Democracia Participativa no Brasil	– Processo Pré-Constituinte e lutas sociais em defesa de um Estado de Direito Democrático – Constituição Federal de 1988 – Democracia Participativa através de um novo sistema de participação popular. – A importância da participação popular na elaboração e fiscalização das políticas públicas locais.
Disciplina II – Velhos e novos paradigmas do Terceiro Setor	– Participação social e democratização do Estado: Redes de movimentos sociais na formação da cidadania – "Marco Regulatório do Terceiro Setor" (lei 13.019/14): Mudanças legais e termos de parcerias.
Disciplina III- Diferenciando os tipos de organização	– Diferenças entre os tipos de organizações: Redes Comunitárias, ONGs, Associações sem fins lucrativos, OSs, Cooperativas, Fundações e Clubes.
Disciplina IV- Diferenciando os tipos de organização (Continuidade)	– Diferenças entre organizações de certificações: OSCIPs e CEBAS.
Disciplina V – Movimentos sociais, políticas sociais e conselhos de direitos. Avaliação do curso	– Atendendo as exigências legais à luz das políticas sociais municipalistas: Participação e registro nos Conselhos de Direitos; – Obtendo os títulos de utilidade pública federal, estadual e municipal: Para que serve e como conseguir ? – Incentivos Fiscais: Para que serve e como obter ?

Curso 04

Tema: Curso de Formação de Conselheiros Tutelares do Município de Itaboraí
Professores/as: Andréa Ledig, Esther Arantes – Psicóloga/Professora do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Marisa Chaves de Souza, Sérgio Henrique Teixeira.
Público alvo: Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos, Profissionais do SGD e lideranças comunitárias
Data: 06, 13 e 14/12/2018
Carga horária: 20h
Local: OAB Itaboraí/RJ
Nº de participantes: 31

Temáticas abordadas:

TEMA	CONTEÚDO
Módulo I: Processo Histórico da Infância e da Adolescência	– Referências Histórico e conceituais dos direitos da infância e adolescência; – Constituição Federal de 1988; – Convenção Internacional da Criança de 1989 – Doutrina da Situação Irregular X Doutrina da Proteção Integral
Módulo II: Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	– Fortalecimento e ampliação das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente; – Relações de gênero, étnico-raciais, diversidade sexual, ética e exercício da cidadania.
Módulo III: Lei 8069/90- ECA, Princípios e Organização	– Direitos Fundamentais; – Política de Atendimento (Art. 4, 87 e 88); – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; – Lei nº 13.509: nova lei de adoção; – Alterações no ECA – Lei 8069/90
Módulo IV: Conselho Tutelar	– Conselho Tutelar e proteção Integral; – Atribuições do Conselho Tutelar (art. 95 e 136); – Medidas Protetivas (art. 101) e Medidas Socioeducativas (art. 104); – Sistema Nacional de Medida Socioeducativa – Lei 12.594/12
Módulo V: Participação Popular	– Principais Interlocutores do Conselho Tutelar (Rede Local e Intersetorial); – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (art. 86); – Relação Conselheiros, Equipe Técnica e Juristas

Curso 05

Tema: Formação de Conselheiros Tutelares
Professores/as: Andréa Ledig, Alexandre Nascimento, Rodrigo Lima - Doutor e mestre em Serviço Social. Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da UFF. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS), Marisa Chaves de Souza, Sérgio Henrique Teixeira.
Público alvo: Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos, Profissionais do SGD e lideranças comunitárias
Data: 11, 19, 27/03 e 04 e 12/04/2019
Carga horária: 20h
Local: Cine Teatro Henfil e CRAS Céu – Maricá
Nº de participantes: 59

Temáticas abordadas:

TEMA	CONTEÚDO
Módulo I: Processo Histórico da Infância e da Adolescência	– Referências Histórico e conceituais dos direitos da infância e adolescência; – Constituição Federal de 1988; – Convenção Internacional da Criança de 1989 – Doutrina da Situação Irregular X Doutrina da Proteção Integral
Módulo II: Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	– Fortalecimento e ampliação das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente; – Relações de gênero, étnico-raciais, diversidade sexual, ética e exercício da cidadania.
Módulo III: Lei 8069/90-ECA, Princípios e Organização	– Direitos Fundamentais; – Política de Atendimento (Art. 4, 87 e 88); – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; – Lei nº 13.509: nova lei de adoção; – Alterações no ECA – Lei 8069/90
Módulo IV: Conselho Tutelar	– Conselho Tutelar e proteção Integral; – Atribuições do Conselho Tutelar (art. 95 e 136); – Medidas Protetivas (art. 101) e Medidas Socioeducativas (art. 104); – Sistema Nacional de Medida Socioeducativa – Lei 12.594/12
Módulo V: Participação Popular	– Principais Interlocutores do Conselho Tutelar (Rede Local e Intersetorial); – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (art. 86); – Relação Conselheiros, Equipe Técnica e Juristas

Curso 06

Tema: Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares Município de Itaboraí
Professores/as: Sérgio Henrique Teixeira, Andréa Ledig, Fabiana Schmidt - Assistente Social Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/Professora do curso de Serviço Social da UFRRJ
Público alvo: Conselheiros Tutelares
Data: 02, 04 e 05/12/2019
Carga horária: 20h
Local: OAB Itaboraí/RJ
Nº de participantes: 42
Temáticas abordadas:

TEMA	CONTEÚDO
Módulo I: Marco Legal : Ações afirmativas de direitos para as crianças e adolescentes no Brasil	– Declaração Universal dos Direitos Humanos-1948 – Constituição Federal-1988 – Convenção Internacional da Criança-1989 – Doutrina da Situação Irregular X Doutrina da Proteção Integral – Participação democrática e protagonismo juvenil
Módulo II: Lei 8069/90-ECA Conselhos Tutelares Conselhos de Direitos	– Finalidades dos Conselhos de Direitos e Tutelares – Atribuições dos Conselhos de Direito e Tutelares
Módulo III: Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra a criança e adolescente no Brasil	– Plano Nacional e Estadual de Enfrentamento a violência contra a criança e adolescente – Lei 13.431/2017: Escuta Especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual – Dimensões e tipologias da violência e Ficha Única de Notificação de Violências
Módulo IV: Lei 13.509: A nova lei da adoção e as alterações no ECA- Lei 8069/90	– Programa Família Acolhedora – Acolhimento Institucional – Destituição de Poder Familiar – Processo de Adoção – Adoção Nacional e Internacional de Crianças e adolescentes – Principais interlocutores do conselho tutelar (Rede local e intersetorial)
Módulo V: Lei nº 12.594/12: Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas	– Quais mudanças propostas na legislação? – Direitos Humanos dos adolescentes em conflito com a lei – Competências do Sistema Sociojurídico e da Proteção Social Especial do SUAS quanto ao acolhimento e o acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei

Resultados

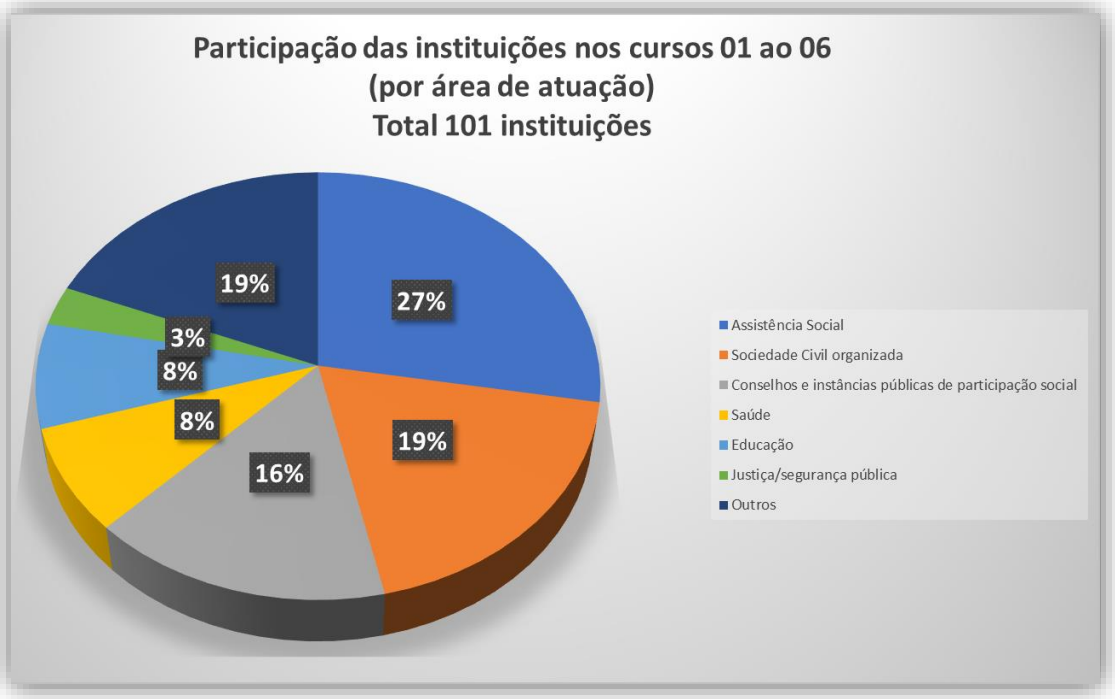
Apesar de ter sido prevista a realização de 02 cursos, foram promovidos 06 cursos de capacitação, sendo 02 no município de Maricá e 04 no município de Itaboraí, somando 128 horas/aula, atingindo o total de 310 participantes.

Enquanto resultado qualitativo, destacamos a capacitação dos profissionais da rede de atendimento dos municípios beneficiários para o atendimento às demandas relacionadas aos direitos humanos de crianças e adolescentes, a mobilização e o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, a promoção da intersetorialidade das políticas voltadas à infância e juventude nos municípios, a disseminação dos direitos infanto-juvenis, o conhecimento do fluxo de atendimento e dos objetivos das instituições que compõem a rede de atendimento local e a sensibilização sobre a importância na notificação compulsória dos casos de violência contra crianças e adolescentes.

No que tange ao alcance dos cursos aos setores e instituições, os cursos atingiram o total de 101 instituições representadas dos seguintes setores: Saúde, Educação, Assistência Social, Sociedade Civil Organizada, como podemos verificar no gráfico a seguir que demonstra a participação por setor:

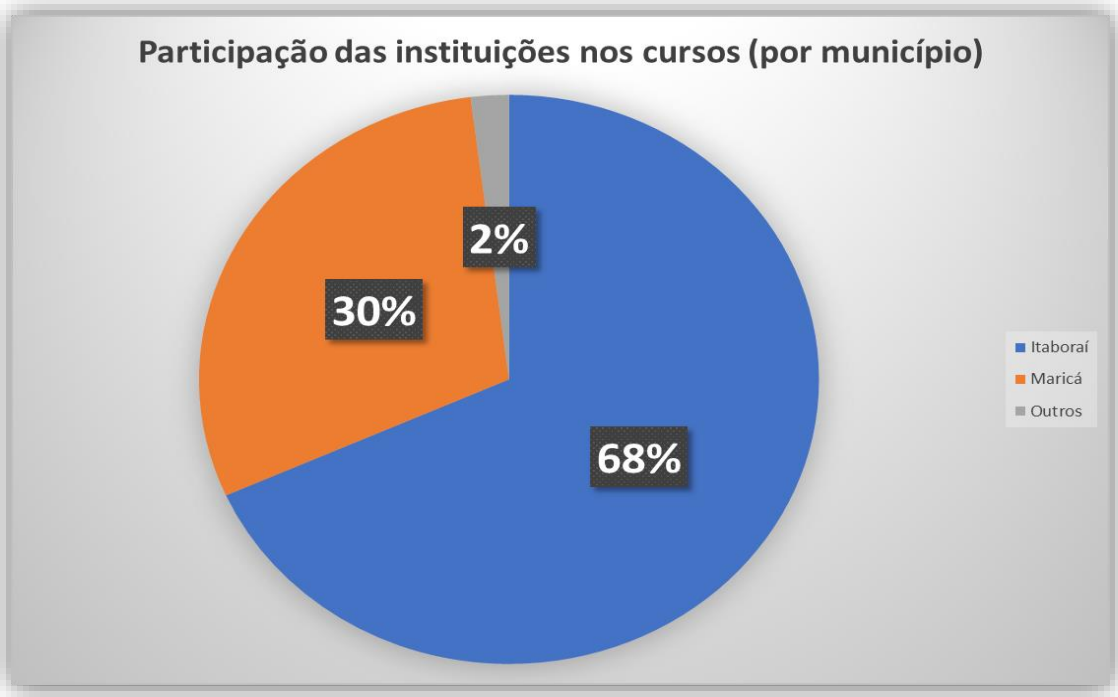
Participação das instituições nos cursos (por área de atuação)
Instituições dos 6 cursos

Assistência Social	Sociedade Civil organizada	Conselhos e instâncias públicas de participação social	Saúde	Educação	Justiça/ Segurança pública	Outros	Total
28	19	16	08	08	03	19	101



Participação das instituições nos cursos (por município)
Instituições dos 6 cursos

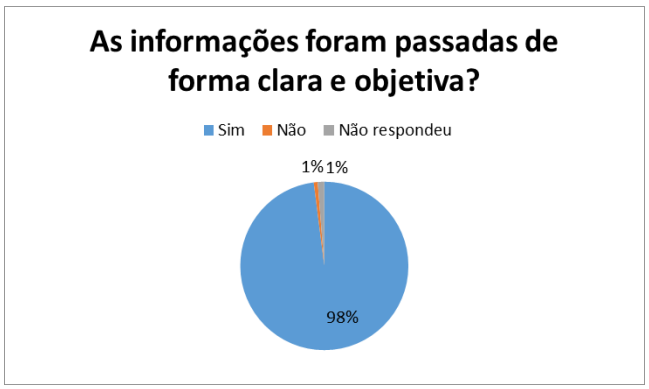
Itaboraí	Maricá	Outros	Total
69	30	02	101



Quanto à avaliação dos cursos, com base nos gráficos a seguir, que consolida a avaliação feita pelos participantes dos seis cursos, é possível verificar que a avaliação foi positiva.

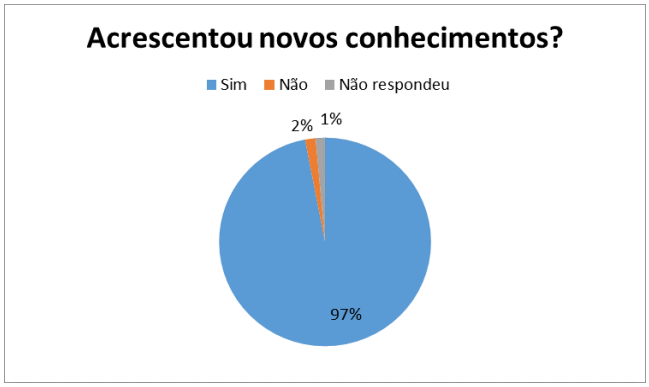
Resultado das Avaliações dos cursos de Itaboraí

Pergunta 1

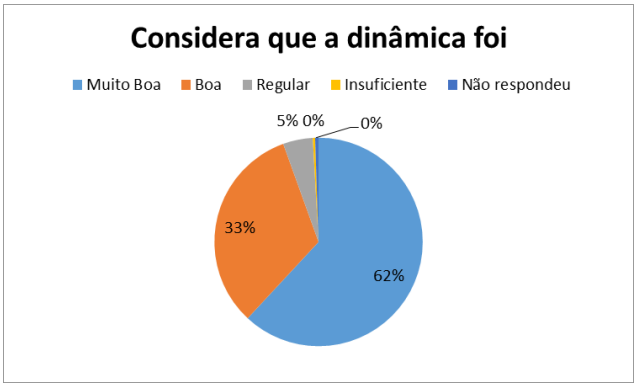


Pergunta 2

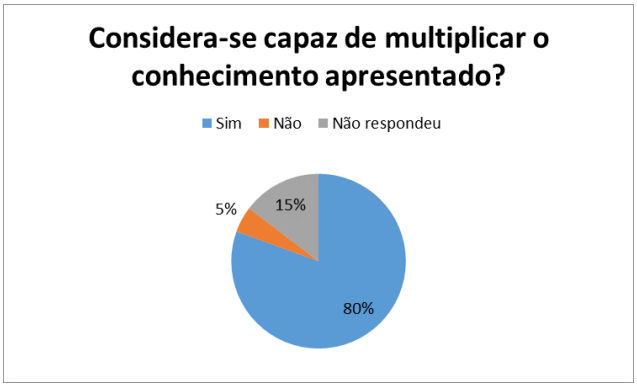
Pergunta 3



Pergunta 4

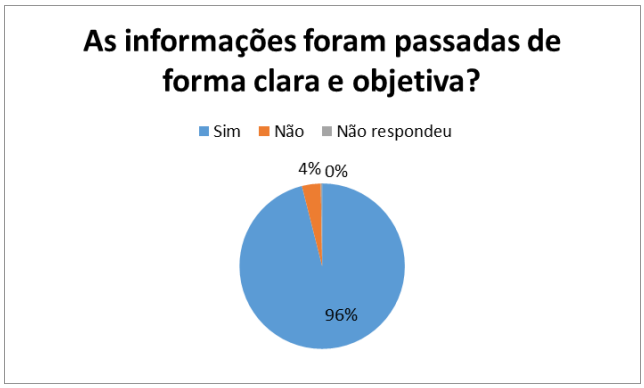


Pergunta 5



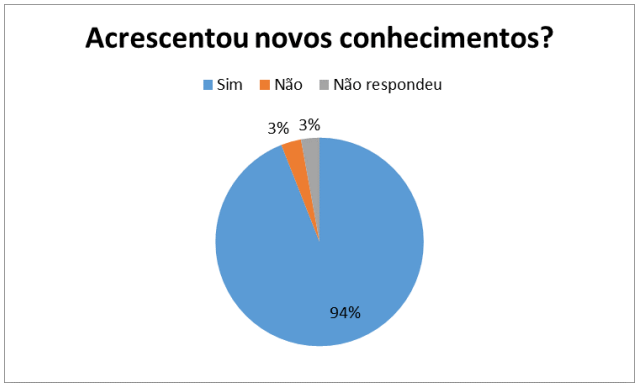
Resultado das Avaliações dos cursos de Maricá

Pergunta 1

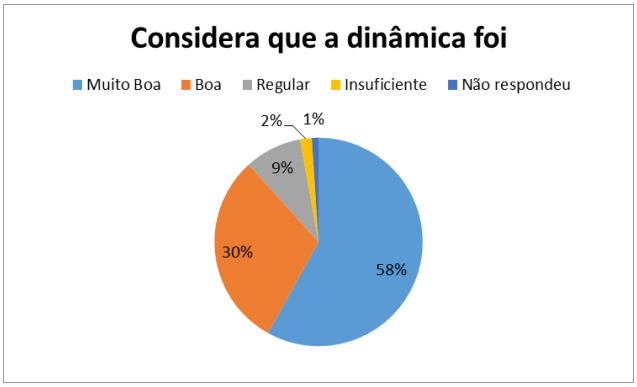


Pergunta 2

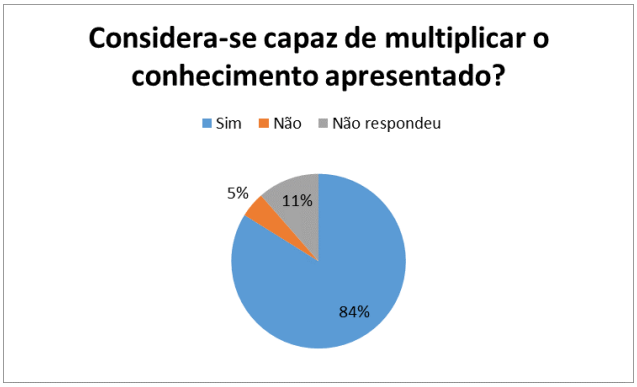
Pergunta 3



Pergunta 4



Pergunta 5



Considerações Finais

Os cursos, enquanto instrumentos de articulação, capacitação, sensibilização e mobilização da rede obtiverem excelentes resultados. A ampliação da atividade em 300% durante a execução do projeto demonstra a efetividade e eficiência das ações, onde os cursos passaram a ser demandados pelas instituições da rede de atendimento.

Importante evidenciar que os cursos se tornaram espaços para trocas e reflexões entre as instituições da rede, onde, durante os debates nas aulas, foi possível identificar e discutir sobre questões e demandas do SGD, tais como, a necessidade de se discutir o fluxo de atendimento em Itaboraí e a notificação compulsória do SINAN em ambos municípios beneficiários do projeto. Diversas outras demandas foram discutidas nos espaços das aulas, confirmando a natureza intersetorial dos cursos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 11 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

Anexos

1 – Modelos de formulários:

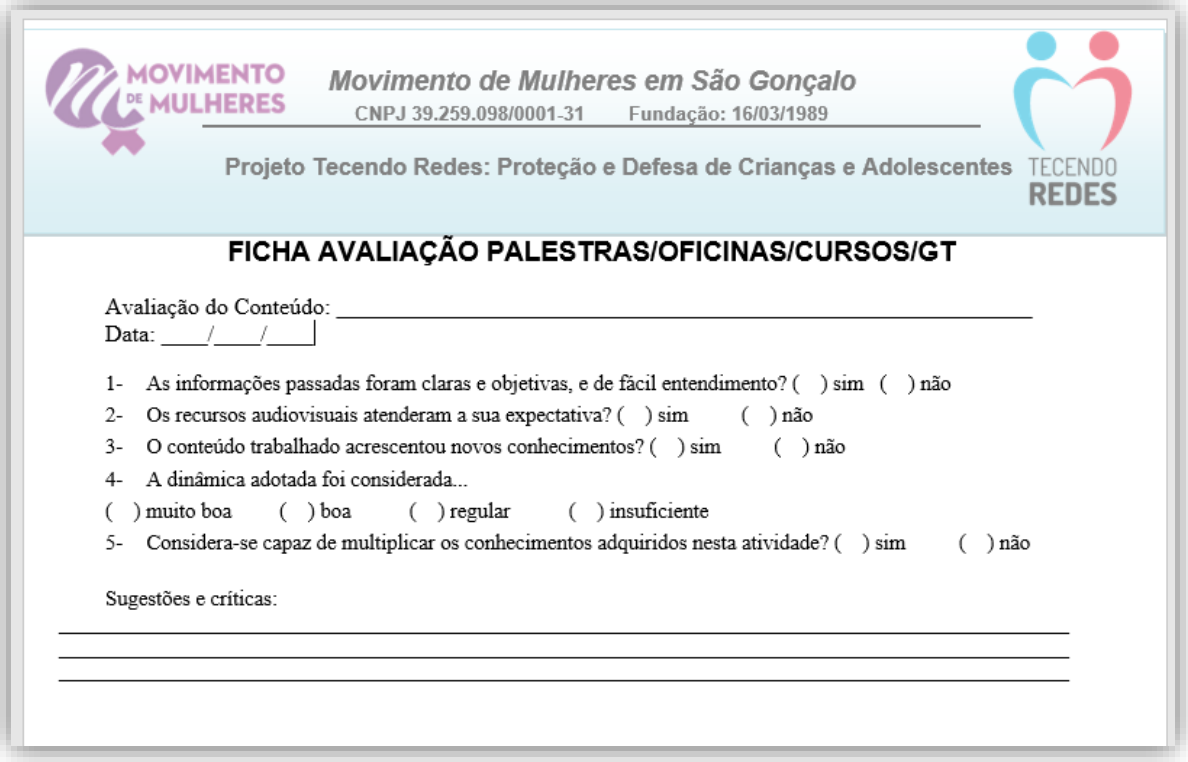
Formulário cadastro de participante

Movimento de Mulheres em São Gonçalo
CNPJ 39.259.098/0001-31 Fundação: 16/03/1989
Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes

FICHA CADASTRO PARTICIPANTE

Nome:_____
Data de nascimento: ____/___/_____ Idade: _____ Sexo: ( ) Fem. ( ) Masc.
Nome da Mãe: _____
CPF: _____ RG: _____
Estado/município de nascimento: _____/_____
Estado/município de residência: _____/_____
Cor: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarelo ( ) não informado
E-mail: _____ Celular: _____
Estuda: ( ) Sim ( ) Não Curso :_____
Profissão:_____ Escolaridade:_____
Instituição/Serviço em que trabalha:_____
Tel. Comercial: _____ E-mail Institucional:_____

Formulário de avaliação das aulas



Movimento de Mulheres em São Gonçalo
CNPJ 39.259.098/0001-31 Fundação: 16/03/1989

Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes

FICHA AVALIAÇÃO PALESTRAS/OFICINAS/CURSOS/GT

Avaliação do Conteúdo: _____
Data: ____/____/____

1- As informações passadas foram claras e objetivas, e de fácil entendimento? ( ) sim ( ) não
2- Os recursos audiovisuais atenderam a sua expectativa? ( ) sim ( ) não
3- O conteúdo trabalhado acrescentou novos conhecimentos? ( ) sim ( ) não
4- A dinâmica adotada foi considerada...
( ) muito boa ( ) boa ( ) regular ( ) insuficiente
5- Considera-se capaz de multiplicar os conhecimentos adquiridos nesta atividade? ( ) sim ( ) não

Sugestões e críticas:

3 – Modelo certificado

Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares e Atores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes de Itaboraí

CERTIFICADO

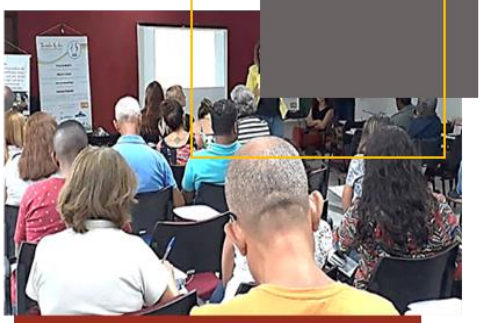
Certificamos que o(a) Sr.(a) **BRUNO OLIVEIRA DA SILVA** participou do **Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares e Atores do SGDCA de Itaboraí**, realizado pelo Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes, na OAB / RJ – 25ª Subseção, nos dias 02, 04 e 05 de dezembro de 2019, com carga horária total de 25 horas, na modalidade presencial.

São Gonçalo, 05 de dezembro de 2019.

OSCARINA SOUZA SIQUEIRA
Diretora Executiva MMSG

MARISA CHAVES DESOUZA
Coordenadora do Tecendo Redes

REALIZAÇÃO: APOIO:



O QUE EU VOU SER QUANDO CRESCER?

Objetivo Específico 04

Ações B e D

- **Realizar 02 seminários sobre a violência doméstica e exploração sexual;**
- **Realizar 02 seminários de prestação de contas ao final do projeto nos municípios de Itaboraí e Maricá.**

Introdução

Um dos princípios que norteiam as ações do Projeto Tecendo Redes é a intersetorialidade e o trabalho em redes. Nesse intuito, as diversas atividades do projeto foram planejadas visando contribuir para a promoção da intersetorialidade nos municípios beneficiários.

Dentre estas atividades destacam-se os Seminários intersetoriais promovidos pelo projeto, desenvolvidos enquanto atividades estratégicas para promoção da integração das instituições para a discussão e reflexão sobre a temática do enfrentamento à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios de Itaboraí e Maricá.

INTERSETORIALIDADE
Gestão e Integração

A intersetorialidade é uma condição para a efetiva implementação de qualquer projeto ou política, seja qual for sua área de atuação. Ela se dá pela articulação entre os diversos setores públicos e privados, envolvendo a implementação de ações formuladas e realizadas de forma conjunta entre setores governamentais, sociedade civil, dentre outros agentes sociais, na busca de soluções coletivas para os problemas sociais.

Inojosa (2001, p. 4), *apud* Nascimento (2010) define intersetorialidade como

> a articulação de saberes e experiências para o planejamento, a realização de avaliação de políticas, programas e projetos, cujo fim é alcançar resultados cooperativos em situações complexas. Desta forma, uma perspectiva de trabalho intersetorial implica mais do que justapor ou compor projetos que continuem sendo formulados e realizados setorialmente; de fato, a intersetorialidade traz um conjunto de implicações para a ação do Estado, entre as quais se destacam dois aspectos: (i) os desafios relacionados às polícias focalizadas territorialmente, em segmentos da população; (ii) os desafios relacionados aos resultados e impactos da intervenção (INOJOSA (2001, p. 4), apud NASCIMENTO (2010, n.p.)

Na qualidade de instrumento de condução e integração de ações, saberes e esforços de setores diversos da política pública, que buscam objetos comuns de intervenção, para atuar de forma articulada no enfrentamento das questões sociais, a intersetorialidade,

> (...) perpassa pelas diferentes políticas setoriais como uma lógica de gestão, rompendo com modelos fragmentados de gestão em prol de um novo modelo norteador que vise a superação da fragmentação mediante a articulação entre as políticas públicas, ofertando ações conjuntas com outras políticas setoriais destinadas à proteção e inclusão social, bem como o enfrentamento das expressões da questão social, tendo a participação de todos os atores envolvidos para a consolidação dos direitos sociais. (MEDEIROS, 2017, n.p.)

É importante a compreensão de que o enfrentamento das problemáticas sociais a partir de uma perspectiva intersetorial traz em si uma potencialidade muito mais ampla em relação às ações de cunho isolado e fragmentado.

Nascimento (2010, n.p.), ressalta que "os problemas atuais são complexos, e atuações separadas em "caixinhas", como na Educação, Assistência Social e Saúde, não resolvem mais". Para o alcance do resultado desejado demandasse eminentemente o desenvolvimento integrado das políticas e projetos e a articulação de ações.

É preciso pensar a intersetorialidade não apenas enquanto uma união dos setores, mas uma integração de conhecimento e esforços que culminem num trabalho articulado. Sendo assim, o projeto Tecendo Redes buscou promover a articulação de redes para estimular a intersetorialidade nos municípios onde atuou.

Dentre as etapas metodológicas do Projeto Tecendo Redes, ressalta-se a identificação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito dos municípios de Itaboraí e Maricá, a partir de um mapeamento das instituições e dos serviços que os integram, para conhecimento das realidades locais no que tange ao enfrentamento da violência doméstica e sexual contra a população infantojuvenil.

Após a conclusão do levantamento foram realizadas as reuniões de articulação para apresentação do projeto e conhecimento de cada instituição. Cabe, ainda, destacar que além das instituições relacionadas na área da criança e do adolescente, foram levantadas as instituições que atuam nos diversos setores que possuem ações voltadas para a população infantojuvenil (Assistência, Saúde, Educação, Justiça/Segurança Pública, associações de moradores, ONG's, empresas privadas, dentre outros).

O mapeamento das redes sociais para atualização/identificação das informações referentes aos serviços identificados foi realizado através de contatos eletrônicos, telefônicos e visitas institucionais. O resultado do mapeamento foi sistematizado e publicado em formato de um guia de referência e contrarreferência, onde constam os serviços, endereços e finalidades de cada instituição. O Guia foi distribuído em sua forma impressa para toda a Rede de Atendimento de forma gratuita, o que foi possível por ter sido prevista no plano de trabalho e orçamento apresentado à Petrobras a produção gráfica do guia.

A partir do contato institucional foram apresentadas às instituições as atividades do projeto, tais como, oficinas, palestras, cursos, seminários, supervisões, visando à discussão da temática da violência doméstica e exploração sexual contra crianças e adolescentes, o papel de cada ator do sistema de garantia de direitos frente a essa problemática e a importância do fortalecimento do trabalho em rede.

Dentre as atividades supracitadas, destacamos os seminários intersetoriais promovidos pelos Tecendo Redes, que buscaram, dentre outros objetivos, estimular a intersetorialidade nos municípios de Itaboraí e Maricá.

Os seminários tiveram ótima adesão e apresentaram excelentes resultados, como veremos a seguir na exposição do desenvolvimento da ação.

Do Planejamento à Execução

A atividade "Seminário" foi planejada no projeto em três momentos de sua execução:

1. Início do projeto (apresentação);
2. Final do primeiro ano de execução do projeto (capacitação e intersetorialidade);
3. Final do projeto (prestação de contas do projeto).

Os seminários realizados no início do projeto tiveram como objetivo principal apresentar o projeto para rede de atendimento, promover a discussão sobre a temática da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios e a articulação interinstitucional.

No plano de trabalho do projeto foi planejado a realização de 02 seminários de apresentação, para 60 pessoas, porém foram realizados 03 seminários, no primeiro quadrimestre do projeto, sendo 01 em Maricá e 02 em Itaboraí. Totalizaram a presença de 206 participantes.

Foram convidados representantes das instituições públicas e privadas, lideranças da sociedade civil organizada, da comunidade e de empresas locais.

Etapa importante que procedeu a realização dos seminários foi a realização das Articulações institucionais. A equipe realizou 51 reuniões para articulação antes dos seminários de apresentação. As reuniões tiveram como objetivo anunciar a chegada do projeto no município, apresentar a equipe e o objetivo do projeto, bem como articular parcerias para a realização e divulgação dos seminários. Nas reuniões era fornecido material de apresentação do projeto (folder, portifólio). A equipe visitou instituições de todas as áreas de atendimento, a saber, Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança e Justiça, Conselhos de Direitos, instituições da sociedade civil organizada, empresas privadas, Prefeitura, dentre outros.

Os seminários realizados no final do primeiro ano de execução do projeto tiveram como objetivo promover a capacitação dos profissionais que atuam no sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes, bem como contribuir para a promoção da intersetorialidade e a integração nas ações de enfrentamento à violência e a exploração sexual infanto-juvenil e para a reflexão e discussão da temática dos direitos das crianças e adolescentes.

Foram convidados profissionais com notória expertise na área para ministração de palestras, com o intuito de promover capacitação dos profissionais para o atendimento das demandas relacionadas ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes.

Foram realizados 02 seminários, 01 em Maricá e 01 em Itaboraí, com alcance total de 170 participantes.

Os seminários realizados no final do projeto, teriam como objetivo principal apresentar às instituições parceiras e à rede de atendimento de cada município os resultados do projeto. Tinham como objetivo também promover mais uma vez a discussão sobre a temática da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios.

Os seminários foram cancelados por conta das medidas de precaução quanto à pandemia do Corona vírus.

Metodologia

A primeira etapa para a preparação dos seminários foi a definição dos temas, dos palestrantes e das datas de realização. É importante envolver as instituições da rede na realização dos seminários.

Uma estratégia é discutir com os integrantes das instituições parceiras a respeito dos temas de interesse para apresentação nos seminários, melhores datas e horários para sua realização. As atividades como Grupos de Estudo, reuniões interinstitucionais, cursos de capacitação e supervisões/consultorias, foram espaços onde pôde ser verificado o interesse dos profissionais.

A etapa seguinte foi a realização de articulações para a formalização de parcerias. Realizar os eventos em datas que são marcos sobre a temática da criança e do adolescente (Dia 18 de maio, Aniversário do ECA) é uma boa estratégia para a mobilização da rede, pois são datas que as instituições também têm interesse em desenvolver ações sobre as temáticas, então estarão mais abertas à pactuação da realização de atividades conjuntas.

Posteriormente, foram elaborados os materiais de divulgação dos eventos (informativos, convites, cartazes, instrumentos digitais) e iniciada a divulgação, que foi feita através de Facebook, e-mail, WhatsApp, visitas institucionais, carta convite impressa. Nas visitas institucionais a equipe solicitava apoio das instituições parceiras na divulgação dos eventos, disponibilizando material gráfico de divulgação.

Os convites eram feitos para instituições dos diversos setores de atuação: Educação, Saúde, Segurança, Justiça, Assistência Social, Sociedade Civil Organizada, Associações de moradores etc.

Um facilitador foi a boa articulação realizada pelo projeto e as parcerias estabelecidas.

Em cada instituição/órgão os dirigentes definiam e direcionam profissionais para representação nos seminários. Considera-se representante e não participante, pois este era o objetivo dos seminários, que cada profissional presente fosse um representante da sua instituição, contribuindo com seus saberes e proposições.

Os eventos foram estruturados da seguinte forma:

1. Mesa de abertura
2. Mesa de Exposição
3. Mesa de debates

As mesas de aberturas foram compostas por representantes das instituições parceiras, geralmente dirigentes e autoridades municipais, tais como, Secretários de Assistência Social, Saúde, Educação, presidentes de conselhos de Direitos, representante dos prefeitos, representantes da Petrobras, coordenadora do projeto, representante do Movimento de Mulheres em São Gonçalo. Nesse momento cada pessoa tem pouco tempo de fala, se restringindo e se apresentar, falar sobre sua instituição/órgão e sobre a importância da discussão da temática do evento.

A mesa de exposição foi o momento onde o palestrante, com expertise na temática do seminário, expos acerca do tema buscando evidenciar a importância do trabalho intersetorial para o tratamento da questão do enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Foi seguida pela mesa de debates, espaço que foi destinado e aberto aos representantes das instituições presentes exporem suas dúvidas, questões e posicionamentos. As pessoas podiam se expressar via formulário, entregue pela equipe do projeto, ou de forma oral.

Nos eventos, todos representantes receberam material do projeto (Ex: folder, cartaz, informativo, caneta), material socioeducativo sobre a temática da criança e do adolescente (Ex: Estatuto da Criança e do Adolescente, Guia de referência desenvolvido pela equipe do projeto, resultado da pesquisa realizada pelo projeto), bem como certificados de participação.

É muito importante realizar a avaliação com vistas a verificar a opinião de todos sobre o evento realizado. Apresentamos em anexo modelo de avaliação utilizado nos seminários.

Ao final, buscava-se a pactuação de metas e o comprometimento entre os representantes para continuidade às discussões ali iniciadas.

Seminários realizados

05/01/2018

1

Tema: Apresentação do projeto
Local: Auditório OAB Itaboraí
Nº de participantes: 39

06/02/2018

2

Tema: Rede de atendimento e Sistema de Garantia de Direitos.
Local: Cine Teatro Municipal Henfil
Nº de Participantes: 119

20/03/2018

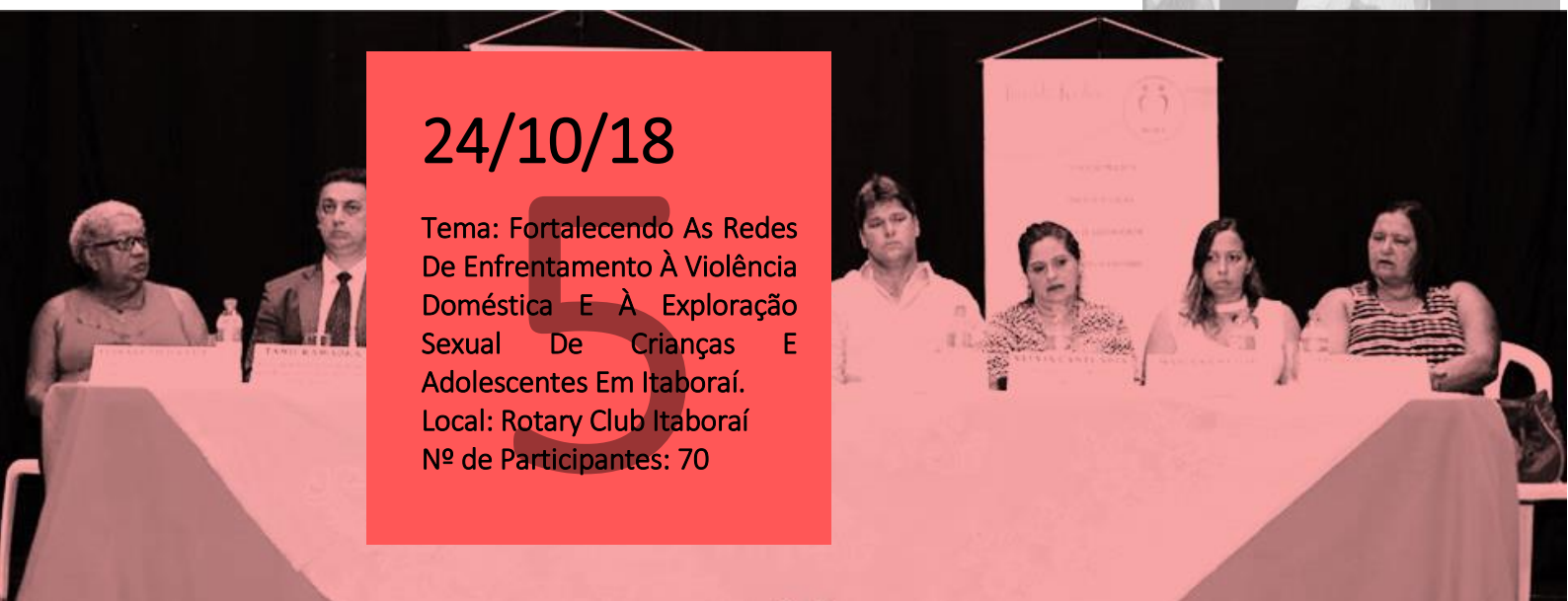
3

Tema: Rede de atendimento e Sistema de Garantia de Direitos.
Local: Rotary Club Itaboraí
Nº de Participantes: 102

17/10/2018

4

Tema: Fortalecendo as Redes de Enfrentamento à Violência Doméstica e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Maricá
Local: Cine Teatro Henfil – Maricá
Nº de Participantes: 100



24/10/18

5

Tema: Fortalecendo As Redes De Enfrentamento À Violência Doméstica E À Exploração Sexual De Crianças E Adolescentes Em Itaboraí.
Local: Rotary Club Itaboraí
Nº de Participantes: 70

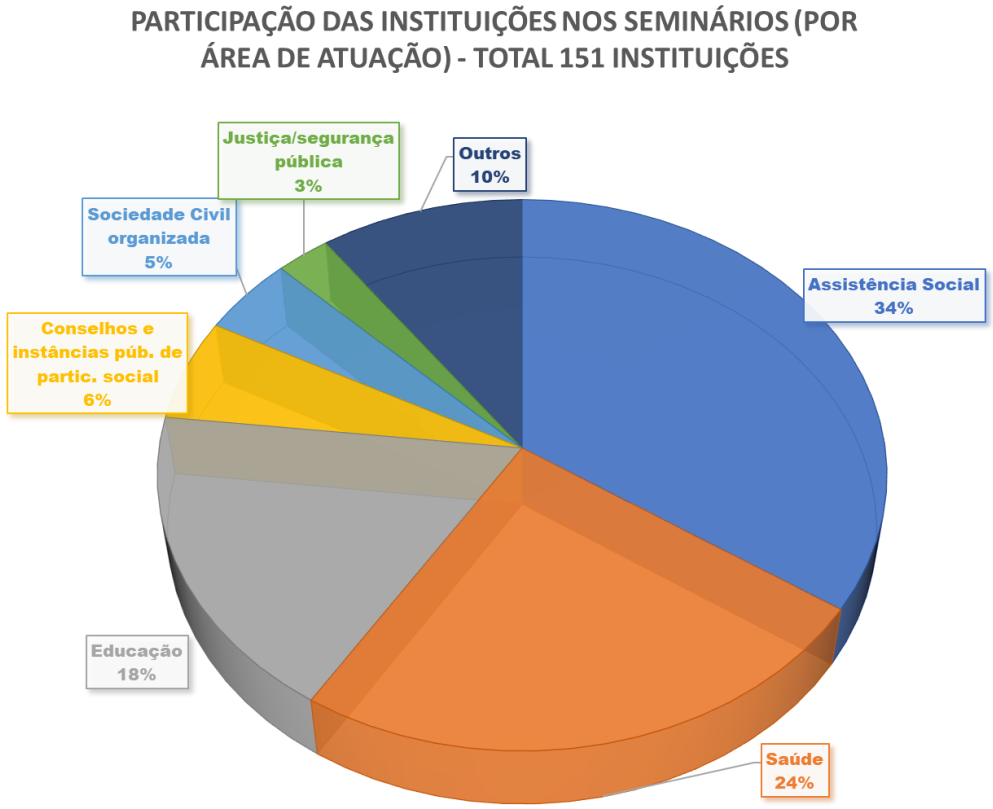
Resultados

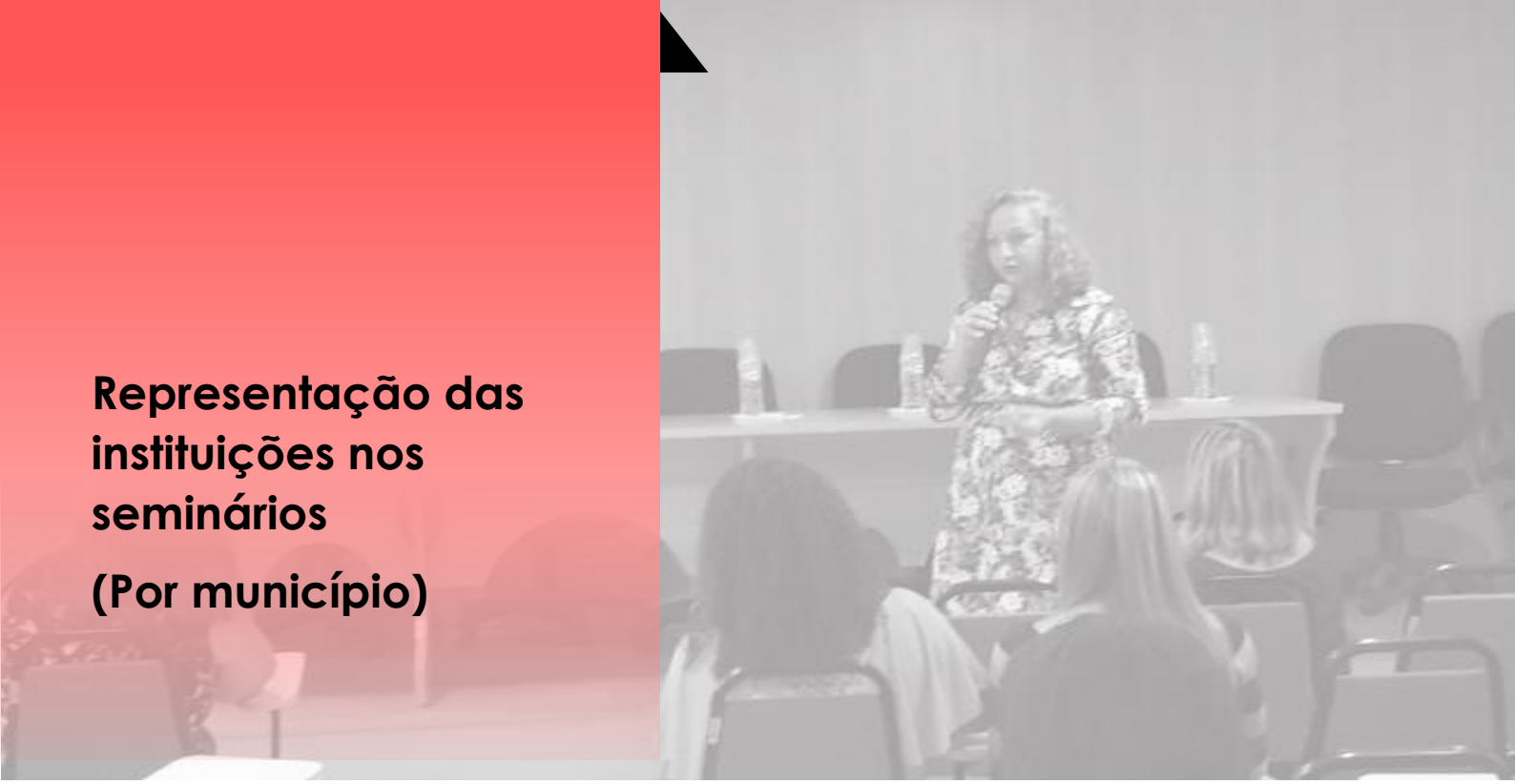
Foram promovidos 05 seminários, totalizando o número de 430 participantes e 151 instituições representadas.

Os seminários foram importantes instrumentos na execução do projeto, tendo se destacado enquanto espaços para promoção da intersetorialidade, capacitação profissional, difusão de conhecimento sobre a temática da infância e adolescência e sobre a rede de atendimento nos municípios, articulações interinstitucionais, mobilização da rede, formalização de parcerias, promoção do projeto, divulgação de resultados, definição de ações conjuntas, pactuação de metas, fluxos e estratégias de atuação.

Representação das instituições nos seminários (por setor de atuação)
(Incluídas somente as instituições dos seminários 01 a 05)

Assistência Social	Saúde	Educação	Sociedade Civil organizada	Justiça e segurança pública	Conselhos e instâncias públicas de participação social	Outros	Total
52	37	27	07	04	09	15	151

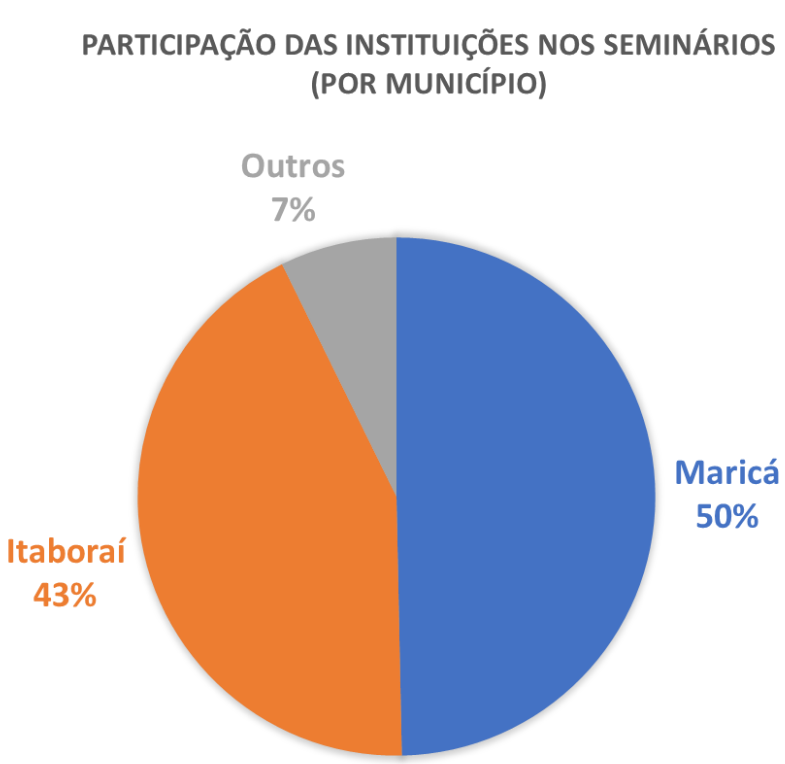




Representação das instituições nos seminários

(Por município)

MARICÁ	ITABORAÍ	OUTROS
75	65	11



Considerações Finais

Os seminários buscaram, principalmente, promover a intersetorialidade para o enfrentamento mais articulado das problemáticas envolvendo a população infantojuvenil nos municípios de Itaboraí e Maricá. Foram também estratégias empregadas para a mobilização, articulação e capacitação, se destacando pelas discussões promovidas e reflexões sobre as demandas comuns dos diversos setores, que foram identificadas nos espaços construídos e ocupados democraticamente pelos operadores do Sistema de Garantia de Direitos de ambos municípios.

Os cinco eventos foram fundamentais para a efetividade do Tecendo Redes. Tendo contribuído também para a promoção do projeto, para a articulação de parcerias e para disseminação dos resultados de suas ações.

Referências Bibliográficas
MEDEIROS, Juliana. Os desafios da intersetorialidade no âmbito do SUAS. Gesuas, 2017. Disponível em: https://www.gesuas.com.br/blog/intersetorialidade-suas/ Acesso em: 10/10/20)

Anexos

Anexo 01 – Modelo de carta convite para as instituições da rede

Movimento de Mulheres em São Gonçalo
CNPJ 39.259.098/0001-31 Fundação: 16/03/1989

Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes

São Gonçalo, 27 de fevereiro de 2018.

Prezado (a) Senhor (a),

Cumprimentando-o(a), vimos por meio de este convidá-lo(a) a participar do ***Seminário Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes***, a ser realizado no dia **05 de março de 2018, das 14 às 17 horas**, nas dependências no **Rotary Club**, localizado na rua **Desembarcador Ferreira Pinto, 226 – centro, Itaboraí – RJ.**

O projeto Tecendo Redes recebeu apoio da PETROBRAS em 27 de outubro de 2017 para realizar ações de prevenção e promoção de direitos de crianças e adolescentes por 24 meses nos municípios de Maricá e Itaboraí. Dentre as atividades previstas ressaltam-se os cursos de formação continuada para lideranças comunitárias, servidores, gestores, conselheiros tutelares e de diretos, rodas de conversa, seminários e palestras sobre temas diversos que envolvam os direitos humanos de crianças e adolescentes, ações de mobilização social e de prevenção a violências, bem como atendimentos interdisciplinares itinerantes, supervisões técnicas especializadas às equipes que realizam atendimento psicossocial nos diferentes equipamentos sociais do município.

Tendo como objetivo traçar metas e definir prioridades, convidamos **Vossa Senhoria** e equipe para participarem do **Seminário de Apresentação** do projeto; nesta ocasião teremos oportunidade de traçar compromissos e parcerias que permitam a realização de uma ação ética e eficaz que contribua para a prevenção e a promoção de direitos de crianças e adolescentes residentes em Itaboraí.

Solicitamos que confirmem presença através do e-mail: projetotecendoredes.mmsg@gmail.com. As inscrições serão realizadas na recepção do evento.

Contamos com vossa presença e divulgação.

Renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Nome responsável
Função

Anexo 02 – Modelo de convite digital

Seminário "Fortalecendo as Redes de Enfrentamento à Violência Doméstica e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Itaboraí".

23.10.2018

Será realizado no dia 24 de outubro de 2018 no Rotary Club – Itaboraí, organizado pelo Projeto Tecendo Redes: proteção e defesa de crianças e adolescentes, do Movimento de Mulheres em São Gonçalo, com o apoio da Petrobras, da Prefeitura de Maricá e dos Conselhos de Direitos, em especial, o CMDCA.

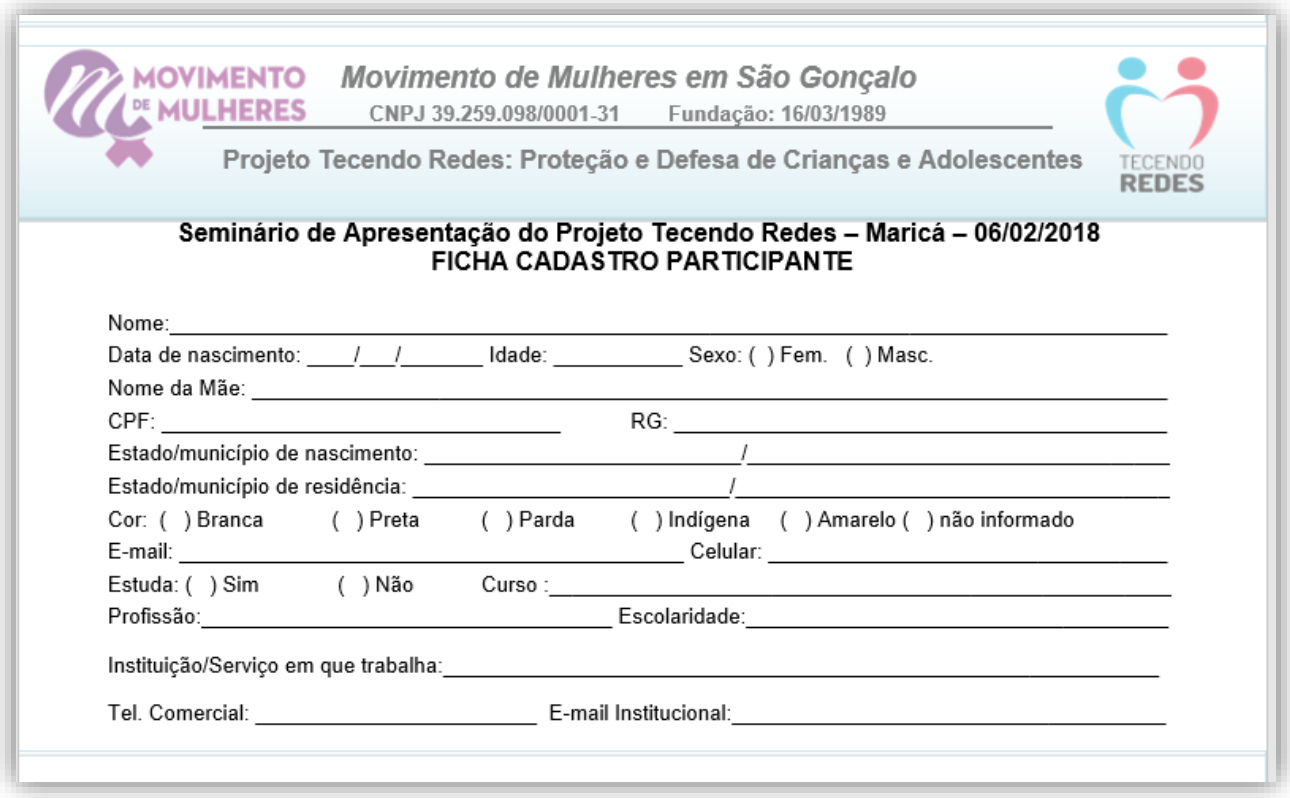
O objetivo do Seminário será o de promover capacitação aos profissionais da rede de atendimento às demandas relacionadas ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes e assim, efetivar de fato a erradicação desta realidade social.

Nesta direção, o seminário busca fortalecer e qualificar na linha de cuidados, englobando prevenção e assistência, que oriente a vítima de abuso sexual exploração sexual, seus familiares e abusadores e unir forças em defesa de uma cultura de respeito aos direitos de crianças e adolescentes, em suas diferentes fases de desenvolvimento, dando-lhes prioridade absoluta e assegurando a proteção integral.

O Seminário terá como palestrante convidada a Sra. Clayse Moreira -Especialista em Psicologia Jurídica, Mestra em Políticas públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Coordenação Colegiada do Cedeca/RJ.

Seminário de Proteção à Criança e ao Adolescente
TECENDO NOVOS CAMINHOS
ITABORAÍ
Conheça o diagnóstico sobre violência contra a criança e o adolescente construído através de pesquisas de dados e informações levantados pelo Projeto Tecendo Redes.
19/03
14h às 17h
Local: Espaço Enterprise City Center
Av. 22 de Maio, 5990
Centro, Itaboraí, RJ
Inscrições através do link
https://bit.ly/2uVtecW
ou pelo QR Code:
Realização:
MOVIMENTO DE MULHERES
TECENDO REDES
Apoio:
PETROBRAS

Anexo 03 – Modelo Ficha de inscrição



Movimento de Mulheres em São Gonçalo
CNPJ 39.259.098/0001-31 Fundação: 16/03/1989
Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes

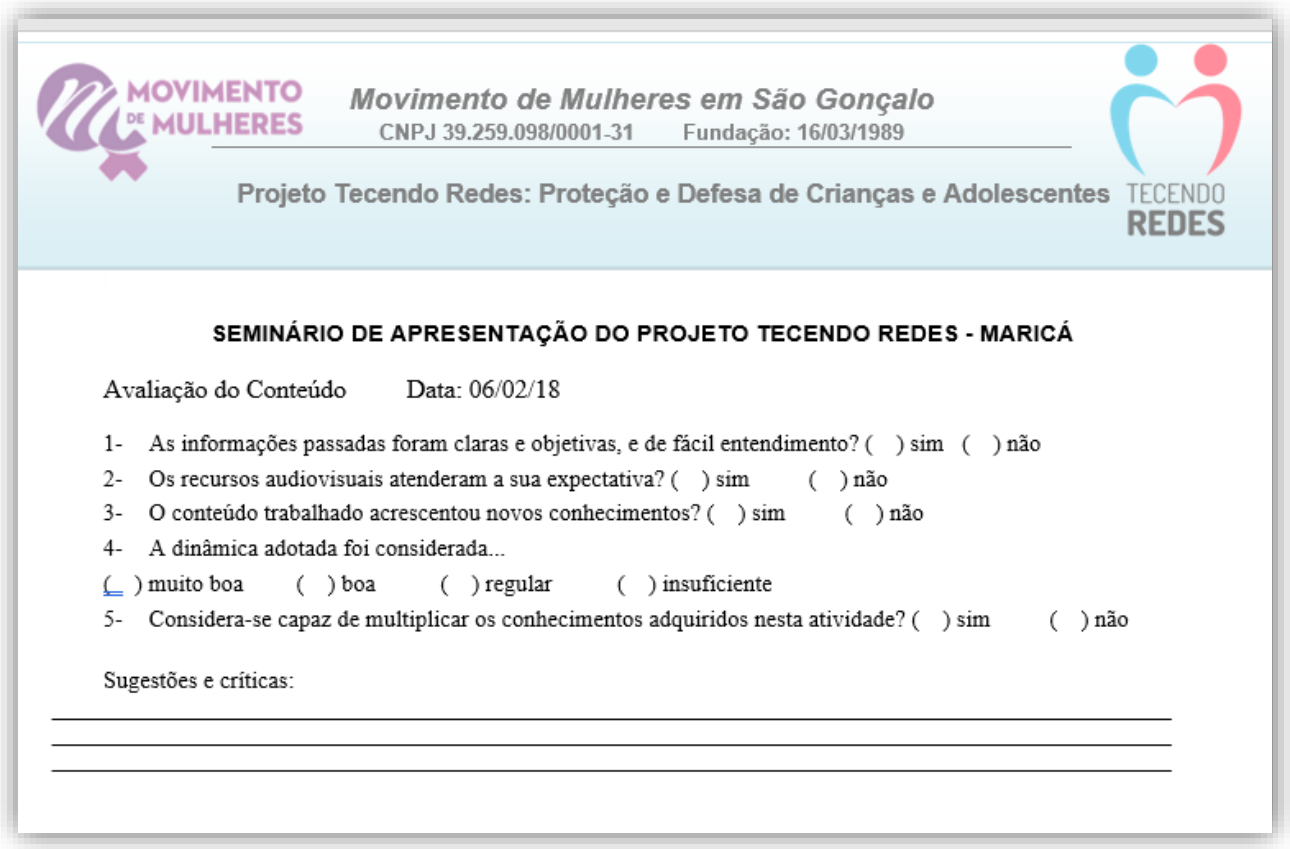
Seminário de Apresentação do Projeto Tecendo Redes – Maricá – 06/02/2018
FICHA CADASTRO PARTICIPANTE

Nome:_____
Data de nascimento: ____/___/_____ Idade: _____ Sexo: ( ) Fem. ( ) Masc.
Nome da Mãe: _____
CPF: _____ RG: _____
Estado/município de nascimento: _____/_____
Estado/município de residência: _____/_____
Cor: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarelo ( ) não informado
E-mail: _____ Celular: _____
Estuda: ( ) Sim ( ) Não Curso :_____
Profissão:_____ Escolaridade:_____

Instituição/Serviço em que trabalha:_____

Tel. Comercial: _____ E-mail Institucional:_____

Anexo 04 – Modelo ficha avaliação



Movimento de Mulheres em São Gonçalo
CNPJ 39.259.098/0001-31 Fundação: 16/03/1989
Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes

SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO TECENDO REDES - MARICÁ

Avaliação do Conteúdo Data: 06/02/18

1- As informações passadas foram claras e objetivas, e de fácil entendimento? ( ) sim ( ) não
2- Os recursos audiovisuais atenderam a sua expectativa? ( ) sim ( ) não
3- O conteúdo trabalhado acrescentou novos conhecimentos? ( ) sim ( ) não
4- A dinâmica adotada foi considerada...
( ) muito boa ( ) boa ( ) regular ( ) insuficiente
5- Considera-se capaz de multiplicar os conhecimentos adquiridos nesta atividade? ( ) sim ( ) não

Sugestões e críticas:

_____
_____
_____

Anexo 05 – Modelo certificado

TECENDO REDES

SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO TECENDO REDES:
PROTEÇÃO E DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CERTIFICADO

Certificamos que o(a) Sr.(a) _____ integrou a Mesa de Abertura do **Seminário de Apresentação do Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes** realizado no Cine Teatro Henfil localizado à rua Domício da Gama, 291, Maricá/RJ no dia 06/02/2018, com carga horária total de 03 horas.

São Gonçalo, 06 de fevereiro de 2018

OSCARINA SOUZA SIQUEIRA
Diretora Executiva MMSG

MARISA CHAVES DE SOUZA
Coordenadora do Tecendo Redes

REALIZAÇÃO: MOVIMENTO DE MULHERES · TECENDO REDES

APOIO: PETROBRAS · BRASIL GOVERNO FEDERAL

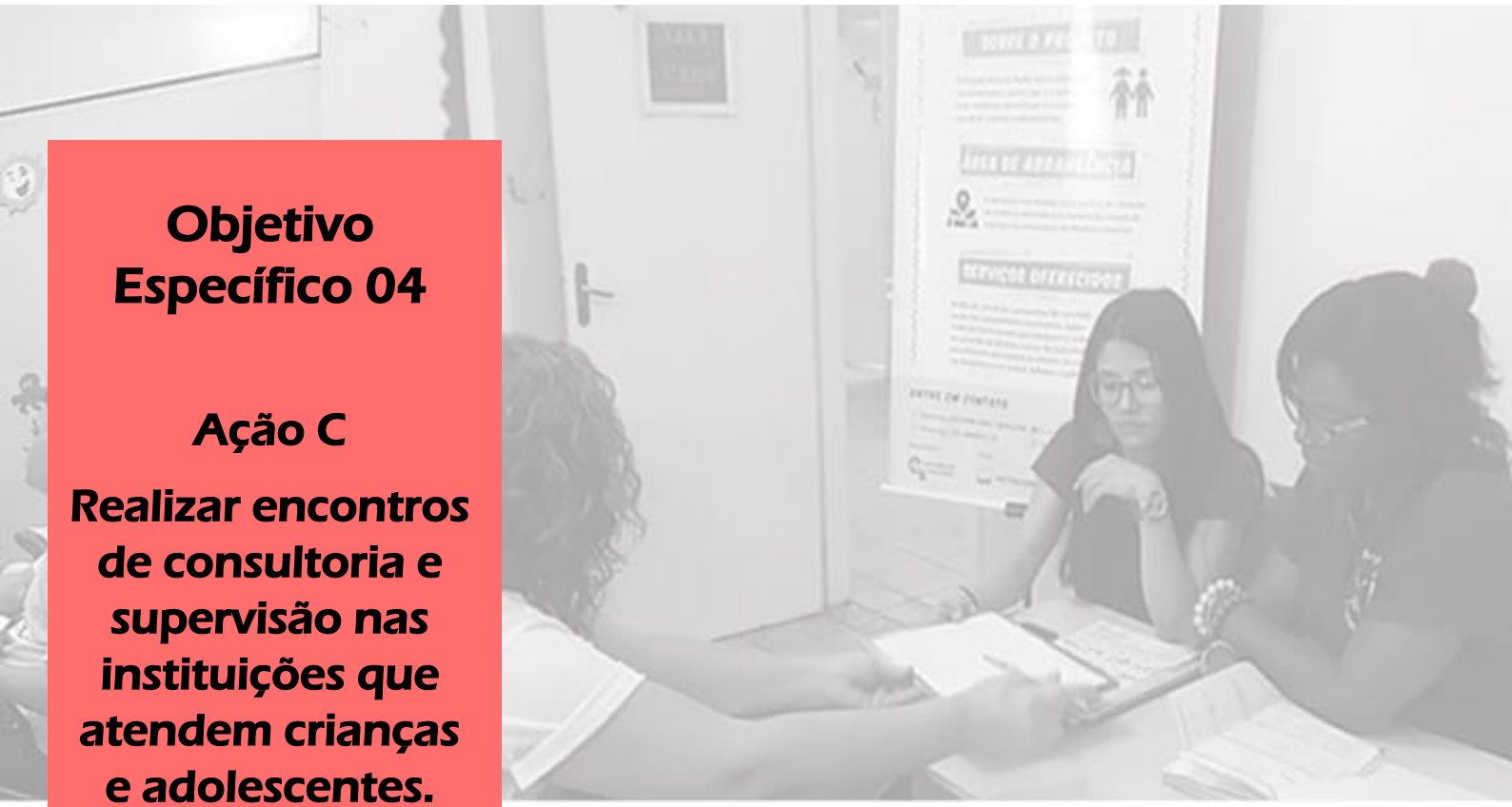
Seminário 01 – 05/01/2018

Seminário 02 – 06/02/2018

Seminário 03 – 20/03/2018

Seminário 05 – 24/10/2018

Seminário 04 – 17/10/2018



Objetivo Específico 04

Ação C

Realizar encontros de consultoria e supervisão nas instituições que atendem crianças e adolescentes.

Introdução

Pensando na integralidade na atenção às crianças e adolescentes vítimas de violências e no fortalecimento dos profissionais que integram as redes de atendimento à população infantojuvenil dos municípios de Maricá e Itaboraí, o Projeto Tecendo Redes ofertou ações de consultoria e supervisão para os profissionais do SGD.

Com o objetivo de prestar orientação técnica especializada aos profissionais de diferentes áreas sobre os casos suspeitos ou confirmados de violência e/ou abuso sexual de crianças e adolescentes, o PTR promoveu encontros nas instituições de ambos municípios beneficiários para contribuir com a tomada de decisões no campo da proteção e da defesa. Senso assim, o projeto disponibilizou a sua equipe técnica, de forma gratuita, para discussão e análise dos casos que se encontravam em atendimento pelas equipes que das instituições.

O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa define "Consultoria" como o "Ato ou efeito de dar consultas, conselhos, orientações, sugestões. Ação ou efeito de um especialista emitir um parecer técnico ou orientação profissional sobre um assunto de sua especialidade. " Consultoria, é a ação que busca auxiliar, assinalar caminhos. O profissional que presta a consultoria/supervisão técnica orienta, auxilia, mostra os possíveis caminhos que o assessorado pode percorrer e dá as informações necessárias para que este tome suas decisões.

Matos (2009) define assessoria/consultoria como,

> (...) aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições. (*apud* MATOS, 2006, p.).

Concordando com a premissa de Matos (2009:12) que ressalta que "que o assessor não é um porta-voz do que deve ou não ser feito", a atividade consultoria/supervisão no PTR buscava instrumentalizar os profissionais para atuarem nas demandas que lhes eram apresentadas, a fim de que pudessem proceder da melhor forma para a garantia de proteção e defesa dos direitos da sua população usuária.

Matos (2012:12) adverte que,

> O assessor, muitas das vezes, apresentará proposições que não serão aceitas por quem esse profissional assessora. Isso é previsível, pois o assessor não possui a prerrogativa de executor de ações. Mas, isso não quer dizer que o assessor seja um sujeito neutro. Ao contrário, se o profissional é credenciado para ser assessor é porque há um reconhecimento da sua capacidade. Assim, como a premissa da crítica é um pressuposto da democracia, é importante que o assessor não se omita e indique seus argumentos favoráveis ou não a tal ação. O espaço para a crítica, de ambos os lados, deve ser garantido e estimulado. (MATOS, 2009, p.14 e 15)

A qualificação e capacitação continuada da equipe que irá promover a consultoria/supervisão técnica se faz imprescindível.

Cabe ressaltar nesse processo de Consultar/Supervisionar a importância do conhecimento da realidade e da dinâmica das redes e dos territórios em que o projeto irá atuar. Além dos conhecimentos técnicos especializados sobre a temática sobre a qual se está prestando orientação, demanda-se ainda o conhecimento da rede de atenção disponível naquela localidade, dos fluxos definidos, dos pactos intersetoriais, e de diversas outras questões que envolvem o encaminhamento das demandas relacionadas ao público alvo de cada instituição.

Do Planejamento à Execução

O ponto preambular para o desenvolvimento da atividade de consultoria/supervisão foi a expertise da equipe técnica no que tange ao conhecimento técnico especializado na área dos direitos infantojuvenis e sobre a realidade e dinâmica das redes e dos territórios de atuação, bem como das especificidades de cada município e instituição.

A materialização da consultoria direta aos profissionais da rede de atendimento se deu através de seis ações principais:

1. Reuniões de articulação;
2. Oficinas/palestras/cursos de Capacitação para os Profissionais;
3. Reuniões para consultoria/supervisão técnica dos casos;
4. Estudo de casos em reunião interna da equipe técnica do PTR;
5. Capacitação continuada da equipe técnica do PTR;
6. Reuniões para devolutiva dos atendimentos realizados pela equipe do PTR.

1. Reuniões de articulação

Era o momento onde as equipes do projeto e das instituições se reuniam para o planejamento das ações. Nessa etapa eram definidas as agendas, os procedimentos, os processos, as temáticas a serem trabalhadas e os papéis de cada ator.

2. Oficinas/palestras/cursos de capacitação para profissionais

Os profissionais das instituições recebiam capacitação sobre as temáticas voltadas ao acolhimento das demandas de crianças e adolescentes, tais como: Sinais que indicam uma que uma criança/adolescente pode estar sofrendo violência; Direitos e Deveres das Crianças e Adolescentes e Cuidando de quem Cuida.

Compreendendo que a prevenção deve se dá em todos os níveis, o projeto teve a preocupação de preparar os profissionais das instituições e escolas para que pudessem acolher as demandas que poderiam surgir após as ações realizadas com os alunos. Esses profissionais foram atingidos diretamente e sensibilizados com informações e orientações pertinentes para a identificação da violência e para o acolhimento e procedimentos necessários a cada caso. Visibilizar e desnaturalizar a violência doméstica foi o passo mais importante junto ao corpo técnico e docente das instituições e escolas.

É importante salientar o contorno dado ao trabalho nas escolas, onde o projeto Tecendo Redes atuou sempre no sentido da horizontalidade nas decisões e atitudes, deixando sempre evidente a proposta de parceria no intuito do fortalecimento dos atores ali envolvidos. Buscando sensibilizar o corpo técnico e docente e contribuir com o conhecimento necessário para acolhimento das demandas das crianças, adolescentes e seus familiares. Foi fundamental a compreensão do papel do profissional e do educador no enfrentamento a todas as formas de violência infantojuvenil e as implicações dessas violências no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Sem desconsiderar as diversas questões que atravessam o cotidiano das

instituições, a equipe buscou valorizar os equipamentos enquanto espaços importantes para o enfrentamento à violência e defesa dos direitos infantojuvenis.

3. Reuniões para consultoria e supervisão técnica de casos.

Esses encontros eram demandados pelas instituições parceiras do projeto, onde as equipes requeriam opinião técnica especializada sobre os casos que estavam atendendo. A par dos elementos constitutivos de cada caso e, como já ressaltado, de informações sobre a rede e fluxo local, a equipe fazia as proposições e fornecia as informações que auxiliassem a tomada de decisões pelos profissionais das instituições auxiliadas, para proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Trata-se de uma atividade mobilizadora e horizontal, que buscava a construção dos caminhos para os casos de forma conjunta, de forma a possibilitar a decisão autônoma dos profissionais, pois a eles cabiam as ações posteriores a serem empregadas a cada caso. A equipe atuava de forma propositiva, prezando o diálogo, a reflexão conjunta e a troca com os profissionais auxiliados.

4. Estudo de casos em reunião interna da equipe técnica do PTR

Nessa etapa as equipes que realizavam os atendimentos nos municípios apresentavam os casos nas reuniões semanais do projeto, com a participação da coordenadora e supervisora técnica, buscando refletir sobre cada caso de forma interdisciplinar e definir o melhor encaminhamento para cada um.

5. Capacitação continuada da equipe técnica do PTR

Um dos eixos principais do projeto Tecendo Redes foi a capacitação profissional, não só dos profissionais da rede, mas também dos profissionais do projeto, tendo em vista não apenas o atendimento pela equipe do TR das demandas da comunidade, mas também das demandas dos profissionais da rede por meio da atividade consultoria/supervisão. O processo de capacitação/atualização se deu durante toda a execução do projeto, por meio das reuniões semanais, cursos de capacitação promovidos pelo projeto, participação em congressos, seminários, cursos de capacitação externos, dentre outras atividades voltadas à capacitação profissional.

6. Reuniões para devolutivas dos atendimentos

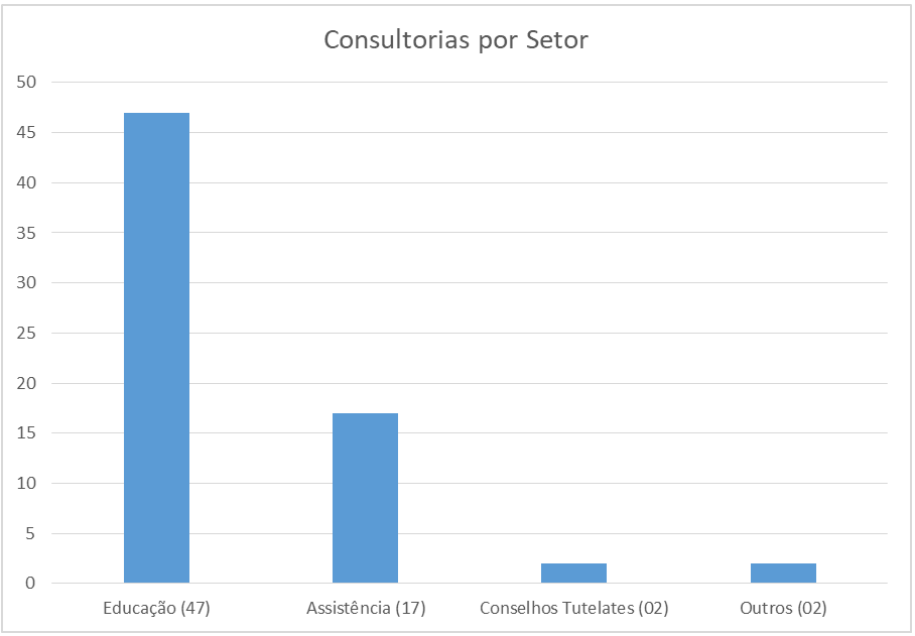
Esses encontros consistiam no agendamento com o corpo técnico das instituições para a devolutiva dos casos atendidos pelo PTR. Esta tinha como objetivo situar quando aos procedimentos realizadas em cada caso, bem como, prestar orientação aos profissionais quanto ao seu prosseguimento. Nesse momento a equipe apresentava uma cópia dos relatórios dos casos, apontava os casos que demandavam maior atenção e articulação com a rede de atendimento, proteção e defesa, informava os casos que geraram notificação ao SINAN[25] e aos Conselhos Tutelares e os encaminhamentos que cada um recebeu.

[25] As instituições não receberam cópia da ficha de Notificação ao SINAN

Resultados

As consultorias/supervisões resultaram na integração entre o projeto e as instituições da rede de serviços dos municípios de Itaboraí e Maricá, na sensibilização e visibilização das questões e demandas das crianças, adolescentes e seus responsáveis junto às escolas e instituições parceiras, bem como no fortalecimento e na qualificação técnica dos profissionais para o melhor atendimento de sua população usuária.

No total foram realizadas 68 reuniões para consultoria/supervisão técnica durante o período de execução do projeto, atingindo o número de 288 participações. Tendo em vista o número maior de atendimentos interdisciplinares no município de Itaboraí, nesse município também foram realizadas a maioria das consultorias, o total de 55 (81%). Em Maricá foram realizadas 13 (19%) consultorias. O maior demandante das consultorias foi o setor Educação[26], seguido pelo setor Assistência Social.



[26] Foi no setor educação onde ocorreu a maioria dos atendimentos, sendo assim, era esperado que este setor se se destaca também na atividade de consultoria/supervisão.

Considerações Finais

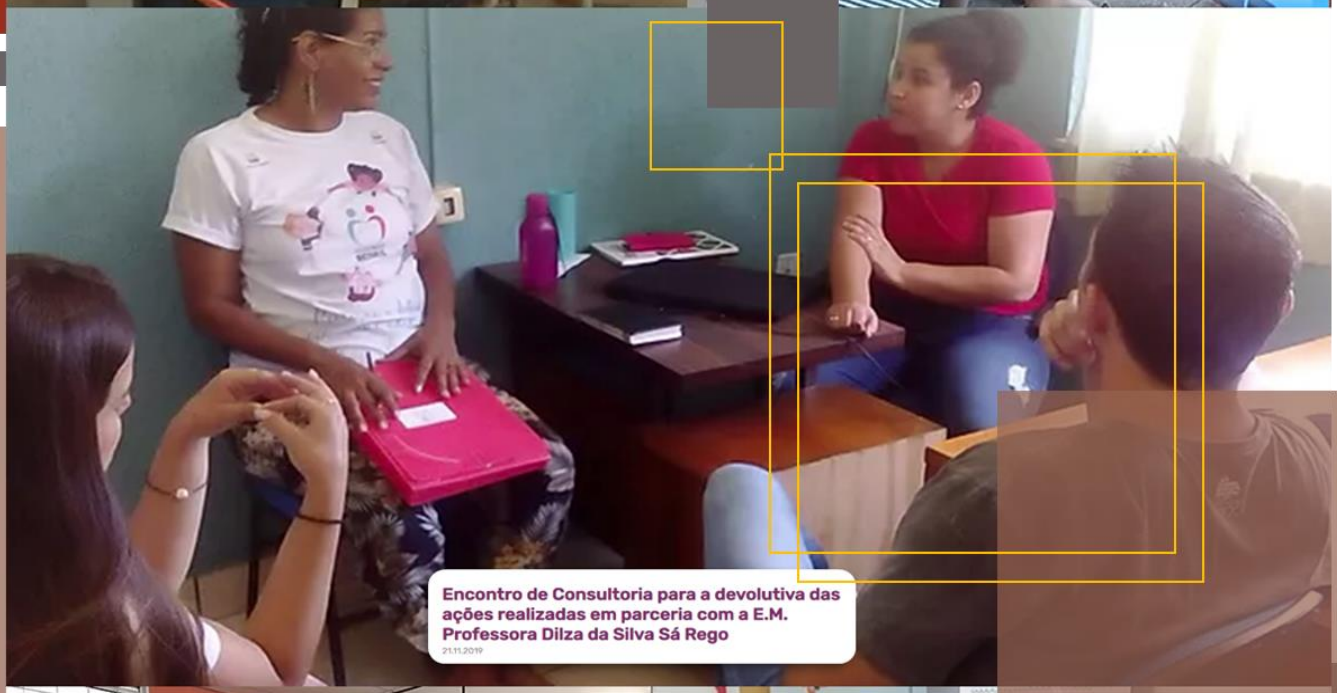
Muitos são os desafios que se colocam para a concretização de uma rede articulada, capacitada e consolidada para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. O Projeto Tecendo Redes, no período em que esteve em execução, buscou contribuir de forma horizontal e participativa com as redes dos municípios de Itaboraí e Maricá, empoderando e fortalecendo os profissionais para uma atuação mais qualificada frente às demandas de sua população usuária, principalmente às das crianças e adolescentes. Nesse intuito, as consultorias e supervisões técnicas se destacaram, pois promoveram resultados concretos e mudanças sustentáveis, a partir do momento em que questões passaram visibilizadas, demandas ouvidas e acolhidas e caminhos traçados para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Referências Bibliográficas

MATOS, Maurílio Castro. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. In: ABEPSS; CFESS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 1ed.Brasília: ABEPSS / CFESS, 2009, v. 01, p. 001-760. Disponível em http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZK2736DP7w8MI96Qb63f.pdf Acesso em 27/02/2020

Encontro de Consultoria para a devolutiva das ações realizadas em parceria com a E.M. Sidnei da Silva

O Projeto Tecendo Redes realizou mais uma consultoria para orientações à equipe pedagógica da Escola Municipalizada Maria das Dores Antunes


Encontro de Consultoria para a devolutiva das ações realizadas em parceria com a E.M. Professora Dilza da Silva Sá Rego
21.11.2019

O Tecendo Redes iniciou sua atividades do ano com o encontro para consultoria e devolutiva das ações realizadas em parceria com o CRAS

Consultoria na E.M. Reginaldo Domingues dos Santos

O Tecendo Redes e o CREAS se reunem para realizar consultoria e devolutiva sobre os atendimentos psicossociais realizados no município

15.01.2020

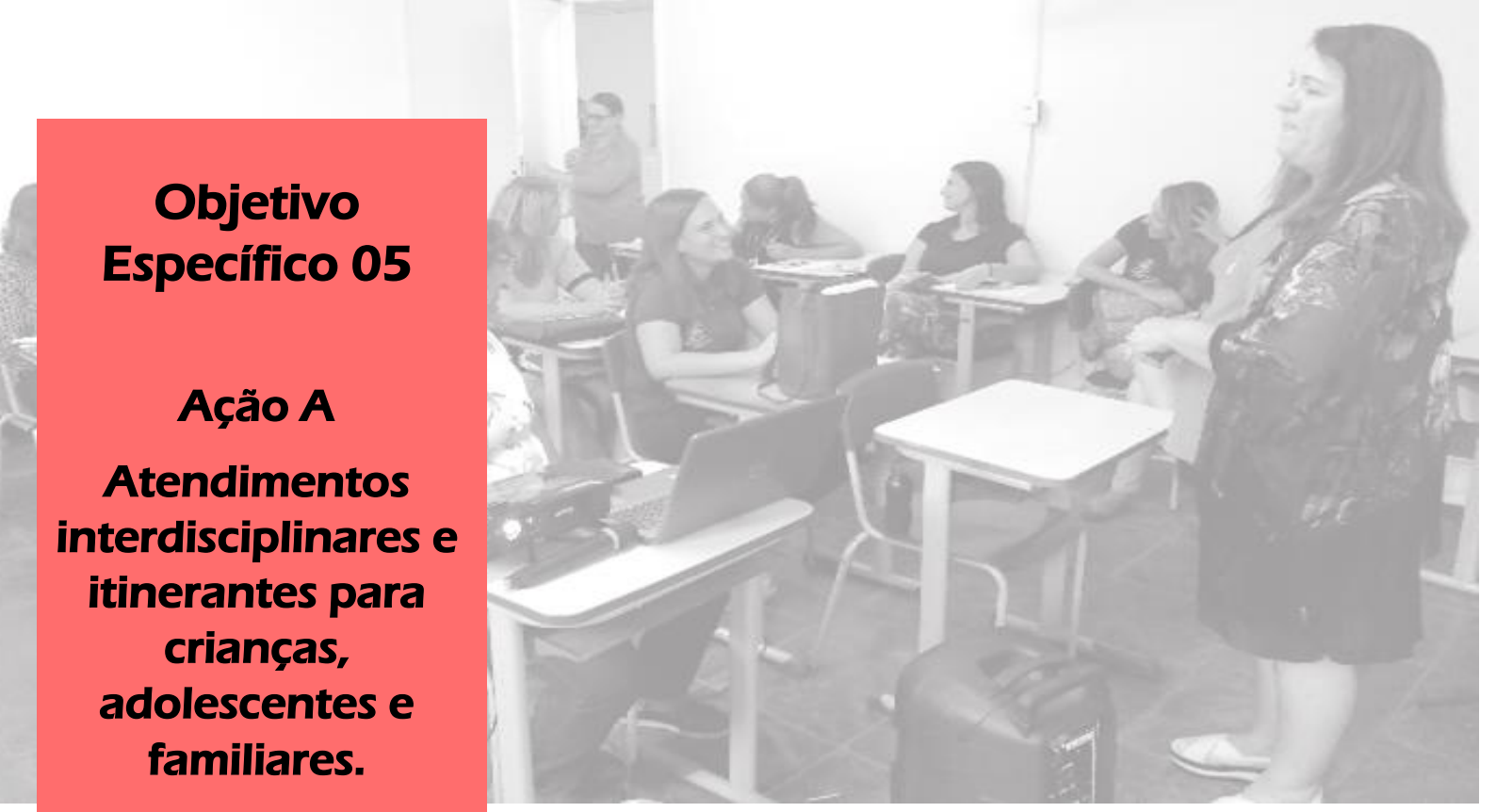
A equipe do Projeto Tecendo Redes esteve no CRAS Ampliação para dar continuidade às consultorias técnicas.

Estudo de Caso e Consultoria para Planejamento de Ações em parceria com a Atenção Básica e Especial da Assistência Social de Itaboraí

Reunião de consultoria na Escola Municipal Genésio Adilson Rodrigues de Soares

19.02.2019

Projeto Tecendo Redes para o enfrentamento à violência doméstica e a exploração sexual de crianças e adolescentes na área de abrangência do COMPERJ nos municípios de Itaboraí e Maricá/Rio de Janeiro



Objetivo Específico 05

Ação A

Atendimentos interdisciplinares e itinerantes para crianças, adolescentes e familiares.

Introdução

A elaboração do plano de trabalho do Projeto Tecendo Redes foi orientada pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), instrumento referência que oferece uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à violência sexual. Os eixos estruturantes do Plano são: 1) prevenção, 2) atenção, 3) defesa e responsabilização, 4) participação e protagonismo, 5) comunicação e mobilização e 6) estudos e pesquisas.

O "Eixo Atenção" tem como objetivo principal garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual e às suas famílias. Nesse sentido, o projeto Tecendo Redes se propôs a realizar atendimentos interdisciplinares e itinerantes para crianças, adolescentes e familiares, com vistas à orientação técnica especializada e encaminhamento para os órgãos de proteção, defesa e garantia de direitos.

A violência infantojuvenil configura-se como um fenômeno multicausal (social, econômico, cultural e político) e dinâmico, cuja intervenção deve ocorrer de forma interdisciplinar de forma a não reduzir ao plano individual para que cada vez menos crianças e adolescentes sofrem violações.

O ECA preconiza que nenhuma criança ou adolescente pode ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, s/p). Entretanto, observa-se diversos estudos e banco de dados que apresentam referencias – ainda que de forma superficial – sobre o fenômeno no país.

Estratégias de enfrentamento à violência doméstica e à exploração sexual de crianças e adolescentes constituem um elemento fundamental que o Estado e toda a sociedade devem se responsabilizar. Esse fenômeno não pode mais se restringir a uma questão jurídica e/ou "caso de polícia". Devido a suas consequências para a sociedade e para o indivíduo, precisa ser alvo de políticas públicas intersetoriais de modo a compreender e combater o fenômeno em sua multicausalidade, para que as redes de proteção e os sistemas de garantia de direitos possam ser mais efetivos no combate.

Ações de proteção a este grupo, como de promoção de direitos não podem se restringir a este grupo, mas também à família. Isso porque, i) família, em seus mais diversos tipos e formatos, constitui-se enquanto núcleo básico de formação e socialização e, portanto, o local onde "a criança efetiva e estabelece seus laços de parentesco com indivíduos consanguíneos ou não, e faz deste seu elemento referencial" (CAMARGO, 1996, p. 18); ii) a família constitui o nível de relações no qual ocorre a violência doméstica.

A construção da percepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos relaciona-se com a difusão da Doutrina da Proteção Integral que inaugura uma nova percepção – progressista – sobre as diferentes fases de desenvolvimento da criança e do adolescente. Esta doutrina reconhece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e por isso merecem atenção especial.

Do Planejamento à Execução

Na metodologia do projeto foi previsto que os atendimentos poderiam ser realizados durante as ações sociais nas comunidades e/ou em espaços comunitários/institucionais cedidos, preconizando sempre o sigilo e o bem-estar dos atendidos. Para tanto, seriam estabelecidas parcerias com as instituições existentes em cada cidade e os atendimentos seriam realizados, tanto nos espaços comunitários, como nos institucionais cedidos. Nas ações sociais seriam equipadas tendas para orientação e encaminhamentos à população. Pensou-se também em equipar um veículo Van para atendimento itinerante.

Tendo em vista a dinamicidade de um projeto social, quando o trabalho em campo foi iniciado e conforme foi sendo

desenvolvido, foram se apresentando os fatores que demandariam sua reorientação e a definição de novas estratégias para o alcance dos objetivos de algumas atividades.

A tenda e a van não foram estratégias viáveis e as demandas para atendimentos não estavam se apresentando. Coube à equipe refletir sobre a situação e buscar alternativas.

Como pode ser verificado neste documento, a atividade "Oficinas"[27] exigiu novos contornos e teve seu objetivo estendido e sua realização ampliada para atender às demandas das instituições, especialmente das escolas, e das empresas que aderiram ao "Selo Empresa que Protege". As unidades escolares, principalmente as do município de Itaboraí, aderiram totalmente à ação e requisitavam cada vez mais o desenvolvimento das atividades com seus alunos e alunas, o que gerou um grande esforço da equipe para atendimento às requisições e um aumento exponencial do número de oficinas no projeto.

A equipe do Tecendo Redes, ao levar a proposta do trabalho de prevenção para as escolas, tinha como objetivo sensibilizar, informar, orientar e com isso, verificar a possibilidade de identificar sinais e situações de violência doméstica e sexual. Desta forma, tornar o assunto violência doméstica conhecido, dizível e denunciável.

Para tanto, os instrumentos foram pensados e planejados para sensibilizar, mas também tornar as pessoas, inclusive as crianças, capazes de manifestarem suas opiniões e também de se movimentarem para transformar.

A partir disso, foi identificado que as crianças tinham muito a dizer, se identificavam com a atividade e os assuntos e começaram a solicitar a escuta especializada da equipe. Também os adultos, de posse do conhecimento sobre os sinais de violência e direitos da criança e do adolescente, passaram a desmistificar algumas questões. E a equipe do projeto passou a compreender o campo que se abria para identificar violência. Em comum pensamento com os profissionais das escolas, a equipe precisava ouvir as crianças e os adolescentes.

Assim, foi se configurando junto às escolas as necessidades de atenção aos alunos, não somente aqueles que tinham histórico de violência confirmada, mas também àqueles que apresentavam sinais de suposta violência doméstica e/ou sexual, tais como comportamento inadequado, dificuldades de aprendizagem, dificuldades emocionais...

As instituições e escolas onde foram realizados os atendimentos passaram pelas seguintes etapas:

1. Encontros de Consultoria/Supervisão técnica;
2. Oficinas de Capacitação para os Profissionais sobre Sinais de Violência;
3. Palestras ou Rodas de Conversa com Responsáveis;
4. Oficinas com os alunos;
5. Atendimentos Psicossociais;
6. Reuniões para devolutiva dos atendimentos.

Será dado enfoque aos atendimentos, tendo em vista que as demais atividades

[27] Sistematização da Ação C, do Objetivo Específico 01 - Realizar oficinas sobre a violência doméstica e exploração sexual com a comunidade e instituições.

foram trabalhadas em suas respectivas sessões nesse documento.

Atuação junto ao corpo docente e técnico das instituições

Conforme ressaltado, as escolas passaram a ser o principal ambiente para a realização dos atendimentos e as oficinas com alunos e o trabalho junto ao corpo docente das escolas, agentes propulsores do surgimento das demandas.

Os funcionários das escolas e equipe técnica das instituições nas quais a equipe do projeto atuou, foram atingidos diretamente e sensibilizados com informações e orientações pertinentes para a identificação da violência e para o acolhimento e procedimentos necessários a cada caso. Tornar conhecida e desnaturalizar a violência doméstica foi o passo mais importante junto ao corpo docente. A violência estava presente em todas as escolas, mas em muitas não era percebida, talvez sentida, porém a ausência de informação, de escuta especializada e os desafios do território se apresentavam como instrumentos para o sentimento de impotência. Coube à equipe do projeto mobilizar, instrumentalizar, apoiar e orientar os profissionais nas escolas. Isso foi possível através das oficinas com profissionais e dos encontros de consultoria/supervisão.

É importante salientar o contorno dado ao trabalho nas escolas, onde o projeto Tecendo Redes atuou sempre no sentido da horizontalidade nas decisões e atitudes em todos os espaços, deixando sempre evidente a proposta de parceria e fortalecimento dos atores ali envolvidos. Buscando sensibilizar o corpo docente e contribuir com o conhecimento necessário para acolhimento das demandas dos discentes e seus familiares. Era fundamental a compreensão do papel do educador no enfrentamento a todas as formas de violência infantojuvenil e as implicações dessas violências no desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, incluído aí o seu desempenho escolar.

Sem desconsiderar as diversas questões que atravessam o cotidiano escolar, a equipe buscou valorizar as unidades escolares enquanto espaços extremamente importantes para o combate à violência contra as crianças. Ressaltando que grande parte das violências perpetradas contra a população infantojuvenil ocorre dentro de casa, sendo assim, para muitas dessas crianças e adolescentes, a escola pode ser o único lugar de proteção.

Esse foi o primeiro passo em direção aos atendimentos.

Atuação junto às crianças e adolescentes

O primeiro contato com os discentes nas escolas foi através das oficinas, que foram nesse momento utilizadas enquanto estratégia lúdica para possibilitar àquelas crianças e adolescentes a oportunidade de escuta e de olhar e à equipe a construção de vínculos e uma forma menos complexa de atuar sobre questões tão intrincadas como a violência e outras temáticas transversais que foram tratadas.

A equipe se tornou conhecida por aqueles que se encontravam com ela e assim, mobilizou-se, de forma lúdica e reflexiva, todas as vontades de dizer, de contrapor, de testar, de questionar, de denunciar! Com muito cuidado, tocou-se nas questões mais difíceis de serem tocadas, lembradas, assumidas! Principalmente com crianças e adolescentes.

Os temas das oficinas foram pensados e planejados em conjunto entre a equipe do projeto e as equipes das escolas. Diversas temáticas foram abordadas buscando promover o diálogo, a escuta e a troca. Uma das psicólogas do projeto ressaltou que:

> "Não foi preciso falar de violência com os pequenos! Não foi preciso falar de sexo e suicídio com os adolescentes! Foram abertos caminhos para que eles pudessem trazer essas temáticas até a equipe. Falou-se de respeito, de direitos, de toques bons, toques ruins, da importância da expressividade, da percepção de si, da percepção do outro, sobre como nos relacionamos, sobre o que necessitamos, mas não se tornou o difícil mais difícil para eles, permitindo que sejam verdadeiramente cidadãos de direitos e agentes transformadores da sociedade. A equipe se preocupou com a linguagem, com a forma de afetar, de tornar leve e divertido."

Foi dessa forma que a questão foi iniciada junto às crianças e adolescentes. A partir da participação nas oficinas as demandas foram surgindo e os atendimentos começaram a ser realizados nos espaços das próprias instituições, em ambientes adequados e resguardada a garantia do sigilo.

Quanto à dinâmica, os atendimentos foram realizados por agendamento ou após as oficinas.

- Por agendamento - se dava a partir do encaminhamento dos profissionais das instituições, que identificavam durante o cotidiano escolar alunos apresentavam demandas elegíveis para atendimento pela equipe do PTR. A instituição agendava um dia com o projeto e eram realizados os atendimentos de forma individual.
- Após as oficinas - a própria criança/adolescente procurava um membro da equipe no final da oficina com falas do tipo "Tia, eu preciso falar com você", "Tia, estou muito triste, posso conversar com você? " ou o profissional chamava a criança pra conversar, caso notasse nas oficinas algum olhar ou comportamento que revelasse que aquela criança precisava ser acolhida separadamente.

Cabe destacar que os pais responsáveis precisaram estar cientes das atividades que estavam sendo realizadas com seus filhos, sendo assim, coube à escola fazer uma comunicação por escrito explicando sobre o projeto e sobre os conteúdos e objetivos das atividades.

Atuação junto aos pais, mães e responsáveis

O projeto previu também atendimentos aos pais, mães e responsáveis das crianças e adolescentes, sendo assim foram direcionadas às seguintes atividades para esses públicos nas escolas e instituições:

- Oficinas, palestras e rodas de conversa para trabalhar a temática da violência e outras temáticas afins;
- Atendimentos interdisciplinares. Ocorriam na mesma dinâmica dos atendimentos realizados com as crianças e adolescentes.

E assim, atuando junto aos profissionais das instituições, das crianças e adolescentes e dos pais, mães e responsáveis, primeiramente por meio das oficinas/palestras/rodas de conversa, o projeto chegou aos 443 atendimentos e 128 notificações ao SINAN[28].

[28] Sobre as notificações ver sessão específica nesse documento que trata da notificação compulsória no SINAN.

O Atendimento interdisciplinar no projeto Tecendo Redes

Sobre o atendimento interdisciplinar, Matos et al ressalta que:

> A atuação em equipe, para se dizer interdisciplinar precisa aproximar-se da prática do trabalho desenvolvido em uma "equipe integração "no qual se produziriam relações com base na interação dos agentes e na articulação dos saberes e fazeres. Interação é entendida como uma prática comunicativa que se caracteriza pela busca de consensos entre os/as envolvidos/as no processo de trabalho em saúde, de modo que estes/as possam argumentar, reciprocamente, em relação ao trabalho cotidianamente executado e construir um projeto comum. (MATOS et al. 2009, p.863)

A equipe técnica de atendimento do projeto era composta por assistentes sociais, psicólogas e pedagoga. Havia também uma supervisora técnica, que participava dos estudos dos casos supervisionando os profissionais.

Cabe sinalizar que no PTR o atendimento compreendeu o acolhimento, a escuta qualificada, a orientação técnica e o encaminhamento para a rede de atendimento. Não houve acompanhamento psicoterápico.

O atendimento no projeto Tecendo Redes envolvia:

- O acolhimento
- A avaliação
- A intervenção

O Conteúdo a seguir foi baseado na palestra "Técnicas de Escuta Ativa e Sensível", da coordenadora do PTR Marisa Chaves de Souza, em apresentação da metodologia do projeto.

O acolhimento

Realizado por um dos profissionais, seja pela assistente social, pela psicóloga ou pela pedagoga, é o momento da escuta ativa e sensível para reconhecimento de situações que se configuram em ameaça ou violação de direito.

É fundamental que o técnico estabeleça uma escuta ativa e sensível, aquela que, no ato do acolhimento da demanda do usuário, provoque a reflexão crítica sobre a mesma, podendo vir a ser redimensionada, ou mesmo, levantadas outras.

O processo de acolhimento se dá a cada contato com a criança e suas famílias, a cada palavra e entonação, a cada gesto e atitude. É nesse processo que se estabelece a construção de vínculos, que propiciará ir além do atendimento da necessidade imediata trazida.

Após a triagem e, constatado que o caso é de competência do Projeto Tecendo Redes, era agendada uma Entrevista de Anamnese, que preferencialmente deve ser realizada por um assistente social. Nessa etapa é importante que se verifique qual a posição da criança/adolescente frente aos seus direitos fundamentais.

Esse exercício, realizado com a ajuda de uma entrevista semiestruturada, é capaz de levantar outras situações de ameaça ou violação inicialmente não sinalizadas, pois levanta a situação do usuário frente aos diferentes campos de direitos. Esse momento suscita também nos envolvidos um processo de avaliação, fazendo-os ampliar o campo de visão sobre a realidade presente.

O cenário da situação então configurado é base para, em primeiro lugar, reconhecer situações que se configuram em

ameaça ou violação de direito, bem como dos agentes que ameaçam ou violam esses direitos; em segundo lugar para a escolha de atitudes frente a essas situações, dentre as possibilidades levantadas e apresentadas; em terceiro lugar nos apresenta as lacunas que impedem ou restringem o exercício dos direitos fundamentais.

A avaliação

A avaliação, tomada aqui como processo, deve estar presente na relação estabelecida com o atendido a todo o momento, sendo paulatinamente incorporada como parte da mesma. A cada momento de reflexão sobre a demanda do usuário, ou aquelas levadas para o atendimento pelo técnico, se estabelece um processo de avaliação. Toma-lo como tal nos possibilita potencializar esse momento como indutor de uma movimentação do sujeito em direção aos seus anseios e objetivos, fazendo-os ficarem mais claros os mesmos, reafirmando-os, redimensionando-os, ou mesmo, abandonando-os ou trocando-os.

Existe uma suspeita ou confirmação de violência doméstica, sexual ou bullying?

Após a verificação no primeiro contato, o processo de avaliação vai desenhando a prática do atendimento. Tal exercício de avaliação e classificação nos remete as questões objetivas e subjetivas que devem ser consideradas e que carecem de conceituação e parametrização adequadas em conflito com as estipuladas legalmente.

Outras formas de potencialização do atendimento são as avaliações coletivas, os ditos estudos de casos; que se constituem num poderoso instrumento de articulação de informações e de levantamento e validação de propostas de intervenção.

Ressalta-se o caráter processual da avaliação, que deve se dar continuamente, acompanhando os desdobramentos dos fatos.

Aspectos na abordagem com crianças e adolescentes

- Se a violência ocorreu, em que nível;
- Quais os elementos importantes na dinâmica da família que alimentam a violência?
- Há riscos para a vítima caso permaneça na residência?
- Há outras crianças/adolescentes em risco?
- Quais são os agravos psicológicos e/ou físicos e seus respectivos desdobramentos nas relações sociais?
- Ocorre ameaças contra as crianças caso o segredo seja desvelado?
- Ter como pressuposto que as crianças e os adolescentes são VÍTIMAS;
- O profissional deve apresentar-se e explicar a razão da entrevista;
- O ambiente deve ser propício e não deve permitir interrupções durante o atendimento;
- Espaço reservado que assegure o sigilo das informações e o acolhimento humanizado a fim de estabelecer o vínculo com a equipe técnica;
- A linguagem deve ser simples e clara para que a criança/adolescente entenda o que está sendo dito, utilizar, sempre que possível, as palavras e os termos da própria criança ao discutir a situação;
- No momento da avaliação a atenção deve ser dedicada exclusivamente para a criança e o adolescente; devemos sentar próximo à criança, ao nível de seu olhar;
- Devemos mostrar interesse e ganhar a

confiança da criança/adolescente para firmar o vínculo terapêutico;
- A princípio devemos conversar sobre assuntos diversos;
- Não esquecer que a criança /adolescente precisa ser compreendida e levada a sério;
- Não misturar valores e crenças individuais no momento da intervenção, bem como sentimento de piedade.

O que evitar?

- Perguntas inquisitórias como: por que? Substituir por perguntas que iniciem com ou " se estou entendendo" ...
- Perguntas que obriguem a precisão de tempo, QUANDO. Associar sempre a festas e datas comemorativas, como: natal, páscoa e aniversários.

Aspectos a serem considerados

<u>Na avaliação</u>

Violência sexual:
- Descrição da(s) situações de vitimização;
- Como agressor (a) induzia a submissão da criança ou adolescente;
- Rotina e periodicidade de vitimização;
- Se havia presença de material pornográfico;
- Saber se a criança/adolescente foi fotografada;
- Se havia uso de álcool/ drogas pelo agressor e/ ou criança durante o abuso;
- Outras crianças/ adolescentes e adultos envolvidos (conhecidos /desconhecidos)
- Presentes recebidos do(a) agressor(a);
- Criança/ adolescente vitimizado por outras pessoas;
- Buscar responder as perguntas: o que, como onde, com quem, quando.

Perguntas abertas, fechadas e indiretas

- Aberta: permite que a usuária dê respostas mais amplas e dê a direção ao diálogo.
- Fechada: permite que o profissional dê a direção ao diálogo. Serve para obter alguma informação específica. Não deve ser usada demais.
- Indireta: é como perguntar sem perguntar. Permite a usuária responder ou não e a ajuda a não se sentir bombardeada de perguntas.

Exemplos

- Aberta: "como é que foi isso para você?" ... Você pode falar mais um pouco sobre ... "como é que você enfrentou isso?
- Fechada: "quantos anos você tem?" Você já se separou antes?
- Indireta: "eu estou aqui pensando se você estaria realmente segura aí..." Eu estou imaginando que talvez você não esteja pronta para falar sobre isso agora..." "você parece estar se sentindo mais forte hoje".

Recursos não verbais
- Contato visual, postura corporal, lágrimas, tom de voz, inquietação, e etc...
- não pressuponha, existem diferenças culturais que não podem ser desprezadas.

A intervenção

O técnico, ao considerar os diversos aspectos da realidade da vida da criança, do adolescente, do jovem e de suas famílias, e, dentro da proposta e limitações institucionais, desenvolve um processo de reflexão crítica com os envolvidos na situação de violência, situando-os na condição de sujeitos de direitos e deveres inseridos numa determinada realidade local. E caso não atenda, seja capaz de se movimentar no caminho da responsabilização dos órgãos e das pessoas competentes para promover o acesso a esses direitos.

Sendo a demanda identificada, acolhida e avaliada, as pessoas atendidas recebem orientação acerca dos direitos e encaminhamentos internos e externos. O ambiente que se estabelece no momento do atendimento deve permitir uma sensação de conforto à pessoa atendida para que a mesma coloque suas questões singulares. A formalidade inerente ao trabalho não deve ser impeditiva para o estabelecimento de uma relação horizontal entre o técnico e atendido.

Nos primeiros contatos com as situações de violência, inicia-se o atendimento e define-se as medidas protetivas de urgência, bem como ações de defesa que sejam capazes de responsabilizarem os agressores.

Inicia-se o levantamento dos fatores que ensejaram as situações de violência na família atendida, no sentido de construir formas de convivência familiar que privilegiem o respeito, facilitando assim, o pleno desenvolvimento das potencialidades dessas crianças e adolescentes buscando garantir os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Instrumentos Utilizados

- Formulário de atendimento
- Formulário de notificação no SINAN
- Formulário de encaminhamento aos órgãos de promoção, defesa e responsabilização.

IMPORTANTE!
Preenchimento da ficha única de notificação compulsória de violências e maus tratos (SINAN/MS)[29] e encaminhamento do caso ao CT competente

As principais demandas que se apresentaram nos atendimentos foram: violência doméstica, ideações e tentativas de suicídio e autoflagelação. Dentro da questão da violência doméstica surgiram casos de negligência afetiva, negligência familiar, abuso sexual, exploração sexual, violência física, moral, entre outras.

Reuniões para devolutivas

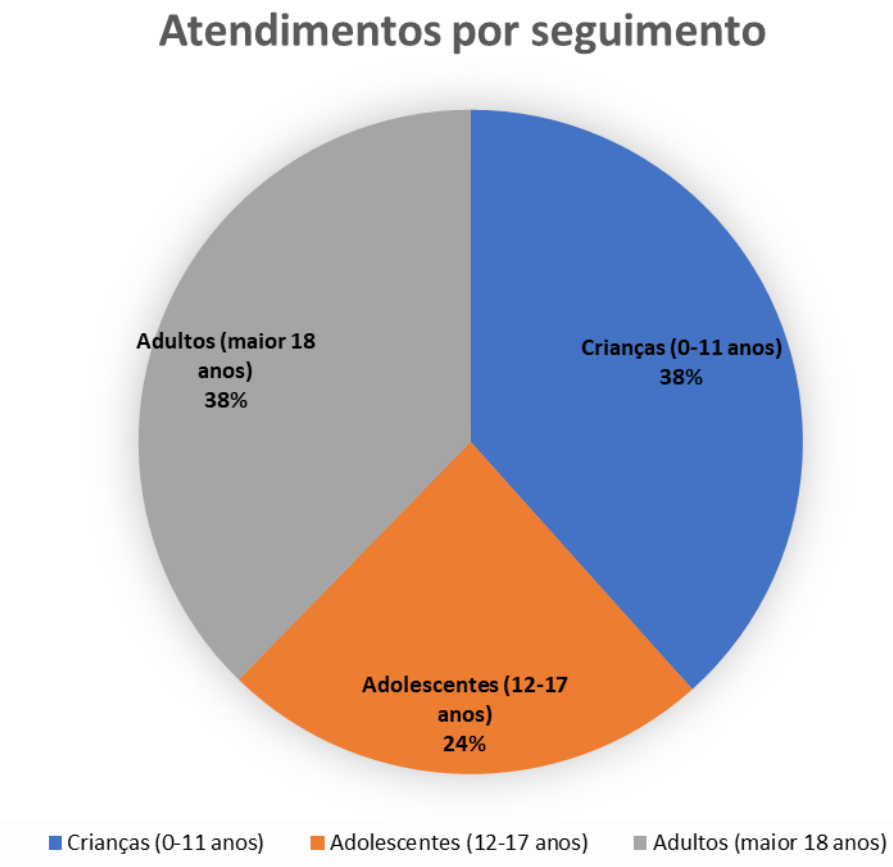
A última etapa dos atendimentos era o agendamento com o corpo técnico das instituições para uma reunião de uma devolutiva dos casos atendidos pelo PTR. Esta tinha como objetivo orientar aos profissionais quanto ao prosseguimento dos casos. Nesse momento a equipe do TR apresentava uma cópia dos relatórios dos casos, os casos que demandam maior atenção e articulação com a rede de atendimento, proteção e defesa, informava os casos que geraram notificação ao SINAN[30] e aos Conselhos Tutelares e quais encaminhamentos cada um recebeu. Geralmente as devolutivas envolviam um conjunto de casos.

[29] A Ficha Única de Notificação do SINAN deve ser encaminhada aos departamentos municipais de Vigilância Epidemiológica e aos Conselhos Tutelares

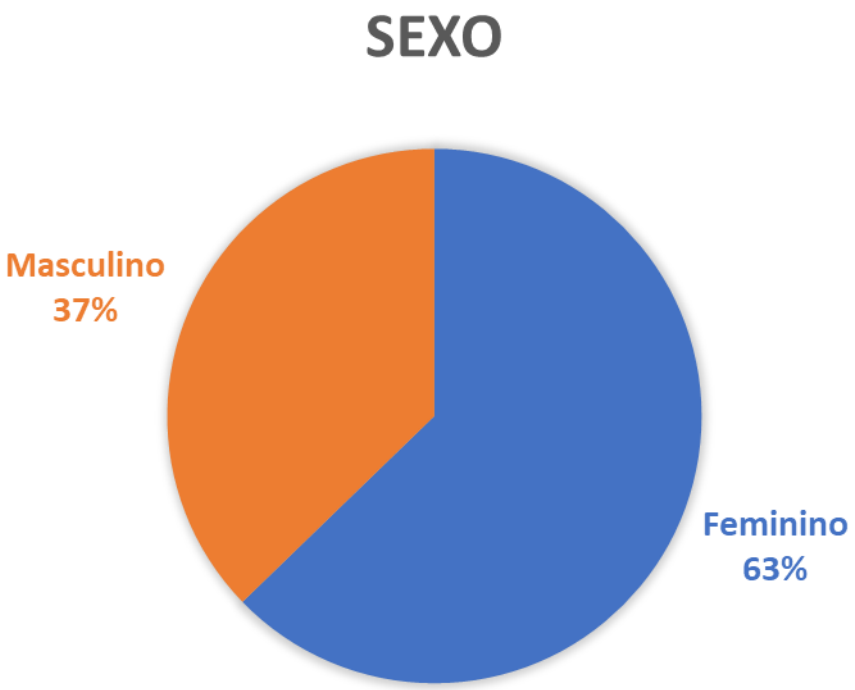
[30] As instituições não receberam cópia da ficha de Notificação ao SINAN

Resultados

O Projeto realizou o total de 443 atendimentos, sendo 170 crianças (0 a 11 anos), 106 adolescentes (12 a 17 anos) e 167 adultos (a partir de 18 anos).



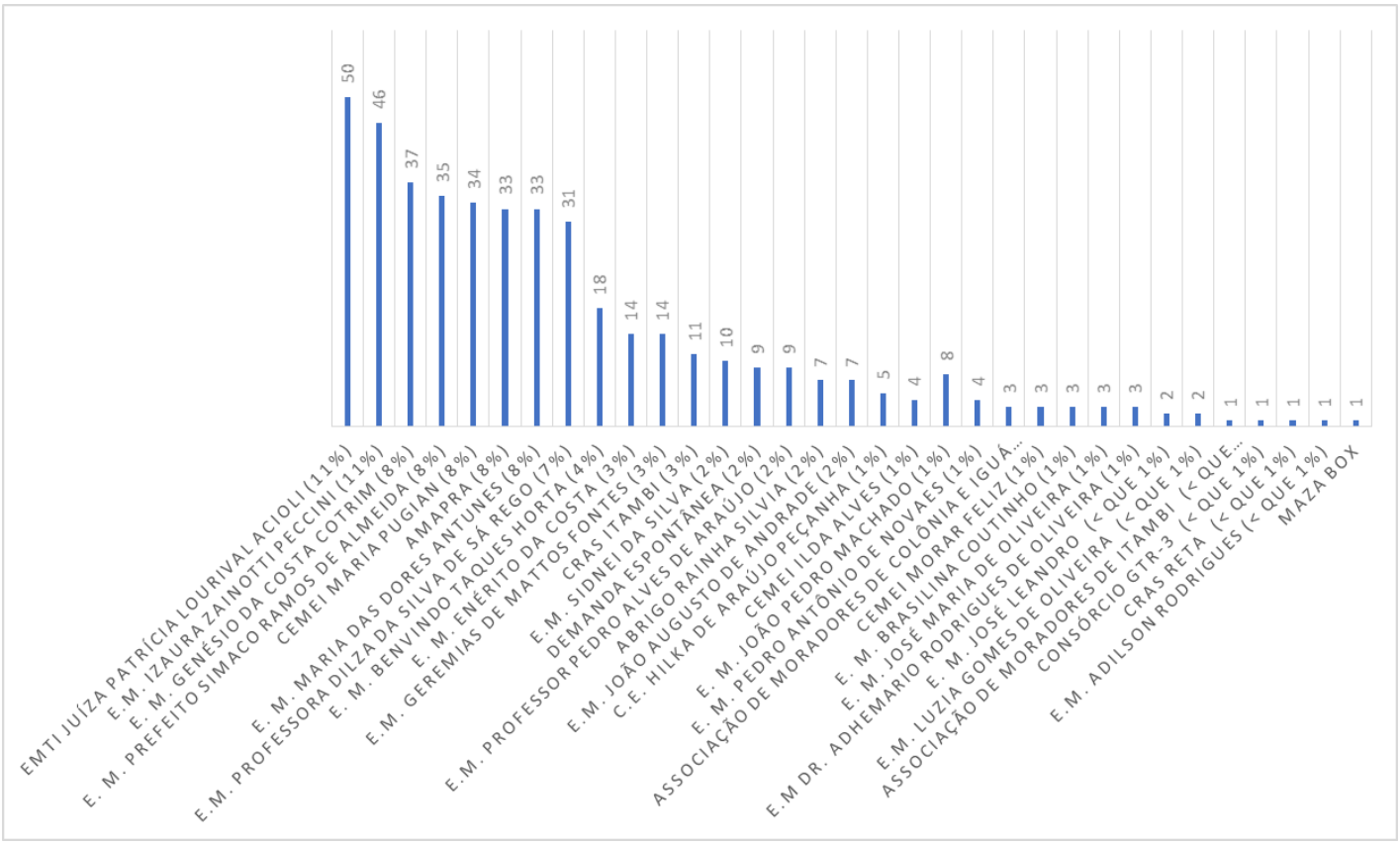
- Quanto ao sexo dos atendidos 278 eram do sexo feminino e 165 do sexo masculino.



- Quanto ao local de origem do atendimento:

Atendimentos por instituição:			
EMTI Juíza Patrícia Lourival Acioli	50	C.E. Hilka de Araújo Peçanha	5
E.M. Izaura Zainotti Peccini	46	CEMEI Ilda Alves	4
E. M. Genésio da Costa Cotrim	37	E. M. João Pedro Machado	8
E. M. Prefeito Simaco Ramos de Almeida	35	E. M. Pedro Antônio de Novaes	4
CEMEI Maria Pugian	34	Ass. de Moradores de Colônia e Iguá	3
AMAPRA	33	CEMEI Morar Feliz	3
E. M. Maria das Dores Antunes	33	E. M. Brasilina Coutinho	3
E.M. Professora Dilza da Silva de Sá Rego	31	E. M. José Maria de Oliveira	3
E. M. Benvindo Taques Horta	18	E.M Dr. Adhemario R. De Oliveira	3
E. M. Enérito da Costa	14	E. M. José Leandro	2
E.M. Geremias de Mattos Fontes	14	E.M. Luzia Gomes de Oliveira	2
CRAS Itambi	11	Associação de Moradores de Itambi	1
E.M. Sidnei da Silva	10	Consórcio GTR-3	1
Demanda Espontânea	9	CRAS RETA	1
E.M. Professor Pedro Alves de Araújo	9	E.M. Adilson Rodrigues	1
Abrigo Rainha Silvia	7	Maza Box	1
E.M. João Augusto de Andrade	7	Total:	443

Origem do encaminhamento



Os atendimentos geraram 128 notificações no SINAN. O resultado da análise dos casos notificados será apresentado na sistematização da Ação B do objetivo específico 05 – Notificações.

Considerações Finais

O Tecendo Redes, ao abrir a escuta e o cuidado para as crianças, adolescentes e responsáveis, além de identificar questões relacionadas à violência doméstica, identificou muitas outras necessidades, prestando serviço ao município, entregando relatórios a respeito dos atendidos, orientando sobre os procedimentos que deveriam ser realizados, tais como acesso à saúde mental, ao acompanhamento psicopedagógico, orientação aos pais e responsáveis, compreendendo histórias nunca antes acessadas pelos profissionais do cotidiano dos atendidos.

Muitas foram as crianças e adolescentes que foram identificadas supostas violações de seus direitos, principalmente violação do direito de viver livre de qualquer forma de violência, o que pode ser comprovado pelo número de notificações de agravos de violência realizadas.

O projeto revelou a importância da escuta livre de preconceitos e acolhedora. Compreender comportamentos e reações emocionais inadequados através da escuta sensível é abrir possibilidades para a própria criança e adolescente tomarem consciência do que está acontecendo com eles mesmos e terem a oportunidade de pensar a respeito e aceitar ajuda.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Acolhimento com avaliação e classificação de risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2004 c. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/humanizacao/biblioteca/pnh/acolhimento_com_avaliacao_e_classificacao_de_risco.pdf > Acesso em: 31 de janeiro de 2020.

_____ Presidência da República. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2013.

CAMARGO, C. L. Violência física familiar contra criança e adolescentes: um recorte localizado. Tese apresentada ao Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, s/a

Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, agosto de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n° 007, de 14 de junho de 2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP ° 17/2002. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf> Acesso em: 05 de fevereiro de 2020.

SOUZA, Marisa Chaves. Técnica de atendimento: Escuta ativa e sensível. Itaboraí, 2020. 48 slides. Não publicado.

MARTINS, C. B. de G. Maus tratos contra crianças e adolescentes. In: Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, 2010.

MATOS, Eliane; PIRES, Denise Elvira Pires de and CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Relações de trabalho em equipes interdisciplinares: contribuições para a constituição de novas formas de organização do trabalho em saúde. *Rev. bras. enferm.* [online]. 2009, vol.62, n.6, pp.863-869. ISSN 0034-7167. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672009000600010.

Sites consultados:

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. Dicas em Saúde, 2008. <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/167acolhimento.html> Acesso em: 31 de janeiro de 2020.

Anexos

Ilustrações clínicas

Ilustramos a discussão acerca da temática apresentada anteriormente com o recorte de alguns casos atendidos pela equipe técnica do PTR, no período dos 24 meses que o projeto esteve vigente. Alguns dados apresentados, como nomes e locais, foram alterados ou omitidos com o propósito de preservar a identidade dos pacientes e de seus familiares, mantendo-se o sigilo terapêutico.

Caso 01 - Dolores:

- **Síntese do caso**_____

- Durante uma atividade realizada pelo Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes, em um espaço cedido por uma Instituição de Ensino, a equipe técnica acolheu uma usuária da região. A Sra. Dolores contou que durante muitos anos sofreu violência doméstica e que quando descobriu que os seus filhos foram vítimas de abuso sexual perpetrada pelo seu ex-marido, registrou o caso na Delegacia da região, demandando a prisão do genitor. A Sra. Dolores relatou que seu ex-marido era muito agressivo e apresentava intensa vida sexual, não lhe respeitando, inclusive saindo com outras mulheres e sendo infectado com IST/HIV, transmitiu o vírus para a usuária. O companheiro foi a óbito na prisão em consequência da doença.
- No relato a Sra. Dolores informou que uma das filhas, quando estava com 13 anos de idade foi abusada sexualmente, resultando em uma gravidez. O caso está sendo acompanhado pelo Ministério Público.
- A família reside em um imóvel com muitas infiltrações, a laje possui rachaduras, havendo o risco de desabamento, a parentela vive em estado de insalubridade.
- A genitora é acompanhada e recebe medicamentos na Policlínica de Especialidades PRFF Francisco Nunes da Silva/Itaboraí. A filha vítima de abuso sexual faz acompanhamento no CREAS/Itaboraí com frequência, acompanhada de sua mãe.

- **Procedimentos Realizados**_____

- ✓ Avaliação para acompanhamento psicológico à família;
- ✓ Avaliação médica de toda a família;
- ✓ Visita da Defesa Civil à casa da família para avaliação do local;
- ✓ Inclusão da parentela ao Programa Minha Casa, Minha Vida;
- ✓ Acompanhamento jurídico a respeito do processo de violência doméstica e abuso sexual à adolescente Clarissa;
- ✓ Acompanhamento da família para controle das IST e do HIV/Aids.

Considerações Finais_____

Sendo assim, após estudo de caso com a equipe técnica, supervisão e coordenação do Projeto Tecendo Redes, avaliamos que devido às várias situações de vulnerabilidade e às graves influências das experiências de violências sofridas e presenciadas por esta família, faz-se necessário encaminhar as crianças em tela ao Conselho Tutelar II, com o objetivo de o órgão acompanhar e monitorar as medidas de proteção realizadas com urgência, através de ofício ao CREAS, na perspectiva da garantia dos serviços e/ou atendimentos da rede de assistência social, saúde, habitação, bem como da Defesa Civil, à referida família.

Caso 02 - Maria Flor

Atendida pelo setor de Pedagogia:

A equipe do Projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes, em vinte e um de maio de dois mil e dezenove realizou, atendimentos psicossocial/pedagógico em unidade escolar da área de abrangência de sua atuação.

Neste dia o atendimento foi realizado com uma responsável de criança matriculada em uma unidade escolar, Sra. Maria Flor. Durante o atendimento a Sra. Maria Flor, genitora da criança Rosinha Flor, contou sobre um primo lhe ter alertado para a hipótese de Rosinha flor ser autista, pois reparou que ela não fala quase nada aos três anos de idade, não interage com as pessoas e não fixa o olhar nos olhos de ninguém por muito tempo. A Sra. Maria Flor relatou que a menina não falava nada até entrar na escola, atribuindo isso ao fato de ter morado em outro Estado nos três primeiros anos de vida da criança. Que na casa só residia adultos e não saíam com a menina nem para aniversários. (sic)“ Ela não tinha contato com outras crianças”. Em dois mil e dezoito mudou-se fixando residência em outro Estado, antes sempre contou com a ajuda de sua mãe que morava com ela . Neste Ínterim engravidou de um menino que o genitor não assumiu e ela tentou o aborto até o quinto mês, não conseguiu e o menino nasceu; sua mãe cuidou da criança. Sra. Maria Flor entrou em depressão e tentou tirar a própria vida. Já situada no segundo Estado, sua irmã adotou o sobrinho e de comum acordo resolveram registrá-lo mantendo a Sra. Maria Flor na condição de mãe e o seu cunhado na condição de pai adotivo. Recentemente a Irmã desfez o casamento e teve que voltar ao mercado de trabalho, estabelecendo assim que a Sra. Maria Flor assumisse o cuidado da criança. A Sra. Maria Flor revelou que por causa disso está se afeiçoando à criança; que diante dessa situação se sentiu confusa e novamente está sentindo desejo de dar “cabo da própria vida”.

Avaliação:

A Sra. Maria Flor apresenta fragilidade emocional e muita dificuldade de lidar com as questões colocadas em seu relato, principalmente no que se refere ao cuidado com as crianças e diante dos problemas apresentados, tendo em vista não estar conseguindo, por questões postas, lidar com a resolução daqueles mencionados. A criança Rosinha pode estar presenciando situação relacionada ao emocional de sua mãe, a qual não consegue entender, porém sente, sofre e pode estar somatizando, causando as dificuldades relatadas por sua mãe Sra. Maria Flor.

Encaminhamento:

Após estudo de caso com a equipe técnica, coordenação e supervisão do Projeto Tecendo Redes, sugerimos encaminhamento para avaliação psicológica, pois a Sra. Maria Flor se encontra em fragilidade emocional elevada e inspira atenção. Vale ressaltar que neste dia a psicóloga do Projeto Tecendo Redes, a escutou e orientou a buscar ajuda com o número 188 Centro de Valorização da Vida (CVV) colocando em seu celular o referido número para chamada de emergência. A equipe entendeu a importância de encaminhamento da Sra. Maria Flor para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e também para o Centro de referência especializado de Assistência social (CREAS).

Anexos:

- Formulário de atendimento

FICHA DE ATENDIMENTO

REG. GERAL Nº: _____/2019

1- Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/_____ **Idade:**_____ **Grau de escolaridade:** _____

Filiação: _____

_____

Responsável Legal: ( ) Sim ( ) Não _____

2- Endereço: _____

Bairro: _____ **Cidade:** _____**CEP:** _____

Ponto de referência:_____

Telefone:_____ **Celular:**_____

3- Encaminhado Por:

(01) Outra(o) Usuária(o) (02) Procura Espontânea (04) Vizinho (05) Organização Comunitária
(06) Escola (07) Serviço de Saúde (08) Org. de Defesa de Direito
(09) Autoridade Policial (10) Autoridade Judicial (11) Ministério Público (12) Serviços de Assist. Social
(13) Matéria de imprensa/Out-doors/Site (14) Outro: _____
Especificar o Encaminhante: _____

4- Tipo de Violação de Direitos:

( ) física ( ) psicológica ( ) moral ( ) sexual ( ) patrimonial ( ) Institucional ( ) Negligência

SÍNTESE DA DEMANDA:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

AVALIAÇÃO:

PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS:

_____, ____/___/____

_____ **Profissional**

- Formulário de encaminhamento aos órgãos de promoção, defesa e responsabilização.

Movimento de Mulheres em São Gonçalo
CNPJ 39.259.098/0001-31 Fundação: 16/03/1989
PROJETO TECENDO REDES: PROTEÇÃO E DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ENCAMINHAMENTO

_____, _____ de _____ de 20____.

Instituição:_____

A Instituição _____, localizada na _____,

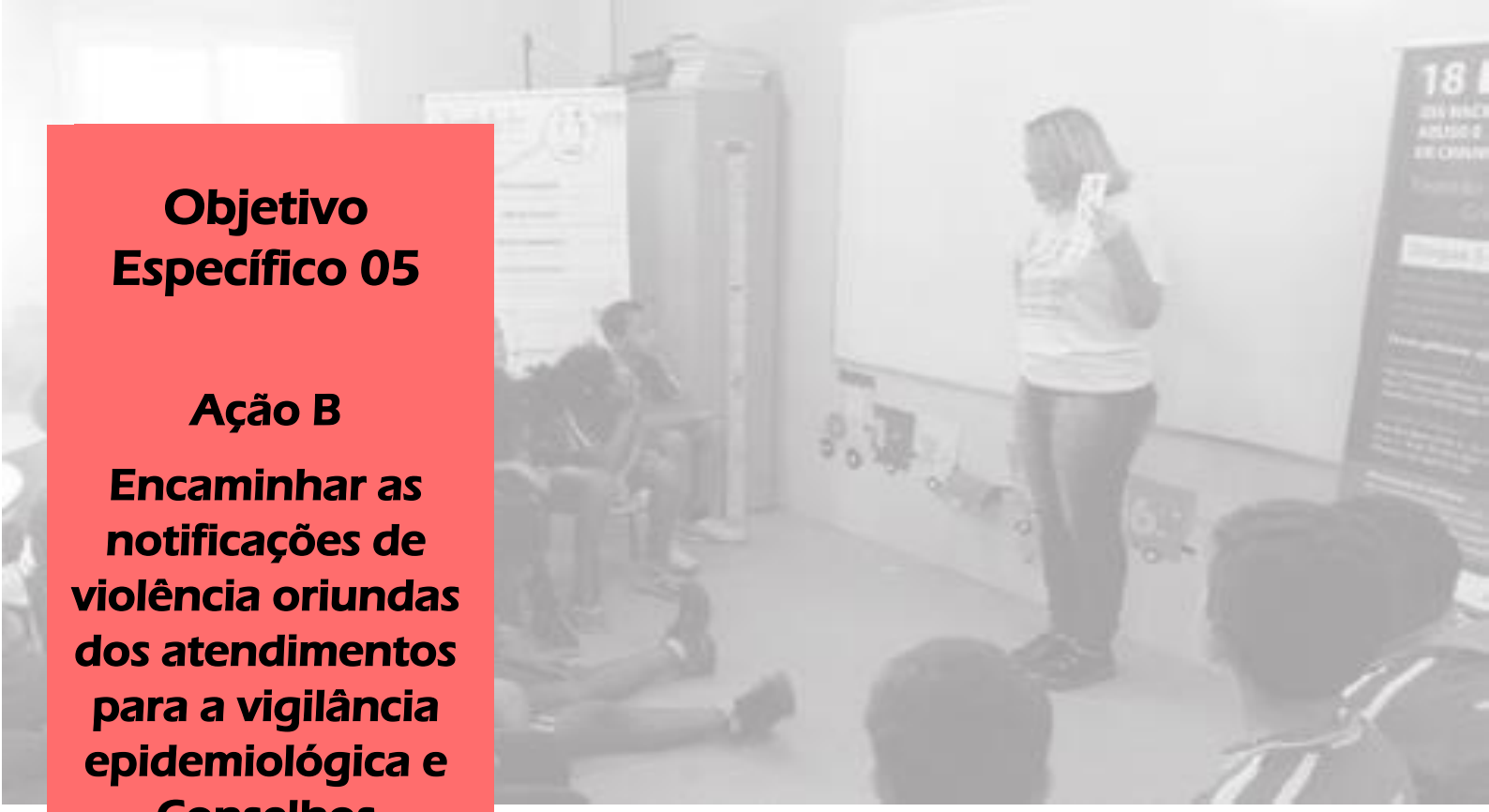
vem por meio deste encaminhar o (a) usuário (a)

Sr.(a)_____
para providências cabíveis quanto a seguinte demanda:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Na certeza de podermos contar com sua valiosa colaboração, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Responsável:_____



Objetivo Específico 05

Ação B

Encaminhar as notificações de violência oriundas dos atendimentos para a vigilância epidemiológica e Conselhos Tutelares.

Introdução

Umas das ações do projeto Tecendo Redes é a notificação compulsória de casos envolvendo violação de direitos de crianças e adolescentes no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

O SINAN constitui uma base de dados que objetiva investigar casos de doenças e agravos que constam na lista de notificação compulsória. Os casos de violência doméstica e/ou outras violências, Violência sexual e tentativa de suicídio constam nessa lista e a notificação destas é imediata, isto é, deve ocorrer em até 24 horas.

Visando a implementação da ficha única de notificação nos municípios onde o Movimento de Mulheres em São Gonçalo possui atuação profissional, as equipes vêm envidando esforços para sensibilizar os profissionais do setor saúde e de outras políticas setoriais, para preencherem corretamente a ficha única de notificação compulsória de maus tratos e outras violências, que é uma determinação legal preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90) e pela Lei Federal nº 10.778/2003, que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

As informações a seguir foram baseadas nos slides da palestra “Ficha Única de Notificação de Maus Tratos e outras Violências - SINAN/MS”, ministrada pela coordenadora do projeto Marisa Chaves de Souza, no município de Itaboraí.

Registro X Notificação X Denúncia

- Registro - Notícia de crime em unidade de polícia judiciária (Delegacias Policiais).
  Vítima com idade inferior a 18 anos - Ação penal incondicionada.
  Vítima maior de 18 anos - Ação penal condicionada a vontade expressa da vítima (salvo raras exceções).
- Notificação - Notificação compulsória de maus tratos e violências quando o profissional reconhece e cumpre o seu dever de notificar casos suspeitos ou confirmados de violência para fins epidemiológicos.
- Denúncia - Ação exclusiva do Ministério Público que zela pelo fiel cumprimento das leis, podendo propor denúncia contra qualquer cidadão, instituição ou coletividade quando houver suspeita e elementos factíveis que ensejam uma ação penal.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN

O SINAN objetiva contribuir para a identificação da realidade de cada distrito/região/município; com o mapeamento e elaboração do diagnóstico da violência; com a identificar riscos para a suposta vítima; para o planejamento da saúde, identificando prioridades da intervenção; monitorando os impactos; com a realização de pesquisas que subsidiem a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades e prioridades levantadas.

Que violências devemos notificar?

- Doméstica/intrafamiliar;
- Sexual;
- Tráfico de pessoas;
- Trabalho escravo;
- Trabalho infantil;
- Tortura;
- Intervenção legal;
- Violências homofóbicas;
- Violência extrafamiliar/comunitária: restrita a populações vulneráveis: crianças, adolescentes, mulheres, idosos, deficientes, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Fluxo da notificação

O profissional notificante procede da seguinte forma:

- 01 via fica no serviço responsável pela notificação;
- 01 via é enviada a Secretaria de Saúde (Vigilância Epidemiológica);
- 01 via é encaminhada e entregue pelo serviço ao CT da área de abrangência quando a vítima for criança ou adolescente.

A Portaria nº 1.271, de 06 de junho de 2014, entre outras providências, estabelece a notificação imediata (em menos de 24 horas) para violência sexual e tentativa de suicídio, em âmbito municipal. As demais violências

interpessoais são de notificação semanal (Atualizada pela portaria 204 de 17 de fevereiro de 2016.

Nos casos de violência sexual deve-se agilizar o atendimento a vítima e seu acesso à contracepção de emergência e às medidas profiláticas de acordo com o preconizado na Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (Ministério da Saúde, 2011) em até 72 horas da agressão (mais precocemente possível).

Nos casos de tentativa de Suicídio deve ser tomada rápida de decisão, como o encaminhamento e vinculação do paciente aos serviços de atenção psicossocial, de modo a impedir que um caso de tentativa de suicídio se concretize.

Quanto ao fluxo de notificações imediatas, para os casos ocorridos em residentes no município, deve-se divulgar no município o fluxo de atendimento, notificação e encaminhamento dos casos de violência de residentes no município em questão, especialmente os casos de tentativa de suicídio e violência sexual, pois são agravos que requerem imediato atendimento e intervenção, a fim de que as medidas cabíveis a cada situação sejam rapidamente estabelecidas.

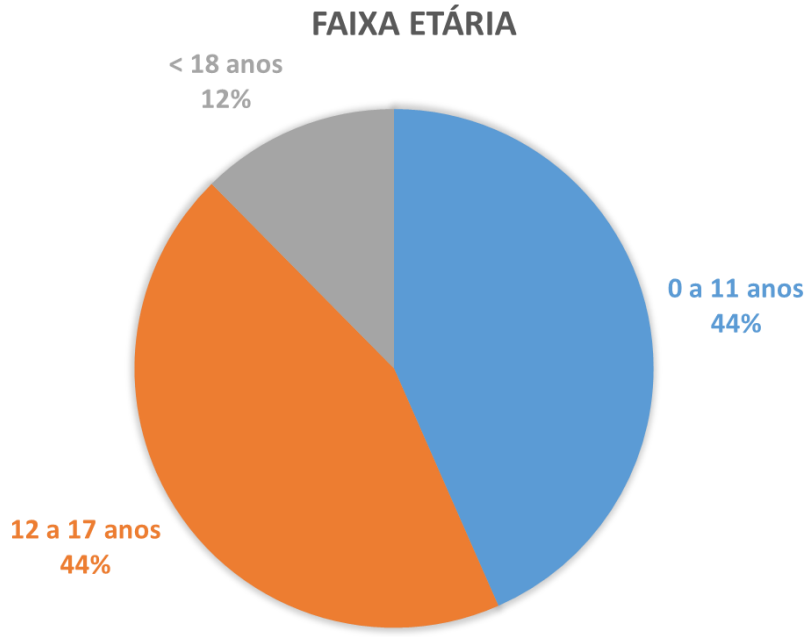
Para os casos ocorridos em residentes de outros municípios deve-se seguir o procedimento a seguir: Repassar o caso para Área Técnica de Ações Contra a Violência (ATAV) – SES/ RJ. a) segunda a Sexta-Feira (horário comercial): Enviar a ficha digitalizada através de e-mail apav@saude.rj.gov.br. b) à noite, fins de semana e feriados: Enviar a ficha digitalizada através de e-mail ou para o plantão do CIEVS- RJ (estadual): notifica@saude.rj.gov.br. Este procedimento é necessário para que seja garantida a continuidade do atendimento para as vítimas de violência sexual e tentativa de suicídio no município de residência. (Nota técnica APAV/SAB/SAS/SES N°001/2015).

Notificar é dever do profissional, é reconhecer que estamos diante de uma situação de risco e violação de direitos, no qual todos temos corresponsabilidades para prevenir e fornecer a tempo assistência à vítima. Omissão significa privatizar a violência doméstica e/ou sexual, pois a vítima nem sempre tem a dimensão do problema e dos riscos em que se encontra.

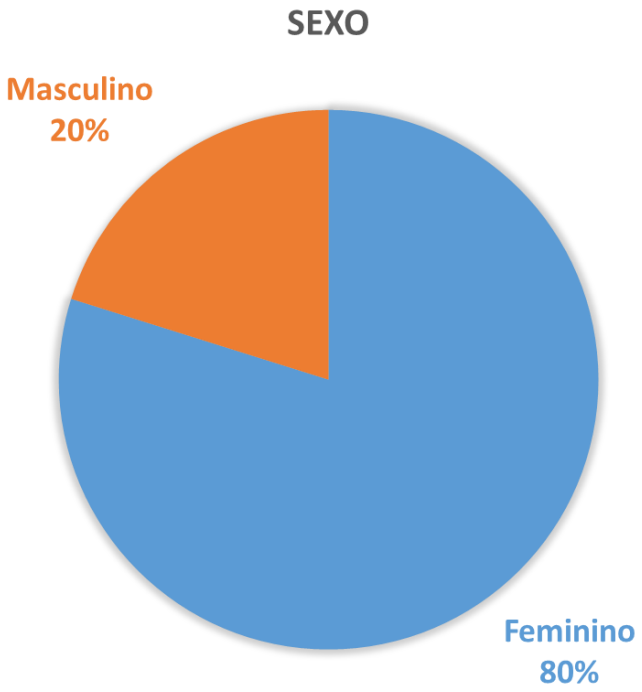
Resultados

As notificações do PTR eram realizadas a partir dos atendimentos interdisciplinares promovidos nos municípios de Itaboraí e Maricá. Dos 443 atendimentos realizados pelo projeto Tecendo Redes houve a notificação no SINAN de 128 supostas violências.

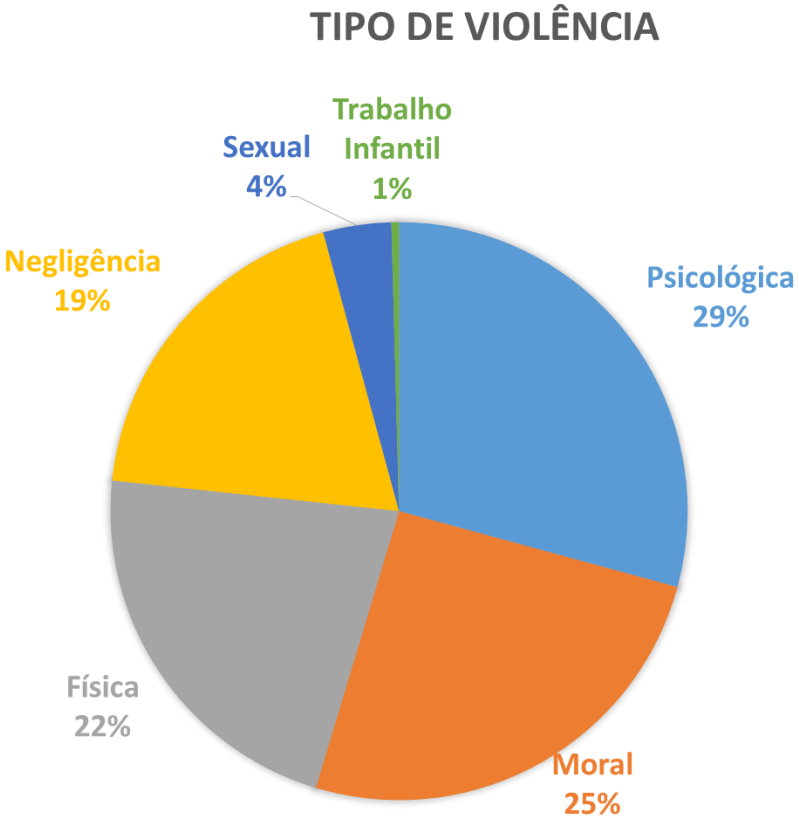
Das notificações, 56 suspeitas se referiram a violência contra crianças (0-11 anos), 57 contra adolescentes (12-17 anos) e 15 contra mulheres adultas (maiores de 18 anos).



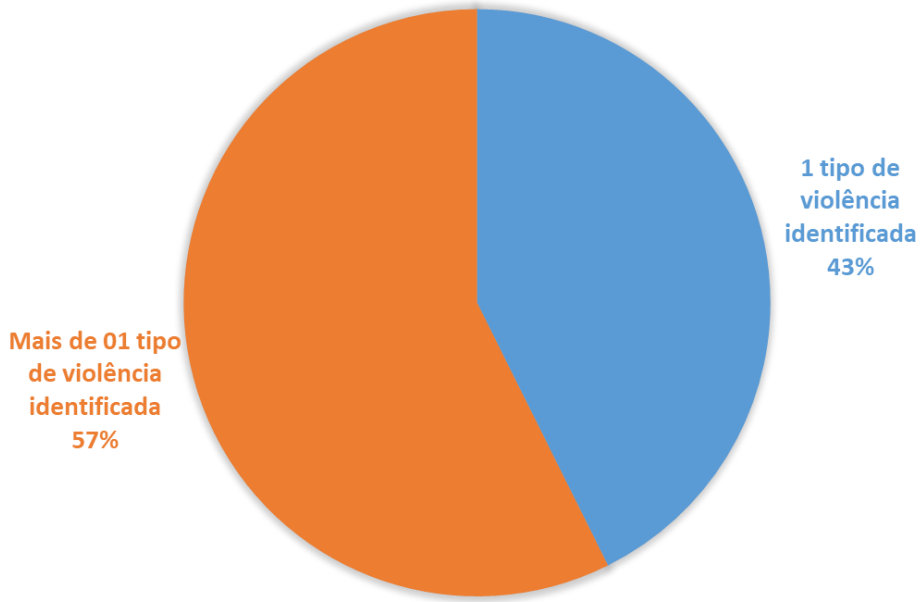
Quanto ao sexo nas notificações, 102 eram do sexo feminino e 23 do sexo masculino.



Em relação ao tipo de violência, 69 notificações envolverem violência psicológica, 60 violência moral, 52 violência física, 45 negligência, 09 violência sexual e 01 trabalho infantil. Esses dados denotam que em muitos casos a suspeita é de que a pessoa sofreu mais de um tipo de violência.



O levantamento das notificações mostra que em 54 notificações foi identificada 01 tipo de violência e em 74 notificações foram identificadas 02 ou mais violências.



Considerações Finais

A violência constitui uma grave ameaça à vida que não se limita a saúde da vítima, mas de toda a sociedade, com repercussão danosa na economia e no desenvolvimento saudável da população.

É fundamental que os profissionais estejam sensibilizados e capacitados para identificar pessoas em situação de abuso físico e emocional; e, por conseguinte providenciar a assistência e os encaminhamentos necessários, tanto para redes de atenção quanto de proteção social.

As instituições precisam funcionar de maneira articulada visando romper com o ciclo da violência da qual estas pessoas estão inseridas e com isso impedir que ocorram novos episódios.

Anexo 01 – Orientação do Site do Ministério da Saúde sobre a Notificação Compulsória

Entendendo a definição de caso da ficha de notificação de violências interpessoais e autoprovocadas

A ficha de notificação de violências interpessoais e autoprovocadas traz uma definição de caso de violência bastante complexa, pois ora trata dos tipos de violência que são de notificação compulsória, ora trata dos públicos que, se vítimas de violência, também devem ter seus casos notificados no Sinan e ora trata das motivações da violência. No intuito de auxiliar as equipes de saúde responsáveis pela notificação e vigilância de violências foi elaborado este texto.

Segue abaixo a definição de caso da ficha de notificação de violências interpessoais e autoprovocadas:

"Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, indígenas e população LGBT."

*"Caso suspeito ou confirmado...":*profissionais da saúde devem preencher a ficha de notificação de violências interpessoais e autoprovocadas ainda que não haja confirmação da violência.

No caso de crianças, adolescentes, pessoas idosas é necessário, para além da notificação compulsória que é do âmbito da saúde (e se dá no SINAN, Sistema de Informação de Agravos de Notificação), a comunicação aos órgãos competentes designados pela legislação:

- Crianças e adolescentes: Conselho Tutelar e/ou Ministério Público;
- Pessoas idosas: ao Conselho do Idoso e/ou Ministério Público
- Pessoas deficientes: ao Conselho dos Direitos das Pessoas Deficientes, Ministério Público e à autoridade policial.

Para esses públicos específicos, quem é responsável por verificar se de fato existe uma situação de violência acontecendo são os órgãos competentes designados pela Lei.

No caso de mulheres adultas que são vítimas de violência (e que não são nem idosas nem deficientes), não há previsão legal para qualquer tipo de comunicação e acionamento de órgão da Segurança Pública (polícia civil ou militar).

Na Saúde não é necessário o registro de boletim de ocorrência para o atendimento. Se a pessoa não deseja registrar o boletim de ocorrência, sua vontade deverá ser respeitada, sem prejuízo ao atendimento integral à saúde e de todas as orientações necessárias sobre os seus direitos. Em todos os casos, a equipe de saúde deve orientar sobre a importância de a pessoa registrar o boletim de ocorrência, pois este é um direito de cidadania e contribui para que o agressor não fique impune.

Os serviços de saúde NÃO substituem as funções e atribuições da Segurança Pública, mas devem orientar as pessoas sobre a importância do registro do boletim de ocorrência e informar sobre os serviços da rede de proteção social.

"Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades".
Ou seja, são de notificação compulsória:

- Violência doméstica/intrafamiliar: contra pessoas de todas as idades;
- Violência Sexual: contra pessoas de todas as idades. Violência sexual é de notificação imediata (em até 24 horas pelo meio mais rápido disponível) para agilizar o atendimento à pessoa e seu acesso à contracepção de emergência e às medidas profiláticas contra doenças sexualmente transmissíveis e hepatites virais em até 72 horas da agressão, o mais precocemente possível.
- Violência autoprovocada (agressões contra si próprio ou tentativas de suicídio): pessoas de todas as idades. Tentativas de suicídio também são casos de notificação imediata (em até 24 horas pelo meio mais rápido disponível), considerando a importância de tomada rápida de decisão, como o encaminhamento e vinculação da pessoa aos serviços de atenção psicossocial, de modo a prevenir que um novo caso de tentativa de suicídio se concretize, pois as estatísticas demonstram um risco elevado de novas tentativas subsequentes.
- Tráfico de pessoas: contra pessoas de todas as idades; A definição de tráfico de pessoas é a que consta no Instrutivo da ficha de notificação de violências;
- Trabalho escravo: contra pessoas de todas as idades;
- Trabalho infantil: No Brasil, o trabalho é proibido para quem ainda não completou 16 anos. Quando realizado na condição de aprendiz, é permitido a partir dos 14 anos. Se for trabalho noturno, perigoso, insalubre a proibição se estende aos 18 anos incompletos. Maior detalhamento no Instrutivo da ficha de notificação. Atenção: além da notificação é necessária comunicação ao Conselho Tutelar e/ou Ministério Público;
- Tortura: contra pessoas de todas as idades. A definição de tortura é a da Lei 9.455 de 07/04/1997 e consta no Instrutivo da ficha de notificação de violências interpessoais e autoprovocadas;
- Intervenção legal: contra pessoas de todas as idades. A definição que o Instrutivo traz é a seguinte "intervenção por agente legal público, isto é, representante do Estado, polícia ou de outro agente da lei no exercício da sua função. Segundo a CID-10, pode ocorrer com o uso de armas de fogo, explosivos, uso de gás, objetos contundentes, empurrão, golpe, murro, podendo resultar em ferimento, agressão, constrangimento e morte." Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, 4.424 pessoas foram mortas por policiais no país, um aumento de 26% em relação ao ano anterior. As informações coletadas na Saúde pela ficha de notificação de violências podem fornecer dados sobre as agressões não-letais causadas por agentes da lei;
- Violências Homofóbicas: contra pessoas de todas as idades. A violência contra qualquer pessoa que integre a população LGBT (lésbicas, gays, transexuais e travestis) ou que seja identificada como pertencente a essa população. Toda violência contra pessoa da população LGBT deve necessariamente ser notificada, sendo ou não motivada por homo/lesbo/bi/transfobia. Na ficha de notificação existem campos específicos para a orientação sexual (campo 36) identidade de gênero (campo 37) e também para a motivação da violência (campo 55).

"...No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, indígenas e população LGBT."

A violência extrafamiliar/comunitária é definida como aquela que ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos ou desconhecidos. É praticada por meio de agressão às pessoas, por atentado à sua integridade e vida e/ou a seus bens.

Quando foi elaborada a definição dos casos de violência que seriam notificados pelos serviços de saúde, optou-se pela priorização dos públicos mais vulneráveis. Então, no caso deste tipo de violência só serão notificadas as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBT.

Os casos de violência extrafamiliar/comunitária contra homens adultos de 20 a 59 anos não serão notificados pelo SINAN. Por exemplo, um homem que tenha sido agredido na rua após um jogo de futebol e depois vá até o serviço de saúde não terá seu caso notificado. Mas se esse homem for idoso, deficiente, gay ou indígena, haverá a necessidade de o serviço de saúde fazer a notificação.

Os casos de violência contra homens adultos de 20 a 59 anos (e que não sejam dos públicos prioritários, a saber, população LGBT, idoso, deficiente ou indígena e não tenham sofrido violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura ou intervenção legal ou violência com motivação em homo/bi/transfobia) ainda que não sejam captados pelo SINAN-violência, são captados por outros sistemas de informação tanto da Saúde quanto da Segurança Pública. Um exemplo de caso de violência que não será notificado no Sinan é de um homem de 25 anos que sofreu uma agressão na rua por um desconhecido após assistir a uma partida num estádio de futebol.

O Poder Público também deve estabelecer estratégias para o enfrentamento, prevenção e vigilância da violência contra este público. Além disso, mesmo não havendo a notificação da violência no Sinan, a equipe de saúde deve informar e encaminhar a pessoa para os serviços da rede de atenção e proteção social.

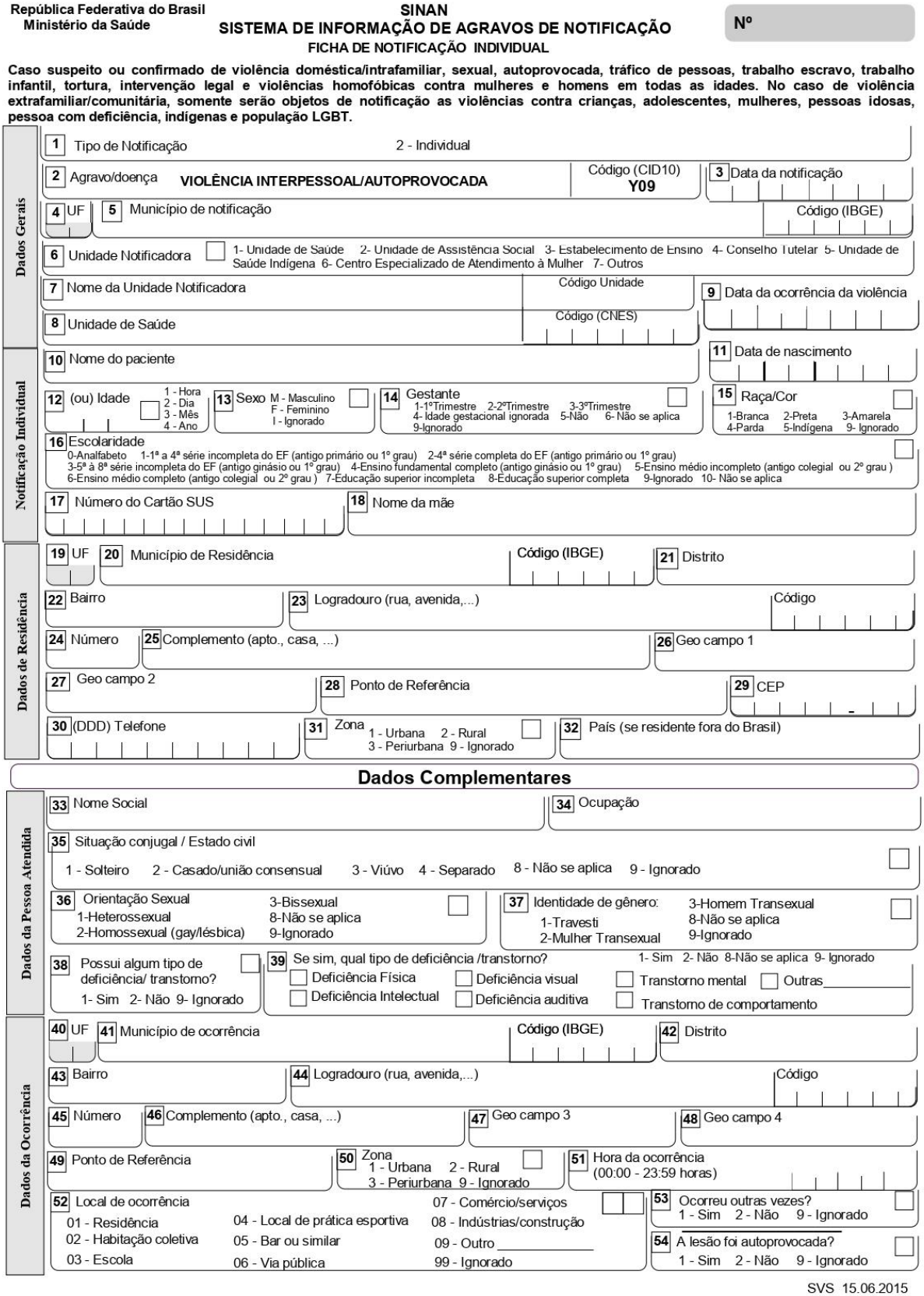
Casos semelhantes ao do exemplo acima poderão ser registrados nos sistemas de informação da Saúde no Viva Inquérito, pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com estados e municípios trienalmente que tem por objetivo analisar a tendência e descrever o perfil das pessoas que foram vítimas de violências e acidentes (trânsito, quedas, queimaduras, dentre outros) atendidas em unidades de urgência e emergência em território nacional.

Fonte: Site Ministério da Saúde. Disponível em https://www.saude.gov.br/component/content/article/950-saude-de-a-a-z/violencia-e-acidentes/43255-entendendo-a-definicao-de-caso-da-ficha-de-notificacao-de-violencias-interpessoais-e-autoprovocadas Acesso em 03/03/2020

Anexo 02

Cópia da ficha de notificação

Página 01



República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde

SINAN
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO
FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL

Nº

Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, indígenas e população LGBT.

Dados Gerais

1 Tipo de Notificação — 2 - Individual

2 Agravo/doença — VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA — Código (CID10) Y09 — 3 Data da notificação

4 UF — 5 Município de notificação — Código (IBGE)

6 Unidade Notificadora — 1- Unidade de Saúde 2- Unidade de Assistência Social 3- Estabelecimento de Ensino 4- Conselho Tutelar 5- Unidade de Saúde Indígena 6- Centro Especializado de Atendimento à Mulher 7- Outros

7 Nome da Unidade Notificadora — Código Unidade — 9 Data da ocorrência da violência

8 Unidade de Saúde — Código (CNES)

Notificação Individual

10 Nome do paciente — 11 Data de nascimento

12 (ou) Idade — 1 - Hora 2 - Dia 3 - Mês 4 - Ano — 13 Sexo M - Masculino F - Feminino I - Ignorado — 14 Gestante 1-1ºTrimestre 2-2ºTrimestre 3-3ºTrimestre 4- Idade gestacional ignorada 5-Não 6- Não se aplica 9-Ignorado — 15 Raça/Cor 1-Branca 2-Preta 3-Amarela 4-Parda 5-Indígena 9- Ignorado

16 Escolaridade
0-Analfabeto 1-1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau) 2-4ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau) 3-5ª à 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau) 4-Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau) 5-Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau) 6-Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau) 7-Educação superior incompleta 8-Educação superior completa 9-Ignorado 10- Não se aplica

17 Número do Cartão SUS — 18 Nome da mãe

Dados de Residência

19 UF — 20 Município de Residência — Código (IBGE) — 21 Distrito

22 Bairro — 23 Logradouro (rua, avenida,...) — Código

24 Número — 25 Complemento (apto., casa, ...) — 26 Geo campo 1

27 Geo campo 2 — 28 Ponto de Referência — 29 CEP

30 (DDD) Telefone — 31 Zona 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado — 32 País (se residente fora do Brasil)

Dados Complementares

Dados da Pessoa Atendida

33 Nome Social — 34 Ocupação

35 Situação conjugal / Estado civil
1 - Solteiro 2 - Casado/união consensual 3 - Viúvo 4 - Separado 8 - Não se aplica 9 - Ignorado

36 Orientação Sexual
1-Heterossexual 2-Homossexual (gay/lésbica) 3-Bissexual 8-Não se aplica 9-Ignorado

37 Identidade de gênero:
1-Travesti 2-Mulher Transexual 3-Homem Transexual 8-Não se aplica 9-Ignorado

38 Possui algum tipo de deficiência/ transtorno?
1- Sim 2- Não 9- Ignorado

39 Se sim, qual tipo de deficiência /transtorno? 1- Sim 2- Não 8-Não se aplica 9- Ignorado
Deficiência Física — Deficiência visual — Transtorno mental — Outras
Deficiência Intelectual — Deficiência auditiva — Transtorno de comportamento

Dados da Ocorrência

40 UF — 41 Município de ocorrência — Código (IBGE) — 42 Distrito

43 Bairro — 44 Logradouro (rua, avenida,...) — Código

45 Número — 46 Complemento (apto., casa, ...) — 47 Geo campo 3 — 48 Geo campo 4

49 Ponto de Referência — 50 Zona 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado — 51 Hora da ocorrência (00:00 - 23:59 horas)

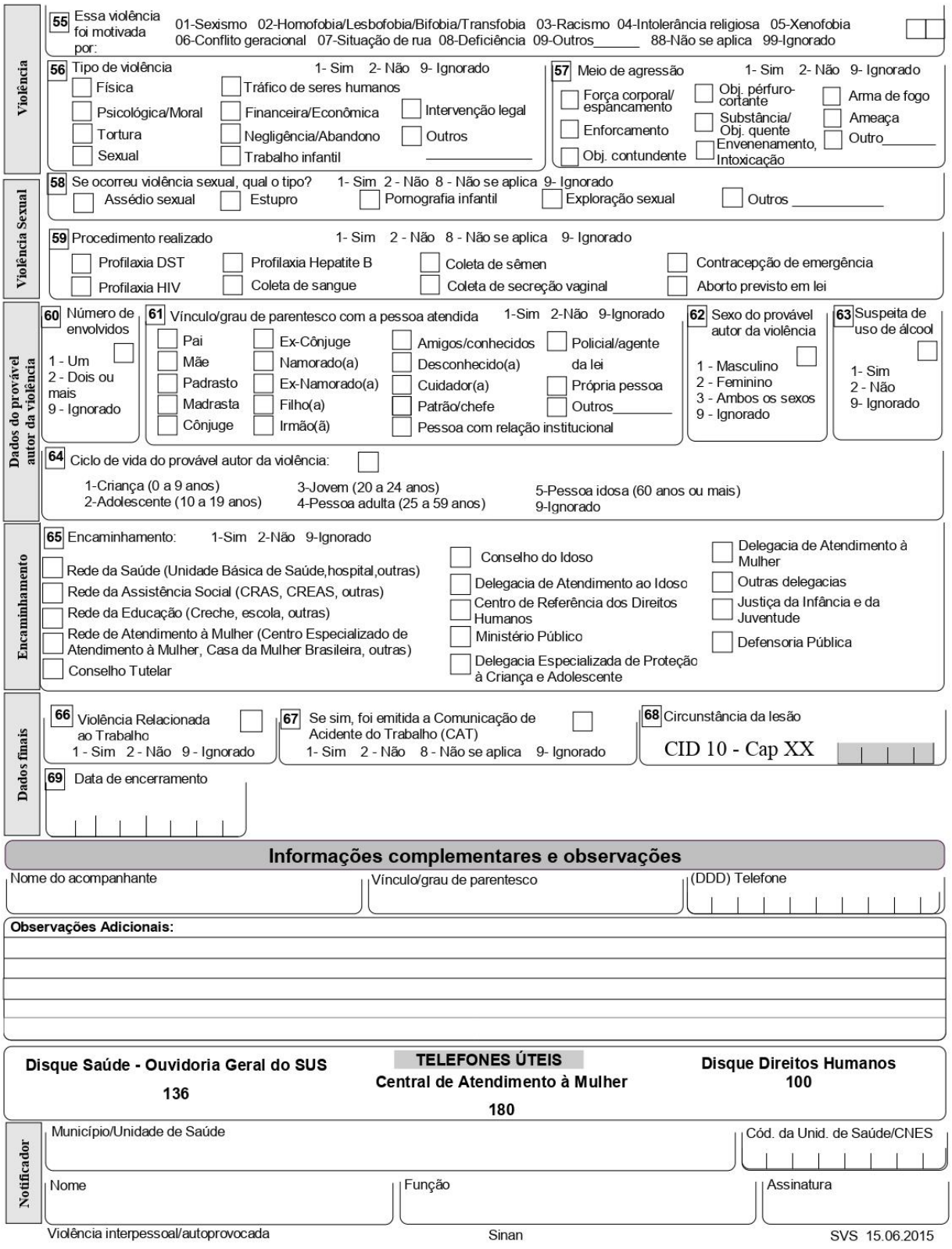
52 Local de ocorrência
01 - Residência 02 - Habitação coletiva 03 - Escola 04 - Local de prática esportiva 05 - Bar ou similar 06 - Via pública 07 - Comércio/serviços 08 - Indústrias/construção 09 - Outro _____ 99 - Ignorado

53 Ocorreu outras vezes? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

54 A lesão foi autoprovocada? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

SVS 15.06.2015

Página 02



Violência

55 Essa violência foi motivada por: 01-Sexismo 02-Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia 03-Racismo 04-Intolerância religiosa 05-Xenofobia 06-Conflito geracional 07-Situação de rua 08-Deficiência 09-Outros_____ 88-Não se aplica 99-Ignorado

56 Tipo de violência 1- Sim 2- Não 9- Ignorado
- Física
- Psicológica/Moral
- Tortura
- Sexual
- Tráfico de seres humanos
- Financeira/Econômica
- Negligência/Abandono
- Trabalho infantil
- Intervenção legal
- Outros _____

57 Meio de agressão 1- Sim 2- Não 9- Ignorado
- Força corporal/ espancamento
- Enforcamento
- Obj. contundente
- Obj. pérfuro-cortante
- Substância/ Obj. quente
- Envenenamento, Intoxicação
- Arma de fogo
- Ameaça
- Outro_____

Violência Sexual

58 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado
- Assédio sexual
- Estupro
- Pornografia infantil
- Exploração sexual
- Outros _____

59 Procedimento realizado 1- Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado
- Profilaxia DST
- Profilaxia HIV
- Profilaxia Hepatite B
- Coleta de sangue
- Coleta de sêmen
- Coleta de secreção vaginal
- Contracepção de emergência
- Aborto previsto em lei

Dados do provável autor da violência

60 Número de envolvidos
1 - Um
2 - Dois ou mais
9 - Ignorado

61 Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida 1-Sim 2-Não 9-Ignorado
- Pai
- Mãe
- Padrasto
- Madrasta
- Cônjuge
- Ex-Cônjuge
- Namorado(a)
- Ex-Namorado(a)
- Filho(a)
- Irmão(ã)
- Amigos/conhecidos
- Desconhecido(a)
- Cuidador(a)
- Patrão/chefe
- Pessoa com relação institucional
- Policial/agente da lei
- Própria pessoa
- Outros_____

62 Sexo do provável autor da violência
1 - Masculino
2 - Feminino
3 - Ambos os sexos
9 - Ignorado

63 Suspeita de uso de álcool
1- Sim
2 - Não
9- Ignorado

64 Ciclo de vida do provável autor da violência:
1-Criança (0 a 9 anos)
2-Adolescente (10 a 19 anos)
3-Jovem (20 a 24 anos)
4-Pessoa adulta (25 a 59 anos)
5-Pessoa idosa (60 anos ou mais)
9-Ignorado

Encaminhamento

65 Encaminhamento: 1-Sim 2-Não 9-Ignorado
- Rede da Saúde (Unidade Básica de Saúde,hospital,outras)
- Rede da Assistência Social (CRAS, CREAS, outras)
- Rede da Educação (Creche, escola, outras)
- Rede de Atendimento à Mulher (Centro Especializado de Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, outras)
- Conselho Tutelar
- Conselho do Idoso
- Delegacia de Atendimento ao Idoso
- Centro de Referência dos Direitos Humanos
- Ministério Público
- Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente
- Delegacia de Atendimento à Mulher
- Outras delegacias
- Justiça da Infância e da Juventude
- Defensoria Pública

Dados finais

66 Violência Relacionada ao Trabalho
1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

67 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT)
1- Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado

68 Circunstância da lesão
CID 10 - Cap XX

69 Data de encerramento

Informações complementares e observações

Nome do acompanhante | Vínculo/grau de parentesco | (DDD) Telefone

Observações Adicionais:

Disque Saúde - Ouvidoria Geral do SUS
136

TELEFONES ÚTEIS
Central de Atendimento à Mulher
180

Disque Direitos Humanos
100

Notificador

Município/Unidade de Saúde | Cód. da Unid. de Saúde/CNES

Nome | Função | Assinatura

Violência interpessoal/autoprovocada | Sinan | SVS 15.06.2015

Anexo – Consolidado total de atividades e participantes (Novembro/2017 a Março/2020):

Participantes:

	Previstos	Alcançados
Número de participantes diretos	1180	3307
Número de participantes eventuais	4720	7061
Total	5900	10368

	OBJETIVO	AÇÃO	Nº de atividades:		Nº de Participantes	
			Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
OBJETIVO ESPECÍFICO 01	Realizar uma análise de situação da violência doméstica e exploração sexual de crianças nos municípios de Maricá e Itaboraí.	AÇÃO A – Realizar 01 levantamento dos equipamentos públicos e privados de atendimento as crianças e adolescentes.	1	1	-	-
		AÇÃO B – Realizar 01 pesquisa sobre a incidência de violência doméstica e exploração sexual.	1	1	-	-
		AÇÃO C – Realizar 12 Oficinas sobre a violência doméstica e exploração sexual com a comunidade e instituições.	12	125	140	2880
OBJETIVO ESPECÍFICO 02	Promover articulações interinstitucionais.	AÇÃO A – Realizar 01 seminário para lançamento oficial do projeto.	1	3	60	260
		AÇÃO B – Realizar 30 Reuniões de articulações interinstitucionais.	30	105	Não previsto meta no plano de trabalho	1184
		AÇÃO C – Criar e acompanhar grupos de estudo e intervenção técnica para o enfrentamento da violência doméstica e exploração sexual.	2 grupos	46 encontros	170	670
OBJETIVO ESPECÍFICO 03	Mobilizar e sensibilizar o público alvo para a prevenção, promoção e defesa de crianças e adolescentes.	AÇÃO A – Realizar 04 ações de mobilização nos municípios de Maricá e Itaboraí para divulgação das ações do projeto.	4	19	Não previsto meta no plano de trabalho	1488
		AÇÃO B – B. Criar e implantar um selo/certificado para as empresas e instituições parceiras (06 selos).	6 empresas	9 empresas 52 atividades	Não previsto meta no plano de trabalho	1302
		AÇÃO C – Realizar 02 campanhas educativas sobre o dia 18 de Maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) e divulgação do Disque 100.	2 campanhas	2 campanhas /4 ações de mobilização	600	701
OBJETIVO ESPECÍFICO 04	Capacitar e fortalecer os profissionais que integram as redes de garantia e defesa.	AÇÃO A – Realizar 03 cursos de capacitação profissional (20h/cada).	3	6	150	310
		AÇÃO B – Realizar 02 seminários/workshops sobre a violência doméstica e exploração sexual.	2	2	120	170
		AÇÃO C – Realizar encontros de consultoria/supervisão nas instituições que atendem crianças e adolescentes.	40	68	Não previsto meta no plano de trabalho	288
		AÇÃO D – Realizar 02 seminários de prestação de contas ao final do projeto nos municípios de Itaboraí e Maricá.	2	0	120	Os seminários foram cancelados por conta da pandemia COVID-19
OBJETIVO ESPECÍFICO 05	Prevenir e enfrentar a violência doméstica e a exploração sexual de crianças e adolescentes.	AÇÃO A – Realizar atendimentos interdisciplinares e itinerantes para crianças, adolescentes e familiares.	420	443	420	443
		AÇÃO B – Encaminhar as notificações de violência oriundas dos atendimentos para a vigilância epidemiológica e conselhos tutelares	105	128	-	-
OUTROS	Ações não previstas	Ações não previstas no projeto	0	25	0	918
Total:			516	898	1780	10368*

*O número total se refere à quantidade de participações, já que muitas vezes uma pessoa participa de mais de uma atividade.

ISBN: 978-65-00-00654-4